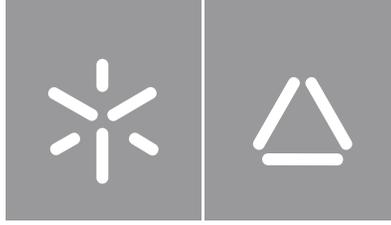


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Leticia César Ruela

**A evolução do sistema viário em Braga:
desde a cidade romana à cidade moderna**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Letícia Cézar Ruela

**A evolução do sistema viário em Braga:
desde a cidade romana à cidade moderna**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Arqueologia

Trabalho efetuado sob a orientação do(a)

Professora Doutora Maria do Carmo Franco Ribeiro
Professora Doutora Fernanda Eugénia Puga de
Magalhães

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença [abaixo](#) indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho

[Caso o autor pretenda usar uma das licenças Creative Commons, deve escolher e deixar apenas um dos seguintes ícones e respetivo lettering e URL, eliminando o texto em itálico que se lhe segue. Contudo, é possível optar por outro tipo de licença, devendo, nesse caso, ser incluída a informação necessária adaptando devidamente esta minuta]



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

Com a conclusão deste trabalho ficam algumas palavras para todos aqueles que estiveram ao meu lado. Nesse sentido, expresso o meu profundo reconhecimento às minhas orientadoras Maria do Carmo Ribeiro e Fernanda Magalhães. À Professora Maria do Carmo Ribeiro, agradeço a prontidão com que aceitou assumir a orientação desta investigação, mas sobretudo por ter partilhado o seu saber e rigor científico, as suas correções, incentivos e sugestões que contribuíram para o meu crescimento e amadurecimento académico. Ademais, aproveito para deixar um agradecimento pelas oportunidades de aprendizagem e por todo o apoio neste meu inicial percurso como investigadora.

À Professora Fernanda Magalhães começo por agradecer o acolhimento e todo o seu esforço na minha formação como Arqueóloga, desde o primeiro ano do Mestrado em Arqueologia. Desde as sonoras aprendizagens nos estágios realizados na cidade de Braga até aos momentos dedicados a responder às minhas dúvidas, questionamentos e inseguranças, independente da hora. As palavras parecem insuficientes, mas agradeço-lhe por todos os ensinamentos, as oportunidades e a sincera capacidade de demonstrar toda a paixão e espírito dedicados à Arqueologia. Foi a sua força que me guiou ao longo deste trabalho, me ensinando a importância do método aplicado à ciência arqueológica, o trabalho em equipa e a relevância da partilha do conhecimento produzido. Por último, obrigada pela amizade e por ter sido sempre presente, mesmo nos momentos menos felizes, sobretudo pela atenção, cuidado e dedicação.

Aos docentes do Mestrado em Arqueologia da Universidade do Minho deixo igualmente algumas palavras, pela disponibilidade, dedicação e enriquecimento académico proporcionado. Agradeço ainda a toda a equipa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, instituição que me acolheu e possibilitou o acesso a toda a informação necessária para a realização do meu trabalho, tendo ainda colaborado de sobremaneira para o meu desenvolvimento na prática da Arqueologia, tanto nos trabalhos desenvolvidos na cidade, como nos processos de interpretação e investigação e, sobretudo, no entendimento da importância da colaboração e do esforço em equipa nos trabalhos arqueológicos

Aos meus amigos Rebeca, Eduardo, Lara, Rui, Diego, Bruno e José Gabriel dedico também algumas palavras, pois me ajudaram a fazer da cidade de Braga o meu lar e foram sempre incansáveis no apoio em todas as dificuldades atravessadas, mas ainda mais importante, vibraram comigo por cada etapa ultrapassada. O meu agradecimento se estende a todos os amigos de Portugal e do Brasil que se fizeram presentes nesses últimos anos.

Aproveito também para agradecer à família dos Casais, pelo cuidado, carinho e dedicação, mas também por terem aberto as portas para me receber, fazendo com que o meu percurso em Portugal se

apoiasse em uma família, da qual já me sinto parte. Um agradecimento particular ao Diogo, por me ter apoiado incondicionalmente em todas as etapas, sonhos e conquistas. Não foram momentos fáceis, mas a verdade é que nunca me deixou recuar, sempre me ajudou a seguir em frente e não abrir mão do meu sonho. Obrigada pela disponibilidade para ouvir as minhas inseguranças e medos, mas sobretudo por estar ao meu lado em cada passo desta pequena aventura.

Por fim, à minha avó Diléia, aos meus pais Andressa e Ronaldo, aos meus queridos irmãos, Lídia, Marina, Jaqueline, Henrique, Felipe, Bento e Pedro, aos meus tios Jô, Glauber e Alexandra, à minha madrastra Flaviani e aos meus primos Aléxia e Allan, dirijo as minhas últimas palavras de agradecimento. Não foi fácil sair de casa e vir para Portugal, mas vocês me apoiaram em cada segundo, sempre a distância de apenas uma videochamada. Sei que as preocupações devem ter sido muitas, mas nunca colocaram barreiras e incentivaram todas as minhas escolhas, acompanhando meus passos. Por toda a dedicação, mas sobretudo pelo amor, vocês são a razão de tudo que eu faço, estão sempre no meu coração e no meu pensamento.

Ao meu avô Joel e à minha querida Soraia...

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

Resumo

Esta dissertação, realizada no âmbito do Mestrado em Arqueologia da Universidade do Minho, tem como principal objetivo contribuir para os conhecimentos acerca do urbanismo da cidade de Braga, desde a sua fundação no século I a.C. até ao século XVIII, através da análise do sistema viário na longa diacronia. Nesse sentido, foi analisado um conjunto de dados arqueológicos, obtidos ao longo das últimas décadas, em intervenções realizadas no âmbito do Projeto de Salvamento de Bracara Augusta, criado em 1976. Estas evidências arqueológicas foram igualmente conjugadas com outros diferentes tipos de fontes, nomeadamente a iconografia e cartografia antiga existente para cidade, mas também informação documental eclesiástica, produzida pela mesa capitular da Arquidiocese de Braga. Este conjunto de fontes possibilitaram assim, por vezes a partir de uma metodologia regressiva, uma interpretação mais detalhada das transformações viárias ocorridas nos diferentes contextos cronológico-espaciais do urbanismo bracarense, complementando a já extensa bibliografia que tem sido produzida sobre o tema.

Dessa forma, ao entender o plano urbano de Braga como o resultado de suas diferentes necessidades sociais, económicas e políticas, possibilita-se assim a leitura e interpretação dos processos históricos a partir das estruturas de comunicação. Logo, procurou-se compreender a forma urbana hierarquizada em eixos ortogonais ao longo da administração romana, a par das transformações ocasionadas pelas deslocações das centralidades no decorrer da época medieval e, posteriormente, a influência dos novos ideais urbanísticos da Idade Moderna.

As questões levantadas ao longo dessa investigação se traduzem na existência de um projeto urbanístico romano, processo não verificado na cidade medieval, mas que influenciou a configuração urbana até a época moderna, ou ainda as quebras e permanências dos alinhamentos viários romanos em períodos posteriores, bem como compreender em que medida os eixos de comunicação possibilitaram o desenvolvimento das relações entre o centro e as periferias e, por último, a influência de determinados equipamentos na conformação da sua morfologia.

Palavras chave: Barroco; *Bracara Augusta*; cidade medieval; morfologia; ruas; urbanismo

The evolution of the road system in Braga: from the Roman city to the modern city

Abstract

This dissertation, carried out as part of the Master's Degree in Archaeology at the University of Minho, aims to contribute to knowledge about the urbanism of the city of Braga, from its foundation in the 1st century BC to the 18th century, by analysing the road system in the long diachrony. To this end, a set of archaeological data obtained over the last few decades in interventions carried out as part of the Bracara Augusta Rescue Project, created in 1976, was analysed. This archaeological evidence was also combined with other different types of sources, namely iconography and ancient cartography for the city, as well as ecclesiastical documentary information produced by the chapter house of the Archdiocese of Braga. This set of sources has thus made it possible, sometimes using a regressive methodology, to provide a more detailed interpretation of the road transformations that took place in the different chronological and spatial contexts of Braga's urbanism, complementing the already extensive bibliography that has been produced on the subject.

In this way, understanding Braga's urban plan as the result of its different social, economic and political needs makes it possible to read and interpret historical processes based on communication structures. Therefore, we sought to understand the urban form hierarchised into orthogonal axes throughout the Roman administration, along with the transformations caused by the displacement of centralities during the medieval period and, later, the influence of the new urbanistic ideals of the Modern Age.

The questions raised throughout this investigation are the existence of a Roman urban project, a process not seen in the medieval city, but which influenced the urban configuration until the modern era, or even the breaks and permanence of the Roman road alignments in later periods, as well as understanding to what extent the communication axes enabled the development of relations between the centre and the outskirts and, finally, the influence of certain equipment in shaping its morphology. Thus, the general objective is to analyse the relationships developed between the historical processes that took place in Braga and its urban form, over a long period of time, in order to approach the road system as part of the understanding and transformations of societies and their heritage.

Key-words: Baroque; *Bracara Augusta*; medieval city; morphology; streets; urbanism

Índice

Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
Lista de Figuras.....	xii
Introdução.....	3
Parte I. Enquadramento, objetivos e metodologia.....	7
1 O Sistema viário urbano como objeto de estudo.....	7
2 O estudo da morfologia urbana.....	11
2.1 As ruas.....	13
2.1.1 Crescimento planificado.....	17
2.1.2 Crescimento orgânico.....	19
3 Enquadramento histórico de Braga.....	20
3.1 A cidade romana.....	21
3.1.1 Fundação e Alto Império.....	21
3.1.2 A cidade baixo-imperial.....	25
3.2 A cidade na Antiguidade Tardia.....	28
3.3 A cidade medieval.....	29
3.4 A cidade moderna.....	31
4 Objetivos do estudo.....	33
5 Fontes para o estudo da morfologia.....	34
5.1 Fontes arqueológicas.....	34
5.2 Fontes documentais.....	36
5.3 Fontes iconográficas e cartográficas.....	37
6 Metodologia.....	40
Parte II. Análise dos dados. As ruas de Braga.....	45
1 Zona Arqueológica das Carvalheiras.....	45
1.1 Descrição e historial da intervenção.....	45
1.2 Caracterização das estruturas.....	47
1.2.1 Eixos viários fundacionais.....	47
1.2.2 Pórticos.....	49
1.2.3 Estruturas hidráulicas.....	55
2 Zona Arqueológica da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n°s 166-168.....	57
2.1 Descrição e historial da intervenção.....	57

2.2 Caracterização das estruturas.....	60
2.2.1 Eixos viários fundacionais	60
2.2.2 Pórticos.....	62
2.2.3 Estruturas hidráulicas	64
2.2.4 Muralhas medievais.....	65
3 Zona arqueológica da rua Frei Caetano Brandão n.ºs 183-185/ Santo António das Travessas n.ºs 20-26	67
3.1 Descrição e historial da intervenção	67
3.2 Caracterização das estruturas.....	70
3.2.1 Eixos viários fundacionais	70
3.2.2 Pórticos.....	71
3.2.3 Estruturas hidráulicas	74
4 Zona arqueológica do Ex Albergue Distrital.....	75
4.1 Descrição e historial da intervenção	75
4.2 Caracterização das estruturas.....	78
4.2.1 Plano urbano fundacional	78
4.2.2 Pórticos.....	80
4.2.3 Estruturas hidráulicas	84
4.2.4 Eixos viários medievais e modernos	85
5 Zona Arqueológica da rua Afonso Henriques n.ºs 42-56.....	87
5.1 Historial e descrição da intervenção.....	87
5.2 Caracterização das estruturas.....	88
5.2.1 Eixos viários fundacionais	88
5.2.2 Pórticos.....	90
5.2.3 Estruturas hidráulicas	93
6 Zona Arqueológica do Seminário de Santiago.....	94
6.1 Historial e descrição da intervenção.....	94
6.2 Caracterização das estruturas.....	96
6.2.1 Eixos viários fundacionais	96
6.2.2 Pórticos.....	98
6.2.3 Arruamento medieval e moderno	99
7 Zona Arqueológica do Largo de S. Paulo.....	101
7.1 Descrição e historial da intervenção.....	101
7.2 Caracterização das estruturas.....	102
7.2.1 Eixos viários fundacionais	102

7.2.2 Pórticos	103
8 Zona Arqueológica Rua do Alcaide n°s 18-20	104
8.1 Descrição da intervenção	104
8.2 Caracterização das estruturas	106
8.2.1 Estruturas hidráulicas	106
9 Zona Arqueológica das Antigas Cavalariças	109
9.1 Historial e descrição	109
9.2 Caracterização das estruturas	111
9.2.1 Eixos viários fundacionais	111
9.2.2 Pórticos	112
9.2.3 Estruturas Hidráulicas	114
10 Zona Arqueológica da rua de São Geraldo n°s 27-31	115
10.1 Historial e descrição da intervenção	115
10.2 Caracterização das estruturas	117
10.2.1 Eixos viários fundacionais	117
10.2.2 Pórticos	119
10.2.3 Estruturas hidráulicas	119
11 Zona arqueológica Misericórdia, Santa Casa – (tabuleiro superior A)	120
11.1 Descrição e historial da intervenção	120
11.2 Caracterização das estruturas	121
11.2.1 Pórticos	121
12 Zona arqueológica do núcleo do quarteirão do antigo CTT/Túnel da Avenida da Liberdade /Interligação do túnel da Avenida da Liberdade (CTT/TAVL/ITAVL)	123
12.1 Descrição e historial da intervenção	123
12.2 Caracterização das estruturas	125
12.2.1 Eixos viários periféricos	125
12.2.2 Estruturas hidráulicas	128
12.2.3 Arruamento medieval e moderno	129
Parte III. Evolução viária de Braga – Centro e periferias	132
1 O sistema viário no Alto Império	132
2 O sistema viário no Baixo Império	136
3 O sistema viário na Antiguidade Tardia	138
4 A configuração viária na Alta idade Média (séc. VIII-X)	138
5 O sistema viário na Baixa Idade Média	141

6 O sistema viário na Idade Moderna	146
6.1 As ruas e os caminhos periféricos.....	149
Considerações finais.....	158
Bibliografia	163

Lista de Figuras

Figura 1. Proposta de restituição da malha urbana fundacional ©Martins et al., 2018.....	23
Figura 2. Planta representando <i>Lucus Augusti</i> no Baixo Império, com a identificação dos eixos viários principais, bem como a muralha erguida entre os séculos III e IV ©Folgueira Rios, 2020	28
Figura 3. Exemplo da organização das entidades do sistema de informação 2ArchIS ©Botica et al., 2020	35
Figura 4. Exemplo de um formulário de criação de UEs do Back Office ©Botica, 2017	36
Figura 5. <i>Bracarae Avgvste descriptio</i> , por Georg Braun, 1594 ©UAUM	37
Figura 6. Fragmento do Mapa das Ruas de Braga, século XVIII ©UAUM.....	38
Figura 7. Mapa da Cidade de Braga Primas, por André Ribeiro Soares da Silva, século XVIII, a escala de 1:2000 ©UAUM.....	38
Figura 8. Mapa elaborado a uma escala de 1:4000 por Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, século XIX ©UAUM	39
Figura 9. Fragmento do Levantamento topográfico por Francisco Goullard, 1883-1884, a uma escala de 1:500 ©UAUM	39
Figura 10. Levantamento topográfico de 1992 ©Câmara Municipal de Braga.....	40
Figura 11. Proposta de desenho da malha urbana e do sistema viário ©Martins et al., 2017b.....	41
Figura 12. Núcleo de ruínas da Zona Arqueológica das Carvalheiras ©UAUM.....	45
Figura 13. Quarteirão romano das Carvalheiras inserido nas plantas da cidade romana e baixo medieval ©UAUM	46
Figura 14. Planta do quarteirão romano das Carvalheiras na Fase I, com a inclusão das realidades que colaboraram na interpretação dos eixos viários	48
Figura 15. Detalhe do <i>kardo</i> K13 (S/N) ©UAUM.....	49
Figura 16. Planta da ocupação flávia na 'Zona Arqueológica das Carvalheiras' (Fase II), onde assinalamos as realidades que contribuíram para essa análise	50
Figura 17. Projeção 3D da <i>domus</i> das Carvalheiras ©Magalhães, 2020.....	51
Figura 18. Planta das transformações decorridas em meados do século II (Fase III)	53
Figura 19. Remodelações tardo-antigas (Fase IV)	54
Figura 20. <i>Fistula aquariae</i> ©MDDS	56
Figura 21. Localização do quarteirão romano na malha urbana romana e baixo medieval ©UAUM	58

Figura 22. Localização da Zona arqueológica da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168' no <i>Mapa de Braunio</i> , 1594, e no Mapa da Cidade de Braga Primas de André Soares, 1755 UAUM	58
Figura 23. Pormenor da planta de Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel (Século XIX) e planta topográfica realizada por Francisco Goullard, 1883-1884, com destaque para a localização da Zona Arqueológica da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168' ©UAUM.....	59
Figura 24. Trabalhos arqueológicos realizados em 2016 ©UAUM	60
Figura 25. Plano urbano fundacional da ZA da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168.....	61
Figura 26. Fotografia do lajeado do <i>kardo maximus</i> (UE085) ©UAUM	62
Figura 27. Planta interpretativa da ocupação flávia.....	63
Figura 28. Detalhe de compartimentos da <i>domus</i> 1 e do seu respetivo pórtico nascente ©GACMB ...	64
Figura 29. As transformações urbanas do século IV	64
Figura 30. Pórtico nascente da <i>domus</i> 1, com o detalhe da canalização UE026	65
Figura 31. Malha urbana romana com a sobreposição das transformações alto medievais	66
Figura 32. Pormenor das muralhas (UE154 e 108) identificadas ao longo das intervenções ©GACMB	66
Figura 33. Malha urbana romana com a sobreposição das transformações alto medievais	67
Figura 34. Localização do quarteirão romano na malha urbana romana e baixo medieval ©UAUM	68
Figura 35. Localização da zona arqueológica no <i>Mapa de Braunio</i> de 1594 e no Mapa de Braga Primas de André Soares, 1755 ©UAUM.....	68
Figura 36. Pormenor da Zona Arqueológica da rua Frei Caetano Brandão 183-185/S. António das Travessas 20-26 na planta elaborada por Belchior Garcez e Miguel Maciel, a uma escala de 1:4000 (Século XIX), e na cartografia realizada por Francisco Goullard (1883-1884) ©UAUM.....	69
Figura 37. Proposta de plano urbano fundacional da ZA da rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168/Santo António das Travessas	70
Figura 38. Proposta planimétrica das termas dos quarteirões identificados nas zonas arqueológicas da rua Frei Caetano Brandão 183-185/S. António das Travessas 20-26 e da Afonso Henriques n.ºs 42-56 ©Martins, 2015	71
Figura 39. Fragmentos de revestimentos das paredes da habitação romana ©UAUM.....	71
Figura 40. Ocupação do quarteirão A por uma <i>domus</i> circunscrita por espaços porticados na zona arqueológica da rua Frei Caetano Brandão 183-185/S. António das Travessas 20-26.....	72

Figura 41. Perspetiva geral das estruturas associadas ao limite sul da <i>domus</i> ©UAUM	72
Figura 42. Encerramento dos pórticos para formalização do <i>balneum</i>	73
Figura 43. Sobreposição da trama urbana alto medieva à cidade romana baixo imperial	73
Figura 44. Transformações viárias baixo medievais, que prevalecem até o século XIX.....	74
Figura 45. Planta interpretativa da <i>domus</i> da ‘Zona Arqueológica da rua Frei Caetano Brandão n°s 166-168.....	74
Figura 46. Pormenor fachada do <i>Mappa das Ruas de Braga</i> (MRB), 1750 ©UAUM.....	75
Figura 47. Localização do setor analisado no <i>Mapa de Braunio</i> , 1594 ©UAUM	76
Figura 48. Localização do quarteirão romano na malha urbana romana e baixo medieval ©Magalhães, 2019.....	76
Figura 49. Identificação da Zona arqueológica do Ex Albergue Distrital’ do mapa elaborado por André Soares, em 1755, e na planta topográfica de Garcez e Maciel, século XIX ©UAUM	77
Figura 50. Detalhe da intervenção analisada na planta topográfica da cidade de Braga, realizada por Francisco Goullard, 1883-1884 ©UAUM.....	77
Figura 51. Perspetiva das estruturas intervencionadas em 1997 ©UAUM.	78
Figura 52. Plano urbano fundacional da ‘Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital’	79
Figura 53. Silhar de canto (UE1027) ©UAUM.....	79
Figura 54. Silhar UE1030: fotografia (©Ribeiro, 2010) e pormenor do plano final (©UAUM).....	80
Figura 55. Pormenor limite sul do quarteirão A ©UAUM	80
Figura 56. Planta com a identificação dos pórticos que ladeariam as unidades habitacionais da ZA ...	81
Figura 57. Fotografia com o pormenor do murete entre os silhares do pórtico oeste (©Ribeiro, 2010)	82
Figura 58. Transformações no quarteirão A (séculos III/IV)	82
Figura 59. Silhares relacionados com a definição dos pórticos a oeste do <i>kardo</i> K9 (UEs0502 e 0507) ©UAUM	83
Figura 60. Pormenor cloaca identificada sob o <i>kardo maximus</i> @UAUM	84
Figura 61. Planta com as estruturas hidráulicas e pormenor da secção da cloaca @Magalhães, 2019	85
Figura 62. Arruamento Alto Medieval sobre a malha romana.....	86
Figura 63. Perspetiva da calçada correspondente a um troço da Rua Verde ©Torres, 2014.....	86
Figura 64. Fachada nascente da Rua Couto do Arvoredo no Mapa das Ruas de Braga (MRB) ©UAUM	86
Figura 65. Sobreposição das ruas baixo medievais sobre o plano urbano romano.....	87
Figura 66. Localização da Zona arqueológica no <i>Mapa de Braunio</i> , 1594 ©UAUM	87

Figura 67. Identificação do setor analisado no mapa de André Soares, 1755 ©UAUM	87
Figura 68. Zona arqueológica demarcada no mapa da cidade de Garcez e Maciel (Século XIX) e na planta topográfica de Francisco Goullard, 1883-1884 ©UAUM	88
Figura 69. Pormenor do quarteirão na malha romana e baixo medieval ©Magalhães, 2019	89
Figura 70. Plano urbano fundacional da Zona Arqueológica da Rua Afonso Henriques n.ºs 42-56	89
Figura 71. Ocupação do quarteirão A por duas unidades habitacionais circunscrita por espaços porticados	91
Figura 72. Encerramento dos pórticos para formalização do <i>balneum</i>	92
Figura 73. Transformações urbanas alto medievais sobre a planta romana	92
Figura 74. O plano viário no período baixo medieval e moderno	93
Figura 75. Localização da zona arqueológica no <i>Mapa de Braunio</i> , 1594 ©UAUM	94
Figura 76. Identificação do setor analisado no mapa de André Soares, 1755 ©UAUM	94
Figura 77. Zona arqueológica demarcada no mapa de Garcez e Maciel (Século XIX) e na planta topográfica de Francisco Goullard, 1883-1884 ©UAUM	95
Figura 78. Pormenor Zona Arqueológica do Seminário de Santiago na malha romana e baixo medieval ©UAUM	96
Figura 79. Malha romana correspondente à primeira fase da Zona Arqueológica do Seminário de Santiago	97
Figura 80. Espólio associado à UE0125	97
Figura 81. Planta interpretativa da ocupação flávia da Zona Arqueológica do Seminário de Santiago ..	98
Figura 82. Registo do alçado norte do muro UE150, que integrou a compartimentação do pórtico nascente da <i>domus</i> identificada na 'Zona Arqueológica do Seminário de Santiago' ©Martins <i>et al.</i> , 2017f	98
Figura 83. Proposta do avanço do espaço construído sobre os eixos pedonais	99
Figura 84. Perspetiva do lajeado correspondente às repavimentações modernas ©Martins <i>et al.</i> , 2017f	100
Figura 85. Planta interpretativa de parte do plano urbano baixo medieval de Braga	100
Figura 86. Localização da 'Zona Arqueológica do Largo de S. Paulo' no <i>Mapa de Braunio</i> (1594) e no mapa de Braga Primas de André Soares (1755) ©UAUM	101
Figura 87. 'Zona Arqueológica do Largo de S. Paulo' demarcada na planta de Belchior Garcez e Miguel Maciel (século XIX) e no mapa de Goullard (1883–1884) ©UAUM	101

Figura 88. Localização da zona arqueológica na malha romana, sobreposta pela muralha fernandina (dir)	102
Figura 89. Conjunto dos muros identificados, inseridos na planta da cidade romana ©UAUM.....	102
Figura 90. Proposta dos eixos de comunicação que circundavam o edificado da ‘Zona Arqueológica do Largo de S. Paulo’ (esq); interpretação dos compartimentos da fase II (dir) ©UAUM	103
Figura 91. O avanço do edificado sobre os pórticos (esq); interpretação dos compartimentos da fase III (dir) ©UAUM	104
Figura 92. Sobreposição de parte do plano urbano baixo medieval sobre a malha romana.....	104
Figura 93. Localização da ‘Zona Arqueológica da rua do Alcaide n°s 18-20’ no <i>Mapa de Braunio</i> (1594) e na iconografia elaborada por André Soares (1755) ©UAUM	105
Figura 94. Zona arqueológica demarcada na cartografia do século XIX – planta elaborada por Belchior Garcez e Miguel Maciel e o mapa realizado por Francisco Goullard (1883–1884) ©UAUM	105
Figura 95. Troço da cloaca romana identificado ao longo da intervenção arqueológica da rua do Alcaide n°s 18-20 ©UAUM	106
Figura 96. Registo do alçado norte da UE106, com os enchimentos do interior da conduta (esq); pormenor do alçado sul da UE093 (dir) ©UAUM.....	106
Figura 97 Localização da zona arqueológica na malha romana, sobreposta pela muralha fernandina (esq) ©UAUM; Planta interpretativa Fase I da ‘Zona Arqueológica da rua do Alcaide n°s 18–20’ (dir).....	107
Figura 98. Espólio identificado nos níveis de abandono da cloaca (UEs099, 102 e 103) ©UAUM	107
Figura 99. Registo da secção da cloaca, onde é possível verificar os enchimentos que marcam a sua utilização e abandono (esq); espólio identificado na UE104 (dir) ©UAUM	108
Figura 100. Pormenor do lastro (UE105) da infraestrutura de drenagem (esq); registo da cloaca no sentido E/O (dir) ©UAUM.....	108
Figura 101. Sobreposição dos arruamentos modernos nos eixos da cidade baixo imperial ©UAUM .	109
Figura 102. Perspetiva das escavações realizadas em parte do terreno das antigas Cavalariças ©UAUM	110
Figura 103. Localização da ‘Zona Arqueológica das Antigas Cavalariças’ na malha romana baixo imperial, sobreposta pela muralha fernandina ©UAUM	111
Figura 104. Planta interpretativa da primeira fase da ‘Zona Arqueológica das Cavalariças’	112
Figura 105. Planta interpretativa da ocupação dos quarteirões A e B entre os séculos I e II na ‘Zona Arqueológica das Antigas Cavalariças’	113
Figura 106. A ocupação do quarteirão A entre finais do século II e inícios do III	113

Figura 107. Localização dos quarteirões romanos na planta topográfica da cidade de Braga, realizada por Goullard, demonstrando que até finais do século XIX esses terrenos continuaram desocupados ©UAUM	114
Figura 108. Identificação das estruturas hidráulicas na domus da 'Zona Arqueológica das Antigas Cavalariças' ©Magalhães, 2020	115
Figura 109. Representação do imóvel na planta de André Soares e no Mapa das Ruas de Braga (MRB), século XVIII ©UAUM.....	116
Figura 110. Localização da 'Zona Arqueológica da rua de S. Geraldo n.ºs 27–31' no <i>Mapa de Braunio</i> , 1594, e na planta topográfica de Francisco Goullard (século XIX) ©UAUM	116
Figura 111. Localização da 'Zona Arqueológica da rua de S. Geraldo n.ºs 27–31' na cidade de <i>Bracara Augusta</i> , sobreposta pela muralha Fernandina ©UAUM	117
Figura 112. Pormenor cunhal UE009 ©UAUM.....	118
Figura 113. Planta interpretativa do plano urbano fundacional na 'Zona Arqueológica da rua de S. Geraldo n.ºs 27–31'	118
Figura 114. Primeira fase de ocupação do quarteirão A na 'Zona Arqueológica da rua de S. Geraldo n.ºs 27-31'	119
Figura 115. Representação do arruamento aberto no século XVI sobre a malha urbana romana	120
Figura 116. Recortes do <i>Mapa de Braga Primas</i> de André Soares (1755) e da planta topográfica realizada por Goullard (1883–1884), de modo a representar a densidade de campos agrícolas junto à rua dos Pelames, mais tarde reconhecida por rua de S. Geraldo ©UAUM	121
Figura 117. Localização da zona arqueológica na malha romana, sobreposta pela muralha fernandina (dir) ©UAUM; Planta interpretativa Fase I da 'Zona arqueológica da Misericórdia, Santa Casa (tabuleiro superior A)' (esq).....	122
Figura 118. Ocupação flávia do quarteirão A da 'Zona arqueológica da Misericórdia, Santa Casa (tabuleiro superior A)'	122
Figura 119. Proximidade do quarteirão da 'Zona arqueológica da Misericórdia, Santa Casa (tabuleiro superior A)' ao arruamento moderno (antiga rua dos Pelames)	123
Figura 120. Localização das zonas arqueológicas no plano urbano de <i>Bracara Augusta</i> , sobreposto pela muralha fernandina ©UAUM	124
Figura 121. Perspetiva geral dos níveis associados à Via XVII ©UAUM	124
Figura 122. Planta geral das estruturas identificadas no quarteirão dos CTT, com destaque para os vestígios da Via XVII (em verde) ©Braga, 2018	125

Figura 123. Perspetiva da estratigrafia de um troço da Via XVII (dir); registo em plano da via que ligava <i>Bracara Augusta</i> e <i>Asturica Augusta</i> ©UAUM.....	126
Figura 124. Registo dos níveis associados às preparações e repavimentações da Via XVII ©UAUM..	127
Figura 125. Pormenor da <i>Cangosta das Ágoas</i> na iconografia de André Soares e na planta do século XIX realizada por Garcez e Maciel ©UAUM	129
Figura 126. Planta de <i>Bracara Augusta</i> no Alto Império, com a marcação do <i>kardo maximus</i> e <i>decumanus maximus</i> ©UAUM	133
Figura 127. Transformações topográficas com a introdução da muralha baixo imperial ©UAUM.....	137
Figura 128. Modelo planimétrico da cidade de Braga entre os séculos VIII e XI ©UAUM	139
Figura 129. Plano da cidade alto medieval, sobrepondo a muralha baixo imperial, e os centros religiosos que se desenvolveram nos arredores da <i>urbs</i> ©UAUM.....	141
Figura 130. Plano da cidade baixo medieval e os arruamentos extramuros ©UAUM.....	142
Figura 131. Plano da cidade medieval sobre a malha romana, em destaque o bairro das Travessas ©UAUM	144
Figura 132. Ruas intramuros de Braga na Baixa Idade Média ©UAUM	145
Figura 133. Transformações topográficas intramuros no século XVI ©UAUM.....	147
Figura 134. Intervenções nos arredores da muralha fernandina (século XVI) ©UAUM.....	148
Figura 135. Restituição da periferia de Braga após as intervenções de D. Diogo de Sousa ©UAUM .	149
Figura 136. Proposta de restituição 3D da urbanização extramuros – Braga no século XVIII ©UAUM	150
Figura 137. Urbanização da periferia imediata na cidade barroca ©UAUM	151
Figura 138. O desenvolvimento urbano para os arredores do centro de Braga na Idade Moderna ©UAUM	154
Figura 139. As transformações urbanísticas a partir da abertura do Bairro do Quinteiro e da remodelação do Campo dos Touros ©UAUM.....	155

INTRODUÇÃO

Introdução

A cidade histórica configura-se a partir de um emaranhado de contextos geográficos, históricos, económicos, políticos e sociais. A partir dessas complexas interações formam-se os centros urbanos, as periferias e a própria morfologia da composição urbana, que se configura como um palimpsesto, o qual ao se transformar continuamente integra, ainda, traços urbanos de períodos anteriores (Ribeiro, 2008). É no aglutinado do meio urbano que surgem as mais diferentes ordens de pensamentos sociais, culturais, políticos, económicos e construtivos, resultando nas transformações da paisagem urbana, coincidindo com a própria relação que a cidade e o homem desenvolvem entre si.

O objetivo geral deste trabalho centra-se no estudo de um dos componentes da forma urbana: o sistema viário. Para tal elegemos a cidade de Braga, analisando a evolução das vias na sua longa duração. Para dar prosseguimento à concretização deste objetivo foi necessário entender o sistema viário como elemento constituinte do plano urbano, conjuntamente com os quarteirões, o parcelamento e o edificado (Ribeiro, 2008). A importância das ruas na malha urbana situa-se tanto na sua função, enquanto eixo de comunicação e circulação, como na sua condição de condicionante do crescimento e das transformações morfológicas que ocorrem nas cidades. Inserido neste último processo toma-se como exemplo a cidade de Braga, na qual a rede viária romana se constituiu como um eixo estrutural da conformação da cidade medieval e áreas periféricas (Ribeiro e Martins, 2016).

O estudo das cidades e por conseguinte da sua estrutura viária desenvolveu-se ao longo dos últimos anos, destacando-se alguns trabalhos que contribuíram para o estudo e compreensão da evolução do fenómeno urbano, como o de Lewis Mumford, intitulado “The City in History”, sucessivamente reeditado (Mumford, 2004), o de Françoise Choay “El urbanismo utopías y realidades” (1970), o de Henri Lefebvre “A Revolução Urbana” (2002), o de A. E. J. Morris em “Historia de la Forma Urbana”, ou ainda o de Horacio Capel (2002), que organiza, na sua obra intitulada “La Morfología de las Ciudades. Sociedad, cultura y paisaje urbano”, um estudo bastante relevante sobre a morfologia das cidades. Especificamente sobre a cidade romana, refira-se, a obra de Andre Pelletier (1982) “L’urbanisme romain sous l’Empire”. Estas obras foram essenciais para a especificação dos conceitos de cidade utilizados nesta investigação, assim como para entender as particularidades urbanas de cada momento histórico, com a ressalva de o fenómeno urbano se desenvolver segundo diferentes aspetos e influências que podem diversificar-se segundo regiões, povos, mercados, diferentes formas de acesso à matérias-primas e desenvolvimento social.

A cidade de Braga apresenta na atualidade traços morfológicos dos diferentes períodos históricos da sua ocupação, desde a sua génese na época romana até às transformações ocorridas no século XX, característica essa em conformidade com distintas cidades históricas europeias. Fundada no século I a.C., a cidade do Alto Império possuía um traçado ortogonal que irá subsistir em alguns setores da cidade, apesar das inevitáveis transformações que o plano urbano vai sofrendo como consequência de diferentes acontecimentos, até o adentrar da Idade Média, período no qual a cidade passará por significativas alterações, como a diminuição da área cercada pela muralha ou a concentração da população no setor nordeste da cidade romana. A continuidade, ou não, do traçado viário romano no plano urbano da cidade medieval é um dos tópicos abordados neste trabalho. Na realidade, apesar das modificações resultantes do avanço das construções sobre os espaços viários na Tardo Antiguidade, conferindo-lhe irregularidade e do encerramento de outras, mas também da abertura de novas ruas sinuosas na Idade Média, as investigações realizadas acerca do urbanismo de Braga na longa duração, como a efetuada acerca da medieval Rua Verde, deixam evidentes que ainda no período moderno se preservam traços da morfologia urbana romana, nomeadamente a parte norte do *kardo maximus*. Efetivamente, no século XVI a cidade será objeto de profundas transformações no espaço interior e exterior das muralhas que contemplam a regularização do traçado viário medieval, assim como a modernização e o melhoramento de infraestruturas que procuram acompanhar o seu crescimento demográfico e económico (Martins e Ribeiro, 2013). Ainda assim, subsistem algumas dúvidas acerca do seu efetivo impacto no sistema viário herdado, nomeadamente da cidade romana e medieval.

A metodologia adotada para a concretização dos nossos objetivos baseia-se na análise e interpretação dos dados provenientes das zonas arqueológicas que possuem elementos relevantes para o estudo das transformações viárias. Os resultados obtidos das 12 zonas arqueológicas estudadas foram igualmente conjugados com as fontes documentais, iconográficas e cartográficas existentes para a cidade, muitas vezes recorrendo a uma abordagem regressiva, tendo em conta os conhecimentos já alcançados acerca das transformações ocorridas ao longo das diferentes fases de ocupação da cidade de Braga. Assim, de modo cruzado, associado a uma abordagem regressiva, foi possível sobrepor as diferentes fases do sistema viário numa larga diacronia, que usou como base cartográfica o levantamento topográfico de 1992, onde foram georreferenciados os dados das zonas analisadas, com a utilização de ferramentas como QGis e AutoCAD, possibilitando deste modo uma leitura dos processos decorridos na trama viária de Braga, de forma a permitir a sua reconstituição.

A estrutura da dissertação divide-se em três partes, cada qual correspondendo a uma etapa da investigação realizada, encontrando-se organizadas em capítulos. Portanto, a primeira parte corresponde

ao enquadramento teórico e metodológico do nosso estudo. No primeiro capítulo analisámos o sistema viário urbano como objeto de investigação, enquanto o segundo capítulo se centrou nos estudos realizados acerca das ruas, enquanto componente da morfologia urbana. O enquadramento histórico de Braga foi realizado no capítulo 3, tendo os capítulos seguintes sido dedicados aos objetivos do nosso estudo, às fontes utilizadas e à metodologia, capítulos 4 a 6 respetivamente.

A segunda parte foi destinada a análise dos dados, em concreto à apresentação, descrição e avaliação das 12 zonas arqueológicas que possuem elementos relevantes para o estudo das transformações viárias decorridas em Braga. Conjugando os elementos arqueológicos com as fontes documentais, iconográficas e cartográficas pretendeu-se pormenorizar, identificar e registar as diferentes estruturas que contribuíram para a confirmação das malhas urbanas correspondentes às diferentes fases ocupacionais do espaço urbano. Para cada zona arqueológica, individualizada no respetivo capítulo, foram considerados os seguintes pontos: historial e descrição da intervenção; caracterização das estruturas, procedendo à identificação das estruturas que podiam indicar algum elemento relevante para o estudo da forma da cidade; elaboração de plantas interpretativas do sistema viário correspondentes a cada fase ocupacional.

Na última e terceira parte procedemos à interpretação dos dados analisados na fase anterior, de modo a compreender a evolução viária da cidade de Braga, desde a sua fundação até a Idade Moderna. Assim, os capítulos 1 e 2 foram dedicados à análise da malha urbana no período romano, enquanto o terceiro capítulo versou sobre a configuração da trama na Antiguidade Tardia. As transformações do sistema viário ocorridas entre a Alta Idade Média e a Idade Moderna foram abordadas nos capítulos 4 a 6. Deste modo, foi possível compreender as transformações e permanências ocorridas nos eixos viários e a ação dos diferentes agentes citadinos, assim como o papel dos eixos de comunicação na conformação do plano urbano e na relação com as periferias urbanas.

PARTE I: ENQUADRAMENTO, OBJETIVOS E METODOLOGIA

Parte I. Enquadramento, objetivos e metodologia

1 O Sistema viário urbano como objeto de estudo

O sistema viário urbano constitui o principal suporte físico à mobilidade na cidade acompanhando, por isso, todo o fenómeno urbano desde a sua génese, resultando, tal como a cidade, da conformação de dois fenómenos, a natureza e o homem (Pelletier, 1982; Silva, 2010). O estudo do sistema viário urbano reclama o conhecimento da cidade, porque é esta que lhe dá contexto, assim como a análise da cidade exige a abordagem dos seus componentes urbanos, como as vias ou os caminhos.

Em termos gerais, o estudo da cidade histórica e dos seus componentes urbanos integram parte do entendimento das transformações das sociedades ao permitir questionar o seu passado e a sua evolução, devendo ser entendidos como factos e artefactos históricos (Martins e Ribeiro, 2009/2010). A multiplicidade de conceitos existentes para definir a cidade é um reflexo da complexidade de formas, personagens, sociabilidades, poderes políticos e económicos que constituíram o fenómeno urbano ao longo dos séculos. Ainda assim, apesar da variedade de conceitos, nenhum irá traduzir a urbanidade na sua totalidade, pois as definições estão também aprisionadas aos contextos históricos e geográficos de cada cidade, podendo ser percebidas a partir destes e, dificilmente, ser aplicadas de maneira eficaz a todas as formas de vivências urbanas (Ribeiro 2008).

Segundo Mumford (2004), antepassadas da formação dos componentes estruturais das cidades, as antigas aldeias conformavam no seu interior uma variedade de atividades desenvolvidas de maneira dispersa, conjuntamente com estruturas embrionárias que prosperaram e tiveram continuidade desde as cidades primitivas até à cidade barroca, como estruturas habitacionais, vias públicas, mercados, templos e fortificações. As primeiras cidades eram espaços que abrigavam um conjunto de atividades, armazenando bens civilizacionais, com espaços e dinâmicas que permitiam ocorrentes mudanças nesses espaços, atuando como aglutinadoras de ideias e pessoas que deram origem a processos civilizacionais como a escrita e a emergência dos Estados. Existe, também, uma intensa relação, pelo menos a nível cronológico, entre grandes mudanças a nível de tecnologia e as primeiras cidades, como é o caso do cultivo de cereais, o tear, a metalurgia do cobre, a matemática e o calendário (Mumford, 2004).

Ao longo do processo histórico algumas civilizações procuraram definir a cidade do seu tempo, como aconteceu com a cidade grega, definida por Aristóteles, que no século IV a.C. se baseia num conceito político no qual o Estado (*politeía*) e a cidade (*polis*) são entendidas como algo inseparável. Por sua vez, na definição da cidade medieval, elaborada por Afonso X, o Sábio, o elemento distintivo reside na questão

defensiva, nomeadamente na existência de uma muralha que protege e encerra um espaço (burgo). No entanto, com o advento do Barroco, a cidade passa a ser entendida como um espaço administrativo e burocrático (Estado moderno) onde os seus elementos urbanos são luxuosamente ornamentados e dotados de elementos arquitetónicos de prestígio (Chueca Goitia, 2010). Criam-se grandes avenidas que introduzem a perspetiva e passam a ligar a cidade aos elementos naturais, normalmente localizados na periferia.

Acresce a tudo isto que uma cidade histórica pode comportar ao longo da sua trajetória um emaranhado de transformações, evoluções e retrocessos morfológicos, que resultam de inúmeros fatores que se sobrepõem uns aos outros, formando assim uma estrutura urbana que apresenta diferentes traços característicos dos distintos períodos em que se desenvolveu. Esta situação traduz-se na heterogeneidade dos conceitos de cidade e na sua abordagem multidisciplinar, que envolve disciplinas como História e Arqueologia Urbana, Geografia, Sociologia, Urbanismo e Arquitetura (Ribeiro, 2008).

Na cidade helénica (*pólis*), de finais do século VI a.C., a Acrópole constituía-se como o núcleo urbano defensivo original que terá evoluído para a distinção de santuário religioso, onde estava inserida a morada dos deuses, compreendendo a componente sagrada da cidade, representando a cidade no sentido vertical. Por sua vez, a Ágora, ou praça pública, representa o outro elemento constituinte da cidade, agora no sentido horizontal, onde se realizavam intensas atividades sociais, políticas e comerciais, assumindo-se como o centro nevrálgico da cidade (Morris, 1992; Mumford, 2004). Será, no entanto, nos arrabaldes das cidades gregas desse período que se irão desenvolver as novas formas urbanas, responsáveis pelas atividades coletivas com fins recreativos e culturais, como o ginásio, o teatro e o anfiteatro, dotadas de uma monumentalidade própria com paralelo na cidade romana (Morris, 1992). Mas, a formalização dos ideais da cidade grega conformada no traçado ortogonal, com ruas retas e regulares, elemento fundamental para a organização funcional da cidade, terá como representante fundamental Hipódamo de Mileto, responsável pela difusão da racionalização do plano urbano funcional (Capel, 2002).

A cidade romana irá incorporar parte do urbanismo helenístico, nas linhas arquitetónicas e no traçado ortogonal do seu sistema viário, mas também da cultura etrusca, no que concerne aos ritos religiosos de fundação, reinventando, contudo, um novo conceito de cidade (Mumford, 2004; Pelletier, 1982). Na realidade, os romanos transformam os elementos construtivos gregos, e apesar da forte influência, visível a nível construtivo e funcional, a imponência e ornamentação serão superadas a partir de uma metodização produtiva e universalização. Estruturalmente a cidade romana compunha-se de uma monumentalidade articulada com a funcionalidade e o dinamismo urbano, a partir de uma

sistematização construtiva que abrigava as infraestruturas e as necessidades da população citadina, vinculando esses processos construtivos com a propaganda do poder imperial (Mumford, 2004).

As cidades de fundação romana compreendiam um traçado ortogonal, com ruas regulares que convergiam para uma construção central, o *Forum*, estrutura com funções semelhantes às da *Ágora* da cidade grega. Eram dotadas de um eficiente sistema de transporte de água a partir de aquedutos, que permitiram o abastecimento das cidades, assim como um sistema de saneamento e de calçamento das ruas (Mumford, 2004). Dentro da vivência urbana as construções designadas por teatro, anfiteatro e termas possuíam um papel importante nas questões sociais, económicas e políticas, funcionando como espaços de interação da população e de demonstração pública do poder imperial e local. O sistema ortogonal do plano urbano romano, associado aos processos de conquista e organização de territórios, foi contemplado na organização territorial associada à fundação de cidades novas, para assim perpetuar, sistematizar e integrar os ideais imperiais nas populações associadas a esses territórios, que possuíam três diferentes estatutos principais: *colonia*, *municipium* e *civitas* (Morris, 1992).

A partir do século IV d.C. assiste-se à progressiva cristianização do Império Romano, processo que terá consequências no sistema viário e no edificado urbano, bem como na reordenação e entendimento da cidade, a partir de uma movimentação em torno do apoderamento da paisagem urbana pela religião cristã (Silva, 2010). No ano 312 d.C. Constantino converte-se ao Cristianismo e inicia-se, então, um processo de materialização da simbologia cristã nas cidades romanas, que se traduz numa remodelação dos locais de cultos ligados às religiões greco-romanas e no surgimento de edificados destinados ao culto cristão. Conjuntamente à construção de igrejas surge o culto aos mártires associados às relíquias e peregrinações, que adicionam uma nova camada na dinâmica económica e social que se desenrola nesse período, com o processo de deslocamento populacional atraído por essas novas simbologias (Silva, 2010).

A desintegração de Roma, ocasionada por uma associação de fatores que incluem tanto as invasões nórdicas como o enfraquecimento do poder central, teve reflexos na composição urbana das cidades europeias e de modo particular no seu sistema viário. Genericamente assiste-se a uma redução populacional no interior das cidades e à diminuição das atividades urbanas, assim como a uma redução do espaço ocupado ou mesmo ao desaparecimento de cidades inteiras. O centro de poder deslocou-se para a Igreja que passou a exercer a autoridade política e militar e esse deslocamento fez-se sentir na morfologia urbana, com uma nova centralização populacional ao redor das catedrais (Mumford, 2004; Ribeiro, 2008). No entanto, apesar da crise generalizada entre os séculos III e IV d.C., que culminou no desaparecimento de cidades inteiras, assim como na redução ou até mesmo desaparecimento das

atividades comerciais no interior da *urbs*, existem exemplos de continuidade da prosperidade económica em determinados centros urbanos, como *Ossonoba* e *Bracara Augusta* (Mendes, 2010).

O recrudescimento da cidade, a partir do século XI, ficou a dever-se ao reacender da vida urbana com a paulatina revitalização comercial e foi acompanhado por uma nova composição urbana decorrente da abertura de novas ruas, condicionadas por muralhas e portas, que darão origem a traçados normalmente irregulares (Mumford, 2004).

A cidade medieval possuiu diferentes formas, dependentes das suas origens e percurso histórico, mas, de maneira geral, evidenciam-se como elementos fundamentais a presença de muralhas, com as suas portas, uma igreja, ao redor da qual se desenvolve o núcleo urbano e um traçado viário normalmente irregular. Do “renascimento” urbano do século XI até à constituição da cidade barroca do século XVII ocorreram várias ruturas e permanências na vida urbana e na forma urbana que moldaram a composição das cidades históricas, como a sobrevivência de ruas irregulares de origem medieva que chegaram, por vezes, até à cidade contemporânea. A cidade medieval crescia horizontalmente, a partir de constantes remodelações da muralha, enquanto a cidade barroca crescia em grande parte no sentido vertical, enclausurada, muitas vezes, por uma muralha mais robusta (Mumford, 2004; Capel, 2002).

Na realidade, a partir do século XV, e até o século XVIII, inicia-se e perpetua-se uma nova forma urbanística inspirada na revalorização dos ideais clássicos, que encontrou nos textos de Vitruvius, arquiteto romano da época de Augusto, um modelo preponderante para a consolidação de uma nova fase da cidade histórica, com a difusão do seu trabalho a partir da republicação em princípios do século XVI (Morris, 1992).

A partir de Itália, os princípios renascentistas serão irradiados para a Europa, mas será sobretudo com o Barroco que se evidenciam algumas das suas conseqüências mais importantes nas cidades, nomeadamente as noções de harmonia e perspectiva, o sentido de movimento e imagem infinita do espaço urbano (Morris, 1992).

As principais diferenças entre o urbanismo medieval e o urbanismo moderno resultam das diferentes concepções de espaço urbano. Enquanto o espaço medieval era caracterizado por uma certa informalidade e assimetria, no mundo urbano renascentista a simetria, o equilíbrio e a regularidade passam a ser aplicados, ainda que de forma mais ou menos heterogênea, no urbanismo e na arquitetura. No período Barroco, verifica-se uma maior difusão e emprego na organização espacial das cidades (Morris, 1992).

A cidade barroca compreende uma mudança do paradigma político e social que passa a constituir a sociedade moderna, fortemente influenciado pela transferência do poder da Igreja para as mãos do poder

temporal, nomeadamente para monarcas com maiores tendências autoritárias apoiadas pela burocracia e pelo exército, que encontram na construção e reorganização urbana uma forma de consolidar o seu poder e autoridade (Mumford, 2004). A cidade barroca compreende, ainda, uma dualidade na sua morfologia evidenciada pela abertura de novas ruas e avenidas regulares de maiores dimensões e na ordenação matemática de praças e espaços periféricos, a partir de uma preocupação com a simetria e o equilíbrio, que contrastam com a extravagância e anticlassicismo da arte desse período (Mumford, 2004; Ribeiro 2008). Serão introduzidos o movimento e a perspetiva, a partir da inserção de elementos como edifícios monumentais, estátuas, obeliscos imponentes nos extremos de vias amplas e retilíneas, enquanto a racionalidade e a geometria são aplicados com a abertura de novos espaços e ordenação de espaços antigos (Morris, 1992; Mumford, 2004; Ribeiro, 2008).

O interesse pela teorização sobre a composição e funcionamento das cidades perfila-se desde a Antiguidade Clássica em figuras como *Hipodamos* de Mileto, Platão, Aristóteles e Vitruvius, desde reflexões filosóficas até tratados mais técnicos que abordaram, inclusive, os processos construtivos (Ribeiro, 2008). Com o Renascimento, o século XV vê ressurgir, com maior intensidade, o interesse por uma abordagem teórica sobre as composições urbanas, que procura discutir a linguagem arquitetónica com os ideais de racionalização clássica. As cidades ideais, inspiradas em Vitruvius, vão conjugar na cidade barroca a composição regular com as ideias de beleza, luxo e ostentação (Ribeiro, 2008).

Contudo, a partir do século XIX, as transformações ocasionadas pela industrialização e o crescimento demográfico dos núcleos urbanos, acompanhados pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, irão ter consequências destrutivas nas tramas urbanas anteriores, circunstâncias que irão impulsionar simultaneamente a preocupação com a sua preservação (Panerai, 2006). Surgem as primeiras cartas, como a Carta de Atenas, convenções e recomendações pela salvaguarda do património urbano. Mas será sobretudo a destruição dos centros históricos europeus ocorrida durante as Grandes Guerras que maior folgo dará à preocupação pela preservação e reconstituição das cidades históricas (Ribeiro, 2008).

2 O estudo da morfologia urbana

Na sua obra Capel (2002) destaca que a morfologia urbana compreende uma resposta às transformações políticas, económicas e sociais que tomam espaço nas cidades no decorrer da sua história. É, portanto, uma marca do seu tempo, em constante mudança, que reflete estruturalmente as dinâmicas do seu percurso histórico. Como produto da sociedade, a cidade permite através do seu estudo e perceção identificar as características e os aspetos de maior relevância do contexto social e dos

mecanismos urbanos que contribuíram para a sua construção (Capel, 2002). Todavia, estudar morfologicamente a constituição urbana apresenta limitações na análise das relações sociais que se desenvolvem no espaço urbano, sendo, por isso, importante relacionar o estudo do urbanismo e da forma urbana com outras áreas de investigação, pois cada área recorta a cidade através do seu campo, o que alberga novos conceitos e contextos que permitem compreender como a cidade é universal (Lefebvre, 2002).

As cidades históricas compreendem um resultado de construções e reconstruções, abandonos e permanências, que refletem uma continuidade de ocupação em diferentes períodos históricos, como atualmente é bastante evidente em cidades com uma longa ocupação histórica, como Barcelona, Valência, Roma, Braga, Paris, Londres, dentre tantas outras (Capel, 2002). Mais do que tipificar as cidades segundo sua morfologia, hoje entende-se que cada centro urbano é único, derivado de sua própria história, cultura, atividades económicas e desenvolvimento populacional associados com as características geográficas na qual a paisagem urbana cresce (Capel, 2002). E é através dessa heterogeneidade que os processos construtivos na paisagem urbana das cidades históricas refletem diferentes momentos e contextos da vivência cidadina.

É importante definir o contributo e a evolução das disciplinas históricas no estudo da morfologia urbana, por possuírem a capacidade de analisar de forma diacrónica as modificações ocorridas no seio da cidade, contextualizando e analisando esses processos, visto que a escrita surge em associação à materialização urbana. Excluir o fator humano ao estudar a urbanização acomete a exclusão de toda uma dinâmica comportamental que resulta em diferentes associações e evoluções, pois é justamente esse fator que dá significado à cidade e aos seus elementos. Portanto, para compreender a cidade é preciso identificar e analisar o comportamento do Homem através do estudo de fontes documentais e iconográficas, tanto por se identificarem em alguns momentos como a única informação disponível, como também por complementarem outras fontes. No âmbito dos vestígios materiais a Arqueologia adquire nesse espaço a capacidade de recuperar e interpretar as formas urbanas que se encontram sobrepostas, o que se tornou muito frequente nas cidades históricas, onde conformações pretéritas podem estar camufladas, integradas ou terem sido recicladas nos processos urbanos posteriores (Ribeiro, 2008).

Com Vitruvius, no seu *Tratado de Arquitectura*, é possível compreender a organização e a composição da forma urbana romana, à qual se juntam outras obras escritas que compreendem importantes referências históricas das cidades em contextos Baixo Medievais, mais especificamente as Crónicas e Anais (Ribeiro, 2008). No entanto, a preocupação em estudar e entender a manifestação urbana sob uma perspetiva histórica apenas terá início a partir dos tratados e obras renascentistas, refletindo as

novas dinâmicas de crescimento e desenvolvimento das cidades para esse período, influenciadas pela reavaliação das obras da Antiguidade Clássica. Com o advento das novas necessidades dos séculos XVII e XVIII, período no qual novas formas de poder político e económico se fortalecem e utilizam as formas discursivas para as suas legitimações, perpetua-se o desenvolvimento de uma história voltada para as ingerências nos tecidos. Se o século XIX experienciará o surgimento de uma materialização de novos elementos urbanos, com a industrialização, verá também o surgimento de uma crescente preocupação e interesse das ciências voltadas para o espaço e organização da sociedade. Será, todavia, apenas no decorrer do século XX que a História Urbana tomará maiores contornos científicos, com enfoque nas questões sociais e económicas que se refletem no crescimento das cidades para as periferias e zonas industriais, o que tornou necessário um planeamento da constituição espacial, com novas problemáticas (Capel, 2002; Ribeiro, 2008)

A Arqueologia Urbana tomará maiores contornos práticos e científicos a partir de uma suma movimentação construtiva com a modernização dos centros urbanos que, devido ao seu carácter destrutivo, levará a uma maior preocupação com a preservação e restauro de elementos históricos compreendidos na realidade urbana. Essa preocupação, patente em cartas e convenções internacionais ao longo do século XX, permitirá uma maior valorização das disciplinas históricas e da sua aplicação em diferentes contextos (Martins e Ribeiro, 2009/2010).

Entre os objetivos que consistem em estudar a morfologia urbana definem-se a identificação e caracterização dos elementos que compõem o plano da cidade, analisando as formas e contornos adquiridos, a distribuição espacial e as relações que estabelecem entre si. O estudo da forma urbana permite entender sua origem, formação e organização, para além de possibilitar a análise da sua configuração com o meio que a envolve e onde se formou (Ribeiro, 2008). Estudar a cidade nas suas diversas componentes inclui analisar a sua relação com a paisagem, os elementos do plano urbano, como as ruas e praças, e o edificado relacionado a elas e, por último, as dinâmicas associadas ao uso e apropriação do solo urbano.

2.1 As ruas

Inserido no contexto do estudo da morfologia urbana podemos distinguir diferentes elementos que compõem as cidades, como as parcelas, os quarteirões, os edifícios, as praças e, o nosso objeto de estudo, as ruas. Esses elementos reunidos formam o plano urbano, no qual as ruas constituem uma funcionalidade vital como eixos de comunicação, circulação e se apresentam, ainda, como participantes

ativos nas transformações urbanas, como por exemplo a utilização de vias romanas para constituição da cidade medieval (Ribeiro, 2008).

Como elementos principais e funcionais do plano urbano, as ruas compõem morfologicamente a cidade ao condicionar a origem e as formas de desenvolvimento subsequente dos outros componentes do plano urbano, com maior destaque para os quarteirões e parcelas que se formam a partir do cruzamento de eixos viários, que por sua vez condicionam os edifícios e usos do solo (Capel, 2002, p. 70). De sumária importância para a vida urbana, como meio de comunicação e de mobilidade, as ruas por vezes expressam as dinâmicas políticas e sociais urbanas, como foi o caso da abertura de largas avenidas na cidade barroca, para melhorar e agilizar a movimentação e facilitar as manifestações sociais e lúdicas, ou ainda, como expressão de um poder político forte e centralizado ao servir de quadro para o exercício de demonstrações políticas e militares.

Existe, afinal, uma situação de equilíbrio entre os diferentes elementos constituintes do plano, mas que evoluem em distintos momentos e possuem ritmos próprios. As ruas, os quarteirões e as parcelas evoluem a um ritmo mais lento, refletindo uma continuidade de ordenamentos prévios, levando mais tempo a ser alterados, o que permite, por exemplo, a identificação de formas romanas e medievais inseridas em contextos urbanos da contemporaneidade (Capel, 2002). Essa permanência mostra-se oportuna para o estudo da estratificação histórica da paisagem urbana e é condicionada pelos mecanismos envolvidos nas transformações das formas urbanas em decorrência de distintas alterações contextuais das sociedades (Ribeiro, 2008).

A análise do plano urbano como objeto de investigação torna possível compreender a estrutura física das cidades, através do exame cuidadoso dos seus elementos e da forma com que eles se estruturam e interagem para formar a imagem da malha urbana (Ribeiro, 2008, p. 70). Esses elementos podem ser visualizados com um sentido de interdependência, onde cada qual exerce uma força sobre os demais, condicionando as suas formas numa escala espaço e tempo (Capel, 2002).

A rua, como meio de comunicação e movimento, compreende uma forma essencial para a vida urbana, que vai além da sua compreensão como meio de circulação e passagem, visto que compreende um local de encontro, de troca, onde também se desenvolvem atividades políticas, como reivindicações sociais e comerciais, a rua entendida como local de venda e vitrine (Capel, 2002; Lefebvre, 2002).

As ruas podem possuir diferentes origens, como caminhos pré-históricos que serão utilizados sob diferentes formas durante uma longa cronologia, subsistindo por períodos muito largos, ou derivar de caminhos rurais que progressivamente se convertem em ruas ou estradas de maior importância e circulação, ou seja, há uma estreita relação entre caminho e cidade (Capel, 2002; Ribeiro, 2008). Além

disso, vias romanas podem persistir nos traçados viários de algumas cidades medievais, condicionando inclusive a dinâmica de comunicação entre centro urbano e periferia. Os traçados podem permanecer incutidos na malha urbana durante longos períodos, enquanto os edifícios são mais facilmente alterados, o que justifica o seu estudo sob uma cronologia mais alargada, procurando compreender as alterações e influências dos traçados antigos nas cidades atuais, verificando assim a permanência do traçado como uma das principais características para o estudo das ruas, determinantes para a morfologia urbana (Capel, 2002).

A partir do crescimento e desenvolvimento urbano é possível visualizar a hierarquização viária, com um importante papel na estruturação da forma urbana, evidente nas cidades de fundação romana que eram constituídas por dois eixos viários perpendiculares principais, *kardo* e *decumanus maximus*, seguidos de ruas de dimensões inferiores que seguiam o mesmo alinhamento, *kardo* e *decumanus menores* (Panerai, 2006). A rua teria um papel importante como meio de ligação entre os diferentes componentes do urbanismo romano, nomeadamente as *insulae* e os monumentos urbanos, no entanto, também possuirá um sentido estético onde a imagem criada pelos pórticos ao longo dos eixos principais, interrompidos por monumentos de grande magnitude, empreendem um fator harmonioso de representação da romanidade (Pelletier, 1982).

O calçamento das vias é um exemplo do aprimoramento das infraestruturas urbanas ao longo do desenvolvimento da cidade romana, assim como as cloacas e os esgotos que seguiam sob as mesmas, mas não era um fato que albergava todas as ruas da cidade, pelo contrário, representavam também um exemplo da hierarquização. Sendo assim, as ruas principais eram normalmente pavimentadas, ladeadas por passeios e pórticos, enquanto as ruas secundárias permaneciam em terra batida (Pelletier, 1982; Ribeiro, 2008). O sistema de circulação na cidade de Roma sofreu uma regulamentação com Júlio César, a partir da proibição da circulação de elementos com rodas na cidade durante o dia, com exceção apenas para construtores e algumas carruagens oficiais (Morris, 1992; Mumford, 2004), o que mostra uma preocupação com o tráfego e a circulação nas vias urbanas, que congestionavam a vida da sua população, prática que terá continuidade em períodos posteriores.

A rua medieval funcionava igualmente como meio de movimentação, mas sobretudo de pedestres, sendo um meio de circulação para elementos com rodas secundário (Mumford, 2004, p. 335). Apesar de existirem exceções, o traçado era por norma sinuoso, estreito e com frequentes interrupções. A malha urbana da cidade medieval de crescimento espontâneo era maioritariamente irregular, composta por uma rua principal que estabelecia a ligação com o centro do poder religioso, e por uma composição enredada de ruas de menores dimensões, ruelas, becos e vielas que articulavam

as diferentes zonas urbanas (Ribeiro, 2008, p. 77). Diferentemente dos centros urbanos romanos, as ruas medievais poderiam chegar a dimensões muito pequenas com 1 a 2m de largura, para o caso de ruas secundárias, e possuíam uma diversidade de dimensionamento evidente, como demonstram as larguras de algumas ruas de cidades como Lisboa e Porto, que poderiam chegar até aos 12m (Amaral e Duarte 1985, p. 11; Ribeiro, 2008).

O que justifica essa quebra da regularidade da cidade romana para a irregularidade da cidade medieval parte justamente das formas de expansão urbana que cada momento histórico, associado com as particularidades regionais, desenvolveu. Portanto, o que condicionou essa disposição frequentemente sinuosa e estreita da cidade medieval foi a própria forma de crescimento desenvolvida ao longo da evolução dos centros urbanos desse período. Ou seja, à medida que as cidades medravam, muitas vezes a partir de traçados antigos, romanos, por exemplo, foi necessário adaptarem-se à conformação desses traçados antigos e às condições geográficas do terreno. Por fim, outra condicionante envolve as frequentes remodelações e ampliações dos edifícios dos centros urbanos, muitas vezes invadindo os traçados viários e alterando a sua estrutura, assim como o papel desempenhado pelas praças medievais, situadas na conformação das ruas, que exerciam também um importante papel da estruturação da morfologia urbana (Ribeiro, 2008, p. 77).

Com a abertura de largas avenidas na cidade barroca, acompanhando a ideia de tempo e movimento da época, passa a existir uma maior diferenciação social nas questões de vivência quotidiana. Enquanto na cidade medieval a rua era vivenciada por um conjunto de diferentes atividades e classes sociais, na cidade moderna há um aumento do distanciamento social. A avenida mais larga dará espaço para uma movimentação mecânica cada vez mais dinâmica, assim como proporciona maior espaço para paradas militares, como demonstração do poder. Para além da abertura de ruas e avenidas mais largas, acrescentando movimento e perspectiva ao plano da cidade barroca, a regularização de ruas sinuosas e instalação de praças ajudaram a compor o novo conceito urbano vivido na Época Moderna. No entanto, as permanências de traçados anteriores têm continuidade nesse período, assim como em momentos precedentes, e são evidenciados a partir da sua fisionomia, que foge da dominante, da permanência de construções mais antigas e, por vezes, até da sua cota de circulação (Ribeiro, 2008; Benevolo, 1993).

Apesar de morfologicamente não existirem cidades iguais, os estudos realizados têm permitido destacar a importância de analisar a génese das diferentes formas urbanas, bem como os processos de crescimento que conheceram, com perspectivas comuns a todos eles. Relativamente à morfologia do sistema viário temos as ruas retas e uniformes em contraste direto com as ruas irregulares, e esses dois sistemas estão associados às formas de crescimento, estas podem divergir entre o planeado e as formas

de crescimento orgânico ou espontâneo, apesar da possibilidade dessas duas formas coexistirem. Importa igualmente ter em consideração que apesar das ruas irregulares estarem normalmente associadas ao crescimento orgânico, e os traçados regulares às cidades de crescimento planeado, não é imperativo que as ruas sinuosas sejam por norma uma consequência de um crescimento espontâneo, e o mesmo se aplica na situação inversa (Capel, 2002).

2.1.1 Crescimento planificado

A cidade que se desenvolve de maneira planificada conforma-se na disposição formal do espaço a partir de um ordenamento prévio (Ribeiro, 2008). A organização dos espaços urbanos está associada às formas geométricas, como o círculo que aparece desde cidades primitivas até às cidades da antiguidade tardia, medieval e islâmica, reaparecendo também em cidades barrocas (Capel, 2002).

O plano ortogonal é o traçado de maior expressão na forma de urbanização planeada, caracterizando-se por ruas inter cruzadas em ângulos de 90°. Teve a sua maior difusão durante o Império Romano, como uma forma simples de distribuir e organizar o espaço das cidades. Contudo, é importante referenciar que as primeiras formas urbanas ortogonais que se tem conhecimento, a partir de investigações arqueológicas, aparecem no III milénio a.C. na região do Vale do Indo, na Suméria, Assíria e na Babilónia, posteriormente no Egito em cidades como *Kahun* e *Achut Aton* e, ainda, na América Pré-colombiana (Capel, 2002; Ribeiro, 2008).

A fundação de cidades com traçado ortogonal encontrou nas colónias gregas um primeiro momento de difusão, a partir do século VI a.C., na Jónia (Ribeiro, 2008, p. 98; Mumford, 2004). Foi, segundo Aristóteles, Hipódamo de Mileto o primeiro a utilizar e racionalizar o plano ortogonal e, apesar de já termos o conhecimento de que as primeiras configurações urbanas ortogonais antecedem o mesmo, Hipódamo terá um papel primordial na teorização e disseminação desse plano, justamente por ter sido o primeiro a elaborar a teoria de uma cidade organizada a partir de um planeamento funcional de traçado ortogonal, pelo Ocidente e Oriente (Capel, 2002; Pelletier, 1982). O plano hipodâmico compreendia a conformação da cidade como uma entidade integrada, composta por elementos organizados e distribuídos por um plano racional e funcional, e foi aplicado na reconstrução da cidade de Mileto, destruída pelos Persas em 494 a.C., a partir da qual será sistematicamente replicado em diferentes cidades de fundação grega, a partir do século IV a.C., influenciando as cidades etruscas e, por meio destas, as cidades de fundação romana (Pelletier, 1982; Morris, 1992).

Tal como já referido, os romanos utilizaram o traçado ortogonal como uma forma de organização, controle e reestruturação dos territórios conquistados, fundando as novas cidades a partir do traçado de

dois eixos perpendiculares principais, o *kardo maximus*, no sentido Norte-Sul, e o *decumanus maximus*, no sentido Este-Oeste, convergindo de um centro estruturante (*decussis*), próximo ao qual era geralmente implantado o *forum* (Capel, 2002). A partir desses dois eixos viários, eram traçadas as ruas secundárias, seguindo a mesma orientação, que complementavam a malha urbana reticular ao delimitar os espaços compreendidos pelas *insulae*, destinados às construções (Morris, 1992). *Marciana Traiana Thamugadi* (Timgad, Norte de África), fundada no ano 100 d.C. pelo imperador Trajano, constitui-se como um grande protótipo da urbanização romana, formada por um plano regular de formato retangular, com *insulae* quadradas (Morris, 1992; Pelletier, 1982; Ribeiro, 2008).

Mas, o plano ortogonal e as ruas retas e regulares irão ser igualmente aplicados nas novas cidades medievais fundadas na Europa em diferentes contextos, e nas cidades surgidas ou sobretudo renovadas na época moderna.

O urbanismo medieval que se constituiu sobre a malha urbana romana poderá ter dado continuidade a determinados elementos do contexto que o precedeu, como a reutilização de elementos arquitetónicos, mas também de estruturas viárias (Capel, 2002, p. 171). Para o período compreendido na Alta Idade Média é comum ocorrer o reaproveitamento de muralhas, de edifícios e ruas, ainda que com a contração demográfica o meio urbano fique reduzido ao redor de locais sagrados, verificando-se o abandono de áreas e estruturas das cidades. No entanto, as transformações ocorridas na sociedade medieval, a partir do “renascimento” do século XI, ocasionaram em muitos locais a sobreposição do antigo plano ortogonal por um traçado irregular, que se origina a partir de diferentes reformulações derivadas das novas necessidades da população (Ribeiro, 2008, pp. 110–111). Para além da permanência de determinados trechos viários romanos, existem também aglomerados urbanos medievais que irão privilegiar a organização planeada e regular do sistema de ruas, como algumas cidades fundadas em contextos de expansão e defesa do território em França (*bastides*), Inglaterra (*news towns*), Itália e as cidades novas em terras reconquistadas aos muçulmanos na Península Ibérica, que adotaram o traçado ortogonal e a regularidade (Capel, 2002), como é o caso português de Monção ou Monsaraz, vilas construídas junto à raia com Espanha (Gaspar, 1969).

A aplicação dos ideais do Renascimento à cidade, a partir da restituição de princípios clássicos, como a regularidade e a ordem, resultou na reestruturação de determinados elementos urbanos, como as fortificações, abertura de novas vias, criação de novos espaços, que refletiram as novas convicções desse período (Ribeiro, 2008, p. 114). As ruas, que passaram por um processo de linearização, permitem dotar as cidades de espaços abertos e amplos que alteram a sua estrutura urbana (Mumford, 2004). A abertura de vias principais, regulares e amplas, como *Champs Elysées* (Paris) e *Unter den Linden*

(Berlim), permitiram o acesso e a comunicação com caminhos regionais e outros edifícios, inseridos nessa nova dinâmica urbana. No entanto, a principal função desempenhada por essas ruas principais relaciona-se com a maior mobilidade a elas associada, a partir de uma densificação do tráfego nos centros urbanos (Morris, 1992).

A aplicação do sistema ortogonal aos planos urbanos modernos pode ser localizada em diferentes contextos, desde a renovação e construção de novos bairros, afastados dos centros históricos, até ao planeamento de cidades de fundação nova, como aquelas que foram fundadas por portugueses e espanhóis na América Latina (Morris, 1992).

Estes princípios renascentistas serão incorporados e inovados pelo urbanismo barroco que se manifesta com o uso da perspetiva e do movimento associados à linha diagonal, que permitiu a abertura de uma nova escala do desenho urbano, para atender aos seus preceitos urbanos básicos, ou seja, regularidade, axialidade, simetria, ortogonalidade, proporção, perspetiva e movimento (Capel, 2002, p. 181). Os ideias da cidade barroca, um espaço cenográfico, irão materializar-se através da reorganização dos espaços urbanos, com a abertura de avenidas mais amplas, para atender ao tráfego cada vez mais congestionado e com novos ritmos, mas também através da ordenação das áreas periféricas associadas ao crescimento e expansão das cidades (Ribeiro, 2008, p. 115; Benevolo, 1993).

2.1.2 Crescimento orgânico

O crescimento orgânico ou espontâneo é aquele que normalmente ocorre sem uma planificação prévia do espaço, adaptando-se às condições do terreno e às necessidades dos seus habitantes, associado muitas vezes com o domínio das iniciativas privadas e a fragmentação do espaço público para a organização, ou reorganização, dos recintos urbanos (Ribeiro, 2008). Não sendo imperativo que uma cidade de trama irregular esteja totalmente associada a uma falta de planeamento, pois existem cidades que possuem evidentes formas de planificação que não estão expostas nos seus sistemas de circulação, visto que toda a sociedade se rege segundo normas que, mesmo que indiretamente, afetam a organização do seu espaço – hierarquia social, disposição das ruas, casas e o uso do solo, normatização jurídica (Capel, 2002, 99).

As *polis* gregas possuíam um urbanismo inicial espontâneo, sem um sistema de orientação e calçamento das suas vias de comunicação, patente em cidades como Delos e Atenas, que evoluíram segundo as conformações dos seus territórios (Capel, 2002, p. 108; Mumford, 2004, p. 182). A ausência de um sistema de orientação das ruas em cidades de fundação grega é apontada por Aristóteles como

uma forma de defesa do território, o que demonstra como esse formato viário teria um importante papel na sociedade em que se insere.

Roma, capital do Império Romano, também conheceu um crescimento orgânico, o que demonstra uma dualidade entre a capital e as suas colónias, tendo sido, como já referido, o traçado regular e planeado maioritariamente adotado nas cidades provinciais de fundação *ex novo*. A capital do Império possuiu ruas de carácter linear, contudo, não chegou a adotar uma planta ortogonal no sentido que vivenciaram as suas colónias, ao contrário, por ser uma cidade de grande densidade demográfica e ritmos de vida mais acelerados que condicionaram a sua conformação (Ribeiro, 2008). O centro histórico romano influi como o maior exemplo de crescimento orgânico patente na capital do Império Romano, de maneira que novas formas surgiam seguindo as necessidades, sem um planeamento prévio (Morris, 1992).

As cidades medievais da cristandade europeia foram grandes exemplos de crescimento orgânico, pautado por ruas irregulares originadas a partir da desorganização do plano romano que as antecedeu, ou a partir de formas de crescimento lento em torno de edifícios religiosos ou burgos comerciais que consentiram a formação de eixos viários com formas sinuosas e estreitas, alguns becos sem saída.

Efetivamente, a partir do século XI e ao longo dos séculos XII e XIII, os novos dinamismos económicos e políticos, vão permitir a reabilitação e formação de novas cidades por toda a Europa, onde a muralha foi uma presença constante, também ela e as suas portas foram uma condicionante da morfologia dos arruamentos, com zonas de mercado, largos e praças, edifícios de poder e zonas residenciais (Ribeiro, 2008, p. 124; Chueca Goitia, 1996; Mumford, 2004).

Grande parte das ruas irregulares medievais irá persistir nas cidades ao longo da Idade Moderna mesclada com algumas ruas regulares e largas, fruto da aplicação dos ideais de ordenamento e regularidade renascentistas, maioritariamente aplicados ao crescimento das zonas periféricas, que se verifica em redor dos caminhos rurais que permitiam ligar os centros urbanos (Ribeiro, 2008, p.126). Portanto, a regularização do traçado urbano não será uma constante durante o crescimento das cidades europeias no período moderno, assim como o plano irregular aparece em cidades novas fundadas na América, como Olinda e Rio de Janeiro (Capel, 2002).

3 Enquadramento histórico de Braga

A cidade de Braga, objeto de estudo do nosso trabalho, situa-se na região do Entre Douro e Minho, e assume-se, mesmo antes da sua fundação romana, como um centro religioso, político e económico de grande importância geoestratégica (Lemos, 1999). Localizada numa colina aplanada de baixa altitude,

quando colocada a par com o relevo dominante na região, ocupa um local geoestratégico privilegiado, entre as bacias dos rios Cávado (Norte) e Ave (Sul), pelo fácil acesso aos recursos disponíveis em abundância, água, pedra, argila, madeira e solos férteis, e pelo amplo domínio visual da paisagem circundante (Martins *et al.*, 2012; 2017d).

Existem poucos vestígios referentes à ocupação pré-romana do local onde se fundou a urbe, no entanto, a existência de um balneário indígena localizado na base da colina de Maximinos e um santuário dedicado à deusa *Nabia*, conhecido como Fonte do Ídolo parecem atestar uma utilização diversificada pelas comunidades da região da área envolvente do local ocupado pela cidade (Martins, 2009).

Na realidade, a natureza topográfica, em associação com o contexto de povoamento pré-romano da região, assim como a existência de boas vias de comunicação terão sido fatores determinantes para a fundação de *Bracara Augusta* (Martins *et al.*, 2012).

3.1 A cidade romana

3.1.1 Fundação e Alto Império

Fundada no século I a.C., pelo imperador Octávio César Augusto, *Bracara Augusta* teve a sua génese no contexto da organização e pacificação do Noroeste Peninsular. Detentora de um papel essencial na consolidação do poder imperial na região, com o fim das guerras cantábricas, e a imperativa necessidade de integrar as populações indígenas que povoavam este território, a cidade foi subsidiada por uma rede viária que tornou possível a comunicação com os diferentes centros urbanos romanos provinciais e a sua capital (Martins, 2009). Como forma de integrar os heterogéneos territórios a norte do Douro, foram então inaugurados instrumentos políticos que permitiram uma maior articulação entre a capital do Império e as necessidades locais, designadamente *conventus iuridici*, cuja implantação foi realizada ainda no período augustano, como tem sido referenciado na *tabula Lougeiorum* (Dopico Caínzos, 1986). A capitalidade dessas regiões jurídicas ultimou a fundação, entre 16 e 13 a.C., de duas cidades para além de *Bracara Augusta*, nomeadamente *Lucus Augustie* e *Asturica Augusta* (Martins, 2009; Martins *et al.*, 2018).

Apesar de não ser fácil balizar cronologicamente a fundação destas cidades, já se sabe que por volta dos anos 3 e 2 a.C. a cidade bracaraugustana já estaria ocupada, como as evidências arqueológicas e epigráficas permitem documentar, possibilitando igualmente o reconhecimento da origem do seu povoamento, de natureza civil (Martins e Carvalho, 2016; Martins *et al.*, 2018), assim como que a população residente se identificava e reconhecia como romana.

O processo fundacional de *Bracara Augusta* terá contemplado os habituais ritos de fundação, herdados dos etruscos, nomeadamente a auscultação dos auspícios, a orientação (*orientatio*), a delimitação (*delimitatio*) e a consagração (*consacratio*), os quais terão sido determinantes para o seu traçado ortogonal, orientado a N/NO e S/SE (Martins *et al.*, 2012; 2017b), em articulação com o cadastro rural (Carvalho, 2009). Os ritos compreendiam, na sua essência, a demarcação e sacralização do espaço que daria origem à cidade, a partir de uma série de etapas que reconheciam o *mundus*, delimitavam o *pomoerium* e demarcavam o *templum*. Assim era definido o planeamento do espaço onde se projetaria a malha urbana, que para algumas cidades deve ter sido o resultado da fossilização de determinados ritos realizados pelos augures que permitiam a definição das fronteiras entre o *ager* e o interior sacralizado dos centros urbanos, bem como inscreviam jurídica e religiosamente os espaços, seus *limites* e suas funções (Chevalier, 1974; Orfila *et al.*, 2017; Taylor 2006).

A aplicação destes rituais nas cidades romanas de fundação *ex novo* reforça a existência de um projeto urbanístico modular, que antecedia a fundação. A materialização da cidade no território exigia um planeamento da paisagem urbana, e esse planeamento seguiria um programa adaptado ao território e às características sociais e económicas da população, o que pressupõe que a conformação urbana poderia estar relacionada com uma projeção idealizada em colaboração com o corpo civil (Martins *et al.*, 2018).

Apesar da escassez de vestígios arqueológicos que permitam documentar os primeiros anos pós-fundacionais, as intervenções arqueológicas realizadas em Braga ao longo das últimas quatro décadas permitiram elaborar uma proposta de plano urbano da cidade fundada por Augusto, em 16 a.C. Com orientação NNO/SSE, consistia num modelo planimétrico regular, desviado cerca de 16 graus a norte, com 156 pés (cerca de 46.20m) entre os eixos das ruas, dimensionando lotes com cerca de 120 pés de lado (35.52 x 35.52m), e para os espaços limítrofes aos eixos viários principais, lotes com 120 x 114 pés (35.52 x 33.74m) (Martins *et al.*, 2017b).

Portanto, reconhecido e restituído a partir de diferentes dados arqueológicos, posteriores ao período de Augusto, nomeadamente pórticos, ruas, cloacas e edifícios (Magalhães, 2019), o plano de *Bracara Augusta* organizava-se em torno de dois eixos estruturantes das cidades romanas, o *kardo maximus* e *decumanus maximus*. Com uma largura aproximada de 24 pés (cerca de 7m), convergiram, como era habitual, para um espaço de grande importância e magnitude, o *forum*, sobre o qual possuímos uma localização sugestiva através de uma referência a esse edifício no mapa de *Braunio*, que assinala a localização desse importante centro romano nos arredores da capela de S. Sebastião (Martins *et al.*, 2017b; 2017e; Martins e Ribeiro, 2013).

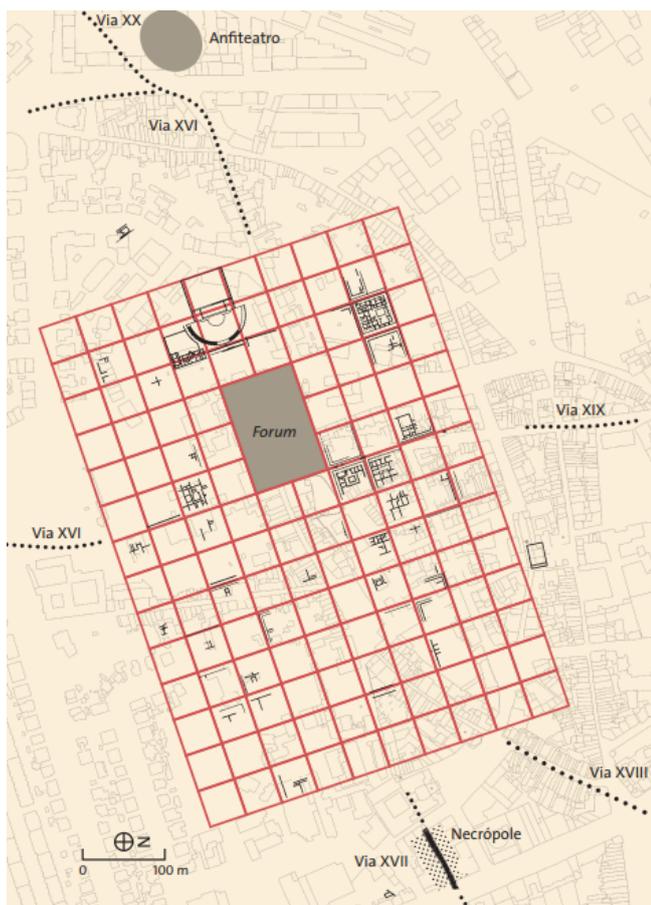


Figura 1. Proposta de restituição da malha urbana fundacional ©Martins *et al.*, 2018

A partir dos dois eixos viários principais foram definidos os *kardines* e *decumani menores*, com largura aproximada de 12 pés, responsáveis por organizar a restante malha urbana da cidade romana, nomeadamente os quarteirões ou *insulae* de características regulares, onde serão inseridos os edifícios públicos e privados (Magalhães, 2019; Martins *et al.*, 2017b).

Sob o sistema viário foram construídas as infraestruturas que permitiam o saneamento, abastecimento e distribuição de água (Martins *et al.*, 2017b; Ribeiro, 2008). Como constituinte característico da composição planimétrica da cidade bracaraugustana temos os pórticos anexos às ruas, essenciais para as relações sociais e económicas que se desenvolviam ao longo da cidade que funcionariam como um elemento de articulação entre o domínio público, o sistema viário, e as áreas construídas (Magalhães, Ribeiro, Martins, 2015; Martins *et al.*, 2017b).

Relativamente à disposição das ruas e ocupação dos lotes, o modelo definido antes da urbanização terá mantido as suas proporções, com variações mínimas em relação às dimensões e alinhamentos. Estas variabilidades estiveram por vezes relacionadas com as especificidades do terreno, que obrigavam a adotar diferentes soluções, mas também com a implementação do edificado e natureza de ocupação

dos lotes, ou mesmo com o rompimento de determinados eixos para a edificação de grandes edifícios urbanos. Por isso, é preciso compreender as variabilidades a partir da perspectiva de que o plano fundacional é uma projeção para dar forma à urbanização da cidade, de modo que com a sua passagem do plano teórico para a sua materialização ocorrem adaptações (Martins *et al.*, 2018). No caso de *Bracara Augusta* o modelo permanece quase sempre muito aproximado aos momentos fundacionais, com desvios mínimos na orientação, nas dimensões dos quarteirões e dos eixos viários limítrofes (Martins *et al.*, 2017b; 2018; Magalhães, 2019).

Também os elementos que permitem identificar o urbanismo na dinastia júlio-cláudia em *Bracara Augusta* são escassos, no entanto, quanto às estruturas viárias foi possível reconhecer a utilização de silhares para a delimitação dos traçados das ruas. Essas estruturas definiram igualmente as áreas dos quarteirões, assim, a formalização de áreas que se destinavam para a construção de edifícios públicos ou privados deve ter sido definida a partir do traçado das ruas (Magalhães, 2019). No que concerne a atividade construtiva, pode-se citar o edifício pré-termal e a monumentalização da Fonte do Ídolo, sendo esse exterior ao recinto urbano, nas proximidades da Via XVII. Apesar de poucos, os materiais arqueológicos detetados nas escavações demonstram uma amostragem relevante, seja de cerâmicas e moedas, ou ainda de materiais que atestam atividades produtivas, tanto no entorno do *forum*, como em áreas periféricas, anteriores à primeira metade do século I (Martins, 2005; Martins *et al.*, 2012).

A cidade passou, durante o período flávio-antonino, por um programa construtivo de monumentalização a partir da inserção no espaço urbano, assim como na periferia, de edifícios públicos como termas, teatro, anfiteatro e equipamentos de artesanato (Magalhães, 2019; Martins e Fontes, 2010; Martins *et al.*, 2012; 2017a; 2017b).

Em meados do século II d.C. a cidade romana já se encontrava extensamente ocupada, atingindo o máximo da sua expansão. A presença da casa itálica clássica (*domus*) de *atrium* e *peristilo*, com banhos privados, e envolvida por pórticos, que dariam acesso às *tabernae* e possibilitavam a circulação dos pedestres, pode ser considerada bastante expressiva, podendo ocupar quarteirões inteiros ou apenas uma parcela deles (Magalhães, 2019; Magalhães *et al.*, 2015; Martins, 2009; Martins e Fontes, 2010; Martins *et al.*, 2012, 2017e).

A monumentalidade e as características arquitetónicas, com qualidade aproximada aos padrões imperiais, estariam relacionadas com o estatuto de *Bracara Augusta* como capital do *conventus bracaraugustanus*, com funções de capital administrativa, onde residiriam importantes e abastadas elites. A inserção da cidade na rede viária principal, que permitia que a comunicasse com outros

importantes centros urbanos hispânicos, nomeadamente as cinco vias imperiais, XVI, XVII, XVIII, XIX e a via per loca marítima (Alarcão, 1987), contribuíam para o dinamismo económico e urbano da cidade.

De facto, vale ressaltar que, apesar das três cidades que capitalizaram os *conventus* do noroeste ibérico terem sido implantadas ainda nos finais do século I a.C., as *formae* dessas *urbis* são bastante diferentes, o que é revelador dos distintos propósitos e motivações que subjazeram as suas fundações. *Bracara Augusta* e *Lucus Augusti* foram construídas de raiz e ambas com uma matriz civil, mas os seus planos urbanos revelam uma maior homogeneidade espacial no centro administrativo bracaraugustano, enquanto o seu homólogo lucense materializa uma modulação retangular irregular, tanto na forma como na dimensão das áreas construídas uma modulação retangular irregular (Martins *et al.*, 2012; 2018; Magalhães, 2019; Folgueira Ríos, 2020). Por sua vez, *Asturica Augusta* foi o resultado da adaptação de um acampamento militar a um centro urbano civil, cujo interesse e controlo, por parte de Roma, não cessou devido ao escoamento do ouro explorado na região, o que produziu uma sociedade bastante distinta das outras capitais e cujo dinamismo económico e comercial entrou em rápido declínio com o fim da extração aurífera (Sevillano Fuertes e Vidal Encinas, 2002; Vidal Encinas e González Fernández, 2018).

3.1.2 A cidade baixo-imperial

Apesar das vicissitudes do Baixo Império, Braga manter-se-á como um importante centro urbano, elevada a capital da província da *Gallaecia*, por Diocleciano, e dotada de uma poderosa muralha de torreões circulares, construída entre finais do século III e inícios do século IV, que deixou fora do seu perímetro áreas urbanizadas (Lemos *et al.*, 2002). Neste período, a arqueologia testemunha igualmente uma significativa atividade construtiva, patente em processos de remodelação dos edifícios públicos e das *domus*, que adquirem inclusivamente maior requinte (Magalhães, 2019).

A construção da muralha numa altura em que a cidade se encontrava plenamente urbanizada resultou necessariamente numa reconfiguração paulatina do espaço urbano. Para além de incluir áreas periféricas ao traçado fundacional, deixando de fora outras, como testemunham as ruínas arqueológicas, a muralha fechou um espaço até então aberto, transformando a cidade num espaço enclausurado apenas com algumas saídas, portas que ligavam às principais vias (Ribeiro, 2008). Paulatinamente os pórticos passam a ser ocupados com construções, aumentando a área construída das *insulae*. Ao mesmo tempo, alguns eixos de comunicação perdem a sua funcionalidade, passando a ficar fechados pela muralha, desaparecendo progressivamente incorporados no edificado urbano em sucessivos processos de reparcelamento e perda da regularidade (Fontes *et al.*, 2010).

Por fim, a instalação da muralha definiu em suas áreas adjacentes, intra e extramuros, corredores que durante determinado período se mantiveram como espaços isentos de construções, delimitando uma zona de circulação. Posteriormente esse espaço passa a ser ocupado por edifícios, que acompanham a orientação da muralha, sendo assim, a orientação dos edificadados pode ter deixado de acompanhar a malha fundacional, a partir do novo marcador urbano inserido entre finais do século III e início do IV (Pereira, 2018).

As modificações construtivas ocorridas no período baixo imperial traduzem-se igualmente no abandono e remodelação de determinados edificadados, ocasionados por alterações de suas funções iniciais, decorrentes desde logo das transformações urbanas e arquitetónicas associadas à adoção do Cristianismo. O teatro terá perdido suas funções no século IV, interpretação semelhante é colocada para o anfiteatro e as termas do Alto da Cividade que passaram por reformulações de carácter utilitário neste período (Fontes *et al*, 2010; Martins *et al*, 2012).

Processo semelhante ocorreu no balneário antonino identificado nas zonas arqueológicas da rua Afonso Henriques n.ºs 42-56 e da Frei Caetano Brandão n.ºs 183-185/Santo António das Travessas n.ºs 20-26', transformando a funcionalidade de alguns compartimentos em sucessivas reformas até o século IV. Existiu, portanto, um momento de remodelação nas termas de *Bracara Augusta*, após a sua elevação a capital da *Gallaecia*, que resultaram na subtração de determinadas salas quentes em prol de espaços frios, com pavimentos ricamente ornamentados em mosaicos, pouco conservados nas zonas arqueológicas de Braga, mas que permitem realizar um paralelo entre o momento político e a intensificação de investimentos construtivos, tanto públicos como privados (Martins, 2005; Martins *et al*, 2012; Cunha *et al*, 2014).

Portanto, em contraponto a essas remodelações em edifícios relacionados ao ócio e usos privados, que registaram um forte dinamismo construtivo, o teatro instalado no Alto da Colina da Cividade foi desafetado ainda no período que entremeia os séculos III e IV, abandono que pode ter tido paralelo no anfiteatro (Martins *et al*, 2012; 2015; 2017a). Esse processo de desmantelamento de edifícios de espetáculos foi posteriormente continuado com a desafetação das termas do Alto da Cividade no século V, convertendo o setor a oeste do *forum* em uma área periférica da cidade tardia (Martins *et al*, 2015; 2017a). Entende-se, portanto, que os espaços associados ao ócio e ao entretenimento característicos da cidade clássica foram perdendo sentido, à medida que as novas centralidades advindas da cristianização do Ocidente se enraizavam na sociedade urbana, processo acrescido com a elevação da cidade a sede episcopal, de forma que torna possível associar a cristianização de *Bracara Augusta* com sucessivas transformações da topografia urbana (Kulikowsky, 2004; Martins *et al*, 2015).

Ao abandono do teatro e posteriormente dos balneários públicos, seguiu-se a instalação de edifícios de diferentes utilizações, sejam elas residenciais ou artesanais, que desmantelaram ou se serviram das estruturas anteriores para as novas instalações (Martins *et al.*, 2017a). Assim, o rompimento da estrutura viária da cidade romana ocorreu na zona a poente do *forum* a partir da instalação, na área envolvente daquele complexo de edifícios do século II, de construções com novas funcionalidades, aproveitando-se das estruturas pretéritas, o que reforçou a desassociação da malha ortogonal fundacional, já previamente estrangida nessa área para a instalação do teatro e termas (Martins *et al.*, 2013; 2015).

Dessa forma, é possível entender a cidade baixo imperial como um reflexo de diferentes alterações políticas, económicas e sociais, fortemente condicionada pela construção de uma muralha que irá provocar a médio prazo alterações substanciais na conformação do plano urbano, por isso, em termos gerais, admite-se a manutenção da trama ortogonal neste período (Martins *et al.*, 2012). Igualmente, a intensa atividade construtiva pública e privada que se regista traduzem a importância da cidade ao longo do século IV e o seu papel central na organização provincial da Hispânia, a partir da sua elevação como capital provincial e sede de Bispado (Martins *et al.*, 2012; Ribeiro, 2009/2010).

O processo vivenciado em *Bracara Augusta* possui contornos semelhantes a *Lucus Augusti* e *Asturica Augusta*, na medida em que também essas terão sido dotadas de muralhas entre os séculos III e IV, o que parece condizer com uma política regional de estratégia defensiva das cidades do noroeste hispânico (González Fernández, 2005; Gutiérrez González e Arias Páramo, 2009; Martins *et al.*, 2012; Paz Peralta, 2015). Ao realizarmos o paralelo entre as cidades baixo imperiais de Lugo e Braga, é possível analisar as semelhanças em relação às transformações urbanas resultadas da implantação das suas muralhas. Tanto uma como a outra ocasionaram o desmantelamento parcial ou total de edifícios, assim como incluíram no perímetro amuralhado zonas periféricas às suas plantas fundacionais, acarretando uma alteração topográfica e paisagísticas a nível da imagem dessas cidades (González Fernández, 2005; Martins *et al.*, 2012; 2017c; Dopico Cainzos, 2016; Pereira, 2018; Folgueira Rios, 2020).

Dessa forma, apesar das disparidades em relação à distribuição dos eixos de circulação, quadrados e muito regulares em *Bracara Augusta* em contraposição a *Lucus Augusti*, que se conformou a partir de quarteirões irregulares em formato retangular, a evolução urbana terá seguido contornos muito semelhantes nessas duas capitais conventuais, desde a implantação de suas infraestruturas nos primeiros anos pós-fundacionais, como a delimitação dos quarteirões, o sistema viário e as estruturas de abastecimento e drenagem das águas, ou mesmo situar no século II o momento de maior esplendor

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

construtivo em ambas, até a edificação da muralha tardia, com a formalização de um *intervallum* (González Fernández, 2005; Magalhães, 2019).

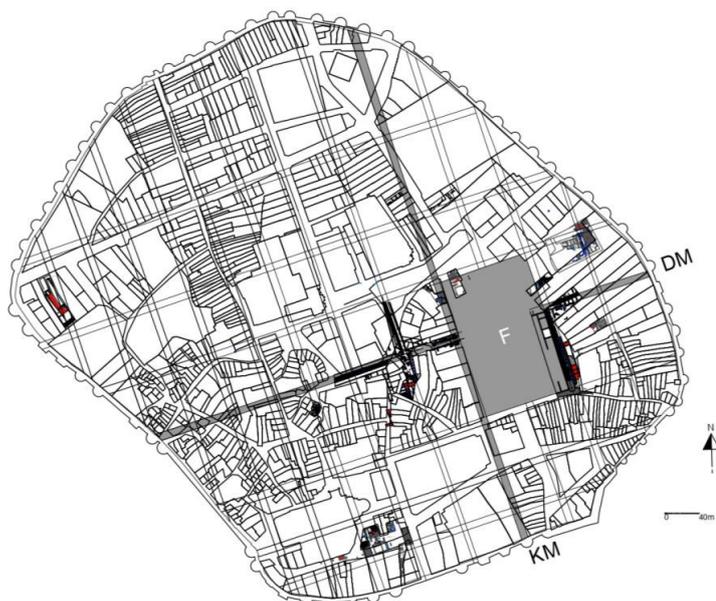


Figura 2. Planta representando *Lucus Augusti* no Baixo Império, com a identificação dos eixos viários principais, bem como a muralha erguida entre os séculos III e IV ©Folgueira Rios, 2020

3.2 A cidade na Antiguidade Tardia

No século V, com o domínio suevo da região, Braga manteve-se como sede de Bispado e é elevada a capital do reino suevo, registando um certo dinamismo construtivo, com reformas nos edifícios públicos e nas habitações. Terá sido um período de continuidades, que se mantém parcialmente, mesmo após a passagem para o domínio Visigodo, muito embora se registre o progressivo abandono de alguns edifícios que perdem a sua funcionalidade (Ribeiro 2009/2010; Fontes *et al.*, 2010). As alterações morfológicas da malha urbana, iniciadas com a construção da muralha no Baixo Império, seguidas do estreitamento dos eixos viários a partir de sua progressiva invasão pelo avançar das construções e o adensamento populacional urbano, tiveram uma continuidade no período de transição entre a cidade tardo antiga e a alto medieval, momento em que se vê também uma continuidade na utilização das necrópoles romanas (Ribeiro, 2008; 2009/2010; Fontes *et al.*, 2010).

A cidade tardo antiga não terá perdido, portanto, sua importância económica, visto que mantém contatos mercantes com outras localidades do Império Romano, notório na presença de cerâmica importada e cunhagem de moeda semelhantes às emissões imperiais para esse período (Martins e Fontes, 2010). Logo, se ao longo dos séculos V e VI Braga se mantém como centro político e administrativo, refletindo em uma estabilidade populacional e económica, com a invasão da cidade no último quartel do século VI por *Leovigild*, Braga perde seu estatuto de capital política, mas mantém seu

protagonismo religioso, o que proporcionou uma certa continuidade da sua importância económica, religiosa, cultural e populacional (Ribeiro, 2008; Fontes *et al.*, 2010).

Com as transformações ocasionadas pela difusão do Cristianismo e o conseqüente surgimento de novas centralidades sociais e urbanas, designadamente a partir do aparecimento da primeira basílica paleocristã intramuros (Fontes, *et al.* 1997/1998), a cidade passará por processos transformadores do seu plano urbano mais significativos. Estes processos, iniciados no Baixo Império, tornam-se particularmente evidentes com o avançar do século VII com a concentração da população no quadrante nordeste da cidade romana amuralhada, em torno da basílica paleocristã.

Efetivamente, a primeira basílica paleocristã documentada, erguida sob a atual catedral, irá constituir um polo agregador da população, ao mesmo tempo em que se regista igualmente uma dispersão pela periferia, nomeadamente em torno de edifícios cristãos construídos junto das principais vias imperiais e necrópoles romanas. Estas primeiras basílicas cristãs surgidas na periferia da cidade atuarão como aglutinadores populacionais, sobretudo as de S. Pedro de Maximinos, S. Vicente e S. Vitor (Martins e Ribeiro, 2013; Ribeiro 2009/2010, p. 189).

A nova configuração da cidade alto medieval regista assim a diminuição da área intramuros para cerca de 7,5 hectares com a construção de uma nova muralha, que reutilizará o troço norte da estrutura romana do Baixo Império, fazendo-se cercar a sul pela construção de um novo muro (Martins e Ribeiro, 2013; Ribeiro e Melo, 2013, p. 190; Ribeiro e Fontes, 2015). Ainda assim, algumas ruas octogonais romanas terão mantido a sua regularidade, como aconteceu com a medieval rua Verde (Martins e Ribeiro, 2023).

3.3 A cidade medieval

As novas dinâmicas políticas, religiosas e sociais encetadas pelo fim da administração romana, face à fixação dos povos germânicos na península (Halsall, 2017), bem como o avanço da cristandade, especialmente associada com a incursão de S. Martinho de Dume ao reino suevo (Silva, 2017), produziram novas realidades urbanas. Logo, a partir do século XI, com a restituição da arquidiocese de Braga, a nomeação do bispo D. Pedro e a sagração da catedral, em 1089, a cidade vai encetar um processo de desenvolvimento com repercussões na organização do espaço urbano. Paralelamente à área cercada durante a Alta Idade Média, sobreposta ao quadrante nordeste da cidade romana, começam a ser referidas nos documentos ruas e portas que se localizam na sua periferia, atestando o alargamento do espaço urbanizado para além dos limites da cerca alto medieval (Ribeiro e Melo, 2012). Nos inícios do século XIV, a referência à torre do castelo (1315), bem como construção do novo paço dos arcebispos

nos terrenos a norte, fora de muros, terão contribuído para o alargamento da muralha para norte e nordeste numa altura em que a arqueologia permite documentar o abandono da utilização da parte norte da muralha romana, reutilizada, como já referido para delimitar o perímetro norte da cerca alto medieval.

A reorganização da arquidiocese de Braga fomentou a expansão do património edificado de cariz religioso, da qual as ações do bispo D. Pedro emergem como um forte exemplo dessa relação entre urbanidade, arquitetura e os sinais de demonstração de poder – evidenciados com a edificação da atual Sé Catedral, da Escola Capitular e a expansão das posses capitulares (Costa, 1997-2000 citado por Ribeiro, 2008). Até os finais do século XIV, o património urbano eclesiástico sofre um acréscimo decorrente de testamentos, doações e bens adquiridos, reforçando o poderio religioso como um centro moderador da topografia urbanística de Braga (Ribeiro, 2018).

Efetivamente, entre os séculos XI e XV Braga sofrerá um aumento demográfico que originará a expansão urbana para além do núcleo constituído durante a Alta Idade Média, testemunhado pelo aumento da área intramuros a partir da construção de uma nova muralha, no século XIV. A nova cerca duplica praticamente a área amuralhada, que passa para cerca de 15 hectares, envolvendo o castelo e o paço arquiépiscopal, colocando a Sé em posição central no espaço urbano (Martins e Ribeiro, 2013; Ribeiro, 2008, p. 498; Ribeiro e Melo, 2013; Ribeiro *et al.*, 2018, p. 374). A construção dessa cerca esteve pautada em diferentes fases e por um período alongado, finalizado nos finais do século XIV, período no qual as remodelações foram impulsionadas pelo monarca D. Fernando I, num momento em que a instabilidade do reino esteve muito patente, justificando assim as ações do rei na remodelação das cercas em diferentes regiões de Portugal (Ribeiro, 2008; 2017).

Por outro lado, o castelo medieval foi construído entre as primeiras décadas do século XIV até o século XV, tendo sido desmantelado apenas no século XX. Essa longa cronologia ocupacional perpassou por diferentes fases de remodelação relacionadas à sua perda de função defensiva ao longo das transformações vividas no território bracarense no decurso da transição da cidade medieval para moderna e, por conseguinte, desta para a cidade contemporânea (Ribeiro, 2008). Se o castelo traduz a intervenção régia em Braga, conjuntamente à muralha, uma cidade marcada fortemente pelo poder religioso como senhorio eclesiástico, a construção do antigo Paço dos Arcebispos assinala ampliação do poder eclesiástico ao edificar um novo conjunto residencial dos arcebispos e clérigos, por ação do arcebispo D. Gonçalo Pereira (Marques, 1986; Ribeiro, 2017a; Martins *et al.*, 2021).

As remodelações da muralha que culminaram, no século XIV, na anexação do Castelo e dos terrenos a norte, posteriormente reconhecidos como Campo da Vinha, deixa claro que o Paço Arquiepiscopal, o Castelo e a Muralha se apresentam como estruturas defensivas, características desse período. Mas

apontam as relações de demonstração e afirmação dos prestígios e poderes dos arcebispos, representados no Paço, que rivalizavam com o poder régio, que por norma participaria ativamente na reestruturação das defesas de aglomerados urbanos, como o castelo e a muralha baixo medieval (Ribeiro, 2008; Marques, 1983 citado por Martins *et al.*, 2021).

Ao nível da morfologia urbana, no que concerne aos eixos viários, assiste-se a um lento desaparecimento do traçado urbano romano, sobreposto pelos arruamentos medievais, que mantiveram em alguns locais a orientação romana, e uma visível diminuição de eixos de circulação no sentido E/O (Martins e Ribeiro, 2013). Estruturalmente há uma intensificação do traçado orgânico, irregular, a partir da fragmentação das *insulae* e de uma invasão dos espaços públicos pelas reformulações construtivas (2009/2010). Todavia, apesar das transformações ocorridas no plano urbano, a área da cidade medieval sobreposta ao quadrante nordeste da antiga cidade romana terá como expressão uma certa regularidade viária e dos seus quarteirões (Rua Verde, Rua das Travessas e Rua da Erva), ao contrário das áreas relativas à assimilação das periferias, relacionadas à adaptação ao novo perímetro amuralhado, onde os eixos viários sinuosos são mais característicos, como a Rua de Janes, Rua do Postigo e Rua Nova (Ribeiro, 2009/2010).

De uma maneira geral, os conceitos de regularidade, próprios da cidade romana, perdem significado para dar lugar ao crescimento orgânico da cidade, adaptado aos novos cenários, mas com a permanência de alguns troçados que, inclusive, se mantiveram até à Idade Moderna (Martins e Ribeiro, 2013). Deste modo, parte do núcleo amuralhado que se desenvolve sobre a malha urbana romana, numa zona historicamente consignada como bairro das Travessas, herda alguma da regularidade do sistema viário romano, como a Rua Verde, enquanto a zona de crescimento para norte e noroeste regista já um traçado condicionado pela muralha, possuindo características mais irregulares (Martins e Ribeiro, 2013; Ribeiro e Fontes, 2015).

3.4 A cidade moderna

Se as cidades europeias são palco para as transformações no plano urbano, derivadas dos novos conceitos de organização espacial, advindos da apreciação dos ideais clássicos, a cidade de Braga não foge a esses processos. A partir do século XVI, a cidade medieval de Braga conhecerá um dinamismo urbano assinalável, intra e extra muros, nomeadamente com o crescimento para as zonas periféricas, em torno das antigas vias romanas, adquirindo uma forma radiocêntrica, responsável por influir as formas de crescimento de Braga até a contemporaneidade (Ribeiro, 2008; 2009/2010).

O arcebispo D. Diogo de Sousa será o responsável por introduzir na cidade, entre 1505 e 1532, os novos conceitos de regularização viária e o melhoramento das infraestruturas, respondendo assim às transformações urbanas difundidas com o Renascimento, reflexos dos ideais de planeamento e ordenamento urbano desse período (Ribeiro, 2009/2010 p. 194; Martins e Ribeiro, 2013). Dentre as obras realizadas por ordem desse arcebispo encontram-se a abertura de ruas, praças e largos (Campo das Hortas, Campo de Santa Ana, Campo da Vinha, Campo dos Remédios e o Campo das Carvalheiras), a execução de novas estruturas relativas ao abastecimento de água como chafarizes e fontes, o calcetamento de praças e ruas, reformulações do Castelo, da Sé Catedral e do Paço dos Arcebispos, para além dessa importante ação no âmbito morfológico citadino será também responsável por uma renovação arquitetónica com a introdução do estilo manuelino (Fafiães, 2015; Ribeiro, 2008; 2009/2010).

A abertura de novas ruas e praças, amplas e de carácter regular, e a organização de parcelas mais homogêneas e com menor profundidade, fazem com que o plano urbano da Braga Moderna se antagonize com algumas características pretéritas que apresentam determinada continuidade em zonas específicas da cidade, presentes nos troços medievais que sobrevivem mesmo com o avançar da Idade Moderna (Ribeiro, 2008).

Por outro lado, os avanços das construções para os limites do perímetro amuralhado, por vezes com a incorporação dos alçados da muralha nos novos edifícios, resultaram de um contexto de pacificação do reino português, associados às novas dinâmicas políticas, económicas e sociais que se desenvolveram na Península Ibérica. A estabilidade económica advinda da expansão portuguesa para o Ultramar, associada aos processos de consolidação do reino e de deslocação dos conflitos europeus para as colónias, contribuíram para as transformações das cidades, tendo em vista que a antiga forma urbana parece se desligar das novas formas de representação de riqueza e poder.

Efetivamente, a partir do século XVI, a muralha medieval fernandina, construída ao longo do século XIV, começa a ser progressivamente incorporada ao tecido urbano, perdendo a sua função defensiva, registando construções a ela adossadas. (Ribeiro e Melo, 2013). A essa circunstância associa-se a abertura de novos caminhos, que a passam a circundar pelo exterior e permitem ligar os campos/largos mandados abrir por D. Diogo de Sousa, situados em frente das portas da muralha medieval (Ribeiro e Melo, 2013).

Em termos gerais, o centro da cidade moderna será gradativamente caracterizado por uma malha mais regular, com ruas mais largas, e alterações significativas no edificado, sobretudo a partir da introdução da perspetiva urbana e arquitetónica do Barroco, que terá seu momento de esplendor a partir

do século XVIII, por influência dos arcebispos e pela ação de arquitetos bracarenses, como André Soares e Carlos Amarante (Ribeiro, 2009/2010, p. 197).

4 Objetivos do estudo

Este trabalho visou estudar a evolução do sistema viário da cidade de Braga, desde a sua fundação romana até à época moderna, através do estudo das transformações morfológicas que Braga sofreu no decorrer desse período, para dessa forma compreender as interrupções e continuidades do sistema viário urbano da cidade. Este estudo teve também como propósito identificar as influências dos traçados de épocas anteriores na conformação das transformações da morfologia urbana dos períodos subsequentes, ou seja, entender as influências romanas na cidade medieval, e essas na cidade moderna.

Um terceiro objetivo, compreendeu reconhecer as relações entre as ruas e o desenvolvimento orgânico, bem como entre o centro urbano e as periferias, no decorrer das transformações citadinas advindas de diferentes períodos históricos, políticos e económicos. Para este estudo foi necessário a utilização de uma metodologia que permitiu analisar o sistema viário a partir de diferentes tipos de fontes existentes para o estudo da evolução urbana de Braga.

Para o trabalho de investigação aqui realizado foi necessário reconhecer Braga como uma cidade de carácter profundamente histórico, que se desenvolveu inserida em diferentes contextos geográficos, históricos, económicos, culturais e sociais, que influenciaram também a sua dinâmica morfológica. Desde a sua fundação romana, com um traçado ortogonal, até as transformações modernas promovidas pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, as ruas compreendem um papel significativo na malha urbana como eixos de comunicação, circulação e, ainda, atuam como condicionantes do crescimento ou da retração urbana, sendo por isso essencial o seu estudo.

Portanto, esta investigação terá como objetivos principais:

- Identificar em que medida o traçado viário urbano influenciou a conformação urbana, desde a sua fundação até a época moderna;
- Entender a evolução do sistema viário da cidade de Braga no período compreendido entre a cidade romana e a cidade moderna;
- Reconhecer qual o papel dos eixos viários na relação do centro urbano com as periferias;
- Estudar as interrupções e permanências do sistema viário ao longo das transformações urbanas;
- Elaborar plantas interpretativas.

5 Fontes para o estudo da morfologia

O estudo dos processos de transformação urbana numa cronologia alargada beneficiam da utilização de dados provenientes de diferentes tipos de fontes, de modo a permitir obter de um conhecimento que, mesmo que fragmentado, seja o mais completo possível, tirando proveito do cruzamento de dados de natureza distinta: materiais, escritos, gráficos e cartográficos (Ribeiro, 2008; Ribeiro, 2009/2010; Ribeiro *et al.*, 2018).

Para o estudo dos componentes morfológicos da Braga romana, como o sistema viário, as fontes arqueológicas são essenciais, pois constituem as únicas fontes disponíveis, circunstância que já não se verifica para a cidade medieval em que, para além dos materiais arqueológicos recuperados e identificados ao longo das escavações no perímetro urbano de Braga, beneficia dos dados documentais e, no caso de Braga, cujas transformações na cidade moderna se encontram bem identificadas, da iconografia histórica do século XVI. Naturalmente, para a análise do espaço urbano no período moderno as fontes disponíveis são de uma gama mais diversificada e também os dados em maior número, provenientes, nomeadamente, da cartografia e da iconografia histórica, produzidas entre os séculos XVI e XVIII, e das fontes documentais e arqueológicas.

5.1 Fontes arqueológicas

As fontes arqueológicas, capazes de datar e caracterizar o sistema viário de Braga, evidenciam parte das grandes transformações ocorridas na dinâmica urbanística e nos espaços de circulação da cidade.

Neste trabalho faremos uso dos dados provenientes das escavações realizadas em Braga no âmbito do Projeto de Salvamento de *Bracara Augusta*, da responsabilidade da Unidade de Arqueologia da UMinho, que conta com mais de 40 anos de investigações e centenas de zonas arqueológicas intervencionadas. Trata-se de dados que abarcam uma ampla cronologia desde o século I d. C até à época moderna. Porém, de forma mais sistemática analisaremos os dados das zonas arqueológicas que possuem elementos relevantes para o estudo das transformações viárias.

As investigações arqueológicas em Braga estão limitada pelos constrangimentos característicos da arqueologia praticada em meio urbano, com áreas intervencionadas de forma descontínuas, reutilização de materiais romanos em construções de períodos subsequentes, destruições ocasionadas pela urbanização moderna, entre outros (Martins *et al.*, 2012). Ainda assim, e apesar dessas limitações, o conhecimento acerca do urbanismo e da arquitetura de *Bracara Augusta* é já bem significativo, tendo

permitido, inclusivamente, a elaboração de uma proposta da malha urbana fundacional (Martins et al 2017), circunstância que se traduz de vital relevância para a elaboração do nosso trabalho.

Nesse sentido, seleccionámos 12 zonas arqueológicas que apresentaremos de forma detalhada na parte II deste trabalho.

Na maioria destas zonas arqueológicas as escavações permitiram também exumar dados relativos à ocupação medieval e moderna. De uma maneira geral, o conhecimento acerca da Braga medieval decorre do cruzamento dos dados arqueológicos, escritos, iconográficos e cartográficos, permitindo uma compreensão alargada dos seus processos evolutivos, essenciais para o entendimento de determinadas transformações nomeadamente do sistema viário.

Os diferentes tipos de fontes disponíveis para o estudo da evolução urbana de Braga, desde a época romana até à idade moderna, para além das arqueológicas, faz parte do repositório da Unidade de Arqueologia da UMinho e integra o seu sistema de informação 2ArchIS (figura 3), circunstância que nos permitiu o seu uso, assim como beneficiar das suas potencialidades na interpretação dos dados e elaboração de plantas interpretativas.

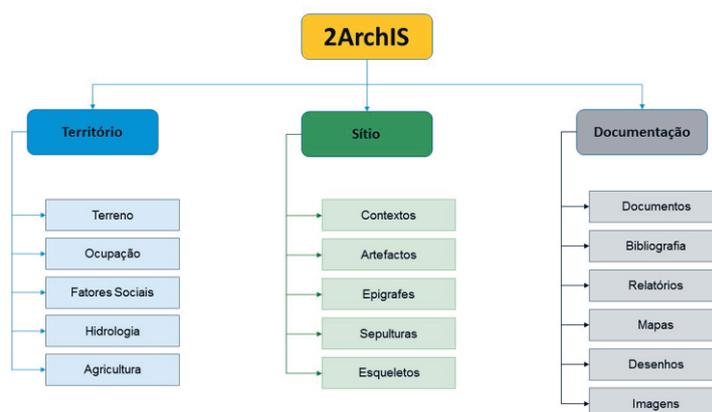


Figura 3. Exemplo da organização das entidades do sistema de informação 2ArchIS ©Botica *et al.*, 2020

O acervo digital, composto pelas fontes obtidas a partir das escavações realizadas em diferentes áreas da cidade de Braga, é organizado por Zonas Arqueológicas (ZA) distribuídas pela malha urbana, compondo uma imagem fragmentada, porém sistematizada, da cidade. No entanto, também foram tidos em consideração os achados ditos descontextualizados, como as epígrafes, os miliários e os elementos arquitetónicos.

Figura 4. Exemplo de um formulário de criação de UEs do *Back Office* ©Botica, 2017

5.2 Fontes documentais

Apesar da dificuldade em utilizar documentos históricos para elaborar um estudo morfológico de uma cidade, ao cruzar as informações documentais com outras tipologias de fontes é possível visualizar sua relevância, permitindo-nos confirmar ou abrir novas perspectivas referentes ao estudo da cidade medieval e moderna (Ribeiro *et al.*, 2018).

O estudo da evolução morfológica urbana de Braga beneficia em larga medida dos documentos disponíveis no Arquivo Distrital de Braga, produzidos pela instituição eclesiástica (Ribeiro, 2008; Ribeiro *et al.*, 2018). A seleção das fontes documentais utilizadas neste trabalho perpassou primariamente por uma seleção cronológica, incluindo documentos produzidos desde o século XV até o século XX, para passar em seguida para uma segunda seleção, nos termos de suas tipologias, nos quais foram restringidos os arquivos produzidos referentemente aos processos administrativos do Cabido da Sé de Braga, mais precisamente o *Índice dos Prazos das Casas do Cabido* (1406 – 1905) e o *Índice dos Prazos das Propriedades do Cabido* (1465 – 1517) – documentos estes que inventariam os imóveis pertencentes ao Cabido com dados relativos aos seus aspetos morfológicos, tipológicos, geográficos e, ainda, seus inquilinos, proporcionando dados referentes à forma urbana quando associadas às informações iconográficas e cartográficas (Bandeira, 2011; Ribeiro, 2009/2010).

Apesar das fontes documentais utilizadas se encontrarem associadas apenas às propriedades de uma instituição religiosa, tratando-se esta da maior proprietária urbana medieval, fornecem

indiretamente informações das características urbanas da cidade, nomeadamente quanto à toponímia de ruas e praças, assim como suas cronologias, logradouros e fachadas. Estas informações quando confrontadas com as fontes iconográficas e cartográficas permitem analisar da evolução do sistema viário no período medieval e moderno, mas que pode ainda, a partir de uma metodologia regressiva contribuir para o estudo do sistema viário da cidade romana (Ribeiro *et al*, 2018).

5.3 Fontes iconográficas e cartográficas

O acréscimo informativo obtido com as primeiras fontes iconográficas produzidas para Braga assume particular relevância na hora de estudo a evolução do sistema viário, principalmente quando associadas com outras tipologias de informação, como documentos históricos, vestígios arqueológicos e as composições cartográficas.



Figura 5. *Bracarar Avgvste descriptio*, por Georg Braun, 1594 ©UAUM

Identificado como a primeira representação iconográfica de Braga, a ilustração intitulada *nova Bracarar Avgvste descriptio*, que faz parte da obra *Civitates Orbis Terrarum*, usualmente conhecida por *Mapa de Braunio*, terá sido produzido em 1594, por Georg Braun. Mesmo não se tratando de um mapa com rigor cartográfico, representa uma imagem geral do urbanismo bracarense no século XVI e permite, ainda, a partir de uma análise regressiva, a identificação de elementos urbanos referentes a períodos anteriores, como a provável localização do *forum* romano, identificado no mapa através de uma inscrição, e, sobretudo, acerca da cidade medieval e dos diferentes elementos urbanos que a compõe, como as muralhas e portas, os principais edifícios públicos, o sistema viário ou a massa construída. Do mesmo modo, a partir da sua confrontação com mapas de épocas posteriores, permite reconhecer as

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

transformações e permanências do urbanismo da cidade moderna e contemporânea. (Ribeiro, 2008; Ribeiro *et al.*, 2018).

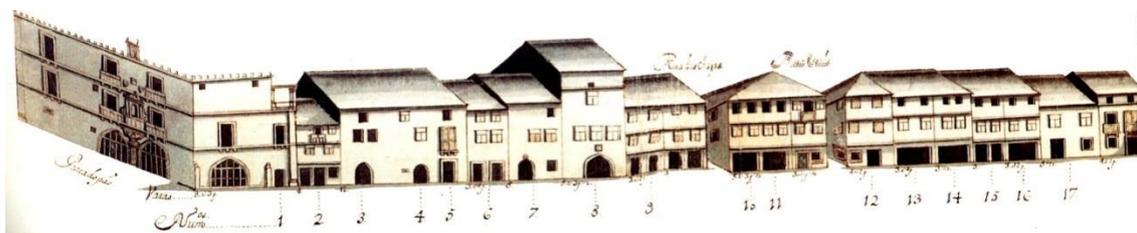


Figura 6. Fragmento do Mapa das Ruas de Braga, século XVIII ©UAUM

O estudo do sistema viário do século XVIII colhe informação em duas representações: *Mapa das Ruas de Braga* (MRB) e *Mapa da Cidade de Braga Primas*. O MRB constitui um livro formado por desenhos à escala das fachadas dos edificadros que definiam as ruas onde o Cabido da Sé de Braga possuía imóveis. Elaborado em 1750, com o intuito inventariar as propriedades urbanas eclesiásticas dispersas pela malha urbana, que se encontram assinaladas com um número com correspondência com os Índices dos Prazos das Casas do Cabido (Martins e Ribeiro, 2013; Bandeira, 2000).



Figura 7. Mapa da Cidade de Braga Primas, por André Ribeiro Soares da Silva, século XVIII, a escala de 1:2000

©UAUM

Por sua vez, o *Mapa da Cidade de Braga Primas*, elaborado por André Ribeiro Soares da Silva, datado do século XVIII, à escala de 1:2000, fornece uma imagem geral da cidade com elevado rigor nas suas proporções, conciliando a perspetiva com a escala, projetando tridimensionalmente a forma urbana, ao estilo barroco (Ribeiro *et al.*, 2018).

No período oitocentista destaca-se a produção de duas fontes cartográficas, em diferentes escalas, de grande detalhe, rigor e pormenor geométrico do plano urbano no século XIX. O mapa elaborado à escala de 1:4000, por Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, possibilita uma leitura topográfica do traçado de Braga, não pormenorizando as parcelas e os edificados, mas esse fator não diminui a sua importância como fonte para o estudo rigoroso da malha urbana (Ribeiro *et al.*, 2018).

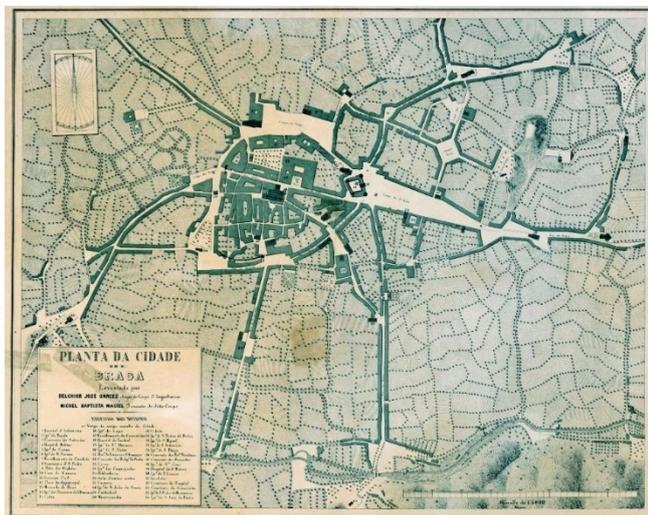


Figura 8. Mapa elaborado a uma escala de 1:4000 por Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel, século XIX

©UAUM

O levantamento topográfico elaborado por Francisco Goullard, em 1883-1884, à escala de 1:500, representa os traços da cidade anteriores às transformações iniciadas nos finais do século XIX, que rompem com o traçado urbano medieval. Permite, ainda, um estudo rigoroso do sistema viário, quarteirões, lotes, áreas edificadas sendo por isso uma fonte cartográfica de elevado grau de pormenor e importância para o estudo da evolução do sistema viário de Braga (Ribeiro *et al.*, 2018, p. 169).



Figura 9. Fragmento do Levantamento topográfico por Francisco Goullard, 1883-1884, a uma escala de 1:500

©UAUM

Como suporte cartográfico em formato digital utilizou-se o levantamento topográfico de 1992, mandado executar pelo município de Braga, usado como suporte primário para a representação cartográfica deste trabalho.



Figura 10. Levantamento topográfico de 1992 ©Câmara Municipal de Braga

6 Metodologia

A metodologia de investigação usada neste trabalho encontra-se alinhada com os estudos realizados acerca da morfologia urbana de Braga, nomeadamente a tese de doutoramento de Maria do Carmo Ribeiro, que concretizou à macroescala uma leitura da evolução da paisagem urbana, desde a época romana até à Idade Moderna. Por sua vez, a tese de Fernanda Magalhães contribuiu para o estudo da arquitetura doméstica urbana romana de *Bracara Augusta*, fornecendo um panorama da cidade romana e da utilização de espaços públicos. Igualmente importantes são os trabalhos realizados por Manuela Martins e Maria do Carmo Ribeiro, dos quais destacamos: “Em torno da Rua Verde: a evolução urbana de Braga na longa duração” (2013) e “O papel das vias romanas na formação e desenvolvimento periférico da cidade de Braga, desde a época romana até à atualidade” (2016). Por fim, refira-se a mais recente publicação sobre a malha urbana de *Bracara Augusta* (Martins *et al*, 2017). O modelo proposto nesta publicação servirá de base para a análise realizada sobre o sistema viário de *Bracara Augusta*, nomeadamente a designação numérica dos eixos viários e das insulas/quarteirões, como se apresenta na figura 11.

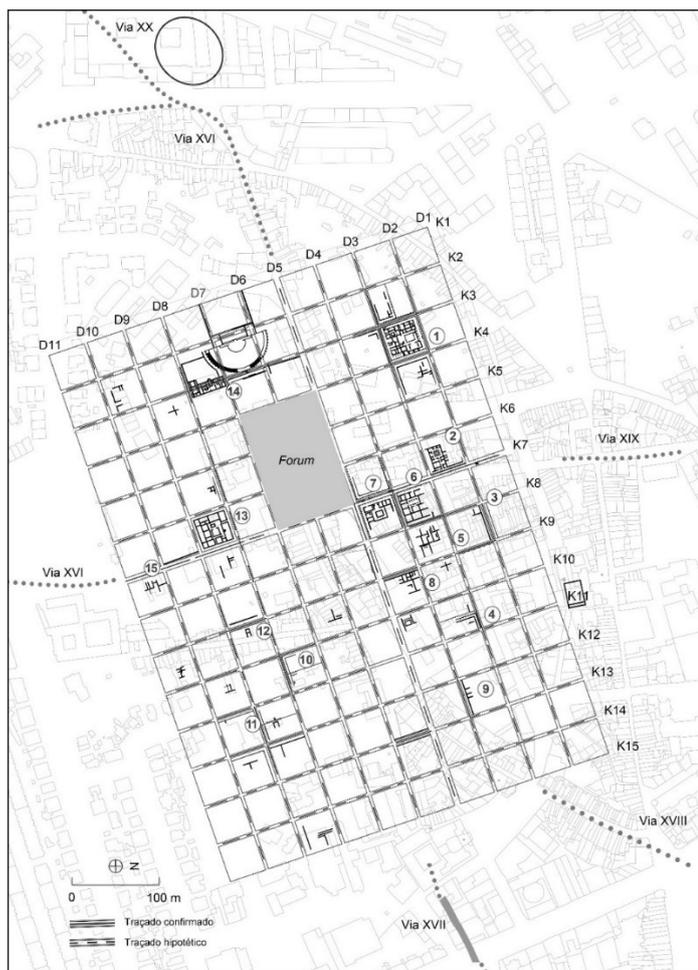


Figura 11. Proposta de desenho da malha urbana e do sistema viário ©Martins *et al.*, 2017b

Assim, utilizamos na nossa análise uma metodologia baseada na utilização de um conjunto de fontes diversificadas que incluíram os registos arqueológicos, documentais iconográficos e cartográficos produzidos para a cidade de Braga. A investigação pretendeu analisar e conjugar as diferentes fontes por estas se constituírem como testemunhos das mudanças ocorridas na morfologia urbana da cidade, na longa duração, o que permitiu a caracterização do sistema viário em toda a cronologia proposta nos nossos objetivos.

Assim, o trabalho efetuado partiu dos estudos já realizados com informações acerca da evolução viária de Braga. Assim, foi necessário, em primeiro lugar, analisar toda a ocupação romana que a cidade viveu ao longo dos seus primeiros séculos. Para o estudo morfológico da cidade no período romano tivemos como elemento principal as fontes arqueológicas, produzidas a partir das escavações desenvolvidas na cidade nos últimos 40 anos, sobrepostas com outros tipos de dados, como o *Mapa de Braunio*, que, apesar de se constituir de uma ilustração produzida no século XVI, possui informações que, a partir de uma abordagem regressiva, se revela como testemunho de períodos anteriores. Dentro do que designamos como fontes arqueológicas este trabalho utilizou os registos da base de dados da

Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (2ArchIS), assim como os elementos visíveis e que se constituem como parte da malha urbana atual.

Para os diferentes períodos analisados neste trabalho foram utilizadas diferentes combinações de fontes, seguindo o preceito das disponibilizações para cada período. Como já mencionado a cidade romana foi abordada a partir das fontes arqueológicas associadas à iconografia do século XVI, no entanto ao adentrar no estudo viário medieval acrescentam-se às fontes arqueológicas os documentos produzidos em âmbito administrativo para o Cabido da Sé de Braga, associados também à cartografia e iconografia de períodos subsequentes. Já para a Idade Moderna abre-se uma maior composição das fontes disponibilizadas, incluindo cartografias e iconografias produzidas nesse período e produções ulteriores, conjuntamente com fontes documentais e a sobrevivência de elementos arquitetônicos desse período até a atualidade.

As fontes documentais incluídas neste trabalho, abarcam os documentos produzidos no âmbito eclesiástico pela Arquidiocese bracarense, responsável por um grande acervo documental referente à Braga Medieval. Por último, para as fontes iconográficas e cartográficas, as informações produzidas entre os séculos XVI e XX, nomeadamente o *Mapa de Braunio (nova Bracaræ Avgvste descriptio)*, de 1594, o *Mappa das Ruas de Braga*, elaborado em 1750 pelo Padre Ricardo Rocha, o *Mappa da Cidade de Braga Primas*, produzido no século XVIII por André Ribeiro Soares da Silva. Foram ainda utilizadas produções ulteriores, como a planta de Braga por Belchior Garcez e Miguel Macia, o levantamento topográfico de 1883-1884 por Francisco Goullard e, como base para o processo investigativo, o levantamento topográfico dos anos 90 do século XX – produzido pela Câmara Municipal de Braga. As fontes iconográficas e cartográficas produzidas nesse intervalo temporal de cinco séculos serviram tanto para o estudo do período em questão, como também permitiu identificar traços de períodos anteriores que ainda tenham resistido na paisagem urbanística retratada.

Inserido na recolha de fontes propícias para o estudo da evolução viária bracarense foi utilizado um olhar sobre o panorama do elemento urbano atual, permitindo o acesso a uma nova abordagem que incidiu na identificação de elementos da paisagem a partir de um estudo *in loco* de seus percursos, espaços e ruas sob o ponto de vista do observador, como a composição de uma sequência de quadros em associação aos elementos cartográficos e iconográficos. Essa abordagem baseou-se em Panerai (2006), como uma forma de identificar a cidade a partir das modificações do campo visual de determinados trechos da cidade, pois o eixo viário é composto por diferentes elementos, desde as fachadas dos edifícios, os calçamentos, passeios e pórticos, até a sua funcionalidade de mobilidade urbana, e não deve ser estudado de forma desligada da sociedade e do seu utilizador.

Para além da análise das fontes aqui propostas foi realizado um processo de valorização e interpretação dos dados, produzindo ou confirmando novos caminhos interpretativos. A conjugação das informações foi realizada a partir de uma metodologia regressiva, com o cruzamento de diferentes fontes, para assim interpretar as transformações morfológicas de Braga. A metodologia regressiva inicia-se com o levantamento topográfico mais atual, a partir do qual foram sobrepostas informações anteriores, para assim analisar a evolução das ruas inseridas na malha urbana. Os dados recolhidos das diferentes fontes foram processados e armazenados na base de dados 2ArchIS, de modo que a sua análise e interpretação fosse realizada através dos SIG, para o qual utilizamos a cartografia atual da cidade de Braga como suporte. Essa sobreposição e análise da imagem da cidade no seu conjunto de fontes de diferentes períodos foi possível a partir da utilização de softwares, mais especificamente AutoCAD e QGis, para em seguida ser possível executar a caracterização das alterações ocorridas nos elementos estruturantes do espaço urbano pela reconstituição planimétrica de Braga.

Portanto, para responder aos objetivos propostos foram realizadas as seguintes etapas de investigação: recolha e análise das fontes que correspondam ao estudo em questão, seguida do seu tratamento gráfico e cartográfico, para assim efetuar a interpretação e conjugação das informações, permitindo uma visualização da evolução da malha urbana bracarense no período proposto para este trabalho, para assim, por último, valorizar e produzir nova informação.

PARTE II:

Parte II. Análise dos dados. As ruas de Braga

1 Zona Arqueológica das Carvalheiras

1.1 Descrição e historial da intervenção

O terreno da 'Zona Arqueológica das Carvalheiras' está inserido no quadrante noroeste da cidade romana de *Bracara Augusta*, com cerca de 1 900m², o que permitiu que ficasse na área exterior do que teria sido a cidade medieval, localizada a nordeste. Trata-se da única *domus* de átrio e peristilo escavada integralmente no território bracaraugustano, permitindo o estudo da arquitetura urbana privada e do urbanismo romano para o noroeste da Península Ibérica, tendo contribuído para a definição da malha urbana fundacional, o traçado ortogonal, através dos quatro eixos viários identificados, permitindo inclusive os a definição da dimensão dos quarteirões e de suas áreas porticadas.



Figura 12. Núcleo de ruínas da Zona Arqueológica das Carvalheiras ©UAUM

Essa localização periférica em relação à cidade medieval permitiu uma certa preservação dos seus vestígios, visto que essa área permaneceu sem novas edificações após o seu abandono, posterior ao século VII. No entanto, apesar de desprovida de construções que poderiam ter alterado toda a dinâmica arqueológica do terreno, a área construída terá sido alvo de subseqüentes saques, o que ocasionou uma variação do estado de conservação das suas ruínas (Martins, 1997/98; Martins *et al.*, 2017b; Magalhães, 2019).

Os trabalhos arqueológicos foram da responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, tendo a primeira fase de intervenção começado em 1983, prologando-se até 1986, na qual foi escavada uma área com cerca de 736m², permitindo a identificação do cruzamento de duas ruas romanas, reconhecidas como *kardo* K13 e *decumanus* D3, ladeadas de vestígios habitacionais com diferentes níveis de conservação (Magalhães, 2019).

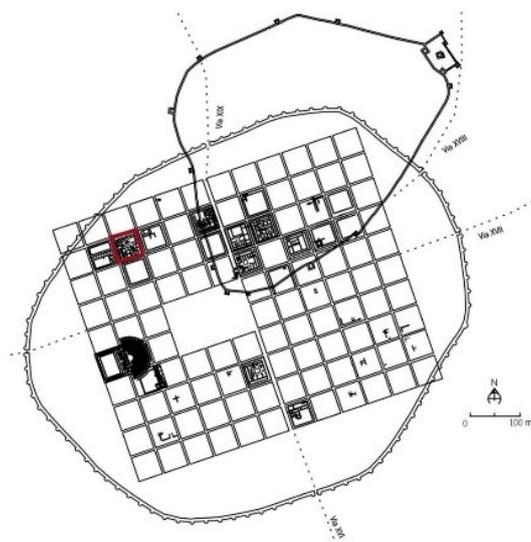


Figura 13. Quarteirão romano das Carvalheiras inserido nas plantas da cidade romana e baixo medieval ©UAUM

Em 1989 começou uma segunda fase de escavação, situada a oeste da área intervencionada nos anos anteriores, identificada por “Carvalheiras Oeste”. O terreno intervencionado foi utilizado como campo de cultivo, ocasionando o revolvimento de todo esse setor (Magalhães, 2019)

Entre 1991 e 1994, regista-se um terceiro momento de escavações, tendo sido intervencionadas as áreas a norte e a nascente do núcleo de ruínas escavadas até 1986, de forma a prosseguir a confirmação dos resultados adquiridos anteriormente, totalizando uma área de 328m², que possibilitaram o reconhecimento dos vestígios de um balneário e a delimitação das ruínas das unidades habitacionais que ladeavam o *kardo* K13 a nascente e o *decumanus* D3 a norte. No entanto, em 1992 ocorreu a escavação até o limite norte da área até então intervencionada, permitindo a escavação do peristilo de uma habitação e das salas do balneário, assim como a identificação de parte de outra rua, o *decumanus* D2 (Martins, 1997/98; Magalhães, 2019).

Em 1993 foi escavada uma área de aproximadamente 160m², possibilitando a identificação de um novo *kardo* (K12), no sentido este do lote. O outro setor escavado terá compreendido a zona norte do terreno, confirmando o limite do balneário, definindo a área entre a parede da construção e o *decumanus* D2. No ano seguinte foi escavada uma área de 112m², em diferentes setores do terreno, possibilitando a identificação das reformas da habitação e, ainda, das suas ruas envolventes. Essa terceira fase interventiva possibilitou a definição do quarteirão A, limitado pelos *decumani* D2 e D3 a norte e sul respetivamente, a nascente pelo *kardo* K12 e a poente pelo *kardo* K13. Para além da definição desse quarteirão, onde se insere a *domus* das Carvalheiras, permitiu a identificação de vestígios de estruturas relativas a três quarteirões romanos (B, D, E) associados ao arruamento do quarteirão A (Martins, 1997/98; Magalhães, 2019).

A quarta fase, limitada ao ano 2000, teve com objetivo a definição da planta do edifício. No ano de 2001 iniciou-se a quinta fase, com vista a proceder a escavação do lado nascente ao núcleo central de ruínas. Nessa intervenção foram detetadas ruínas de estruturas relativas à ocupação do quarteirão a nascente do complexo escavado (Magalhães, 2019).

A fase seguinte ocorreu em 2002 e incidiu na área correspondente ao cruzamento de duas ruas – *kardo* K12 e *decumanus* D3. Onde foi possível identificar, no setor de prolongamento das ruínas relativas ao quarteirão da *domus* das Carvalheiras e dos eixos de comunicação K12 e D3, vestígios que indicaram a presença de estruturas no espaço compreendido entre quarteirões romanos, permitindo analisar as transformações da morfologia urbana decorrentes na Antiguidade Tardia – onde se tornou visível o avanço construtivo sobre as vias (Magalhães, 2019).

Esta zona arqueológica é de elevada importância no estudo da estrutura urbana, pois permitiu a confirmação da malha urbana de *Bracara Augusta*, desde as dimensões das suas estruturas viárias e quarteirões, até ao dimensionamento dos pórticos e, ainda, das suas transformações como resposta às novas necessidades da cidade (Magalhães, 2019).

1.2 Caracterização das estruturas

1.2.1 Eixos viários fundacionais

Segundo as investigações realizadas em Braga sobre a fundação e povoamento da cidade romana foi definido que a sua ocupação terá tido início no período de transição para a nossa era, testemunhada em contexto funerário junto à construção da Via XVII (Braga, 2010; Magalhães, 2019). Assim, as atividades construtivas terão tido início nos últimos anos do século I a.C., sendo a marcação do traçado da cidade anterior a esse momento (Martins, 1997/98; Martins *et al.*, 2017b; Magalhães, 2019).

No período de delimitação da malha urbana romana foram identificados quatro eixos de comunicação que demarcam um quarteirão, onde se insere a 'Zona Arqueológica das Carvalheiras'. No decorrer dos períodos baixo imperial e tardo-antigo as ruas identificadas sofreram modificações relacionadas com o avanço do edificado, condizente com outros vestígios para essa mesma cronologia, como aqueles reconhecidos na 'Zona Arqueológica da rua Frei Caetano Brandão n.ºs 183-185/Santo António das Travessas' (Martins *et al.*, 2017b; Magalhães, 2019). Portanto, anteriormente à época flávia, na qual este terreno será dotado de um importante complexo habitacional, esse setor da malha urbana de *Bracara Augusta* deveria ser constituído apenas por quarteirões delimitados pelo cruzamento dos eixos de comunicação, possivelmente materializados com silhares, nos quais ocorreriam determinadas

atividades — que antecederam o processo de urbanização a partir de meados do século I e que terá provavelmente destruído as evidências preexistentes (Martins *et al.*, 2017b; Magalhães, 2019).

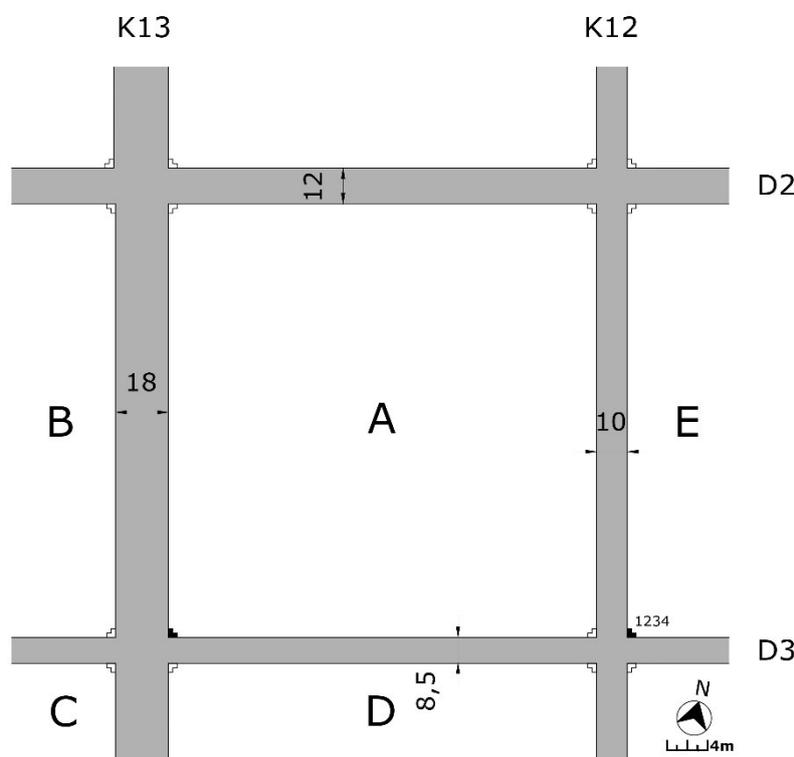


Figura 14. Planta do quarteirão romano das Carvalheiras na Fase I, com a inclusão das realidades que colaboraram na interpretação dos eixos viários

Os quatro eixos viários identificados para essa zona arqueológica compreenderam aos *kardines* K12 e K13 e aos *decumani* D2 e D3, com pendentes de 2 a 3% que seriam suavizados a partir de trabalhos de aterros e desaterros. Essas ruas delimitariam um quarteirão com uma área ocupada de 1 *actus*, com 120 pés de lado, possivelmente circundada por pórticos ao longo das suas quatro fachadas (Martins, 1997/98; Martins *et al.*, 2017b; Magalhães, 2019).

O *kardo* K12, com uma largura média de 12 pés (cerca de 3.60m), seria mais estreito entre os quarteirões A e E, distância definida a partir do dimensionamento entre o silhar de canto (UE1234), que articulava os pórticos oeste e sul do edificado do quarteirão E, com a área porticada da fachada nascente do quarteirão A, definida assim uma largura de 10 pés (aproximadamente 3m) (Magalhães, 2019). Este eixo viria a ser inutilizado ao longo das transformações decorrentes no período de transição entre os séculos III e IV, de forma que o avanço dos compartimentos construídos sobre essa rua ocasionou a unificação dos edificados nesse setor (Magalhães, 2010; 2019; Martins *et al.*, 2017b).



Figura 15. Detalhe do *kardo* K13 (S/N) ©UAUM

A poente da habitação de átrio e peristilo está o *kardo* K13, lajeada com grandes blocos graníticos como resultado de uma suposta última repavimentação no século V, que entre os quarteirões C e D apresentaria uma largura de cerca de 18 pés (aproximadamente 5,40m), dimensão estimada com base no alinhamento dos pórticos limítrofes à rua entre os quarteirões C e D – para o pórtico a oeste da rua a UE272, formalizando um muro muito pouco conservado, e a este a UE278, correspondente a um muro de datação presumivelmente tardia que terá encerrado o pórtico da fachada poente do quarteirão D. O respetivo eixo viário terá a mesma largura para o troço correspondente aos quarteirões A e B e, semelhante ao que ocorre ao *kardo* K12, sofrerá constrangimentos ao nível da invasão do edificado durante a sua fase tardo-antiga (Delgado e Lemos, 1985; Martins, 1997/98; Martins *et al.*, 2017b; Magalhães, 2010; 2019).

A rua limítrofe ao pórtico sul da *domus* de átrio e peristilo, o *decumanus* D3, desenvolve-se ao longo de 90m e materializa um piso endurecido, sobre o qual estaria assente um lajeado pouco conservado. Entre os quarteirões B e C esse eixo formalizaria uma largura de cerca de 8.5 pés (2.55m aproximadamente), definida segundo o alinhamento do pórtico norte do quarteirão C e por vestígios do pórtico sul do quarteirão B (Martins *et al.*, 2017b; Magalhães, 2019). Relativamente ao *decumanus* D2, disposto a norte da *domus* flávia, os dados são relativamente escassos, com uma largura estimada em 12 pés (cerca de 3.60m), seguindo os paralelos encontrados em outros setores de *Bracara Augusta*, tendo sido impossível confirmar as suas dimensões, devido às condicionantes do terreno e os constrangimentos da Arqueologia Urbana (Magalhães, 2019). Essa rua correria com uma inclinação de 2%, com cotas que oscilam entre 178.98m, a este, e 177.86m, a oeste (Ribeiro, 2008; Martins *et al.*, 2017b; Magalhães, 2019).

1.2.2 Pórticos

Quarteirão A

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

A construção dos pórticos na 'Zona Arqueológica das Carvalheiras' está associada à sua urbanização, em época flávia, conjuntamente com a construção de uma *domus* de átrio e peristilo, que ocupou a totalidade do quarteirão limitado pelas ruas K12, K13, D2 e D3 - identificado como Quarteirão A (figura 16). O respetivo terreno possui uma inclinação no sentido N/S e também, mas em menor grau, no sentido E/O, o que acabou por condicionar algumas soluções construtivas para a habitação, como a concretização de duas plataformas, divididas por um muro de contenção, comunicadas por duas escadas interiores que daria acesso a ambos os níveis da casa – um de carácter mais privado, com entrada através do *decumanus* D3, e outro de carácter público, com acesso pelo *decumanus* D2. Nas escavações decorridas ao longo de quase 20 anos foram identificados silhares para embasamento das colunas dos vãos dos pórticos exteriores, espaçados por norma em 10 pés (cerca de 3m), sobre os quais assentavam as colunas de maneira nivelada e, consoante capitéis identificados nas escavações, os pórticos da *domus* das Carvalheiras formalizariam a ordem toscana (Ribeiro, 2010; Magalhães, 2019).

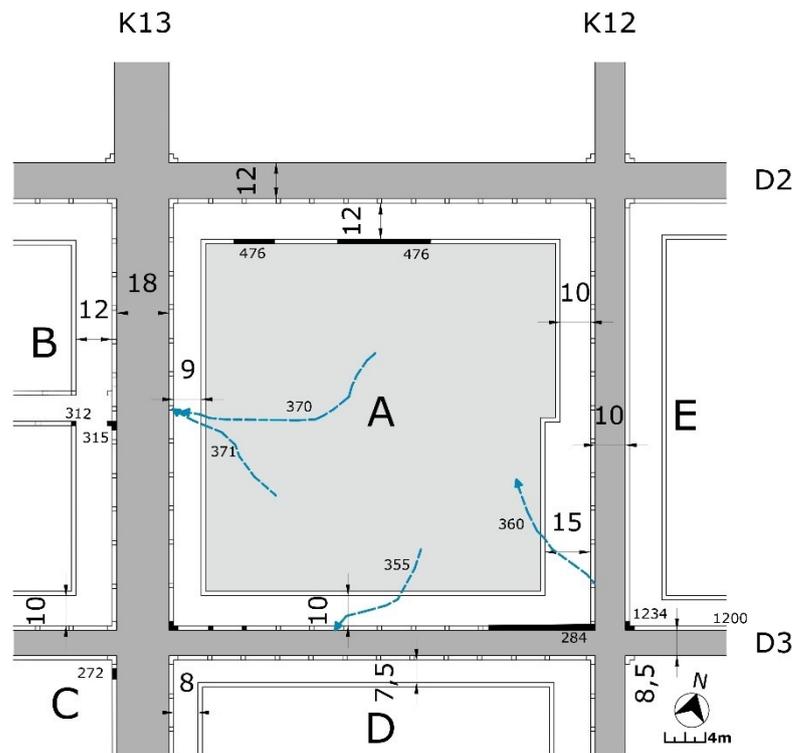


Figura 16. Planta da ocupação flávia na 'Zona Arqueológica das Carvalheiras' (Fase II), onde assinalamos as realidades que contribuíram para essa análise

Nesse quarteirão os pórticos possuíam dimensões variadas, das quais a sul e norte apresentam respetivamente larguras de 10 e 12 pés (3 e 3.60m, aproximadamente), enquanto as estruturas relacionadas com os *kardines* K12 e K13 definiriam espaços porticados mais estreitos. Ademais, para vencer o pendor do terreno, ao qual as ruas também tiveram de se adaptar, a solução construtiva adotada

incluiria, para os pórticos a nascente e a poente da habitação, a utilização de muros de contenção e a estruturação de plataformas comunicáveis por lanços de escada (Silva, 2000; Magalhães, 2019).



Figura 17. Projeção 3D da *domus* das Carvalheiras ©Magalhães, 2020

Ladeando o *decumanus* D3 encontra-se o pórtico que percorria toda a fachada sul da *domus*, com cerca de 129 pés (38.15m) de comprimento, indo de encontro aos muros que formalizavam os pórticos nascente e poente. Tanto a profundidade do pórtico, limitada pelo muro UE284, quanto a métrica modular entre os eixos das colunas que o compõem possuiriam dimensões de 10 pés (cerca de 3m), assentes em silhares de 1.5 pés (aproximadamente 0.45m), mesma medida referente à largura do muro UE284 – essa modulação poderá ou não ter correspondência em toda a área edificada, visto que os vestígios encontrados não permitem definir essa formalização com rigor, mas para o presente trabalho e relativamente aos pórticos do edificado do quarteirão A, foi adotada essa métrica entre colunas. Como as cotas desse eixo a nascente e a poente sofrem uma pendente de 1.42m, pode ter sido necessário a implementação de um pequeno lanço de escadas para vencer esse desnível (Magalhães, 2019, p. 87).

Segundo Fernanda Magalhães (2019), para a fachada limítrofe ao *decumanus* D2, é sustentável a existência de um pórtico, ao ter em consideração o espaçamento relativo à fachada da habitação e a rua – o qual corresponde a uma distância de 12 pés (cerca de 3.60m), valor recorrente de pórticos em outras zonas de *Bracara Augusta* (figura 16). No entanto, visto que a intervenção arqueológica para esse setor setentrional, com inclinação de apenas 2%, encontra-se impedida por corresponder a terrenos de edificados privados o que impediu a continuação da escavação, a interpretação foi realizada com base numa abordagem morfológica do quarteirão conjuntamente com o seu espaço construído.

Quanto ao pórtico da fachada ocidental, ladeando o *kardo* K13, há um diferencial relativamente às restantes fachadas da habitação, visto que a rua corria a uma cota superior em relação ao espaço definido para a circulação pedonal. Essa condição, consequência de um declive acentuado (cotas 181.77m, a sul e 178.22m, a norte), resultou na necessidade de instalação de uma escadaria para atingir a plataforma do pórtico setentrional. O muro de contenção das terras sobre as quais corria o *kardo*

K13 (UE327) serviria também de assentamento para as colunas dos pórticos, com uma profundidade de cerca de 9 pés (2.70m) em relação ao muro e à fachada da habitação (Martins, 1997/98; Magalhães, 2019).

Do eixo a nascente do edificado não se registam vestígios referentes à existência de um pórtico, inexistência justificada a partir da identificação de estruturas construtivas tardo-antigas sobre o eixo viário, o que teria ocasionado a sua destruição. No entanto, ao dimensionar a largura entre a fachada nascente e a rua e, ainda, ao associar essa informação com a hipótese de determinados muros pertencentes a essa zona formalizarem lanços de escada, que dariam acesso a diferentes plataformas desse eixo de circulação, torna possível interpretar a existência de uma zona porticada para o setor nascente, ladeando o *kardo* K12. As cotas dessa rua variam entre 178.98m e 183.19m, no sentido N/S, o que tornaria imperativa a necessidade de adaptação ao desnivelamento, para a qual foi proposta a formalização de plataformas comunicáveis por escadas. Partindo desse pressuposto, o pórtico nascente possuiria uma maior profundidade na parte sul, até ao alinhamento com o muro UE402, atingindo uma largura de 15 pés (aproximadamente 4.50m), onde se conformaria uma plataforma, para em seguida iniciar um estreitamento a norte, totalizando uma largura de apenas 10 pés (cerca de 3.00m), acompanhado de um pendor acentuado, vencido através de três lanços de escadas com 4 degraus cada, concretizando três plataformas (Magalhães, 2019).

A *domus* de átrio e peristilo da 'Zona Arqueológica das Carvalheiras' sofreu determinantes remodelações em meados do século II, alterando morfológica e estruturalmente o seu edificado, assim como parte dos pórticos a ele anexos. Apesar de se terem preservado a maioria das conformações estruturais, o desaparecimento da *domus* flávia viria a ter como efeito a formalização de novas funcionalidades para ambas as plataformas da habitação a partir da inserção, no quadrante noroeste, de um *balneum* – elemento termal público, mas de propriedade privada. A plataforma norte passará a uma utilização pública, com a transformação de seus compartimentos para a instalação do balneário e de espaços económicos, já a plataforma sul terá mantido no período antonino as suas características morfológicas, mas executará uma função privada, patente numa unidade habitacional, organizada em redor do espaço aberto, *oatrium* (Martins, 1997/98; Magalhães, 2019).

Ao passo que para esse período os pórticos das fachadas nascente e sul, anexas às ruas K12 e D3, permanecem com as características de época flávia, a reforma antonina para formalização do *balneum* irá renunciar a uma parcela do pórtico poente, alinhando o setor norte da fachada oeste do edificado ao limite do *kardo* K13, desmantelando parcialmente o muro dessa fachada. O troço mais a sul manterá as suas características flávias, a uma cota mais rebaixada em relação ao eixo de

comunicação que a ladeava (Magalhães, 2019). Outro setor que será alterado nessa fase construtiva será o possível pórtico limítrofe ao *decumanus* D2, visto a construção de uma grande canalização (UEs472 e 475) que se prolongava na fachada norte da nova construção, transformada para implementação do *balneum*, que teria como limite o muro UE476 - adossado à parede norte do *frigidarium*, identificada como UE473. Outro pormenor estaria relacionado ao muro (UE469) que faria o acesso ao setor oriental do *balneum* a partir de um pequeno desvio do alinhamento da fachada, efetuando um pórtico semelhante ao da entrada poente – deduz-se assim a impossibilidade de permanência de um pórtico ao longo da fachada setentrional do edificado construído (Martins, 1997/98; Magalhães, 2019).

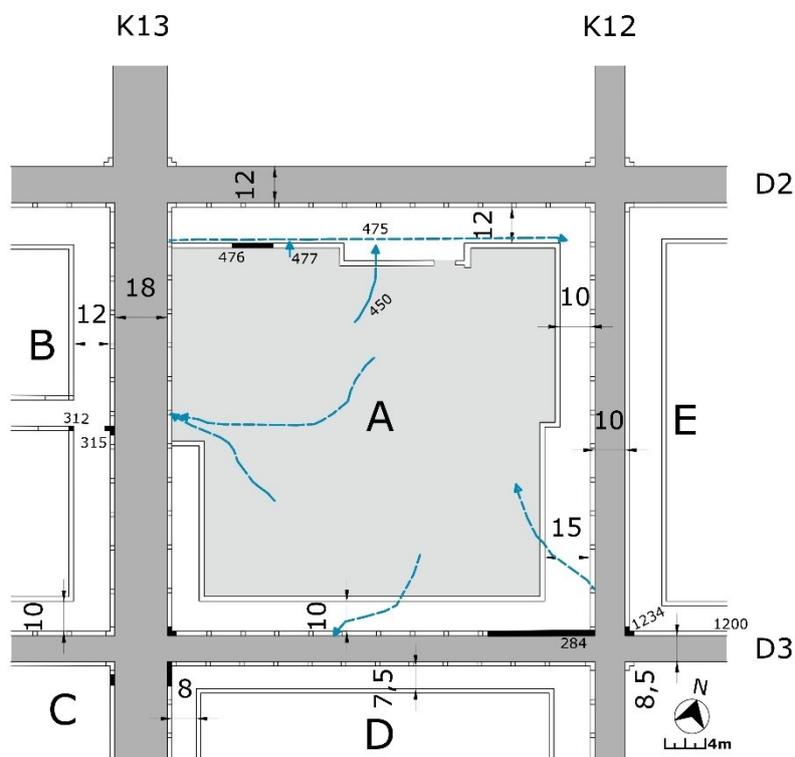


Figura 18. Planta das transformações decorridas em meados do século II (Fase III)

No período compreendido entre finais do século III e inícios do século IV foi realizada uma reconfiguração do edificado do quarteirão A da 'Zona Arqueológica das Carvalheiras', onde se efetuou um avanço das fachadas para os eixos de circulação. A reorganização terá tido um maior efeito nos pórticos nascente e sul, como consequência da implementação de um balneário privado no setor sudeste do quarteirão, bem como do avanço da área construída para o quarteirão E, de forma a unificar ambos os edificados (Magalhães, 2010; 2019). A fachada sul do quarteirão A sofreu maiores transformações, a partir de uma reorganização espacial que resultou no avanço de parte da fachada sobre o pórtico sul, até o muro identificado pela UE284, ocasionando uma amplificação da área edificada, ao mesmo tempo em que rompia o eixo de circulação pedonal para essa área e a sua articulação a nascente. O pórtico

um canto estrutural do edifício (UE312), a norte, articulado à UE313 – muro E/O. O quarteirão imediatamente a sul, identificado como quarteirão C, possui um número de evidências bastante reduzido, destacando a vala de saque do silhar de canto que definia a articulação dos pórticos que ladeavam o *decumanus* D3 e o *kardo* K13, assim como estruturas que permitiram os alinhamentos dos pórticos e o desenho da dimensão das ruas, quando associados aos vestígios dos quarteirões limitrofes, como a UE321 para alinhamento do pórtico norte e o muro UE272 para o pórtico nascente (Magalhães, 2019).

Igualmente para o quarteirão D os vestígios permanecem escassos, limitados pela impossibilidade de avançar as escavações para o terreno a sul, mas a identificação de muros tardos-antigos permitiram o reconhecimento do alinhamento de pórticos, possivelmente flávios, fossilizados nessas estruturas. Essas estruturas formalizam as transformações decorrentes do período que entremeia os séculos III e IV, como o muro UE278 que sinaliza o encerramento do pórtico da fachada poente do edificado, com uma largura estimada em 8 pés (2.40m), que ladearia o *kardo* K12, assim como o muro UE280 formaliza o fecho do pórtico norte desse mesmo quarteirão, com cerca de 7.5 pés de profundidade (2.25m) - segundo a identificação de um silhar (UE509) no muro UE280, e a definição do canto estrutural do edificado pelo silhar UE510. O reaproveitamento de silhares dos fustes da colunata do pórtico traduz-se na incorporação desses elementos em muros tardios (UE509 e UE281), assim como na estruturação da fachada baixo imperial do quarteirão (muros UEs507 e 533) (Magalhães, 2019).

A nascente do *kardo* K12 identifica-se o quarteirão E, sobre o qual são mais bem conhecidos os vestígios referentes aos limites sul e oeste, zonas sobre as quais foram erigidos pórticos de época flávia, correspondentes a uma possível *domus*. No limite sul do quarteirão foi reconhecido um pórtico junto ao *decumanus* D3, identificado através de um muro (UE1200) integrado por silhares, como a UE2134 – correspondente a um silhar de canto que articulava os dois pórticos identificados nas intervenções arqueológicas. O pórtico poente terá sido identificado através da vala de saque do muro UE1214, do qual se conservou *in situ* um silhar de assentamento da colunata (UE1345). Portanto, apesar das remodelações decorrentes ao longo da Antiguidade Tardia, que descaracterizam as formas flávias do edificado e dos seus pórticos anexos, através do reconhecimento de determinadas estruturas foi possível formular hipóteses quanto ao alinhamento do edificado e dos seus espaços envolventes, que formalizariam um prolongamento dos vestígios identificados no quarteirão A (Magalhães, 2019).

1.2.3 Estruturas hidráulicas

As estruturas relativas ao abastecimento e drenagem de água contribuem de forma indubitável para o estudo do plano viário, visto que as suas estruturas muitas vezes estão relacionadas às ruas e

aos pórticos exteriores, permitindo muitas vezes traçar as suas formalizações. A conduta de adução de água limpa do exterior (UE360), datada do terceiro quartel do século I d.C., apresentou-se mal conservada no momento da sua identificação, e serviria de abastecimento da cozinha da *domus* a partir do *kardo* K12, atravessando a parede identificada pela UE273 (Magalhães, 2019). Para drenar as águas em direção ao *kardo* K13 foram identificadas duas canalizações, a UE371, feita em elementos laterícios em forma de U, para escoar as águas do *impluvium* do átrio em direção à rua K13, e a UE370 referente à conduta que corria sob o corredor que daria acesso ao pórtico poente. Por último, foi identificada uma canalização implantada na alterite granítica, localizada em um dos espaços de ordem económica na fachada sul do edificado, a UE355, de origem incerta, mas que escoaria a água na direção oeste sob o pórtico sul, e que se mantém em funcionamento após a reforma antonina de meados do século II (Martins, 1997/98; Magalhães, 2019).

Com a instalação de um *balneum* antonino no setor noroeste da *domus*, edificada no quarteirão A, foi necessário aumentar o abastecimento de água limpa para a habitação, realizado através da rede de abastecimento da cidade. É presumível que a água limpa correria a partir do *kardo* K12 para a canalização UE405, que abasteceria as piscinas do *frigidarium* e a piscina do *caldarium*, correndo em direção à área porticada do peristilo, onde foi identificado um tubo de chumbo (*fistula aquariae*) com cerca de 1.58m de comprimento e uma secção de 0.14m. Da mesma rua também teria origem a canalização UE360, que abasteceria a cozinha da *domus* flávia e poderia ter se mantido em uso durante essa nova fase (Martins *et al.*, 2011; Martins e Ribeiro, 2012; Magalhães, 2019).



7 2V T 9 A 9 5 J 9 T

Figura 20. *Fistula aquariae* ©MDDS

Da mesma forma que o sistema de adução de água limpa teve de ser acrescido com a reforma, o volume maior de água suja exigiu que a rede de drenagem fosse reforçada. As águas sujas do *frigidarium* eram drenadas para uma canalização principal identificada pela UE475, que se prolongava ao longo da fachada norte da habitação do quarteirão A, através de duas canalizações – UE450, constituída por um lastro de tijoleiras e paredes de pedra, que escoava a água do *alveus* do *frigidarium*, e a UE477, integrada na parede norte do compartimento UE473, que drenava a água da piscina do

frigidarium, formalizada por componentes laterícios em formato de U, cimentados ao aparelho do muro que concluía a piscina e o compartimento (Martins *et al.*, 2011; Magalhães, 2019).

Outras canalizações flávias terão permanecido ativas com a reforma antonina, como a canalização identificada por UE371, responsável por recolher a água dos telhados do pórtico e do *impluvium* do átrio, correndo em direção a um coletor de águas que se prolongaria ao longo da fachada oeste do edifício, em funcionamento já na fase anterior, que coletaria também as águas da piscina do *caldarium* (Martins *et al.*, 2011; Magalhães, 2019).

2 Zona Arqueológica da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n^os 166-168

2.1 Descrição e historial da intervenção

A ‘Zona arqueológica da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n^os 166-168’ foi colocada a descoberto ao longo dos trabalhos divididos em dois setores – “Escola Velha da Sé” e rua Frei Caetano Brandão n^os 166-168. A sua importância está relacionada com a identificação de vestígios referentes ao período romano e tardo-antigo de um quarteirão residencial romano (quarteirão A), inserido no quadrante noroeste de *Bracara Augusta*, limitado a nascente pelo *kardo maximus* (K9), a sul pelo *decumanus* D3, a poente pelo *kardo* K10 e a norte pelo *decumanus* D2, assim como a identificação de vestígios associados a um outro quarteirão, a sul do *decumanus* D3, que possibilitou a confirmação do plano urbano proposto para a cidade fundada por Augusto (Ribeiro, 2008; Martins *et al.*, 2017b; Magalhães, 2019). Os trabalhos arqueológicos permitiram igualmente identificar estruturas possivelmente relacionadas com as muralhas alto e baixo medievais, como testemunhos das transformações urbanas de Braga. As intervenções permitiram compreender como a cidade medieval foi reduzida à área intramuros da anterior cidade romana, assim como os processos construtivos da muralha alto medieval terão ocasionado a destruição e o saque das estruturas relativas às *domus* que ocupavam os quarteirões limítrofes à área recém muralhada. A primeira cerca medieval corta a habitação inserida no quarteirão a poente do *kardo* K9, no sentido N/S, para a qual se dispõe paralelamente a muralha fernandina, que corre com a mesma orientação e se articula com um torreão (Ribeiro, 2008; Magalhães, 2019).

A primeira fase da intervenção terá ocorrido no setor identificado por ‘Escola Velha da Sé’ entre 1998 e 2003, sob coordenação do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga, totalizando uma área intervencionada de 720m². A necessidade de avaliar o potencial arqueológico do subsolo, para a concretização de um projeto construtivo para esse lote, terá dado o arranque às intervenções (Magalhães, 2010; 2019).

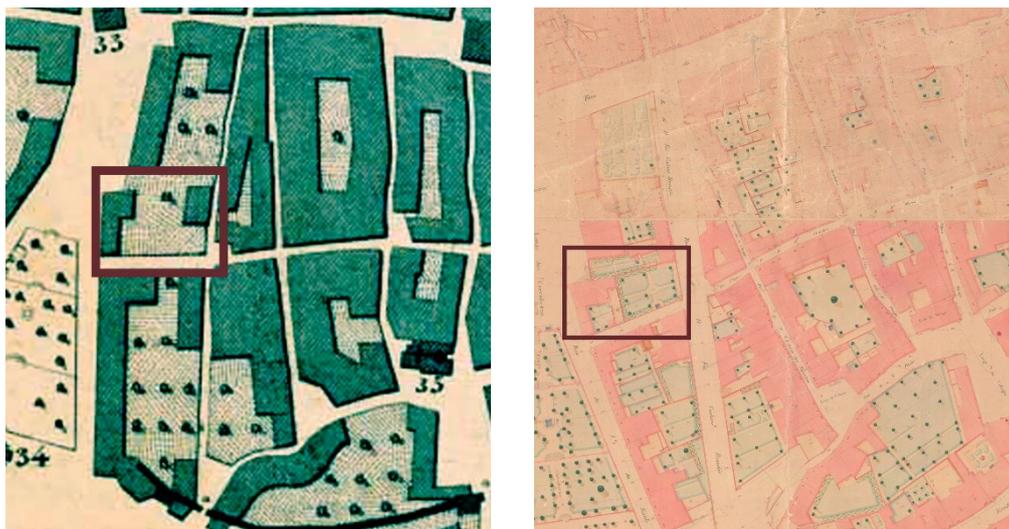


Figura 23. Pormenor da planta de Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel (Século XIX) e planta topográfica realizada por Francisco Goullard, 1883-1884, com destaque para a localização da Zona Arqueológica da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168' ©UAUM

Entre 18 de junho e 1 de julho de 2015, foi realizada a primeira campanha no setor referente à rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168', teve como objetivo verificar a exequibilidade da realização do projeto arquitetónico previsto para o novo edifício. As primeiras sondagens permitiram expor troços das muralhas medievais, seguindo o alinhamento das cercas identificadas no terreno da Escola Velha da Sé, e estruturas medievais sobrepostas aos muros romanos da *domus* do terreno contíguo. Dessa forma, visto a importância arqueológica e patrimonial desses vestígios, foi determinado a ampliação da área escavada, com a abertura de dez sondagens entre 2 de novembro de 2015 e 28 de novembro de 2016, iniciando assim uma segunda campanha de escavação (Magalhães, 2019).

Como resultado dessa intervenção foram registados vestígios referentes ao setor norte do quarteirão romano onde estava implantada a *domus* da Escola Velha da Sé. Esses vestígios estariam relacionados com o prolongamento dos muros da área norte da habitação e com novos compartimentos do quadrante nordeste desse quarteirão, tendo sido reconhecido o seu limite e as fundações do pórtico a poente do *kardo maximus* K9. Relativamente ao setor oeste do terreno escavado, foram caracterizados níveis e estruturas relativos às cercas medievais, como o prolongamento para norte da muralha alto medieval e o caminho de ronda, formalizado em um pavimento em pedra, assim como a confirmação do aproveitamento do paramento externo da torre medieval nas fundações de novas construções. Partindo da importância dos elementos postos a descoberto, o projeto proposto para esse lote da rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168 teve de ser alterado para permitir a preservação das ruínas, conservadas sob o novo edificado (Magalhães, 2019).



Figura 24. Trabalhos arqueológicos realizados em 2016 ©UAUM

2.2 Caracterização das estruturas

2.2.1 Eixos viários fundacionais

A 'Zona arqueológica da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168' configura-se como mais um elemento que permite confirmar a proposta da malha urbana de *Bracara Augusta* (Martins *et al.*, 2017b), na medida em que foi possível identificar a orientação de um quarteirão, assim como a continuidade de parte dos seus eixos viários, o que contribuiu para o entendimento do urbanismo fundacional de *Bracara Augusta*, assim como para o estudo das suas transformações, pois trata-se de uma zona com longa ocupação.

A primeira fase construtiva deste quarteirão está associada a Augusto, ainda que os vestígios arqueológicos anteriores à época flávia sejam escassos, devido às dinâmicas de ocupação desse período, representadas pela organização de *Bracara Augusta* em quarteirões regulares. Dessa forma, o momento de implantação da malha urbana fundacional está formalizado nos alinhamentos dos eixos viários delimitados pelos quarteirões, a partir de silhares que seriam incorporados às colunatas dos pórticos dos edifícios posteriores (Magalhães, 2019).

O quarteirão onde estavam inseridas as ruínas (A) estava delimitado por quatro eixos de comunicação (*kardines* K9 e K10; *decumani* D2 e D3), mas para o qual materializam-se os vestígios referentes a duas ruas romanas, o *kardo maximus* (K9) situado a nascente do conjunto, e o *decumanus* D3, a sul. As características topográficas do terreno demonstram a existência de um desnível de cerca

de 2m no sentido N/S, com cotas que variam entre 186.20m no cruzamento das ruas a sudeste da área construída, e 184.20m no ponto de encontro das ruas a nordeste (Magalhães, 2019). As ruas que delimitariam o edificado a poente e a norte não foram caracterizadas, mas para este trabalho foram interpretadas compreendendo uma largura de 12 pés (3.60m), valor médio para os eixos de comunicação secundários de *Bracara Augusta* (Martins *et al.*, 2017b).

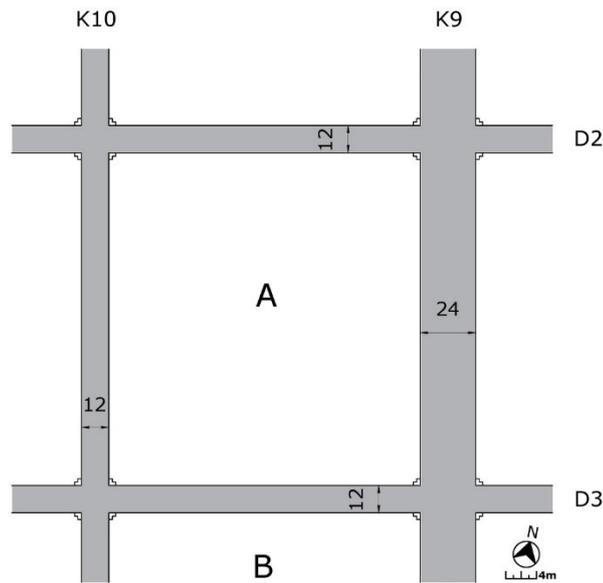


Figura 25. Plano urbano fundacional da ZA da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168

O *decumanus* D3, apresentou-se com uma largura de cerca de 12 pés (3.60m), formalizada a partir do limite sul do quarteirão A e do limite norte do quarteirão B (Magalhães, 2019). No entanto, relativamente ao *kardo maximus* K9 não foi possível observar a largura desse importante eixo, visto a degradação dos seus vestígios, mas para o qual se propõe um dimensionamento de aproximadamente 24 pés (7.24m), correspondente à estimativa realizada para essa rua na 'Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital' (Lemos e Leite, 2000; Torres, 2014). Apesar dos poucos vestígios referentes a essa rua, a UE085 representa o seu lajeado, formalizado por lajes polidas de talhe retangular, dispostas no sentido N/S (Mendonça, 2019, p. 88). O troço norte da fachada nascente da *domus*, que ocupava o quarteirão entre os séculos III e IV, irá avançar sobre esse eixo viário principal na fase tardo-antiga, ocasionando um estreitamento (Mendonça, 2019). No entanto, as transformações ocorridas no urbanismo medieval não se referem ao *kardo maximus* K9, que passa a ser reconhecido como rua Verde, mas que mantém o traçado daquela importante artéria romana até finais do século XIX (Ribeiro, 2008; Martins e Ribeiro, 2013; Martins *et al.*, 2017b; Magalhães, 2019).



Figura 26. Fotografia do lajeado do *kardo maximus* (UE085) ©UAUM

2.2.2 Pórticos

As escavações nestes dois setores possibilitaram a identificação de duas unidades domésticas distintas para o quarteirão limitado a sul pelo *decumanus* D3 e a nascente pelo *kardo maximus* K9, datadas de época flávia e que seriam integradas em uma fase posterior. Ambos os edificadados dispunham-se no sentido E/O e possuíam uma distribuição retangular, individualizadas em *domus* 1, ocupando a parte sul do quarteirão A, e *domus* 2, ocupando o setor norte. A caracterização destas unidades habitacionais está limitada pelos escassos vestígios, relacionados com a implementação das cercas medievais, no entanto, permitiram a identificação de partes de uma área porticada a nascente do quarteirão, que terá sido profundamente transformada em uma fase posterior (Magalhães, 2019).

Portanto, na segunda fase de ocupação o quarteirão individualizado em dois lotes, ocupados em época flávia por duas habitações ladeadas por pórticos que corriam junto às ruas. A *domus* 1, escavada nos terrenos da Escola Velha da Sé, possui um maior número de vestígios, o que torna a interpretação dos seus espaços mais segura, enquanto para a *domus* 2 os vestígios são mais escassos, dificultando sua caracterização. Relativamente aos eixos de comunicação pedonal, essenciais para as atividades económicas e sociais, os vestígios referentes à fachada nascente, tornaram possível a verificação de um pórtico a oeste do *kardo* K9, com um desnível de cerca de 0.80m na sua articulação ao pórtico sul, que possivelmente seria resolvido por uma pequena escadaria (Magalhães, 2019). Testemunhado a partir de um muro adjacente ao *kardo* K9, referenciado como o limite do pórtico nascente, e por dois embasamentos de colunas (UEs020 e 214) – espaçados entre si em aproximadamente 9 pés (2.60m).

O pórtico a nascente dos edificadoss possuiria uma largura de cerca de 8 pés (2.30m) (Magalhães, 2010; 2019).

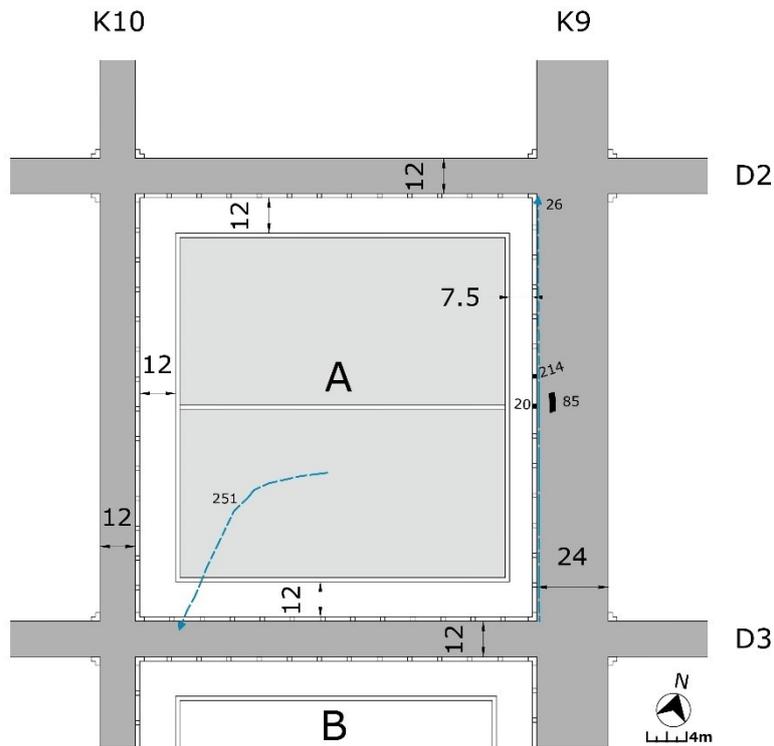


Figura 27. Planta interpretativa da ocupação flávia

No entanto, não foram reconhecidas estruturas capazes de caracterizar a fachada norte, sul e oeste do quarteirão A, tendo sido apenas proposto uma área composta por pórticos, com base na referência dos paralelos de outras habitações datadas desse período na cidade de *Bracara Augusta*. Para além disso, o quarteirão a sul do *decumanus* D3 (quarteirão B) parece ter tido a sua fachada norte igualmente porticada, determinada a partir das valas de fundação das estruturas que compunham esse setor do lote (Magalhães, 2019).

Num terceiro momento foram efetuadas importantes transformações a nível do edificado e da distribuição dos lotes, visto corresponder a um período de intensa atividade reconstrutiva, com a qual se efetivou a unificação das habitações flávias em uma grande *domus* de peristilo, datada do século IV. A essa remodelação corresponde a introdução de um *balneum*, ocasionando transformações ao nível da distribuição dos compartimentos, como o abandono do peristilo da *domus* 1. Por outro lado, a reforma para além de alterar a distribuição do lote terá também aumentado a sua área construtiva, a partir do avanço da construção sobre o pórtico nascente, encerrando esse espaço de circulação até ao *kardo maximus* K9, incorporando determinados silhares do pórtico na nova fachada, que passa a compreender um maior número de *tabernae* (Martins *et al*, 2016; Magalhães, 2019).



Figura 28. Detalhe de compartimentos da *domus* 1 e do seu respetivo pórtico nascente ©GACMB

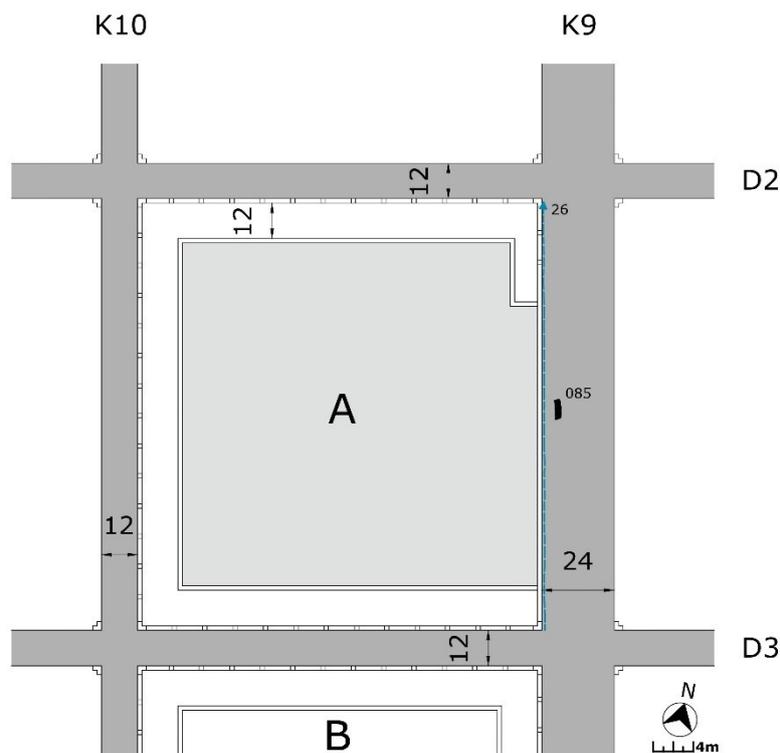


Figura 29. As transformações urbanas do século IV

2.2.3 Estruturas hidráulicas

Os vestígios do sistema hidráulico da fase flávia (Fase II) da 'Zona arqueológica da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168' estão representados por canalizações de drenagem de águas sujas, como a canalização anexa ao pórtico nascente, em material laterício e de secção em "U", que corria a uma cota de 185.50m e drenaria as águas das chuvas do telhado do pórtico e as águas

suas da habitação. Já a canalização UE251 estaria relacionada com a drenagem de água do tanque do peristilo da *domus* 1 em direção ao *decumanus* D3 (Magalhães, 2019).



Figura 30. Pórtico nascente da *domus* 1, com o detalhe da canalização UE026

Com a junção dos dois lotes para a construção de uma grande *domus* de peristilo, acrescida de um *balneum*, as duas canalizações identificadas anteriormente terão mantido a sua atividade, tendo a canalização UE251 passado a drenar a água da piscina do *frigidarium*. (Magalhães, 2010; 2019).

2.2.4 Muralhas medievais

A construção das cercas medievais alterou significativamente o urbanismo bracaraugustano, visto que rompeu ruas e desmantelou edificadros, assim como alterou as dinâmicas de circulação tanto no interior da zona amuralhada como no seu exterior e, ainda, reduziu a área urbana ao setor nordeste da cidade romana (Ribeiro, 2008; Martins e Ribeiro, 2013). Esse fato foi testemunhado na zona arqueológica em análise, considerando que as muralhas medievais inutilizaram toda a zona oeste da zona escavada, por outro lado, parte das ruas também perderam as suas funções ao serem cortadas pelas cercas, como o *kardo* K10, a oeste do quarteirão A, e os *decumani* D2 e D3, respetivamente a norte e a sul da anterior habitação romana.

Portanto, a edificação da muralha alto medieval poderá ter sido contemporânea ao desmantelamento da *domus* tardia inserida no Quarteirão A, já que um troço da cerca atravessa o setor oeste do edificado, no sentido NO/SO. Formalizada por blocos graníticos de grandes dimensões, com o miolo composto por blocos com dimensões irregulares e fragmentos de tijoleira, provavelmente resultado do aproveitamento de parte dos elementos constituintes da antiga habitação, como resultado do saque das estruturas romanas, funcionando como um importante fator de destruição de parte dos vestígios da *domus* (Mendonça, 2019; Magalhães, 2019; Martins e Ribeiro, 2013).

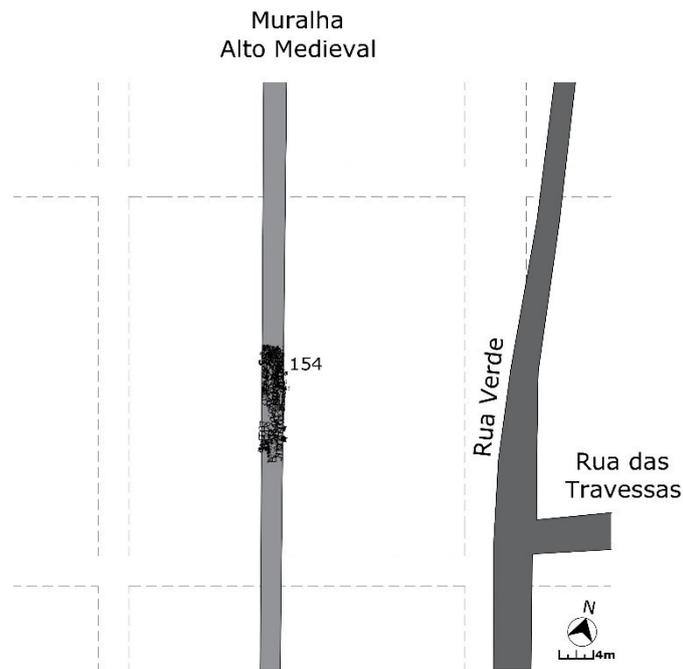


Figura 31. Malha urbana romana com a sobreposição das transformações alto medievais

A oeste dessa importante estrutura de defesa terá sido construída a muralha do século XIV (UEs108 e 220), também denominada como muralha fernandina. Os espaços que ladeariam essa cerca baixo medieval terão permanecido sem edificações, até à sua desafetação como sistema defensivo, momento no qual passa a coexistir com as novas habitações no seu paramento externo (Ribeiro, 2008; Mendonça, 2019; Magalhães, 2019).



Figura 32. Pormenor das muralhas (UE154 e 108) identificadas ao longo das intervenções ©GACMB

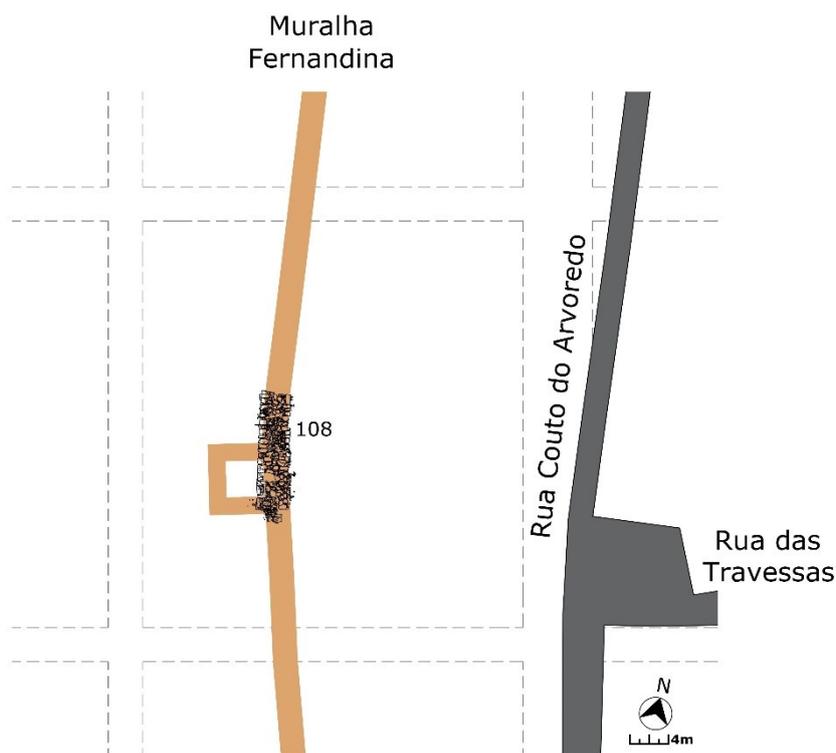


Figura 33. Malha urbana romana com a sobreposição das transformações alto medievais

3 Zona arqueológica da rua Frei Caetano Brandão n.ºs 183-185/ Santo António das Travessas n.ºs 20-26

3.1 Descrição e historial da intervenção

A 'Zona Arqueológica da rua Frei Caetano Brandão 183-185/S. António das Travessas 20-26' situa-se no quadrante nordeste da cidade romana, apresenta vestígios ocupacionais desde o período fundacional de *Bracara Augusta* até a atualidade. Foi intervencionada entre os anos de 1998 e 2001, tendo o terreno escavado compreendido dois lotes interligados, estando cada um deles voltado para uma das fachadas das ruas Frei Caetano Brandão e Santo António das Travessas.

As intervenções decorreram em diferentes fases, a primeira com a realização de duas campanhas no lote voltado para a rua Frei Caetano Brandão n.ºs 183-185, entre março de 1998 e maio de 2001, seguidas de uma segunda fase no terreno da fachada voltada para a rua Santo António das Travessas n.ºs 20-26, também dividido em duas campanhas de maio de 2001 até junho de 2002. Apresenta-se como uma fonte para o estudo do urbanismo, visto compreender vestígios da longa ocupação deste lote, tendo permitido confirmar a proposta de restituição do plano urbano fundacional de *Bracara Augusta*, até às transformações ocorridas entre finais do século XIX e inícios do XX (Magalhães, 2010; 2019; Martins e Ribeiro, 2013; Leite *et al.*, 2013; Martins *et al.*, 2017b).

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

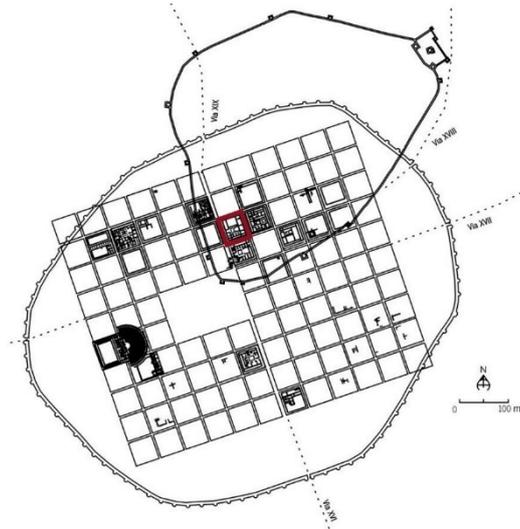


Figura 34. Localização do quarteirão romano na malha urbana romana e baixo medieval ©UAUM

As intervenções decorridas entre 1998 e 2002 permitiram por a descoberto uma área de ruínas com cerca de 360m², possibilitando o reconhecimento de parte de um quarteirão que seria limitado por quatro ruas, *decumani* D3 e D4 e *kardines* K8 e K9, o qual estaria ocupado por uma *domus* flávia, que será no período antonino transformada em *balneum*, a partir de uma reforma que une dois quarteirões (Martins *et al.*, 2011). O abandono do quarteirão romano terá ocorrido por volta do século VII/VIII, momento para o qual foi individualizada uma maior dinâmica de saques de estruturas romanas, o que coincidiria com a edificação das muralhas alto e baixo medievais (Ribeiro, 2008; Magalhães, 2019). Os novos arruamentos, que se desenvolveram a partir das modificações das estruturas urbanas, vão sendo ocupados por construções ao longo da progressiva urbanização da cidade, processo evidenciado na iconografia de Braga (Ribeiro, 2008).

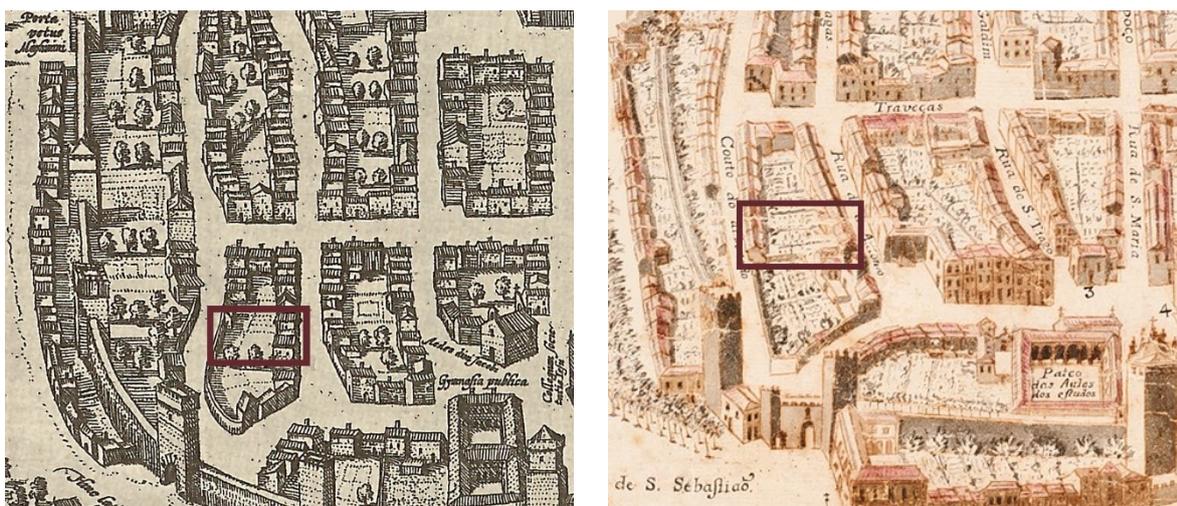


Figura 35. Localização da zona arqueológica no *Mapa de Braunio* de 1594 e no *Mapa de Braga Primas* de André Soares, 1755 ©UAUM

As primeiras intervenções arqueológicas relativas a esse sítio tiveram lugar no terreno da rua Frei Caetano Brandão n.ºs 183-185, dividida em duas campanhas sob direção científica da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM), tendo possibilitado a identificação de estruturas romanas como canalizações, muros, pavimentos e silhares romanos, assim como um troço da cloaca que corria sob o *kardo maximus* K9 (Lemos *et al.*, 2013; Magalhães, 2019).



Figura 36. Pormenor da Zona Arqueológica da rua Frei Caetano Brandão 183-185/S. António das Travessas 20-26 na planta elaborada por Belchior Garcez e Miguel Maciel, a uma escala de 1:4000 (Século XIX), e na cartografia realizada por Francisco Goullard (1883-1884) ©UAUM

Em maio de 2001 iniciou-se a segunda fase de escavação, dessa vez relacionada com o lote da rua Santo António das Travessas n.ºs 20-26, sob coordenação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga. A primeira campanha realizou-se entre maio e setembro de 2001, com o objetivo de analisar a continuidade das ruínas encontradas no lote da rua Frei Caetano Brandão n.ºs 183-185. Os trabalhos permitiram reconhecer importantes estruturas no subsolo, de diferentes fases ocupacionais, bem como reboco e pintura de paredes, conservadas em paredes entulhadas no século II, o que condicionou a implantação do edificado nesses terrenos, alterando o projeto de forma a preservar as ruínas (Magalhães, 2010; 2019; Lemos *et al.*, 2013).

A segunda campanha teve como objetivo a escavação integral da área, de forma a integrar os dois lotes, foi realizada entre 28 de janeiro e 7 de junho de 2002. (Lemos *et al.*, 2013). A escavação permitiu confirmar a importância desse conjunto de ruínas, que se prolongam ao longo dos dois terrenos, mas que a norte e a sul estavam limitadas pelos lotes contíguos o que impossibilitou a continuidade das escavações para esses setores (Magalhães, 2019).

3.2 Caracterização das estruturas

3.2.1 Eixos viários fundacionais

A 'Zona Arqueológica da rua Frei Caetano Brandão n.ºs183-185/Santo António das Travessas n.ºs 20-26' representa uma importante contribuição para o estudo da malha urbana fundacional de *Bracara Augusta*, na medida que possibilitou a confirmação da orientação e do planeamento viário da cidade romana. No entanto, para essa fase ocupacional da cidade os vestígios são frustes, representados por estruturas em negativo, valas e sapatas para implantação de silhares que delimitariam as áreas edificáveis dos quarteirões (Magalhães, 2019; Martins *et al.*, 2017b).

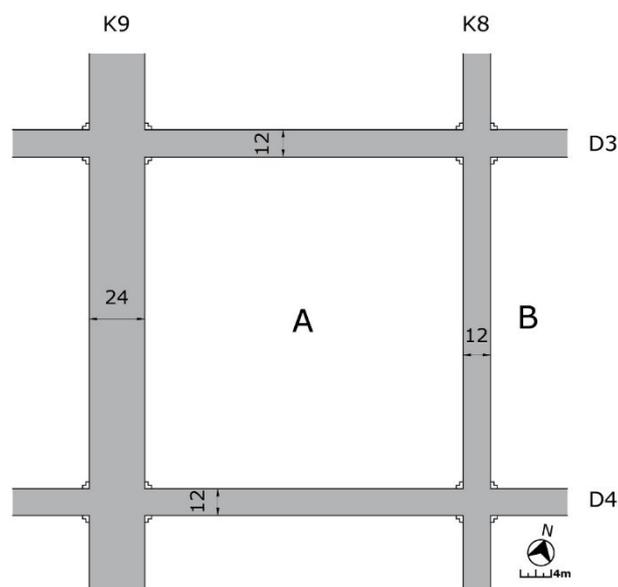


Figura 37. Proposta de plano urbano fundacional da ZA da rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168/Santo António das Travessas

A área intervencionada corresponde apenas ao setor sudoeste do quarteirão A, limitado pelos *decumani* D3 e D4 e *kardines* K8 e K9, o que dificultou as interpretações de vestígios correspondentes a um primeiro momento ocupacional. No entanto, em associação a outros estudos desses primeiros anos da cidade romana, foi possível compreender como poderia ter sido a distribuição viária para esse setor da cidade, na qual foi determinada a largura para o *kardo maximus* K9 com cerca de 24 pés (7.24m), medida que se encontra confirmada no âmbito da 'Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital', e para o *decumanus* D4 uma largura de 10 pés (cerca de 3m) definida a partir dos vestígios identificados na 'Zona Arqueológica do Seminário de Santiago'. Todavia, para as restantes ruas foi interpretado o valor teórico de 12 pés de largura (aproximadamente 3.60m), segundo o modelo planimétrico de *Bracara Augusta* (Lemos e Leite, 2000; Martins *et al.*, 2017b; Magalhães, 2019).

Assim, nesta zona arqueológica foi possível analisar a evolução do *kardo* K8, desativado para a construção de um complexo termal no século II, que passou a ocupar toda a área do quarteirão onde se insere o conjunto habitacional formalizado pela *domus* de peristilo de época flávia, como também o quarteirão a nascente desta (Magalhães, 2019).

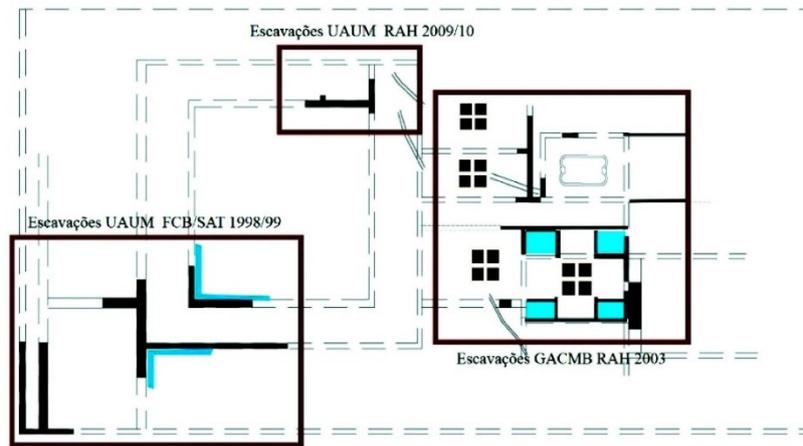


Figura 38. Proposta planimétrica das termas dos quarteirões identificados nas zonas arqueológicas da rua Frei Caetano Brandão 183-185/S. António das Travessas 20-26 e da Afonso Henriques n.ºs 42-56 ©Martins, 2015

3.2.2 Pórticos

Nesta zona arqueológica foi possível caracterizar uma unidade habitacional, que corresponde ao quadrante sudoeste de uma *domus* de peristilo situada cronologicamente entre júlio-cláudio e os flávios, identificação limitada pela destruição dos vestígios correspondentes a esse período, ocasionada pela construção das termas públicas do século II (Magalhães, 2019). A habitação, localizada nas proximidades do *forum* de *Bracara Augusta*, estava ladeada a nascente pelo *kardo maximus* K9, deveria ocupar uma posição de relevância, pertencendo provavelmente a um proprietário de elevada posição social, ilação retirada tanto pela localização privilegiada como devido à presença de elementos decorativos nos revestimentos de determinadas paredes, como demonstrado na figura 39 (Magalhães, 2019).



Figura 39. Fragmentos de revestimentos das paredes da habitação romana ©UAUM

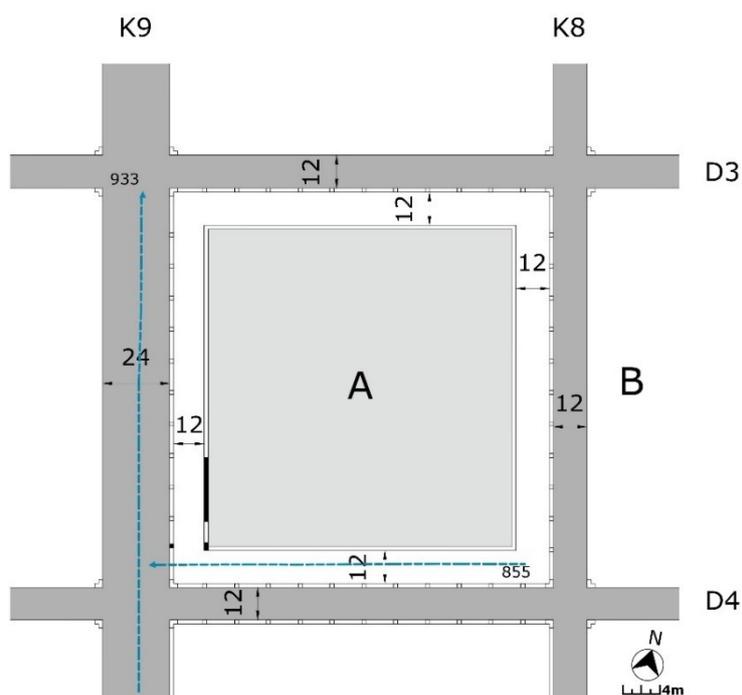


Figura 40. Ocupação do quarteirão A por uma *domus* circunscrita por espaços porticados na zona arqueológica da rua Frei Caetano Brandão 183-185/S. António das Travessas 20-26

Esta *domus* estaria rodeada por pórticos, tal como outros paralelos já referenciados, mas dos quais apenas foi possível o reconhecimento do troço sul do pórtico oeste, que ladearia o *kardo maximus* K9 a nascente, com uma largura de aproximadamente 12 pés (cerca de 3.60m), estabelecida a partir da distância entre os silhares que definiriam o limite sudoeste do quarteirão, em associação ao cunhal do canto sudoeste do edifício (Magalhães, 2019). Desse modo, a profundidade dos eixos pedonais que circundariam o edificado segue igualmente o modelo da topografia fundacional de *Bracara Augusta*, estabelecendo uma medida teórica de 12 pés (3.60m) para os pórticos (Martins *et al.*, 2017b). A pendente do terreno de quase 4m, com uma cota de 190.20m no setor sul e 186.50m a norte, seria vencida a partir de plataformas (Magalhães, 2019).



Figura 41. Perspetiva geral das estruturas associadas ao limite sul da *domus* ©JAUM

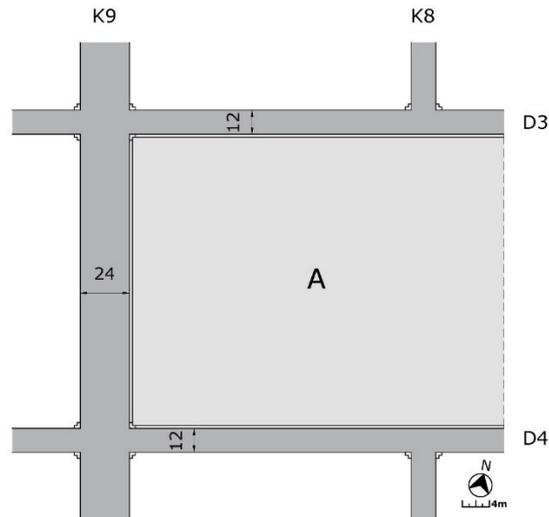


Figura 42. Encerramento dos pórticos para formalização do *balneum*

Na fase seguinte, registou-se o arrasamento da *domus* associado à construção de um balneário público, que inclusive fechou os eixos de comunicação pedonal e inutilizou um troço do *kardo* K8, unindo dois quarteirões para possibilitar a edificação do novo edifício, voltado para as vivências sociais e atuando como espaço de ócio (Martins, 2015; Magalhães, 2019).

A estruturação do quarteirão foi rompida com as transformações urbanas da Antiguidade Tardia, bem como com a construção das muralhas medievais, que resultaram em novas configurações morfológicas, compreendidas nessa zona arqueológica com a abertura dos troços das ruas Verde/Couto do Arvoredo e da Triparia. Por sua vez a rua da Triparia passa a ser reconhecido, a partir da segunda metade do século XV e até o século XVIII, como rua da Judiaria Nova/de Santo António (Ribeiro, 2008).

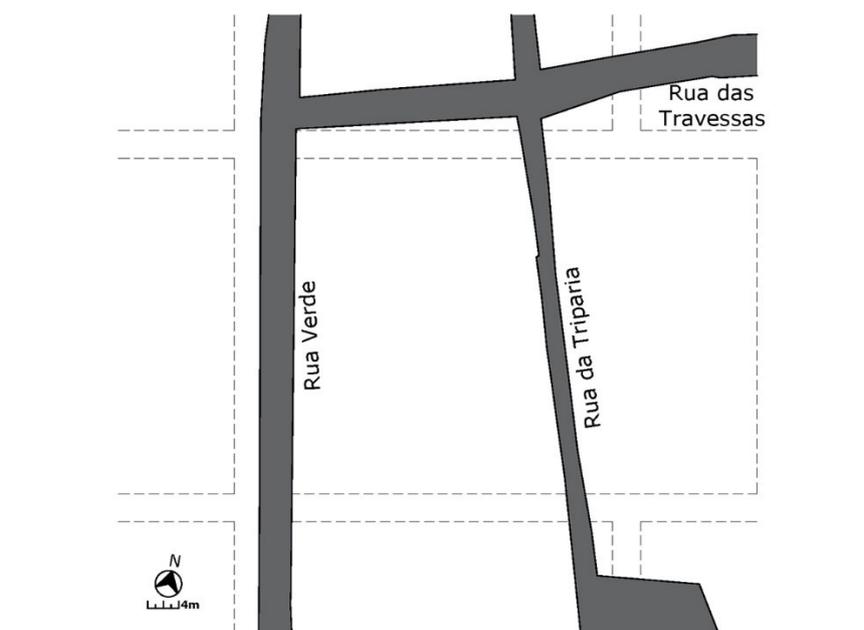


Figura 43. Sobreposição da trama urbana alto medieval à cidade romana baixo imperial

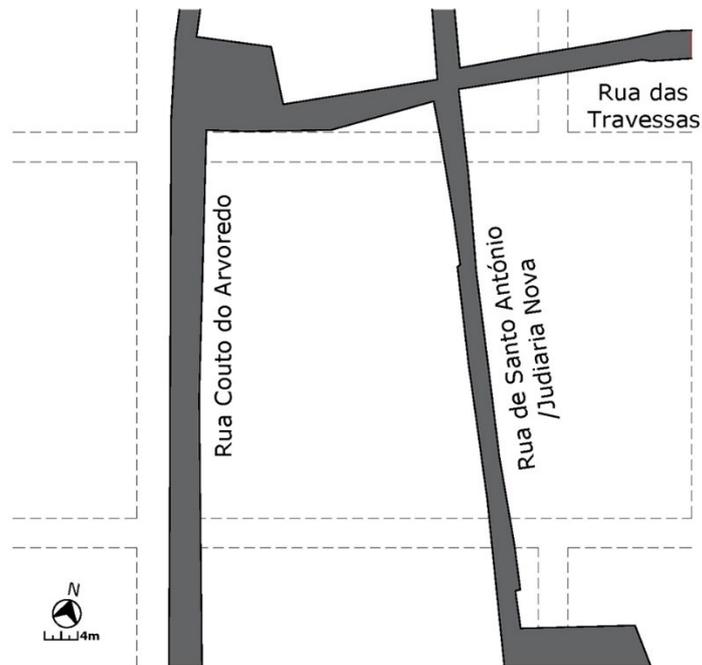


Figura 44. Transformações viárias baixomedievais, que prevalecem até o século XIX

3.2.3 Estruturas hidráulicas

Os vestígios relativos ao sistema de drenagem e abastecimento de água para esta zona arqueológica resumem-se a uma importante infraestrutura de caráter público, a cloaca máxima, e três canalizações de drenagem de águas da *domus* de peristilo, que terá ocupado o quarteirão limitado pelos *decumani* D2 e D3 e *kardines* K8 e K9.

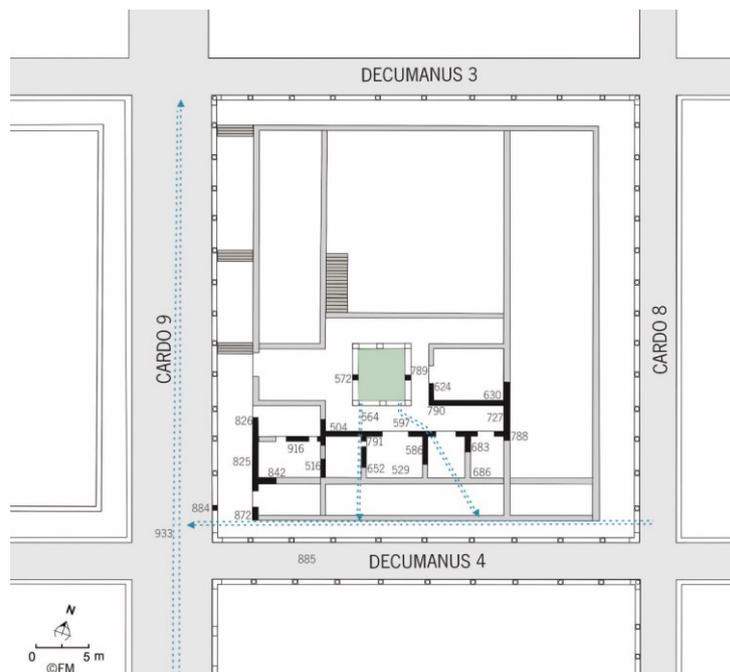


Figura 45. Planta interpretativa da *domus* da 'Zona Arqueológica da rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-

Esta estrutura está datada entre Cláudio e Nero, o troço correspondente à cloaca máxima corria sob o *kardo* K9, presumivelmente associada ao início da urbanização dos quarteirões próximos dessa rua. Essa importante infraestrutura urbana permitiu o reconhecimento do eixo K9 como o *kardo maximus*, assim como estimar a dimensão dessa importante via no seu setor norte, em associação aos vestígios correspondentes à cloaca na 'Zona Arqueológica da rua Frei Caetano Brandão n° 154' e, ainda, na 'Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital', ao longo de aproximadamente 625 pés (182.125m) (Ribeiro, 2008; Martins e Ribeiro, 2013; Magalhães, 2019).

Santo António das Travessas n°s 20-26', com a identificação das estruturas hidráulicas ©Magalhães, 2020

A identificação das estruturas hidráulicas da *domus* foi limitada, devido às transformações decorrentes da implantação de um balneário público, no século II e, ainda, o próprio carácter reduzido da intervenção arqueológica. Contudo, das três canalizações, duas (UEs 543 e 597) estariam associadas à área descoberta do peristilo, que transportavam a água para o setor sul do quarteirão, para onde era direcionada, por uma terceira canalização (UE885), para a cloaca sob o eixo K9 (UE933) (Magalhães, 2019).

4 Zona arqueológica do Ex Albergue Distrital

4.1 Descrição e historial da intervenção

A 'Zona arqueológica do Ex Albergue Distrital' encontra-se limitada a sul pela rua de São Paulo, a oeste pela rua Frei Caetano Brandão e a nascente pelas traseiras do edifício medieval reconhecido como 'Casa Grande de Santo António das Travessas. Este edifício tem a sua fachada identificada no *Mappa das Ruas de Braga*, datado de 1750, edifício esse que funcionou como Albergue Distrital entre as décadas de 40 e 70 do século XX (Lemos e Leite, 2000; Ribeiro, 2008).

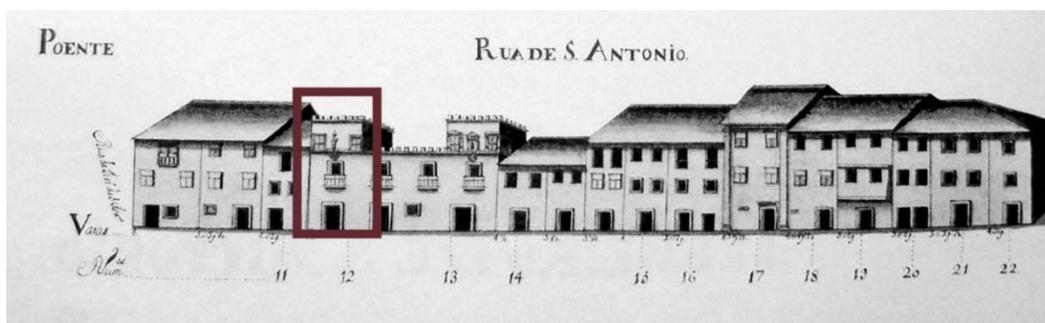


Figura 46. Pormenor fachada do *Mappa das Ruas de Braga* (MRB), 1750 ©UAUM

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

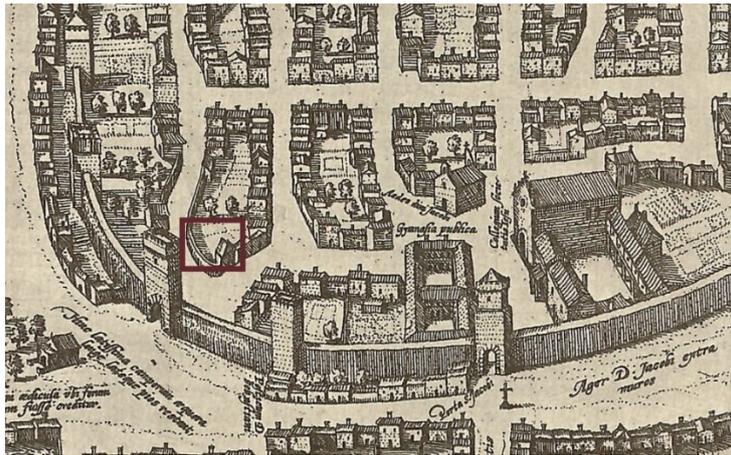


Figura 47. Localização do setor analisado no *Mapa de Braunio*, 1594 ©UAUM

A proximidade com a 'Zona arqueológica da rua Frei Caetano Brandão n.ºs 183-185/S. António das Travessas n.ºs 20-26' auxilia, através da conjugação dos dois lotes, na interpretação dos vestígios exumados e representação da malha urbana romana fundacional, em conjunto com as informações relativas aos eixos viários romanos identificados na 'Zona Arqueológica das Carvalheiras' (Magalhães, 2019). Dentre as ruínas identificadas no decorrer das campanhas arqueológicas realizadas entre os anos 1982 e 1997, dirigida pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, destacam-se um troço da cloaca romana, estruturas referentes a uma *domus* delimitada por pórticos e vestígios medievais, como uma calçada correspondente à Rua Verde, que terá sobreposto o *kardo maximus*. Estruturas essas que contribuíram para o entendimento da arquitetura urbana e do processo de evolutivo da cidade de Braga, registando as transformações da ocupação dos quarteirões, assim como as sobreposições da cidade romana, medieval e moderna (Martins, 1997-98; Leite, 2000; Ribeiro, 2008; Magalhães, 2019).

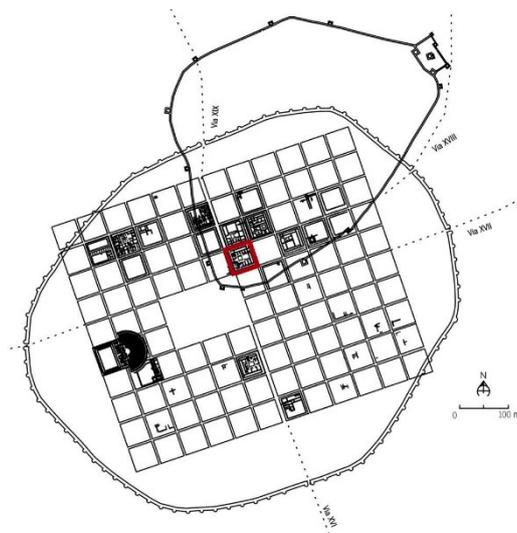


Figura 48. Localização do quarteirão romano na malha urbana romana e baixo medieval ©Magalhães, 2019

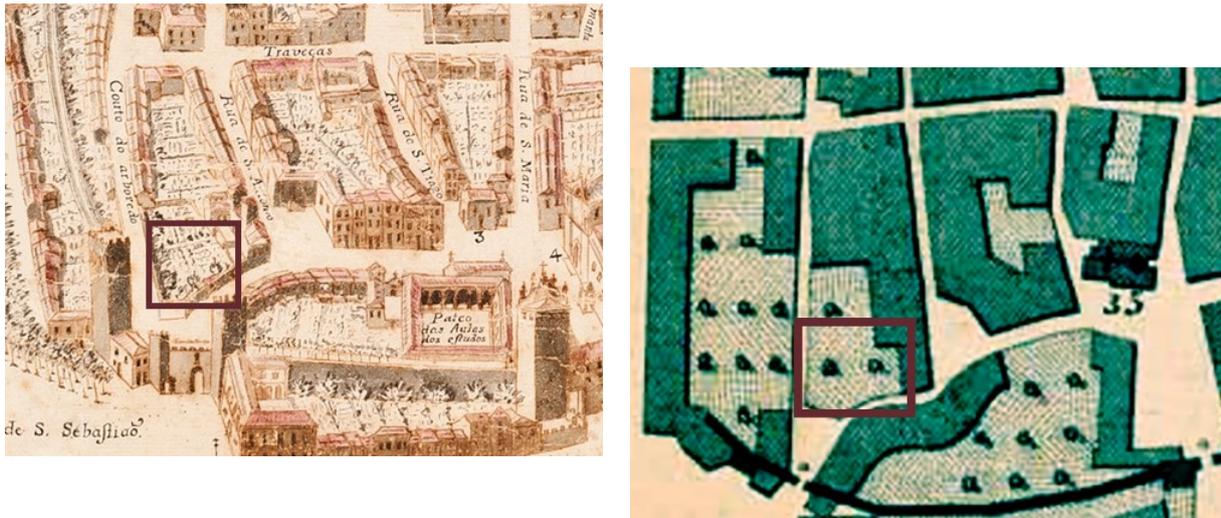


Figura 49. Identificação da Zona arqueológica do Ex Albergue Distrital' do mapa elaborado por André Soares, em 1755, e na planta topográfica de Garcez e Maciel, século XIX ©UAUM

Os trabalhos arqueológicos iniciam-se com a necessidade de avaliação do potencial arqueológico dos terrenos para avaliar a viabilidade de execução do projeto de instalação do Museu D. Diogo de Sousa, em 1982, face aos resultados este foi abandonado e realocado para outro setor da cidade. Nos anos 90 do século XX foi projetado para esse logradouro e terrenos anexos a implementação de uma biblioteca pública, o que implicou novas intervenções arqueológicas, que resultaram na escavação integral do terreno, cobrindo uma área de cerca de 1050m² (Lemos e Leite, 2000; Magalhães, 2019).



Figura 50. Detalhe da intervenção analisada na planta topográfica da cidade de Braga, realizada por Francisco Goullard, 1883-1884 ©UAUM

Estes trabalhos arqueológicos permitiram a identificação de uma cloaca que corria no sentido N/S e um conjunto de embasamentos de pilares relacionados com o pórtico do canto sudoeste de uma *domus* (Magalhães, 2010; 2019).

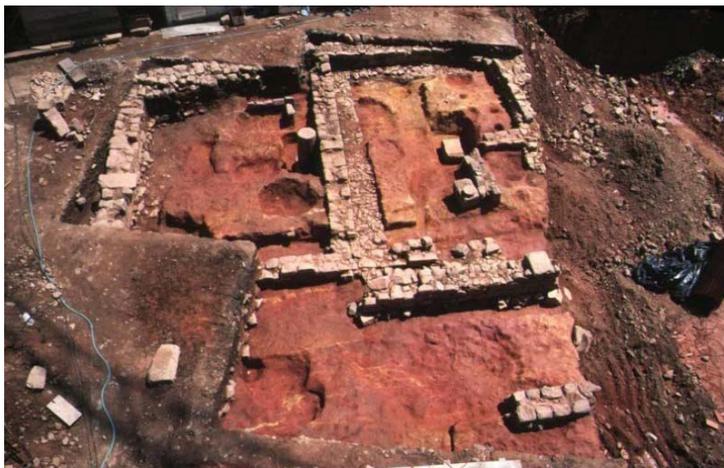


Figura 51. Perspetiva das estruturas intervencionadas em 1997 ©UAUM.

4.2 Caracterização das estruturas

4.2.1 Plano urbano fundacional

O contributo da 'Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital' para definição da malha urbana romana refere-se principalmente à identificação do *kardo maximus* K9, projetado sobre a cloaca datada entre Cláudio e Nero (Magalhães, 2019). A urbanização desse setor de *Bracara Augusta* apresenta vestígios de ocupação antigos datáveis de época flávia, sendo por isso o período pretérito a esse momento pouco reconhecido, situação essa que encontra paralelo em outras zonas arqueológicas. No entanto foi possível reconhecer os silhares que definiam os limites dos quarteirões a nascente e poente do *kardo maximus* (K9) (Lemos e Leite, 2000; Magalhães, 2019).

O *kardo* K9 estaria limitado pelos alinhamentos dos quarteirões a oeste e a nascente dessa importante rua, limites relacionados com os silhares de canto identificados na zona arqueológica delimitada a sul pela rua de S. Paulo, e a poente pela rua Frei Caetano Brandão. Os vestígios relacionados ao *kardo maximus* (K9), com orientação NNO/SSE, possibilitaram o desenho das dimensões desse eixo com cerca de 7.24m de largura (aproximadamente 24 pés), e, por outro lado, permitem acrescentar informação aos vestígios identificados nas zonas arqueológicas da 'rua Frei Caetano Brandão n°s 183-185/Santo António das Travessas n°s 20-26' e da 'Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n°s 166-168'. Para além disso, convém destacar a identificação da cloaca sob esse eixo, que está relacionada com o troço reconhecido na 'Zona Arqueológica da rua Frei Caetano Brandão, n° 154', o que permitiu desenhar o alinhamento do coletor que corria sob o setor setentrional do *kardo maximus* (Martins e Ribeiro, 2013; Magalhães, 2019).

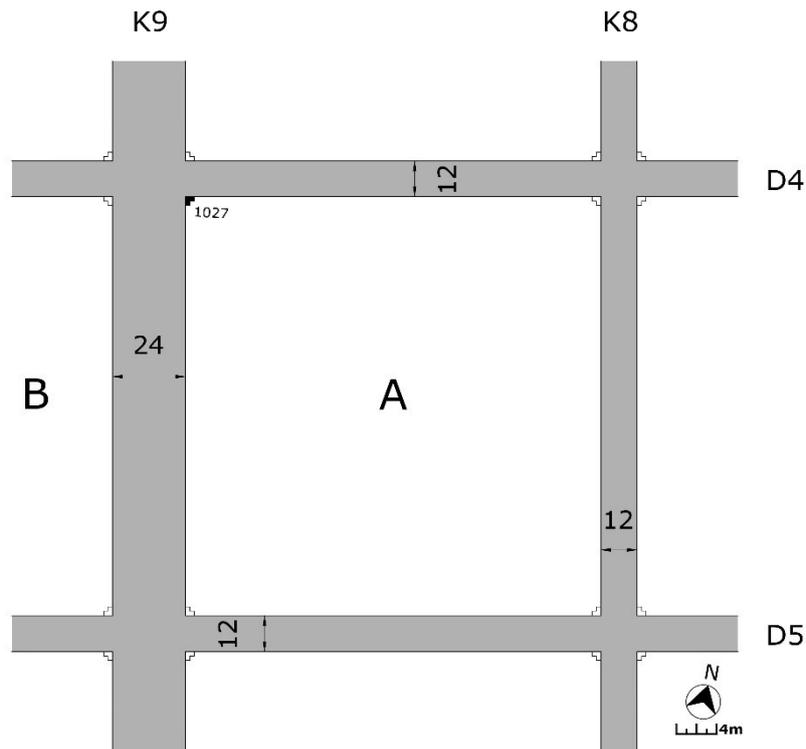


Figura 52. Plano urbano fundacional da 'Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital'

Essa identificação desses elementos permitiu, mais uma vez, comprovar a orientação da cidade romana, e traçar a largura desse importante eixo viário, assim como contribuir para a definição da malha dos quarteirões, que teve por base a distância entre os eixos das ruas identificadas noutras zonas arqueológicas. A interpretação do *kardo* K9 como *kardo maximus* relaciona-se com a sua largura e ao facto de ter sido identificada a cloaca que corria sob esse importante eixo viário, o que demonstra ainda a preocupação das entidades públicas com os processos de saneamento desse setor da cidade (Martins e Delgado, 1989/90; Magalhães, 2010; Martins *et al.*, 2017b).

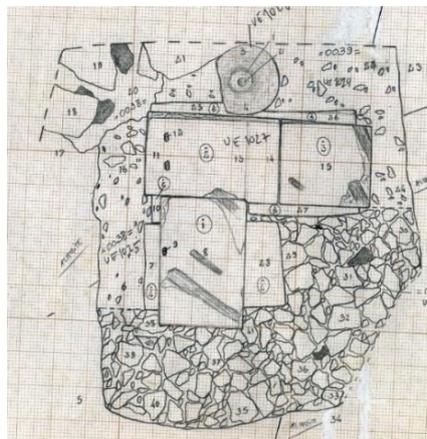


Figura 53. Silhar de canto (UE1027) ©UAUM.

O limite noroeste do espaço construído reconhecido para o quarteirão A foi identificado a partir dos silhares de canto reconhecidos pela UE1027, indicando dessa forma a orientação do *kardo* K9 e do

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

decumanus D4. Por outro lado, o silhar UE0507=0508 permitiu definir os limites sul e nascente do quarteirão B, situado a poente do *kardo maximus* K9, o que possibilitou a definição do alinhamento desse eixo viário, assim como do *decumanus* D5 (Martins *et al.*, 2017a; Magalhães, 2019).

O *decumanus* D5, imediatamente a sul do quarteirão onde se insere o núcleo de ruínas, poderá representar o eixo poente do *decumanus maximus*, possivelmente fossilizado pela rua de S. Sebastião da Braga atual, podendo ter uma largura semelhante à do *kardo maximus* K9, ou seja, 24 pés (7.24m) (Martins *et al.*, 2017b).

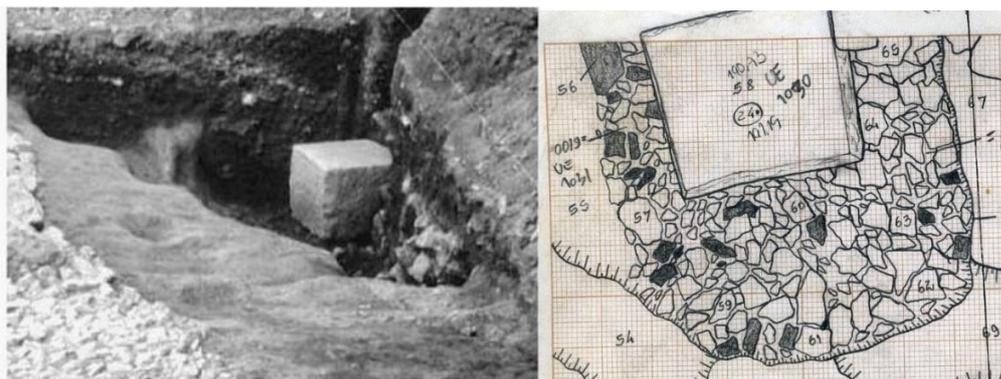


Figura 54. Silhar UE1030: fotografia (©Ribeiro, 2010) e pormenor do plano final (©UAUM).

4.2.2 Pórticos

Quarteirão A

A conjugação das estruturas que delimitaram os cantos noroeste e sudoeste da habitação flávia, respetivamente os conjuntos de silhares representados pelas UEs0958 e 0619, com o silhar UE1030 e UE1027 permitiram o alinhamento dos pórticos norte e poente, este reconhecido também através de um conjunto de silhares *in situ*, como através dos elementos reaproveitados em estruturas posteriores (UEs1020, 0777, 0696, 0678, 0624) (Lemos e Leite, 2000; Magalhães, 2010; 2019).



Figura 55. Pormenor limite sul do quarteirão A ©UAUM

O pórtico norte, anexo ao *decumanus* D4, tem uma profundidade de cerca de 8 pés (2.45m) e, poderia apresentar uma solução arquitetónica em colunas, interpretação baseada na identificação do silhar quadrado (UE1030) (Magalhães, 2019). A ladear o *kardo maximus* a nascente estaria um pórtico com uma profundidade de aproximadamente 10 pés (3m), que correria por cerca de 129 pés (38.15m), atravessando uma pendente de 4m, com cotas a oscilar entre 194m a sul e 190m a norte, pendor vencido possivelmente através de plataformas (Magalhães, 2019). Os silhares, com 1m de comprimento por 0.45m de largura, estariam dispostos entre si em aproximadamente 8 pés (2.50m), formalizando a base para a solução arquitetónica desse espaço porticado, supostamente concretizado por silhares sobrepostos, rematados por arcos possivelmente em material laterício com uma altura provável de aproximadamente 10 pés (3.12m) (Magalhães, 2019).

Apesar de não terem sido identificados vestígios referentes ao pórtico sul, Magalhães (2019) propõe na sua análise que esse eixo pedonal encontraria semelhanças ao pórtico poente, em paralelo aos pórticos identificados no quarteirão B, a oeste do *kardo maximus* K9. Assim, o pórtico sul, limitado pelo *decumanus* D5, seria formalizado por silhares retangulares, com uma profundidade de cerca de 10 pés (3m). O pórtico a nascente da *domus*, assim como toda essa área, não foi escavada, o que impossibilitou a sua caracterização.

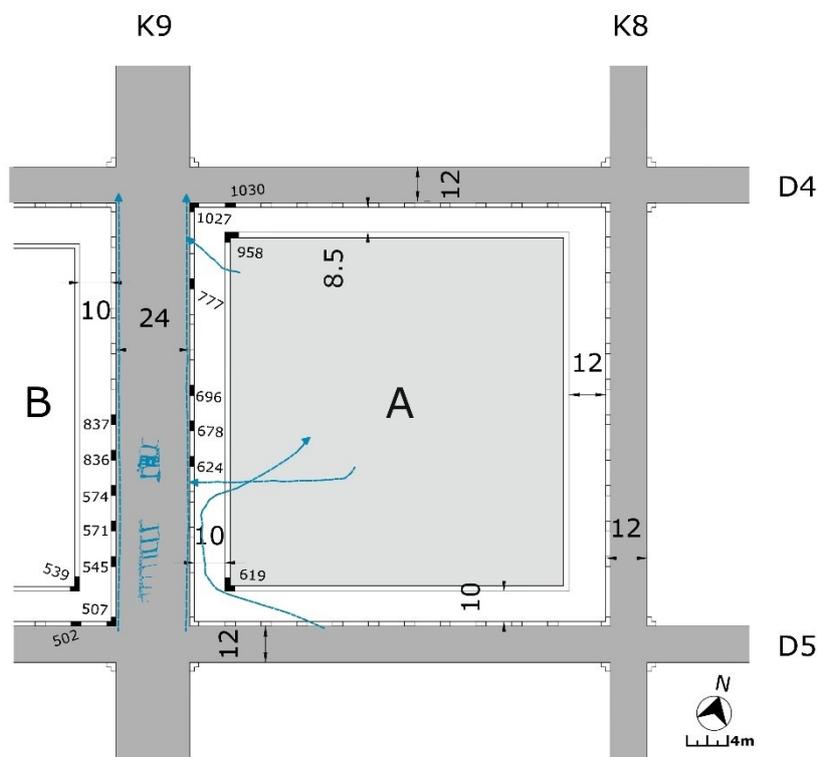


Figura 56. Planta com a identificação dos pórticos que ladeariam as unidades habitacionais da ZA



Figura 57. Fotografia com o pormenor do murete entre os silhares do pórtico oeste (©Ribeiro, 2010)

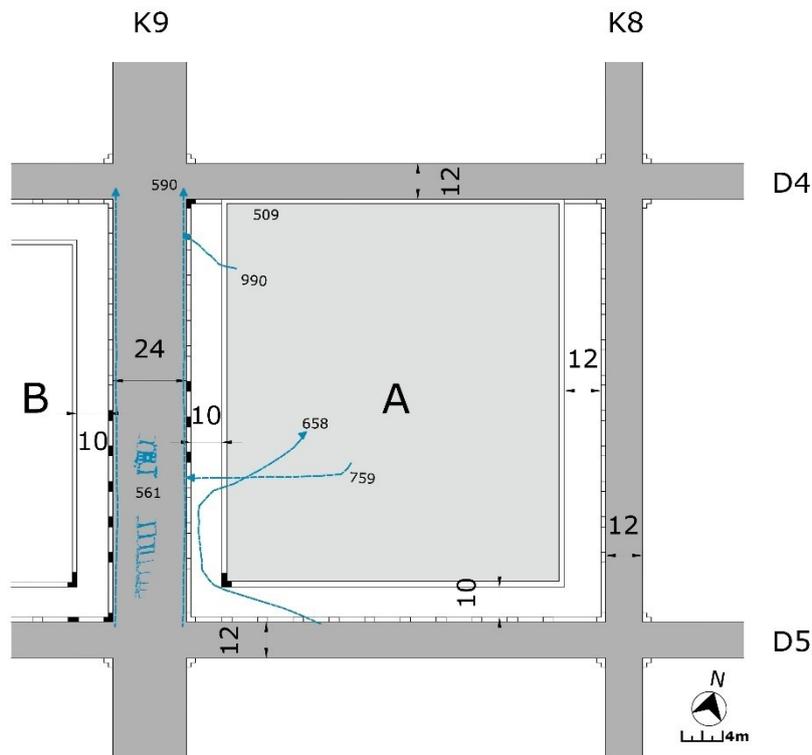


Figura 58. Transformações no quarteirão A (séculos III/IV)

No período entre os séculos III e IV, a *domus* flávia passou por um processo de reformulação que evidenciou o avanço da área construída sobre parte dos eixos de comunicação, de forma a aumentar os seus espaços úteis. Essa remodelação urbanística, patente em outras unidades habitacionais, mantém a mesma orientação do edificado da fase anterior, e é marcada pela ampliação de determinadas áreas da casa, como o fechamento do pórtico norte com a construção do muro UE0509 (Magalhães, 2019). A identificação de muretes entre os silhares do pórtico poente, provavelmente para refazer os níveis de circulação, permitem a interpretação de que esse compartimento da *domus* terá mantido a sua abertura para o *kardo maximus* K9, com a manutenção de estabelecimentos comerciais rasgados na fachada oeste do edificado. Além disso, a conservação desse eixo pedonal pode ter sido igualmente

representada no pórtico sul, associada ao fato desses dois eixos ladearem importantes ruas da cidade romana. Como o setor nascente da habitação não foi escavado desconhece-se as possíveis transformações decorrentes desse período, visível com maior propriedade no trecho nordeste da *domus*, com a compartimentação de um espaço nesse local (Magalhães, 2019).

Portanto, o pórtico a nascente do *kardo maximus* K9 manteve a sua largura em aproximadamente 10 pés (3m), da mesma forma que o pórtico a sul do quarteirão A, ladeado pelo *decumanus* D5, teria conservado a mesma profundidade da fase anterior, assim como as suas soluções arquitetônicas, enquanto o pórtico norte possivelmente perdeu as suas características morfológicas para formalizar área para novos compartimentos (Magalhães, 2019).

Quarteirão B

Relativamente ao quarteirão a poente do *kardo maximus*, delimitado pelos *kardines* K10 e K9 e *decumani* D4 e D5, foi possível identificar alguns vestígios que indicaram a estruturação de dois pórticos a sul e a nascente do quarteirão B, coincidindo com a urbanização flávia do quarteirão A (Magalhães, 2010). A partir dos vestígios reconhecidos, nomeadamente as estruturas que definiam o limite sudeste da fachada do edificado (UE539), o silhar UE0502 e o silhar de canto UE0507=0508, definiu-se o alinhamento do pórtico sul e o limite do pórtico nascente. Esse último terá sido ainda confirmado a partir de um conjunto de cinco silhares retangulares implantados na alterite granítica (UEs0545, 0571, 0574, 0836 e 0837) (Magalhães, 2019).



Figura 59. Silhares relacionados com a definição dos pórticos a oeste do *kardo* K9 (UEs0502 e 0507) ©UAUM

A conjugação desses elementos permitiu a delimitação do pórtico a poente do *kardo maximus* (K9) com uma largura de cerca de 10 pés (3.10m), possuindo cada silhar 1 m de comprimento por 0.45m de largura, semelhante ao pórtico a nascente do *kardo maximus* K9, com uma distância entre silhares de cerca de 8 pés (2.50m) e o vão do pórtico de 10 pés (2.90m) (Magalhães, 2010; 2019). Segundo estas dimensões, a estrutura arquitetónica do pórtico não formalizaria uma colunata e sim uma sobreposição de silhares encimados por arcos, com uma provável altura de aproximadamente 10 pés (3.12m) (Magalhães, 2010; 2019; Freitas, 2003).

4.2.3 Estruturas hidráulicas

A cloaca (UE0561) estendia-se sob o *kardo maximus* por 1.70m, com cerca de 1.20m de altura, apresentando um bom estado de conservação e, de acordo com os materiais sob as lajes dessa estrutura, foi datada da primeira metade do século I (Magalhães, 2010; 2019).



Figura 60. Pormenor cloaca identificada sob o *kardo maximus* @UAUM

Essa infraestrutura da cidade, associada ao sistema de drenagem, estava implantada na rocha, com paredes formalizadas em pedras aparelhadas, o lastro em lajes de granito e a cobertura era composta por grandes blocos graníticos, com 1m de largura por 0.45m de lado (Lemos e Leite, 2000; Martins e Ribeiro, 2012; Magalhães, 2019). A sua importância estaria relacionada com o início do processo de urbanização das *insulae* nas proximidades do *kardo maximus*, que teriam implicado um sistema de drenagem de águas sujas e pluviais, que seria abastecido por outras condutas que corriam sob as ruas secundárias (Magalhães, 2019).

Sendo assim, a proximidade da *domus*, identificada no quarteirão A, a essa importante infraestrutura permitiu reconhecer que o sistema de drenagem da casa e dos seus pórticos estaria relacionado com a UE0561 (Magalhães, 2019). Enquanto, a canalização UE590=0610, localizada entre o *kardo maximus* (K9) e o pórtico a nascente desse, e a conduta UE0759, que drenava as águas da chuva e do tanque do peristilo, bem como a UE0990, formariam parte do sistema de drenagem da *domus* para a cloaca que corria sob o *kardo maximus*, (Magalhães, 2019).

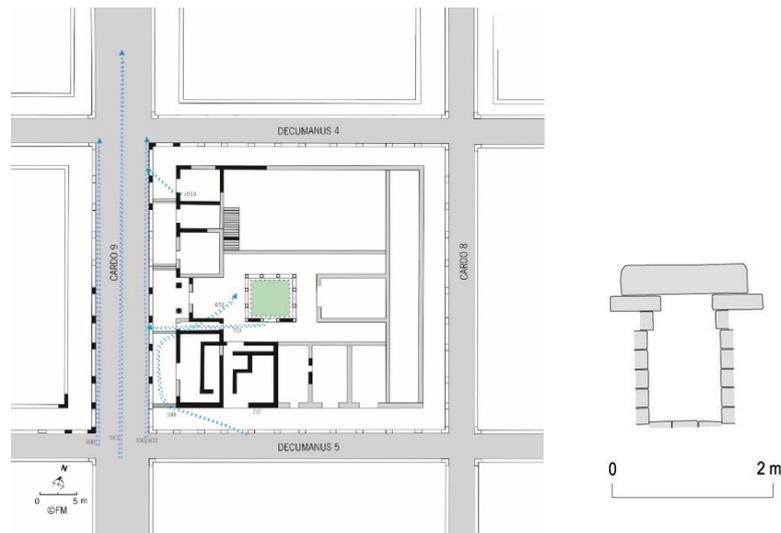


Figura 61. Planta com as estruturas hidráulicas e pormenor da secção da cloaca @Magalhães, 2019

Ao longo dos trabalhos arqueológicos foram reconhecidas outras estruturas hidráulicas, como a canalização de adução de água limpa UE598=658, delimitada no pórtico a poente da habitação que ocupava o quarteirão A, formalizada por um conjunto de canos cerâmicos orientados a SE/NO, provavelmente relacionada com o abastecimento da *domus* a partir do *decumanus* D5, para o qual poderia correr um sistema de condução de água limpa composto por um aqueduto que cortaria a cidade no sentido E/O (Martins *et al.*, 2011; Martins e Ribeiro, 2012; Martins *et al.*, 2017d).

4.2.4 Eixos viários medievais e modernos

As intervenções nesta zona arqueológica possibilitaram a identificação de estruturas medievais e modernas sobrepostas aos níveis de abandono do quarteirão romano, registado o mais provavelmente depois do século VII (Magalhães, 2019). Dos vestígios medievais destaca-se o reconhecimento do calcetamento da pretérita rua Verde, importante artéria da cidade medieval também reconhecida como rua Couto do Arvoreda, que decalcou o *kardo maximus* K9 e mantém a sua morfologia medieval até meados do século XIX, quando se deu a abertura da atual rua Frei Caetano Brandão tendo rompido o traçado anterior (Ribeiro e Martins, 2013). Depois do abandono da unidade habitacional este setor foi pouco urbanizado, tendo sido ocupado por um edificado apenas na Baixa Idade Média, com a construção da ‘Casa Grande de Santo António das Travessas’ (Ribeiro, 2008; Magalhães, 2019).

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

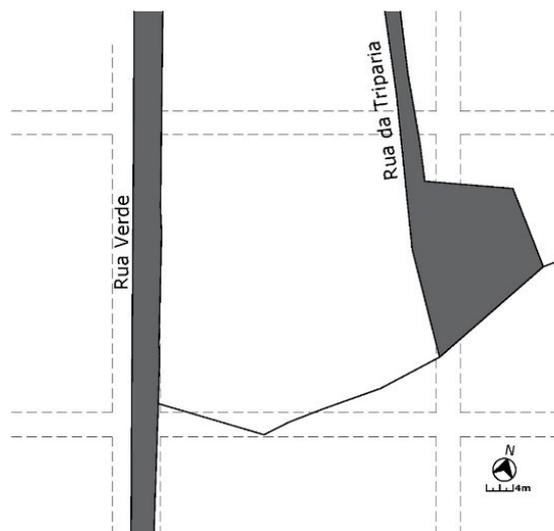


Figura 62. Arruamento Alto Medieval sobre a malha romana



Figura 63. Perspetiva da calçada correspondente a um troço da Rua Verde ©Torres, 2014

Por outro lado, a identificação de uma calçada, delimitada por muretes laterais, poderá corresponder ao prolongamento da via medieval identificada nas escavações arqueológicas realizadas na área da porta norte da muralha, da responsabilidade do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga (Martins e Ribeiro, 2013). Enquanto, a ocupação moderna deste sítio está associada à manutenção da morfologia da Rua Verde/Couto do Arvoredo, enquanto os terrenos intervencionados mantiveram-se como locais de campo de cultivo, associados à habitação a nascente, erguida ainda durante o período medieval, e que a partir do século XV terá funcionado, por três décadas, como Sinagoga (Lemos e Leite, 2000; Oliveira, 1982 citado por Magalhães, 2019, p. 185).

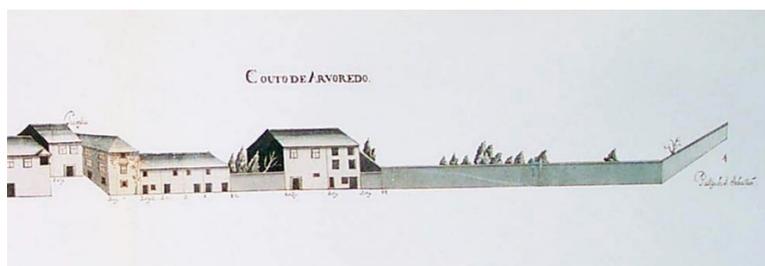


Figura 64. Fachada nascente da Rua Couto do Arvoredo no Mapa das Ruas de Braga (MRB) ©UAUM

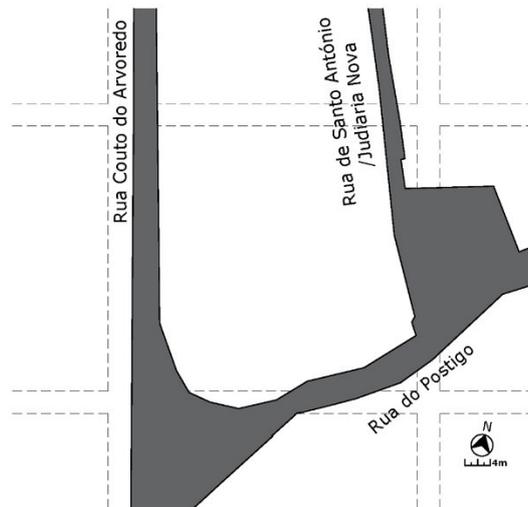


Figura 65. Sobreposição das ruas baixo medievais sobre o plano urbano romano

5 Zona Arqueológica da rua Afonso Henriques nºs 42-56

5.1 Historial e descrição da intervenção

A 'Zona Arqueológica da rua Afonso Henriques nºs 42-56' localiza-se em um quarteirão restringido a nascente pela rua de Santiago, a sul pela rua de S. Paulo, a poente pela rua de Santo António das Travessas e a norte pela rua D. Afonso Henriques. A proposta de remodelação do edificado voltado para a rua de Santiago nºs 2-12 que previa a remoção de terras no miolo do quarteirão, poderia romper uma possível continuidade dos vestígios de um balneário romano associados ao logradouro intervencionado em 1993, nas traseiras do edifício nº36-42 da rua Afonso Henriques (Cunha *et al.*, 2014).

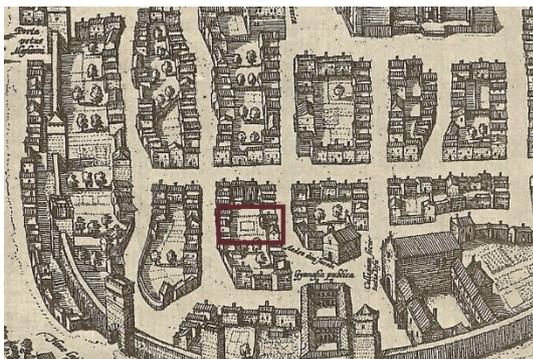


Figura 66. Localização da Zona arqueológica no
Mapa de Braunio, 1594 ©UAUM



Figura 67. Identificação do setor analisado
no mapa de André Soares, 1755 ©UAUM

As intervenções ocorreram sob a responsabilidade do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Braga (GACMB) com participação da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM).. A primeira campanha, decorrida em 1998, permitiu exumar estruturas datadas do período romano, correspondentes a um balneário que se articulava com os vestígios identificados no terreno anexo, em 1993. A campanha de 2002 correspondeu à escavação total do logradouro, de modo a confirmar e complementar a informação obtida em 1998, possibilitando a interpretação de um conjunto de fases ocupacionais do sítio, o que contribuiu para o entendimento da morfologia urbana a norte do *forum* romano (Cunha *et al.*, 2014; Magalhães, 2019).

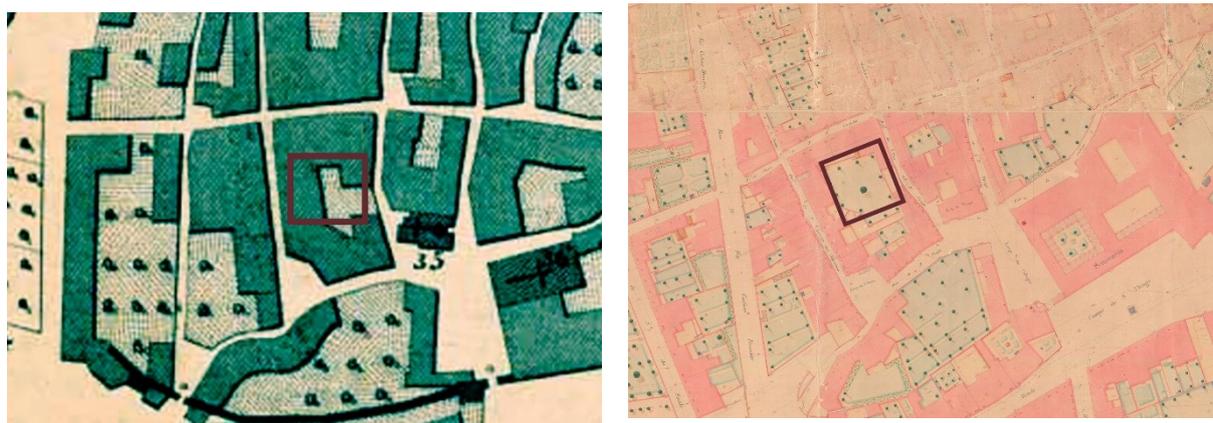


Figura 68. Zona arqueológica demarcada no mapa da cidade de Garcez e Maciel (Século XIX) e na planta topográfica de Francisco Goullard, 1883-1884 ©UAUM

As ruínas identificadas correspondem a vestígios de diferentes momentos da vivência nesse logradouro, como resultado dos diferentes processos de remodelação dos edifícios, passando de unidade habitacional para a conversão em um edifício público, seguindo a sua inutilização posterior ao século VII e reaproveitamento dos seus elementos por meio dos saques das estruturas ao longo dos séculos que se sucederam ao seu abandono (Magalhães, 2019; Cunha *et al.*, 2014).

5.2 Caracterização das estruturas

5.2.1 Eixos viários fundacionais

Os vestígios identificados nesta zona arqueológica compreenderam estruturas associadas à implantação da malha urbana da cidade romana, o que possibilitou a delimitação dos quarteirões e dos alinhamentos dos eixos viários (Cunha *et al.*, 2014).

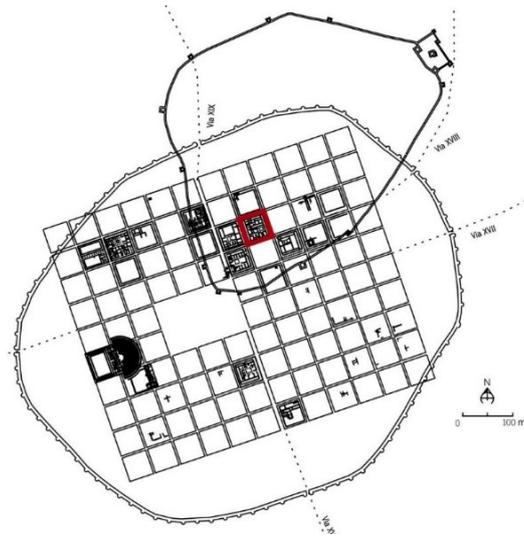


Figura 69. Pormenor do quarteirão na malha romana e baixo medieval ©Magalhães, 2019

No setor sul do quarteirão A, delimitado pelos *kardines* K8 e K7 e *decumani* D3 e D4, foram definidos negativos de silhares que definiriam o *decumanus* D4 e o pórtico que ladearia essa rua a norte (UEs012 e 063), bem como o pórtico imediatamente a sul desse arruamento, pertencente ao quarteirão B (Cunha *et al.*, 2014). A fossilização do *decumanus* D4, identificado como um decumano secundário com cerca de 12 pés de largura (3.60m), estaria ainda relacionada com o alinhamento da fachada do edifício situado no quarteirão a sul dessa rua (UEs004 e 009) (Cunha *et al.*, 2014; Magalhães, 2019).

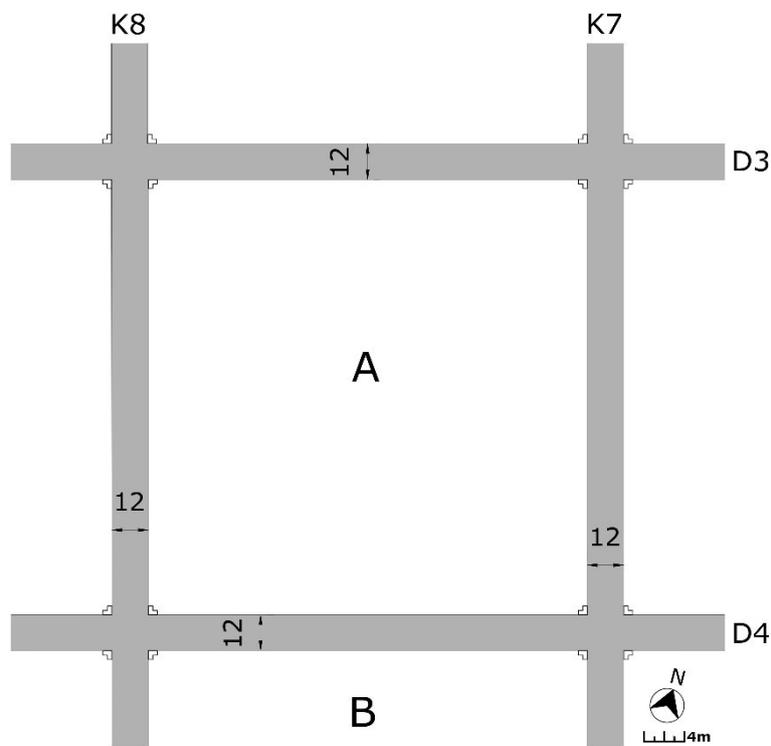


Figura 70. Plano urbano fundacional da Zona Arqueológica da Rua Afonso Henriques n°s 42-56

Outro vestígio de elevada relevância para a determinação cronológica e tipológica da primeira fase está patente na vala UE019, localizada no eixo central do *decumanus* D4, cujo enchimento (UE501) possibilitou o reconhecimento de variados fragmentos de material cerâmico de fabrico indígena, fragmentos de ânforas béticas e lusitanas, bem como *sigillata*, que permitiram a datação cronológica até meados do século I (Ribeiro *et al.*, 2015). A essa vala estaria associada a um silhar com a função de definir o meio da via e a marcação dos quarteirões limitrofes nessa zona, após a fundação da cidade no âmbito das operações cadastrais, essa estrutura terá sido removida provavelmente no momento que se inicia a urbanização dessa área com a edificação das *domus* que ocupam o quarteirão em meados do século I (Cunha *et al.*, 2014; Ribeiro *et al.*, 2015).

Para os restantes eixos viários que delimitavam o quarteirão no qual se insere o núcleo de ruínas, identificado ao longo das duas campanhas decorridas em 1998 e 2002, não foram reconhecidos vestígios que pudessem contribuir para a análise da dimensão das estruturas de comunicação. Além disso, com a transformação desse quarteirão num balneário romano, em meados do século II, deu-se a união desse lote com o imediatamente a poente do *kardo* K8, enquanto o eixo viário foi fechado (Cunha *et al.*, 2014; Magalhães, 2019).

5.2.2 Pórticos

A construção das duas *domus*, representa a segunda fase de ocupação da 'Zona Arqueológica da Rua D. Afonso Henriques n.ºs 46-52', momento em que foram levantados os pórticos que circundavam os dois lotes (Magalhães, 2019). Apesar de ter sido inicialmente considerada a existência de um único edificado no quarteirão A (Cunha *et al.*, 2014; Martins *et al.*, 2014), Magalhães (2019) interpreta a existência de dois lotes, dispostos a norte e a sul do quarteirão, ocupados por duas *domus* de peristilo, datadas de meados do século I. A *domus* localizada no setor sul do quarteirão é identificada neste trabalho como *domus* 1, e a habitação no setor norte como *domus* 2, importantes elementos para o entendimento da paisagem urbana de *Bracara Augusta* nas primeiras décadas de ocupação e urbanização (Magalhães, 2019).

Os limites a nascente e poente das habitações não foram identificados, assim como o limite norte da *domus* 2, o que dificultou a interpretação dos pórticos que circunscreveriam o núcleo de ruínas nessa fase, tendo-se aplicado o modelo identificado em outros sítios arqueológicos como a 'Zona Arqueológica das Carvalheiras' (Magalhães, 2019). No entanto, o pórtico a norte do *decumanus* D4 foi reconhecido a partir do alinhamento entre o limite da fachada sul da *domus* 1, definido a partir do muro

UE022, em associação aos dois silhares quadrados (UEs498 e 060) que formalizariam o referido pórtico (Magalhães, 2019).

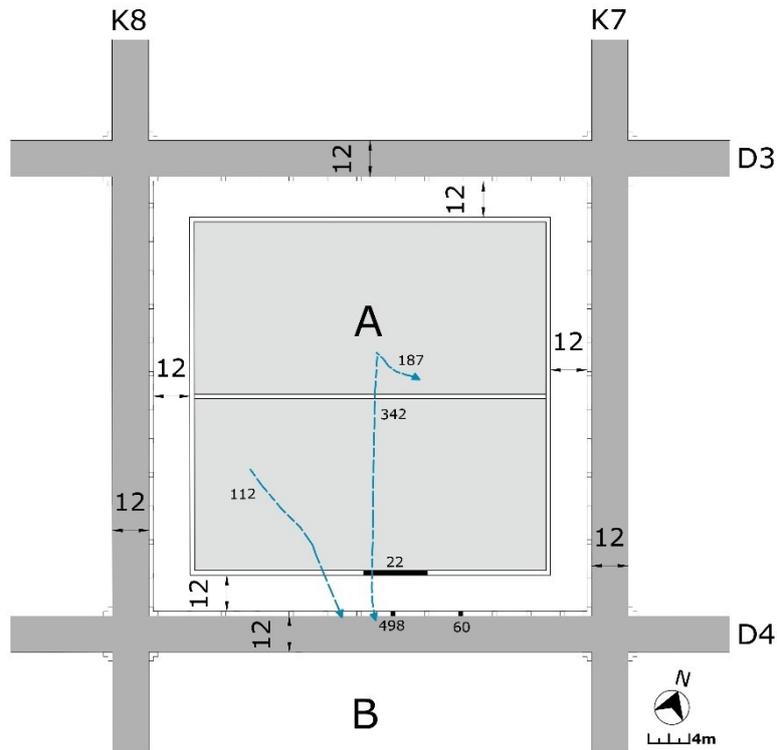


Figura 71. Ocupação do quarteirão A por duas unidades habitacionais circunscrita por espaços porticados

A dificuldade em identificar elementos referentes aos pórticos que ladeariam as duas habitações do quarteirão A estaria relacionada com a reforma desse espaço em meados do século II, que transformou a ocupação habitacional em termas públicas, unindo esses espaços ao quarteirão imediatamente a poente ao *kardo* K8, facto que ocasionou a perda de funcionalidade dos eixos de comunicação pedonal, e o que pode ter motivado o encerramento desses espaços. Portanto, foi definido um valor teórico de 12 pés (3.60m) para os eixos de circulação pedonal que ladeariam o quarteirão ocupado em meados do século I por duas unidades habitacionais independentes. (Cunha *et al.*, 2014; Martins *et al.*, 2017b; Magalhães, 2019).

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

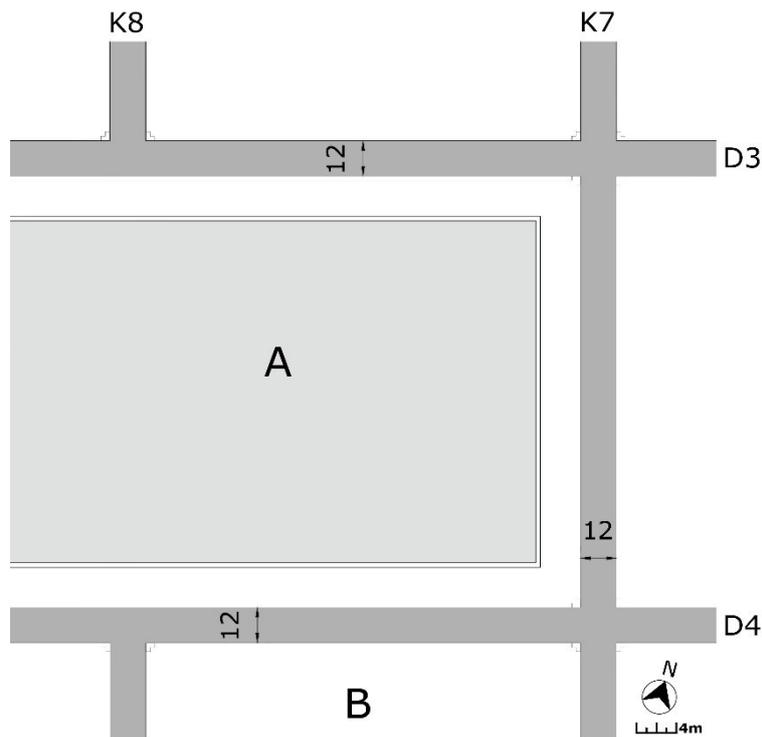


Figura 72. Encerramento dos pórticos para formalização do *balneum*

A seguir à implementação das termas públicas sucederam-se importantes modificações entre finais do século III e inícios do IV, bem como pequenas remodelações em meados do século IV (Cunha *et al.*, 2014). Entre os séculos VIII e XV registaram-se os saques do edifício, que perdendo a sua função termal ainda no século V, passando assim a conformar outra função indeterminada até o seu abandono, que poderá ter ocorrido após o século VII (Cunha *et al.*, 2014).

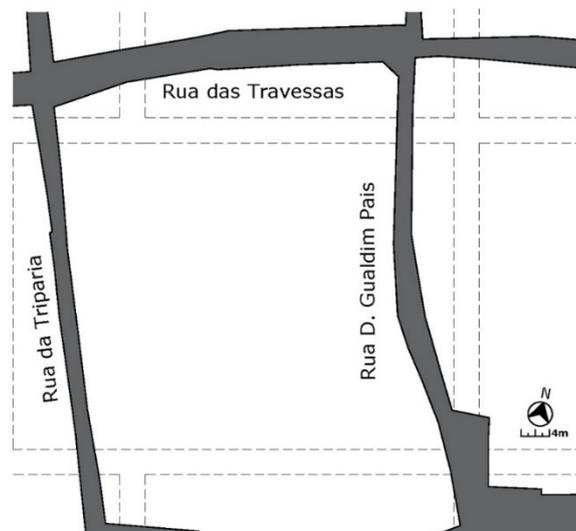


Figura 73. Transformações urbanas alto medievais sobre a planta romana

Portanto, a partir do século VIII o registo arqueológico evidencia uma ausência de construções no setor intervencionado, inserido no miolo de um quarteirão do bairro das Travessas, ao mesmo tempo

em que evidencia constantes saques de estruturas, podendo parte dos materiais ter sido utilizados na edificação das cercas e do Paço Medieval (Ribeiro, 2008; Martins e Ribeiro, 2013; Cunha *et al.*, 2014). A ocupação no período moderno que se traduziu na utilização desse setor como logradouro, com alguns saques de estruturas e escassas construções, conduzindo à regularização do terreno, facto que prossegue até a época contemporânea, com significativos aterros que resultaram na elevação da cota entre os níveis romanos e os atuais (Cunha *et al.*, 2014).

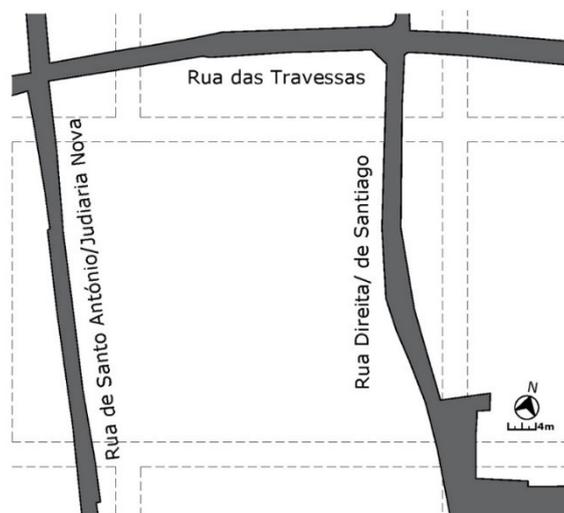


Figura 74. O plano viário no período baixo medieval e moderno

5.2.3 Estruturas hidráulicas

As estruturas referentes ao sistema hidráulico da primeira fase construtiva para esta zona arqueológica encontram-se em número pouco representativo, destacando-se duas canalizações de drenagem, as canalizações CAN6 (UEs342 e 392) e UE039. A primeira tratar-se-ia de uma estrutura responsável por drenar a água do canal que escoaria as águas do telhado do peristilo, estruturada em caixa, com o lastro conservado, composto por tijoleiras (UE342) e blocos nas paredes (UE392). Já a canalização UE039, que corria a sul do muro UE022, seria responsável por conduzir a água drenada no interior do quarteirão para o *decumanus* D4, direcionada através de um canal que se dispunha junto ao pórtico em direção à cloaca sob o *kardo maximus* K9 (Cunha *et al.*, 2014; Magalhães, 2019).

Com as remodelações de meados do século II, associadas à construção de um balneário público, rompendo o *kardo* K8 para a união com o quarteirão imediatamente a poente. Foi possível identificar novas estruturas de abastecimento e drenagem das águas relacionadas com o edifício termal, ainda que se verifique a continuidade da utilização de canalizações de fases transatas. Dessa forma, a canalização CAN3 terá sido responsável pelo abastecimento do tanque de água fria, seguindo da rua para o interior do quarteirão, era formalizada em caixa, com lastro em material laterício (UE0187), cobertura em lajes

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

de granito (UE0185) e paredes em pedra (UE0188), estaria orientada no sentido SE/NO, prolongando-se do interior do quarteirão para o *kardo* K7 (Cunha *et al.*, 2014).

Associadas à drenagem das águas sujas do edifício termal foram identificadas pelo menos mais duas estruturas (CAN2 e a CAN1). A CAN2, formalizada em caixa com uma extensão de cerca de 2.40m, possui as paredes em tijolo (UE0111), a cobertura em tijoleira (UE0116) e o lastro em material laterício (UE0112), com uma orientação no sentido NO/SE. A CAN1 também se trata de uma canalização em caixa, com o lastro e as paredes em pedra (UE037 e UE036 respetivamente) e o nível de preparação (UE008) em cascalho, correndo em paralelo ao muro UE023 e drenava a água suja para o exterior do edificado (Cunha *et al.*, 2014).

6 Zona Arqueológica do Seminário de Santiago

6.1 Historial e descrição da intervenção

A 'Zona Arqueológica do Seminário de Santiago' passou por diferentes intervenções com um intervalo de cerca de 50 anos, que possibilitaram a identificação de um núcleo de ruínas referente a uma *domus* de peristilo, com a presença de um tanque decorado com mosaicos de fauna marinha, assim como elementos pertencentes a um pórtico que ladearia o peristilo (Ribeiro, 2008). A primeira campanha foi realizada em 1966, e permitiu a exumação de parte do conjunto de ruínas no Claustro do Seminário (Magalhães, 2010). Essas ruínas foram alvo de novas intervenções na campanha realizada entre 1984 e 1985, da responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, com o intuito de realizar o levantamento topográfico desses elementos, assim como a preservação e consolidação das estruturas reconhecidas no âmbito dessas intervenções (Magalhães, 2010; Delgado *et al.*, 1989).



Figura 76. Identificação do setor analisado no mapa de André Soares, 1755 ©UAUM

Figura 75. Localização da zona arqueológica no *Mapa de Braunio*, 1594 ©UAUM



Posteriormente, foram realizadas sondagens geofísicas de diagnóstico em 2015 e uma campanha arqueológica em 2016, no âmbito do 'Projeto de Reabilitação do Claustro e da *domus* romana no Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo'. Essas intervenções ocorreram da necessidade de se realizar

trabalhos de diagnóstico no corredor onde se propunha construir um acesso que integrasse o núcleo de ruínas do claustro do Seminário ao Museu Pio XII, com o intuito de identificar a exequibilidade da realização do projeto (Martins *et al.*, 2017d).

Se em 2015 foi realizada a prospeção geofísica sobre o claustro do Seminário, o jardim do Seminário, a Igreja de São Paulo e o jardim do Museu Pio XII, possibilitando a identificação de elementos com potencial arqueológico, em 2016 foram realizadas as campanhas arqueológicas sob direção científica da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, com objetivo de identificar os possíveis elementos arqueológicos, assim como reconhecer a relevância e o enquadramento histórico-geográfico das ruínas (Martins *et al.*, 2017d).



Figura 77. Zona arqueológica demarcada no mapa de Garcez e Maciel (Século XIX) e na planta topográfica de Francisco Goullard, 1833-1884 ©UAUM

Foram então abertas oito sondagens arqueológicas, distribuídas em três setores - claustro do Seminário, jardim do Seminário e o jardim do Museu Pio XII, com base nos resultados das sondagens geofísicas realizadas em 2015 (Martins *et al.*, 2017d). A intervenção no claustro do Seminário permitiu a escavação até ao limite do conjunto que se propunha musealizar, reconhecendo o prolongamento das ruínas escavadas em 1966, e as fundações do embasamento da arcada do claustro, reconhecidas como a delimitação da área (Martins *et al.*, 2017d). Quanto aos dois outros setores os objetivos consistiram em confirmar os resultados da prospeção geofísica realizada pela empresa Sinergeo Lda, tendo sido por isso as sondagens escavadas apenas até ao reconhecimento das ruínas, no entanto, a sondagem S3 foi escavada até aos 2m para a confirmar a presença de elementos em estratos romanos (Martins *et al.*, 2017d).

As intervenções realizadas nessa zona arqueológica permitiram a identificação de um conjunto de vasto interesse científico e patrimonial, visto que possibilitou o reconhecimento da longa ocupação deste local, identificando-se vestígios da cidade romana até a atualidade, contribuindo intrinsecamente para o estudo da evolução urbana da cidade de Braga. O seu posicionamento indica uma localização privilegiada, tanto em época romana devido à proximidade ao *forum*, como no período moderno na sua

relação com a muralha fernandina e a rua dos Pelames (atual rua de S. Geraldo) importante eixo de comunicação entre o centro e a periferia da cidade (Martins *et al.*, 2017d, pp. 35-36). Os vestígios exumados testemunham as ruínas de uma *domus*, assim como a identificação de um troço do *decumanus* D4 no Jardim do Seminário. Para além dos vestígios relativos à cidade fundada por Augusto, detetou-se a presença de estruturas e pavimentos medievais que permitem caracterizar as transformações morfológicas que ocorreram no plano urbano (Ribeiro, 2008; Martins e Ribeiro, 2013; Ribeiro e Martins, 2016).

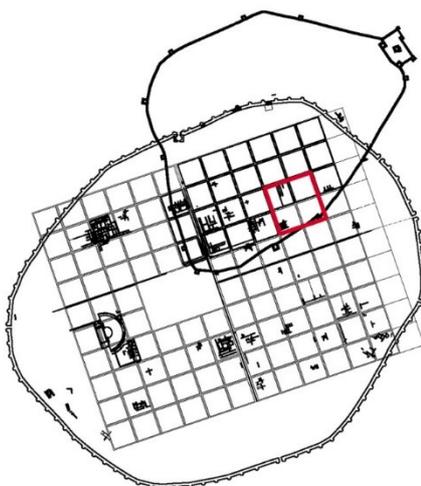


Figura 78. Pormenor Zona Arqueológica do Seminário de Santiago na malha romana e baixo medieval ©UAUM

6.2 Caracterização das estruturas

6.2.1 Eixos viários fundacionais

Apesar de não terem sido identificados elementos referentes ao período de definição do plano urbano fundacional, deduzimos essa fase com base em outras zonas arqueológicas, onde foram encontrados silhares que definiriam as ruas que delimitavam os quarteirões romanos, silhares esses que seriam incorporados nos edifícios com a urbanização da cidade, que se fez presente a partir de meados do século I (Magalhães, 2019). Portanto, para essa zona arqueológica foram assinalados quatro quarteirões (figura 79), delimitados pelos *kardines* K6, K5 e K4 e *decumani* D3, D4 e D5.

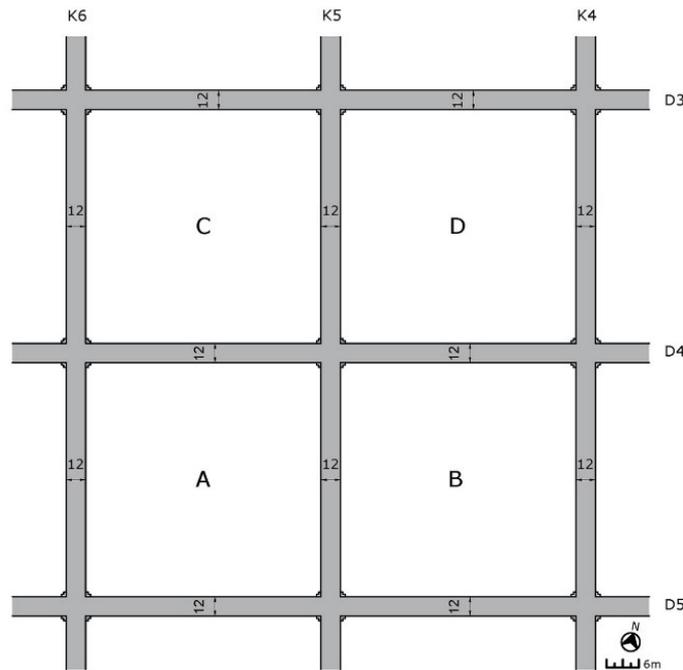


Figura 79. Malha romana correspondente à primeira fase da Zona Arqueológica do Seminário de Santiago

No entanto, o único eixo viário reconhecido nas intervenções arqueológicas foi o *decumanus* D4 (pavimento UE0125), apesar da sua cronologia apontar para uma repavimentação dessa via, foi deduzido que teria mantido nesse período o mesmo alinhamento do período fundacional. Caracterizado por seixos rolados e fragmentos de material laterício, a UE0125 conforma uma provável repavimentação do *decumanus* D4, datada do período entre os finais do século III e inícios do século IV, momento em que se reconhece a remodelação da habitação (Martins *et al.*, 2017a; 2017d; Magalhães, 2019).



Figura 80. Espólio associado à UE0125

Do período de transição entre o mundo tardo-antigo e medieval, fase de abandono da *domus* de peristilo inserida no quarteirão A, reconhece-se o pavimento UE112, uma provável repavimentação da UE125, caracterizada por fragmentos de material de construção e seixos de média e pequena dimensão, possibilitando a interpretação de que um troço do *decumanus* D4 prosseguiria sendo utilizado mesmo depois dos séculos VI e VII (Martins *et al.*, 2017a; 2017d).

6.2.2 Pórticos

Datada de meados do século I d.C., a *domus* do quarteirão A da 'Zona Arqueológica do Seminário de Santiago' poderia ter sido igualmente circunscrita por pórticos, responsáveis pela comunicação entre as ruas e os espaços comerciais, como ocorreria em outras unidades habitacionais já identificadas. Para a *domus* flávia foram identificados elementos situados cronologicamente maioritariamente entre finais do século III e inícios do século IV, o que limitou a compreensão da disposição espacial dos pórticos que circunscreveriam a habitação no momento da sua edificação (Martins *et al.*, 2017f).

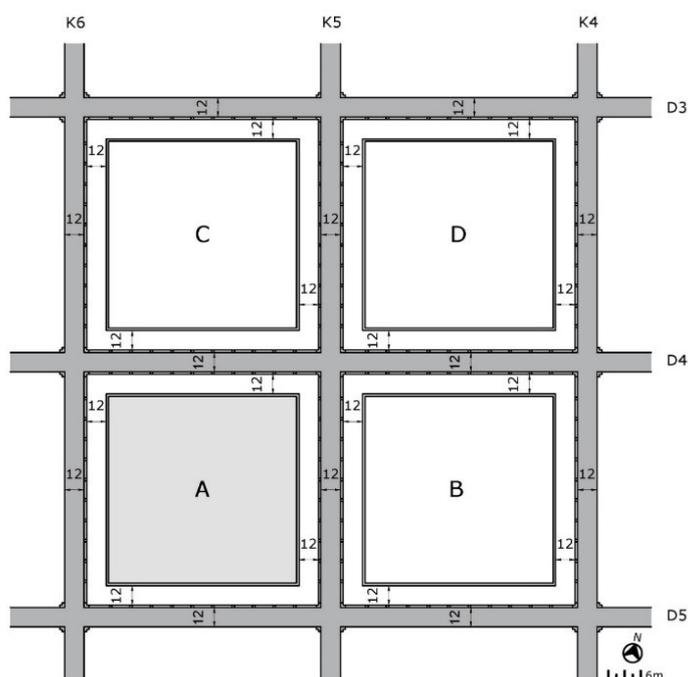


Figura 81. Planta interpretativa da ocupação flávia da Zona Arqueológica do Seminário de Santiago



Figura 82. Registo do alçado norte do muro UE150, que integrou a compartimentação do pórtico nascente da *domus* identificada na 'Zona Arqueológica do Seminário de Santiago' ©Martins *et al.*, 2017f

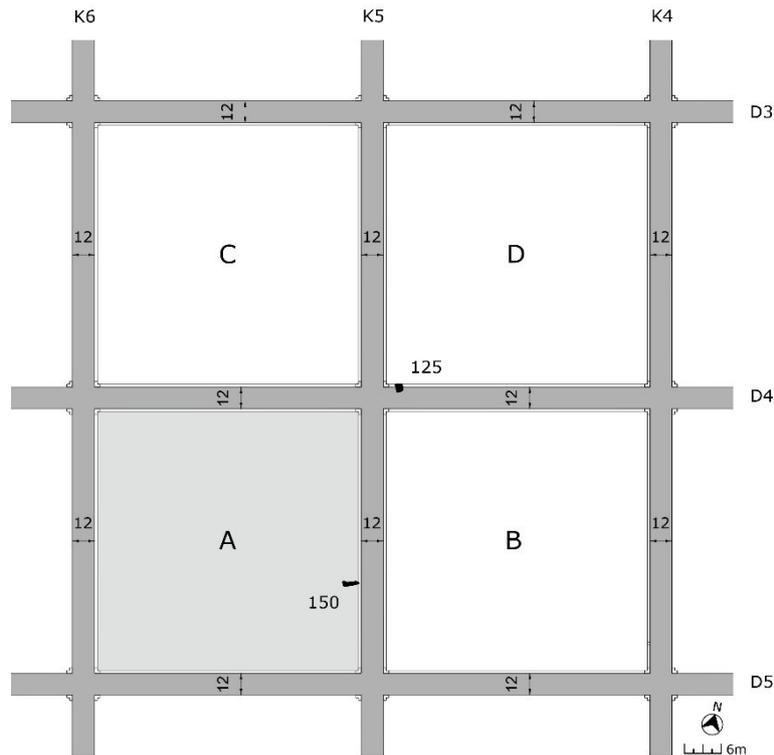


Figura 83. Proposta do avanço do espaço construído sobre os eixos pedonais

Por outro lado, as transformações evidenciadas a partir dos vestígios exumados corroboradas com a interpretação para outras zonas arqueológicas de Braga, atestam uma ocupação dos espaços pedonais no Baixo-Império, com o avanço da construção, o que ocasionaria um aumento da área construída das casas (Martins *et al.*, 2016; Magalhães, 2010; 2019). Portanto, o muro designado por UE150 evidencia a ocupação do pórtico a poente do *kardo* K5, integrando a compartimentação daquele eixo de comunicação pedonal (Martins *et al.*, 2017f).

6.2.3 Arruamento medieval e moderno

Nas intervenções decorridas foram identificados vestígios relativos a um arruamento que teria sobreposto um troço do *decumanus* D4, o qual parece corresponder ao trecho sul da rua de Palhas, referenciada no 1º Livro do Tombo do Cabido, datado do século XIV, assim como está representado em fontes cartográficas e iconográficas circunscritas entre os séculos XVI e XIX (Ribeiro, 2008). O traçado da rua de Palhas, que ligava a Igreja de Santiago à rua do Forno, terá desvanecido após o último quartel do século XIX, visto ainda estar representado na Planta Topográfica de 1983/84 de Francisco Goullard, mas já reconhecida por *rua do Collegio* (Ribeiro, 2008). Esse eixo viário parece encontrar-se fossilizado no Seminário de Santiago, mais precisamente no Jardim do Seminário, tendo sido identificados vestígios de pavimentos (UEs026 e 058) de diferentes fases de ocupação (Martins e Ribeiro, 2013; Martins *et al.*, 2017f).

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna



Figura 84. Perspetiva do lajeado correspondente às repavimentações modernas ©Martins *et al.*, 2017f

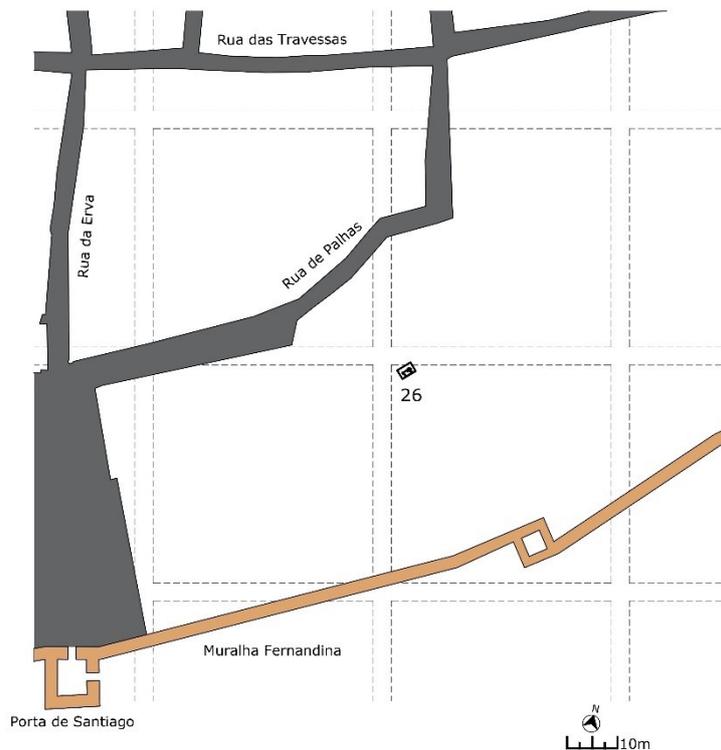


Figura 85. Planta interpretativa de parte do plano urbano baixo medieval de Braga

A UE095 corresponderia a um nível de pavimentação do arruamento que corria a norte da Igreja de S. Paulo, conservando nessa porção o traçado do *decumanus* D4. Esse piso demonstra que no período medieval a rua romana já estaria sedimentada, ocupação associada à muralha fernandina. As UEs026 e 058 poderiam formalizar repavimentações dessa via no decorrer dos séculos XVI e XVII, compostas por elementos graníticos de média e pequena dimensão de talhe irregular (Martins *et al.*, 2017f).

7 Zona Arqueológica do Largo de S. Paulo

7.1 Descrição e historial da intervenção

A ‘Zona Arqueológica do Largo de S. Paulo’ está localizada em uma zona de elevado potencial arqueológico, encontrando-se num setor que teve tanto a ocupação romana como medieval e moderna, e por outro lado, está localizado nas proximidades de uma porta da muralha baixo medieval, a porta de Santiago. Os trabalhos arqueológicos possibilitaram a identificação das ruínas de um peristilo de uma *domus*, assim como vestígios do *decumanus* D4 e um arruamento medieval (Ribeiro, 2008; Martins *et al.*, 2017f).

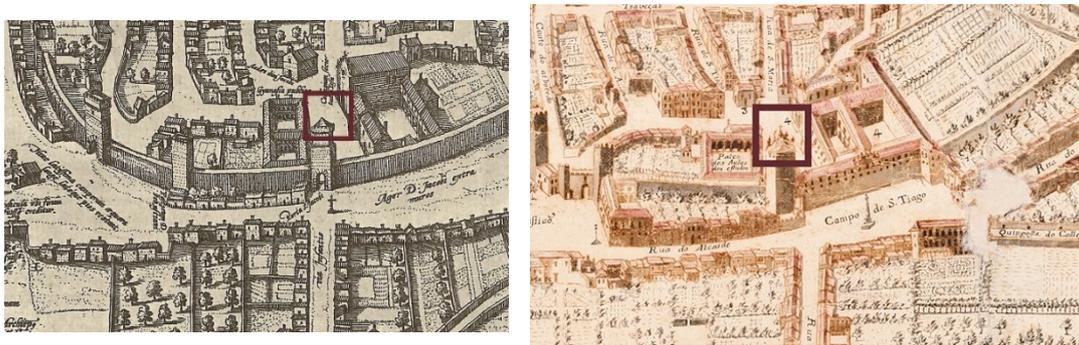


Figura 86. Localização da ‘Zona Arqueológica do Largo de S. Paulo’ no *Mapa de Braunio* (1594) e no mapa de Braga Primas de André Soares (1755) ©UAUM

Com a remodelação do pavimento do Largo de S. Paulo foi reconhecido um conjunto de estruturas que configuraria uma habitação romana, orientada no sentido NO/SE, o que contribuiu para a confirmação da existência de uma malha regular para a cidade alto imperial, assim como perceber a dinâmica de metamorfose da cidade de Braga na longa diacronia (Ribeiro, 2008). As estruturas identificadas no contexto de remodelação do pavimento do Largo de S. Paulo foram desenhadas e georreferenciadas, assim como demarcadas no novo pavimento, o que permite a sua contextualização na cidade atual (Ribeiro, 2008).



Figura 87. ‘Zona Arqueológica do Largo de S. Paulo’ demarcada na planta de Belchior Garcez e Miguel Maciel (século XIX) e no mapa de Goullard (1883–1884) ©UAUM

7.2 Caracterização das estruturas

7.2.1 Eixos viários fundacionais

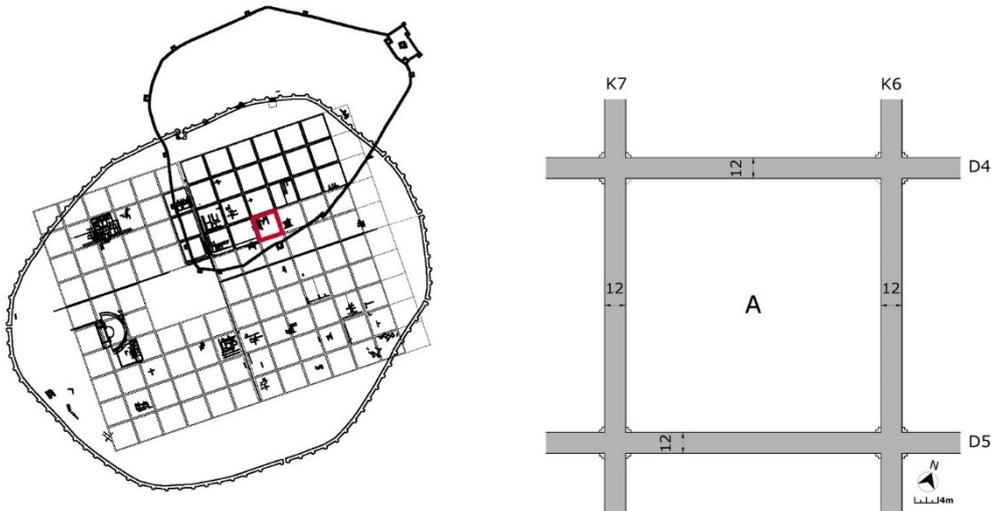


Figura 88. Localização da zona arqueológica na malha romana, sobreposta pela muralha fernandina (dir)

O quarteirão romano inserido na 'Zona Arqueológica do Largo de S. Paulo' estaria delimitado por quatro eixos viários – *kardines* K7 e K6 e *decumani* D4 e D5. Apesar de não ter sido possível o reconhecimento das estruturas referentes ao período da fundação da cidade de *Bracara Augusta*, terão sido identificados vestígios associados ao *kardo* K7, que articulados com a orientação das estruturas, entendem-se como importantes contributos para o estudo da morfologia urbana da cidade de Braga (Ribeiro, 2008; Martins *et al.*, 2017b).

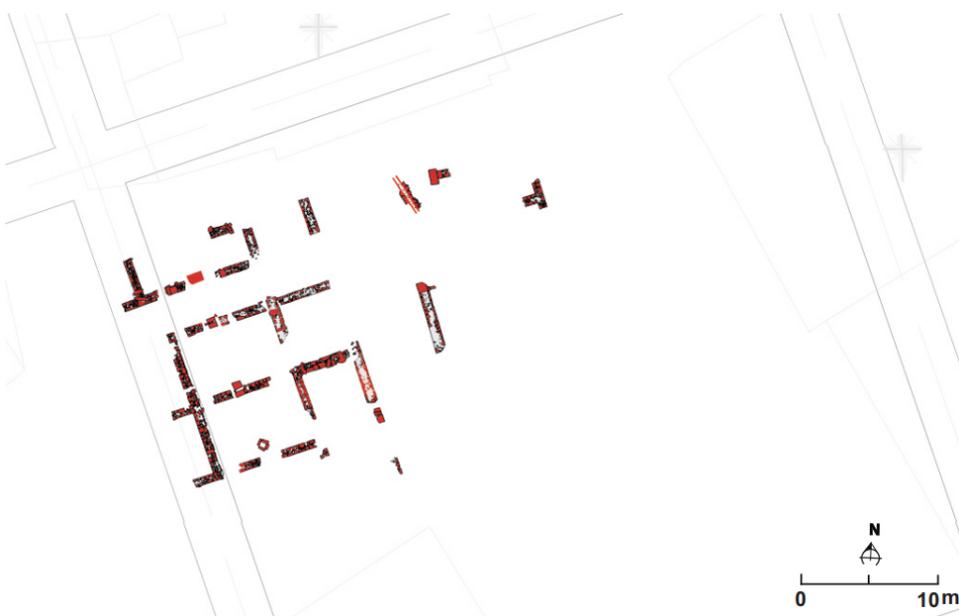


Figura 89. Conjunto dos muros identificados, inseridos na planta da cidade romana ©UAUM

©UAUM; Planta interpretativa Fase I da 'Zona Arqueológica do Largo de São Paulo' (esq)

Nesta zona não foi possível reconhecer as dimensões dos eixos viários, no entanto, estas foram deduzidas, segundo o modelo teórico regular interpretado para a malha urbana da cidade fundada por Augusto, na qual teriam sido implantados quarteirões quadrados com dimensões aproximadas a 120 x 120 pés (35.52 x 35.52m), com 156 pés (46.20m) de distância entre os eixos das ruas, tendo-se interpretado como largura média para os *kardines* e *decumani* secundários o valor de cerca de 12 pés (aproximadamente 3.60m) (Martins *et al.*, 2017b).

7.2.2 Pórticos

Nesta zona arqueológica foi possível identificar muros e silhares que permitiram a interpretação de um pórtico a poente do edificado inserido no quarteirão delimitado pelos *kardines* K7 e K6 e *decumani* D4 e D5 (Ribeiro, 2008). Esse eixo de comunicação pedonal possuiria cerca de 12 pés de largura, aproximadamente 3.60m, que conjuntamente a outros pórticos reconhecidos para esse período, como o pórtico que ladearia o *decumanus* D2 a sul na 'Zona Arqueológica das Carvalheiras', permitiram corroborar a interpretação de uma malha urbana regular, orientada a NO/SE, composta por quarteirões quadrados delimitados por espaços de circulação pedonal, que circunscreviam os espaços edificados e abriam-se para as ruas (Ribeiro, 2008).

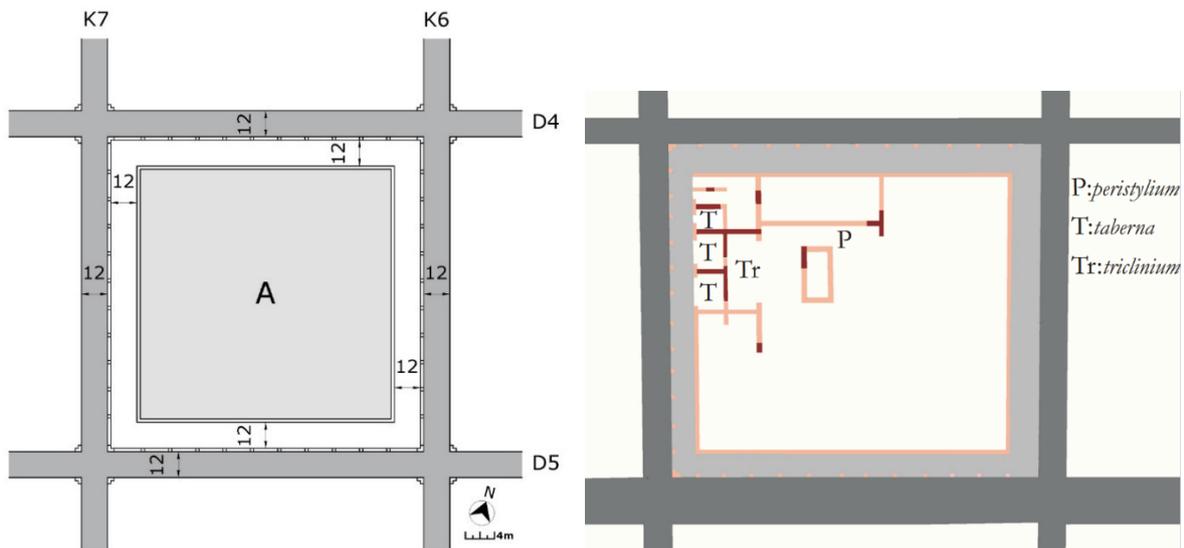


Figura 90. Proposta dos eixos de comunicação que circundavam o edificado da 'Zona Arqueológica do Largo de S. Paulo' (esq); interpretação dos compartimentos da fase II (dir) ©UAUM

O quarteirão romano terá sido posteriormente abandonado e, já no período medieval, terá funcionado como espaço de circulação, correspondendo ao troço nascente da rua do Postigo, rompendo com a morfologia do sistema viário romano (Ribeiro, 2008). A partir do século XVI o setor nascente da rua do Postigo passará por transformações nos edificados do troço oriental da rua, com a construção do

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

edifício para os Estudos Públicos e para a Igreja e Colégio de S. Paulo, que passa a contemplar uma configuração de pátio (identificado na planta topográfica de 1984-85 como *Largo do Collegio*), correspondendo atualmente ao Largo de S. Paulo (Ribeiro, 2008).

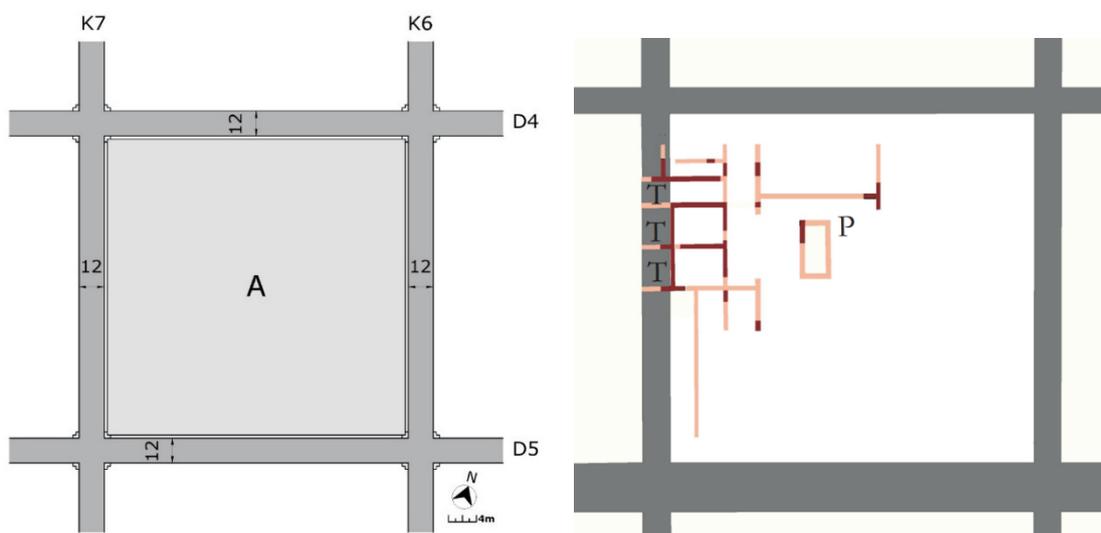


Figura 91. O avanço do edificado sobre os pórticos (esq); interpretação dos compartimentos da fase III (dir)

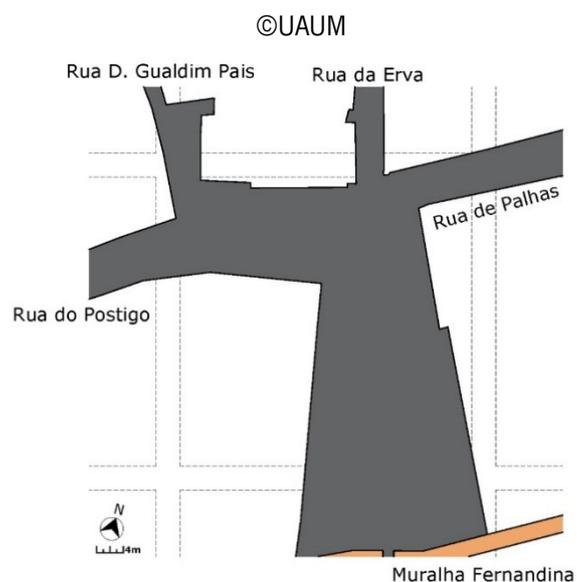


Figura 92. Sobreposição de parte do plano urbano baixo medieval sobre a malha romana

8 Zona Arqueológica Rua do Alcaide n^os 18-20

8.1 Descrição da intervenção

Os trabalhos realizados na 'Zona Arqueológica da rua do Alcaide n^os 18-20' foram efetuados em duas fases, a primeira entre setembro e outubro de 2016, e a segunda entre 2017 e 2020. Como o edificado em questão está junto ao traçado sul da antiga muralha medieval e nas proximidades da área

do *forum* de *Bracara Augusta*, o que implicou a necessidade de trabalhos arqueológicos (Magalhães *et al.*, 2017; Fontes *et al.*, 2020).

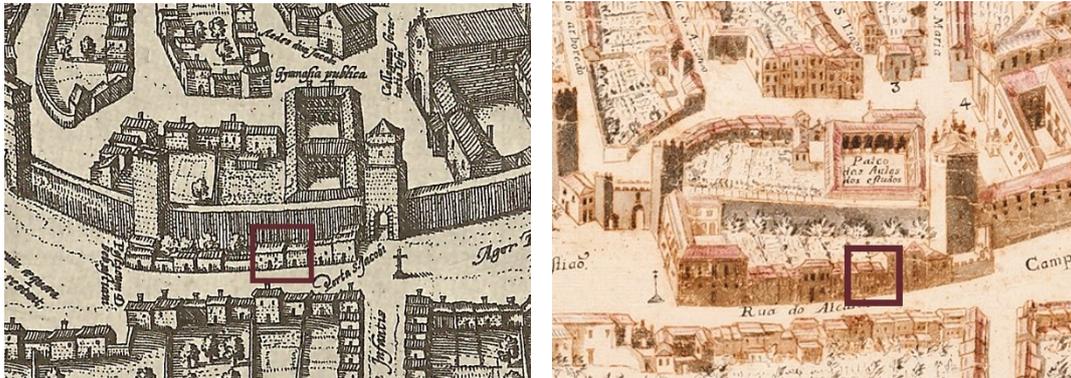


Figura 93. Localização da 'Zona Arqueológica da rua do Alcaide n.ºs 18-20' no *Mapa de Braunio* (1594) e na iconografia elaborada por André Soares (1755) ©UAUM

A primeira fase, realizada sob direção científica e técnica da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, teve como principal objetivo a realização de sondagens arqueológicas para investigar os impactos no subsolo do projeto de remodelação previsto para esse edifício, para o qual se projetou a construção de uma cave com 3m de profundidade. A área escavada de 21m², permitiu comprovar a longa ocupação para esse lote (Magalhães *et al.*, 2017). A segunda fase resultou no acompanhamento da execução do projeto de remodelação e ampliação do edifício, como medida preventiva proposta após as resoluções dos trabalhos arqueológicos anteriores (Fontes *et al.*, 2020).



Figura 94. Zona arqueológica demarcada na cartografia do século XIX – planta elaborada por Belchior Garcez e Miguel Maciel e o mapa realizado por Francisco Goullard (1883–1884) ©UAUM

No decorrer dos trabalhos de acompanhamento foi identificado no limite sul do lote um troço da cloaca romana, com continuidade para nascente e para a rua do Alcaide, fato que condicionou o seguimento do plano de obra definido para esse terreno, visto se tratar de uma estrutura de elevado valor arqueológico e patrimonial. A escavação integral da estrutura identificada ocorreu em dezembro de 2019, sendo necessário ressaltar que entre o período da sua identificação e a ulterior escavação os trabalhos

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

de construção na obra continuaram, após a proteção da cloaca por uma estrutura em madeira (Fontes *et al.*, 2020).



Figura 95. Troço da cloaca romana identificado ao longo da intervenção arqueológica da rua do Alcaide n.ºs 18-20 ©UAUM

8.2 Caracterização das estruturas

8.2.1 Estruturas hidráulicas

Com os trabalhos de escavação realizadas nesta zona arqueológica foi possível pôr a descoberto uma estrutura hidráulica robusta de elevada importância para o estudo das infraestruturas da cidade romana de *Bracara Augusta*, visto se tratar de uma canalização de elevado valor patrimonial e arqueológico, identificada como um troço da cloaca romana que corria no sentido E/O por cerca de 14,50m, com altura de 1,10m e 0,85m de largura (Fontes *et al.*, 2020). A escavação integral dessa estrutura permitiu o reconhecimento das paredes norte e sul (UEs093 e 0106), estruturadas em material granítico de aparelho *opus vittatum*, com argamassa em a base de saibro, e o seu lastro (UE0105) formado por lajes em granito e argamassa com base do mesmo material (Fontes *et al.*, 2020).



Figura 96. Registo do alçado norte da UE106, com os enchimentos do interior da conduta (esq); pormenor do alçado sul da UE093 (dir) ©UAUM

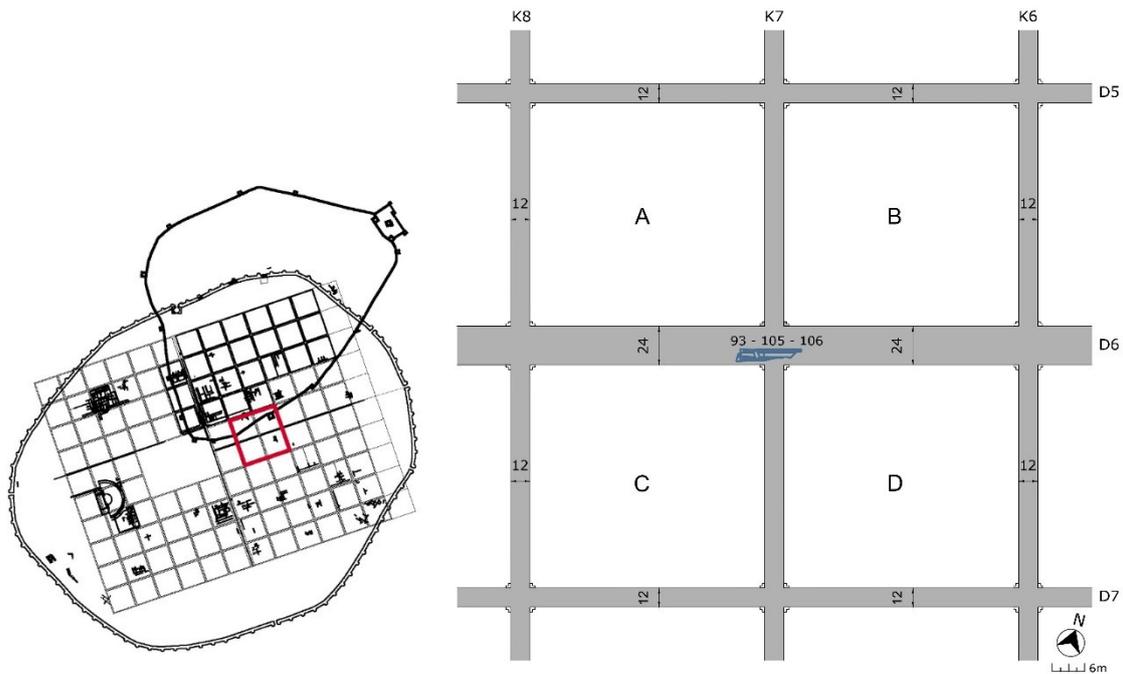


Figura 97 Localização da zona arqueológica na malha romana, sobreposta pela muralha fernandina (esq)

©UAUM; Planta interpretativa Fase I da 'Zona Arqueológica da rua do Alcaide n°s 18-20' (dir)

Os enchimentos reconhecidos no interior dessa estrutura, identificada no limite sul do lote e estendendo-se para poente, em direção ao lote limítrofe, e a nascente para a rua do Alcaide, permitiram a identificação dos níveis associados à utilização (UE0104) e ao abandono (UEs0099, 0102 e 0103) da conduta, bem como sua vala de saque (UE0177) e o enchimento desta (UE0098) (Fontes *et al.*, 2020).

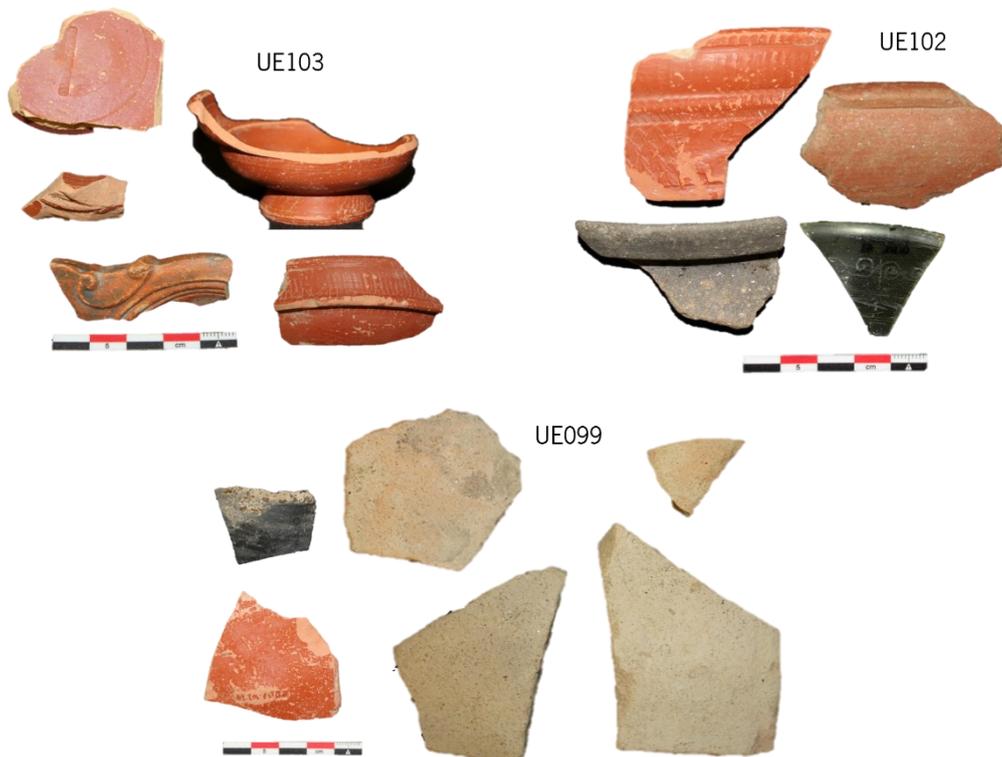


Figura 98. Espólio identificado nos níveis de abandono da cloaca (UEs099, 102 e 103) ©UAUM

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

De datação júlio-cláudia, a cloaca parece estar relacionada aos processos de pré-urbanização de *Bracara Augusta*, em semelhança a outra grande cloaca que corria sob o *kardo maximus* K9, reconhecida tanto na 'Zona arqueológica do Ex Albergue Distrital' como também na 'Zona arqueológica da rua Frei Caetano Brandão n.ºs 183-185/Santo António das Travessas n.ºs 20-26' (Fontes *et al.*, 2020).



Figura 99. Registo da secção da cloaca, onde é possível verificar os enchimentos que marcam a sua utilização e abandono (esq); espólio identificado na UE104 (dir) ©UAUM

A cloaca romana, reconhecida no limite sul do lote, correria sob o possível troço nascente do *decumanus maximus* da cidade fundada por Augusto, o que revela a importância desse elemento para o estudo da morfologia urbana do período fundacional, contribuindo para a discussão em torno dessa importante rua (Martins *et al.*, 2017b; Fontes *et al.*, 2020).



Figura 100. Pormenor do lastro (UE105) da infraestrutura de drenagem (esq); registo da cloaca no sentido E/O (dir) ©UAUM

A natureza de ocupação dos quarteirões romanos não foi identificada, bem como o seu abandono, visto que com a construção da muralha medieval toda essa área terá sido arrasada, condicionada pela área *non aedificandi*, exterior ao perímetro amuralhado, que configurava um fosso,

correspondente a uma grande vala com pelo menos 2.5m de profundidade e 6m de largura, que desmantelou todo o edificado subsistente. A fase seguinte estaria relacionada com o enchimento do fosso para nivelar o terreno e desmontagem de parte da muralha, onde se implantou o edificado moderno, o que implicou a perda da sua função defensiva (Ribeiro, 2008; Fontes *et al.*, 2020).

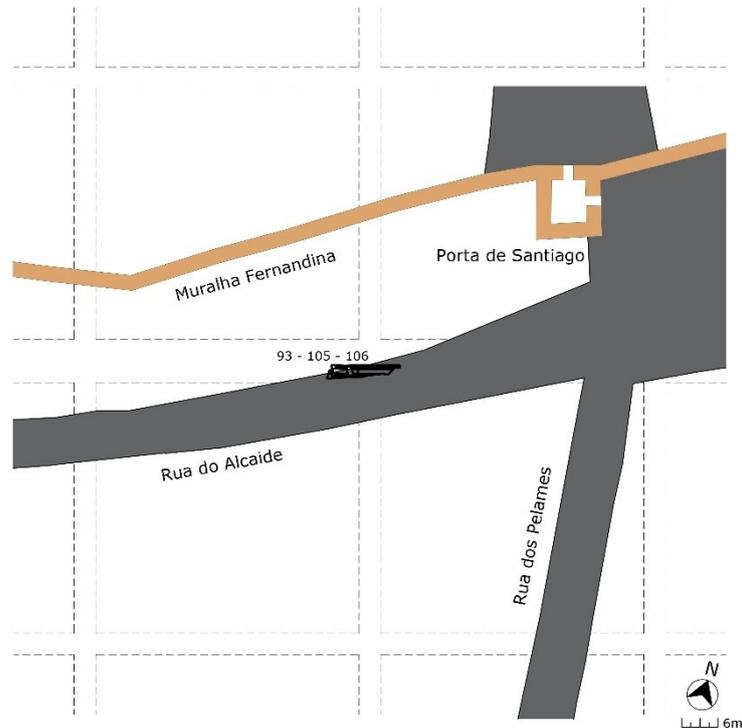


Figura 101. Sobreposição dos arruamentos modernos nos eixos da cidade baixo imperial ©UAUM

9 Zona Arqueológica das Antigas Cavalariças

9.1 Historial e descrição

As escavações na 'Zona arqueológica das Antigas Cavalariças' iniciaram-se em 1986, com o objetivo de permitir a construção do Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, inaugurado em 2006, nos terrenos das Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga (Delgado e Martins, 1988; Magalhães, 2019). A referida zona arqueológica é delimitada a norte pelo parque de estacionamento do Centro de Saúde do Largo Paulo Orósio, a sul pelos terrenos do Instituto Monsenhor Airosa, a nascente pelas traseiras dos edifícios da rua de S. Geraldo e, por fim, a poente restringida pela rua dos Bombeiros Voluntários.

Os trabalhos arqueológicos ocorreram em diferentes fases, desenvolvidas de maneira descontinuada ao longo de 16 anos. O início das intervenções decorreu em 1986, sob responsabilidade técnica e científica da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Delgado e Gaspar, 1986;

Magalhães, 2019). A primeira fase das intervenções resultou na identificação de relevantes elementos arquitetónicos, como um pavimento de *opus signinum*, níveis de derrube, um poço, muros e um pavimento formalizado em pedra talhada (Delgado e Gaspar, 1986).

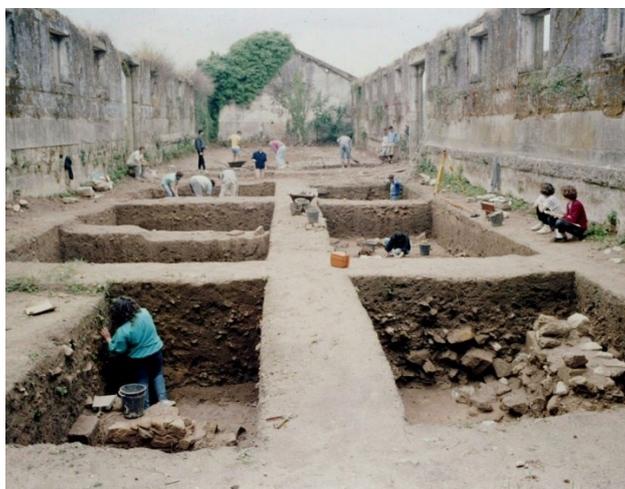


Figura 102. Perspetiva das escavações realizadas em parte do terreno das antigas Cavalariças ©UAUM

A segunda fase ocorreu entre 1988 e 1989, com o objetivo de escavar a totalidade da área onde seria edificado o Museu D. Diogo de Sousa, o que permitiu a identificação de muros de diferentes fases e elementos de um pavimento tardio (Delgado e Martins, 1988; Magalhães, 2019).

A terceira campanha desenvolveu-se ao longo do ano de 1996, com o intuito de intervencionar a área que viria a corresponder ao jardim do Museu. Nesse ano foram reconhecidos elementos de diferentes cronologias, como o alicerce dos muros das cavalariças, um pavimento em terra batida e variadas estruturas (Lemos, 1996). Por fim, a quarta e última campanha ocorreu em 2002, com a abertura de sondagens a nascente do Museu já finalizado, que possibilitaram a documentação de estruturas relativas a um possível balneário, como os muros que formalizariam grandes compartimentos em *opus signinum* e elementos de tesselas, bem como um hipocausto (Magalhães, 2019).

A zona arqueológica insere-se no interior do plano urbano romano, correspondendo a dois quarteirões (A e B) localizados a sul do *forum*, o que permite reconhecer a importância das intervenções arqueológicas ao nível do estudo da evolução urbana de Braga (Martins *et al.*, 2017b). A natureza de ocupação do quarteirão A conformaria uma *domus* flávia, que entre os séculos III e IV sofrera importantes remodelações, permanecendo ocupada durante a Antiguidade Tardia, apesar das alterações a nível de uma nova distribuição dos compartimentos associados aos novos usos dos espaços domésticos. No entanto, tendo em linha de conta os vestígios referentes ao quarteirão B estarem em um mau estado de conservação, a interpretação da forma de ocupação desse setor foi dificultada, tendo sido assim determinado que a edificação do museu seria realizada sobre esse setor, entulhando as sondagens sem

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

Augusta, o que facilita a interpretação de que a sul do *forum* as características viárias identificadas a norte teriam continuidade (Martins *et al.*, 2017b; Magalhães, 2019)

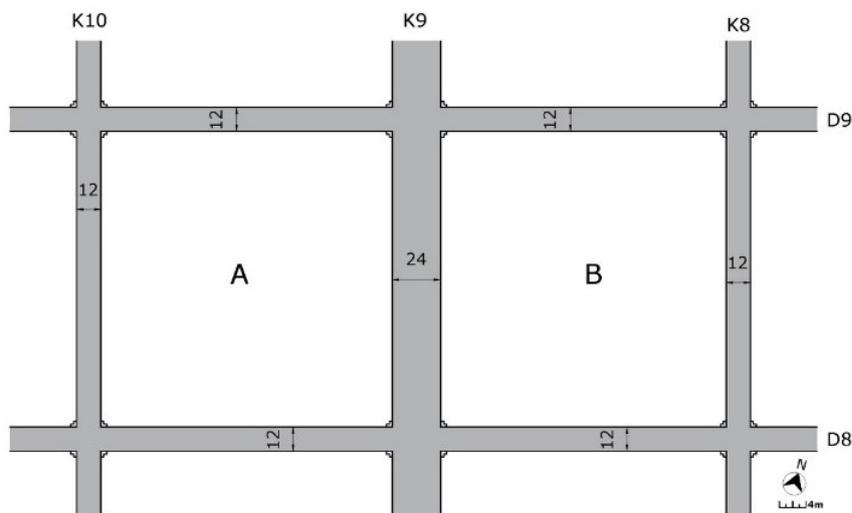


Figura 104. Planta interpretativa da primeira fase da 'Zona Arqueológica das Cavalariças'

9.2.2 Pórticos

Nos quarteirões A e B foram edificadas duas unidades habitacionais, balizadas cronologicamente no período flávio, que podem ter arrasado as estruturas enquadradas anteriormente. Para o quarteirão B, situado a nascente do *kardo maximus* K9, os dados são escassos, o que dificulta a sua restituição, contudo, no quarteirão A foi reconhecida uma *domus* de peristilo que ocupou a totalidade do espaço delimitado pelos *kardines* K10 e K9 e *decumani* D8 e D9 (Magalhães, 2019).

Os vestígios arqueológicos da *domus* flávia do quarteirão A encontram-se no miolo do quarteirão, com poucos vestígios referentes aos limites das suas fachadas, bem como dos pórticos que comunicavam o edificado aos eixos viários. No que concerne às fachadas norte e poente não foram identificadas estruturas, sendo assim, não é possível dimensionar os espaços determinados para a circulação pedonal dessas áreas do quarteirão. Contudo, para os limites sul e nascente subsistiram alguns vestígios residuais (UEs01420 e UE1197), que tornaram possível a interpretação dos espaços porticados a norte do *decumanus* D9 e a poente do *kardo maximus* K9 (Magalhães, 2019). Portanto, a partir de uma projeção das fachadas, interpretadas segundo os vestígios dos muros perimetrais, estima-se que o pórtico a nascente da *domus* flávia possuiria uma largura de cerca de 15 pés (4.50m), ladeando o *kardo maximus* de *Bracara Augusta*, o que pode justificar a sua maior profundidade, ao passo que o eixo de comunicação pedonal a sul revelaria uma profundidade de aproximadamente 12 pés (cerca de 3.60m) (Magalhães, 2019).

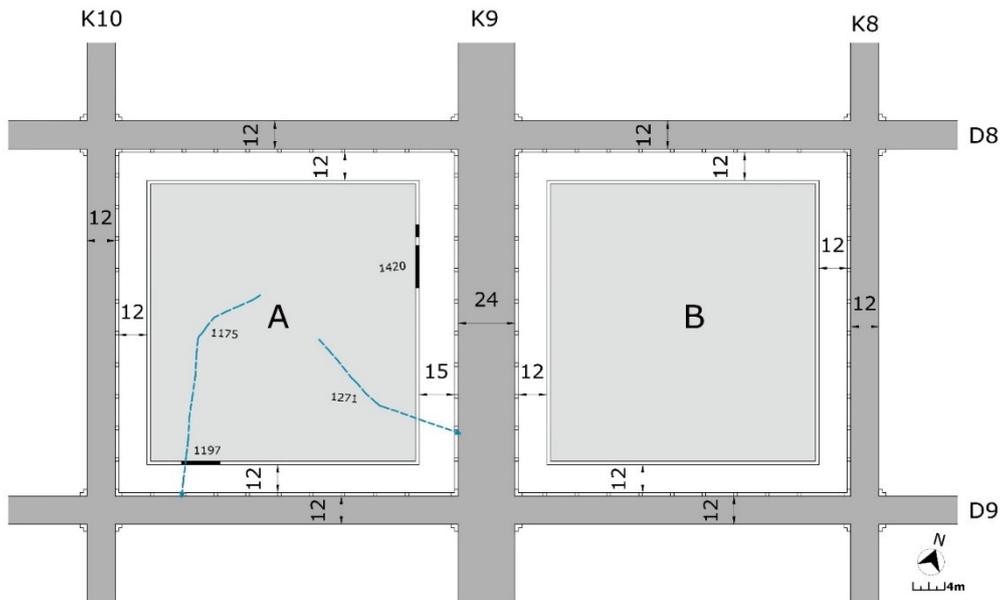


Figura 105. Planta interpretativa da ocupação dos quarteirões A e B entre os séculos I e II na 'Zona Arqueológica das Antigas Cavalariças'

Quanto à fase de remodelação da *domus*, no período compreendido entre finais do século III e inícios do século IV, não foi possível identificar a ampliação do espaço construído, o que poderia conduzir a um avançar do edificado sobre os pórticos, como foi identificado em outras zonas arqueológicas de Braga (Magalhães, 2019). Este fato estaria relacionado com a localização do núcleo de ruínas, identificado no miolo do quarteirão, o que não permite a visualização das suas fachadas, provavelmente, devido aos constantes saques que esse setor da cidade sofreu. No entanto, para essa fase foi reconhecida a compartimentação do setor nordeste do pórtico que ladeava o *kardo maximus*, com a implantação de uma estrutura que corria no sentido E-O (Magalhães, 2019).

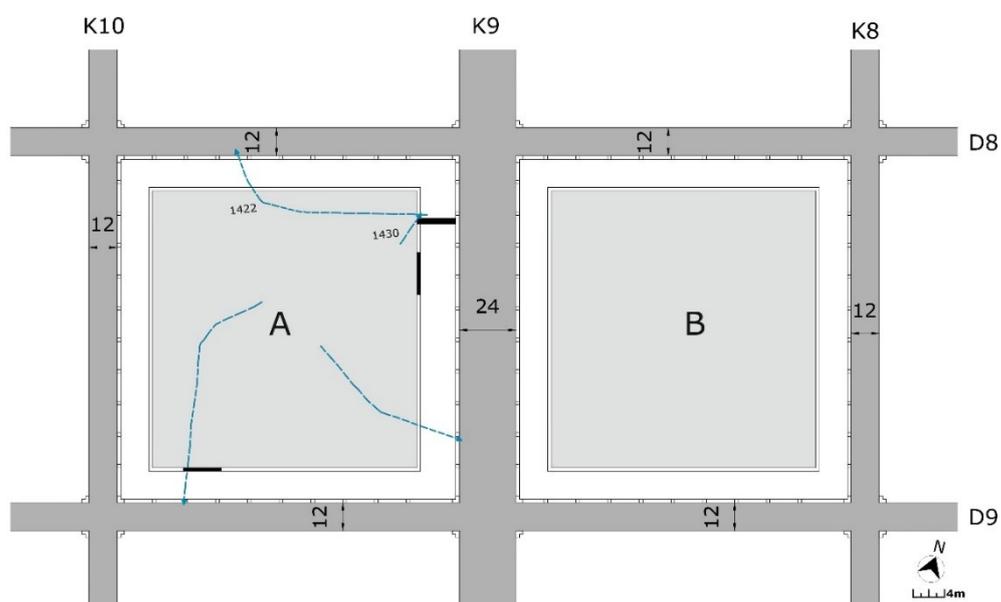


Figura 106. A ocupação do quarteirão A entre finais do século II e inícios do III

Sabe-se, ainda, que a área ocupada pelos dois quarteirões romanos terá sido abandonada nos finais da Antiguidade Tardia, posteriormente ao século VII, tendo assim passado a ser utilizada como campos agrícolas, exteriores às cidades medieval e moderna, até à sua ocupação pelas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga, no século XX (Magalhães, 2019).



Figura 107. Localização dos quarteirões romanos na planta topográfica da cidade de Braga, realizada por Goullard, demonstrando que até finais do século XIX esses terrenos continuaram desocupados ©UAUM

9.2.3 Estruturas Hidráulicas

Os vestígios referentes às estruturas hidráulicas da *domus* flávia reconhecida no quarteirão A, a poente do *kardo maximus* K9, estão relacionados com a drenagem das águas do interior da habitação para o exterior, em direção aos eixos viários que delimitavam o quarteirão (Magalhães, 2019). No entanto, as estruturas referentes ao sistema de drenagem foram identificadas apenas de maneira fragmentada, de carácter fruste, o que não permite a formalização da rede de drenagem da habitação (Magalhães, 2019).

As canalizações reconhecidas são, na sua maioria, estruturas em caixa com paredes de pedra de aparelho regular e lastro em tijoleira. Com essas características reconhecemos a UE1012=CAN 2, que drenaria as águas de um compartimento situado no setor norte da habitação para um dos eixos viários circundantes, e as UEs1175, 1176 e 1177=CAN 3, identificadas no setor sudoeste, podendo formalizar uma única estrutura responsável por drenar a água suja para o *decumanus* D9 (Teixeira, 2012; Magalhães, 2019). Similarmente, a canalização UEs1271, 1272 e 1273=CAN 5 possuiria a mesma tipologia, com o acréscimo de possuir vestígios da sua cobertura, em lajes de granito de talhe e forma irregulares, diferenciada em uma maior extensão, drenando as águas para o pórtico nascente, paralelo ao *kardo maximus* K9, para uma possível conduta que recolhia água das chuvas do pórtico e da *domus* (Magalhães, 2019).

Foram, ainda, reconhecidas canalizações associadas ao momento de intensa remodelação da *domus*, entre finais do século III e inícios do século IV, que definiu novos compartimentos e dotou a habitação de um maior requinte arquitetónico e decorativo (Magalhães, 2019). A canalização de drenagem de água UEs1422 e 1414=CAN 7, formalizada em paredes de pedra, foi identificada ao longo de 15m, sem que tenha sido possível identificar elementos da sua cobertura e do seu lastro, devido ao mau estado de conservação, responsável pelo transporte de água em direção ao *decumanus* D8. O sistema de abastecimento dessa fase está representado pela canalização UEs1430, 1431 e 1432=CAN 6, com paredes de pedra e lastro em tijoleira, que poderia estar relacionada com a condução de água para o ninfeu, a partir do *kardo maximus* K9, o que pode proporcionar a interpretação de que o abastecimento de água seria realizado a partir das águas captadas fora da cidade, transportadas por aquedutos subterreos e por uma rede de canalizações sob os eixos viários, abastecendo edifícios públicos e determinadas habitações (Magalhães, 2019; Martins e Ribeiro, 2012).

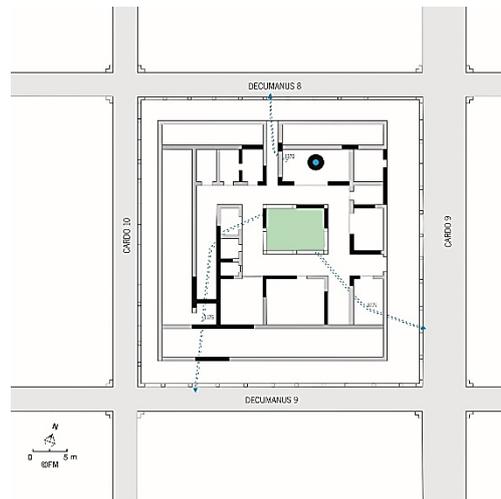


Figura 108. Identificação das estruturas hidráulicas na domus da 'Zona Arqueológica das Antigas Cavalariças'

©Magalhães, 2020

10 Zona Arqueológica da rua de São Geraldo nºs 27-31

10.1 Historial e descrição da intervenção

A 'Zona arqueológica da rua de S. Geraldo nºs 27-31' foi intervencionada entre março e outubro de 2000, com o objetivo de identificar as potencialidades arqueológicas do terreno, no qual foi reconhecida uma habitação com interesse arquitetónico, devido a sua longa ocupação, tendo sido inclusive referenciada no Mapa das Ruas de Braga, produzido no século XVIII (Fernandes, 2018). A rua de S. Geraldo foi aberta no século XVI, por ordem do cardeal D. Henrique, sendo reconhecida anteriormente

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

por Rua dos Pelames, uma importante via que ligava no sentido N/S o Campo de Santiago e a Ponte dos Pelames, encontrando-se ocupada em finais do século XVI (Ribeiro, 2008).

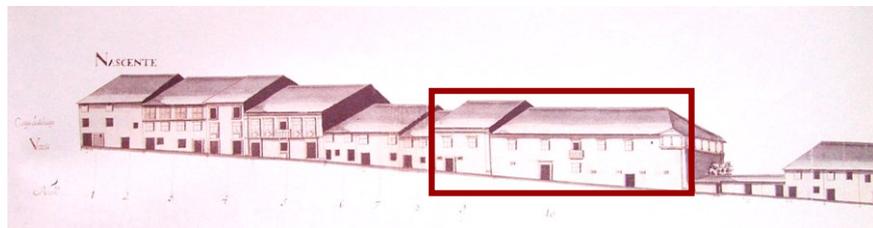


Figura 109. Representação do imóvel na planta de André Soares e no Mapa das Ruas de Braga (MRB), século XVIII ©UAUM

Localizado no setor sudeste da cidade romana, e exterior ao perímetro amuralhado da cidade medieval, o terreno sofreu diferentes intervenções, atestadas nos vestígios arqueológicos detetados, resultando no saque de materiais pétreos oriundos das diferentes estruturas que subsistiram às diferentes fases da cidade (Leite *et al.*, 2001). As escavações, que contribuíram para o estudo da evolução urbana nesse setor da cidade, foram coordenadas pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, (Fernandes, 2018).



Figura 110. Localização da 'Zona Arqueológica da rua de S. Geraldo n.ºs 27-31' no *Mapa de Braunio*, 1594, e na planta topográfica de Francisco Goullard (século XIX) ©UAUM

As escavações permitiram a identificação de um arruamento, uma canalização e um muro de época romana, conjuntamente com os negativos de silhares e de saques, que permitiram a interpretação dos alinhamentos dos muros de um edificado datado dos primeiros séculos da cidade fundada por Augusto, contribuindo assim para o entendimento dos elementos urbanos nesse setor da cidade (Fernandes, 2018). Foram, ainda, identificadas quatro fases ocupacionais, a primeira associada a um possível edificado de época Flávia, a segunda fase relacionada com a construção de uma unidade habitacional do século II d.C., que sofre em um terceiro momento profundas remodelações entre finais do século III e inícios do IV, com o avanço da área construída sobre os eixos de comunicação. A quarta e última fase assinala a ocupação em época moderna, atestada a partir da construção de uma canalização sobre o arrasamento das estruturas anteriores (Fernandes, 2018).

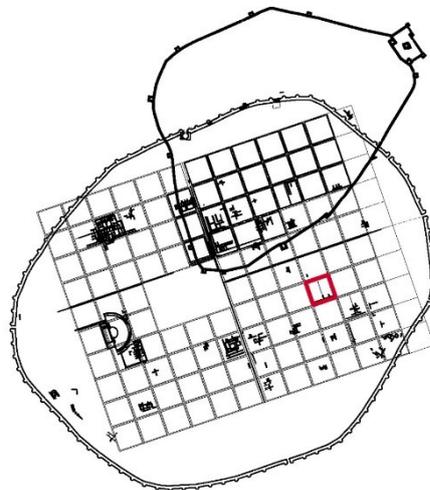


Figura 111. Localização da 'Zona Arqueológica da rua de S. Geraldo n.ºs 27-31' na cidade de *Bracara Augusta*, sobreposta pela muralha Fernandina ©UAUM

10.2 Caracterização das estruturas

10.2.1 Eixos viários fundacionais

Reconhece-se para esta zona arqueológica a identificação de um quarteirão romano, delimitado pelos *kardines* K6 e K5 e *decumani* D7 e D8, com vestígios ocupacionais a partir da dinastia Flávia. É possível que, semelhante a outras zonas arqueológicas da cidade, anteriormente à ocupação Flávia antecederesse a instalação de silhares que demarcassem o alinhamento dos eixos viários, silhares esses que podem ter sido incorporados nos edificados posteriores (Martins *et al.*, 2017b).



Figura 112. Pormenor cunhal UE009 ©UAUM

Os restos de um pavimento (UE004) figura-se como um importante vestígio relacionado com a trama urbana de *Bracara Augusta*, podendo representar um troço do *kardo* K6, identificado a partir da sua proximidade ao cunhal UE009, que formalizava o canto do quarteirão, e da sua localização alinhada à projeção dessa rua que corria no sentido N/S e limitava o quarteirão a poente (Fernandes, 2018). Este nível de circulação era caracterizado por uma alta compacidade, constituído por terra fina, de coloração acastanhada com pontos de coloração bege, com inclusões de carvões (Fernandes, 2018). No entanto, a sua identificação não permitiu a definição das dimensões do eixo viário a que poderia corresponder, de modo que a sua largura, assim como das restantes ruas que delimitavam o quarteirão, é interpretada a partir do modelo teórico proposto para a cidade de *Bracara Augusta*, no qual os *kardines* e *decumani* menores possuiriam uma largura de 12 pés, cerca de 3.60m (Martins *et al.*, 2017b).

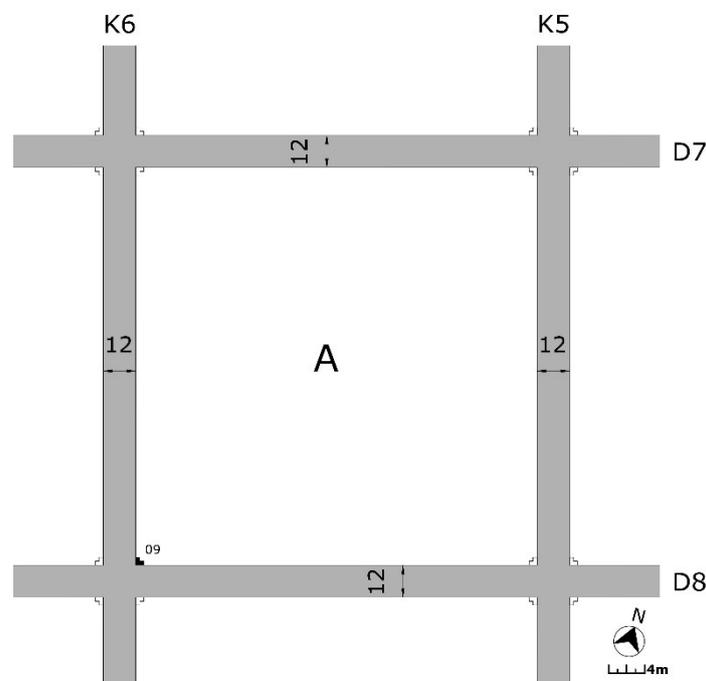


Figura 113. Planta interpretativa do plano urbano fundacional na 'Zona Arqueológica da rua de S. Geraldo n.ºs 27-31'

10.2.2 Pórticos

O edifício flávio inserido no quarteirão A (figura 114), de funcionalidade indeterminada, seria ladeado a poente por um pórtico, reconhecido a partir do cunhal UE009, que sugere um possível pórtico a sul, definindo o canto sudoeste do quarteirão (Fernandes, 2018). O cunhal, datado da segunda metade do século I, era constituído por sete blocos em granito, com a funcionalidade de estruturar a colonata do pórtico, permitindo a interpretação de que todo o edifício seria delimitado por pórticos, à semelhança de outras unidades construtivas datadas do mesmo período identificadas nas zonas arqueológicas de Braga (Magalhães, 2010; 2019).

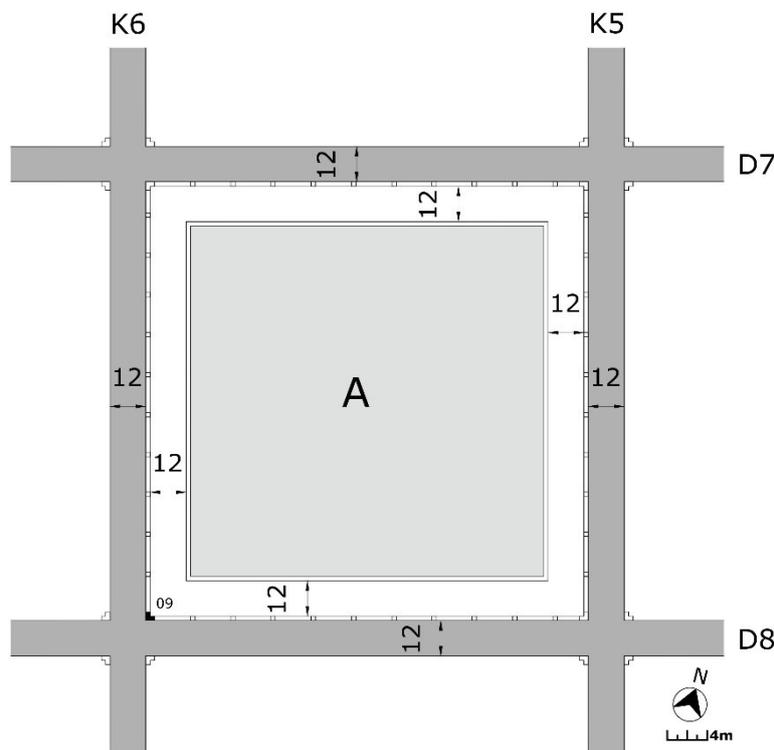


Figura 114. Primeira fase de ocupação do quarteirão A na 'Zona Arqueológica da rua de S. Geraldo n°s 27-31'

10.2.3 Estruturas hidráulicas

Nesta zona arqueológica foi identificada uma canalização (UE054) constituída por grandes lajes e paredes em aparelho irregular, reconhecida numa extensão de 3.52m no sentido NO/SE, com uma altura de 1.20m e largura de 1.41m. A instalação da canalização moderna, sobrepondo as estruturas anteriores, reflete como em época moderna as antigas estruturas urbanas da cidade romana já teriam perdido as suas funções nessa área da cidade. Desse modo, o quarteirão romano reconhecido nas fases anteriores, já se encontraria nesse momento completamente absorvido pelas transformações decorridas ao longo das vivências urbanas, localizado nos quintais de parte dos edifícios que ocupavam a fachada

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

nascente da rua de S. Geraldo, antiga rua dos Pelames, aberta no século XVI (Fernandes, 2018; Ribeiro, 2008).

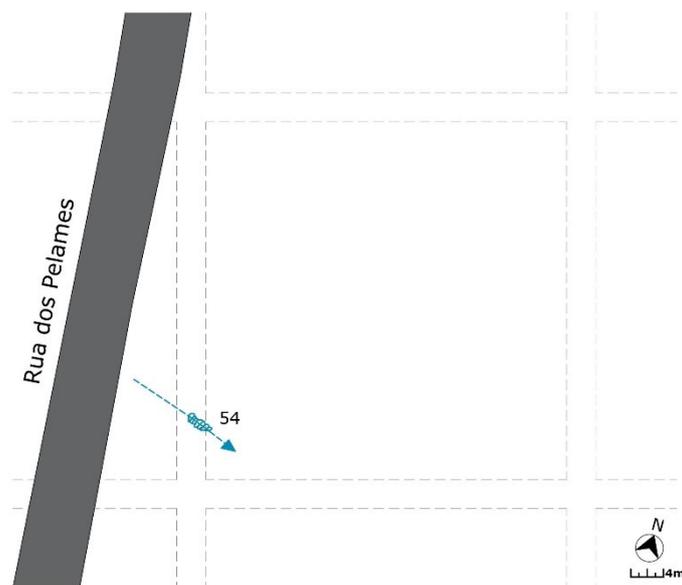


Figura 115. Representação do arruamento aberto no século XVI sobre a malha urbana romana

11 Zona arqueológica Misericórdia, Santa Casa – (tabuleiro superior A)

11.1 Descrição e historial da intervenção

A zona arqueológica localizada nos terrenos do tabuleiro superior (tabuleiro A) da Santa Casa da Misericórdia, a oeste do antigo Hospital Distrital de São Marcos, foi intervencionada entre maio de 1999 e março do ano 2000, sob direção científica da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Fernandes, 2018). As campanhas de trabalho, de caráter preventivo, incidiram no setor sudoeste da cidade romana e decorreram em duas fases, totalizando uma área escavada de cerca de 96m² (Fernandes, 2018).

As campanhas arqueológicas permitiram a identificação de estruturas que possibilitaram o reconhecimento de diferentes fases ocupacionais, intercaladas entre o século I e a transição entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média (Fernandes, 2018). A primeira fase corresponderia ao período de Augusto, num momento pós-fundacional, quando se teria projetado os alinhamentos da trama urbana de *Bracara Augusta* e delimitado o quarteirão A (figura 117), definido pelos *kardines* K5 e K4 e *decumani* D8 e D9, que em época flávia seria ocupado por um conjunto habitacional (Martins *et al.*, 2017b; Fernandes, 2018).

A terceira fase corresponderia às remodelações decorridas na unidade habitacional, com a compartimentação dos seus espaços e a possível edificação de um balneário, não tendo sido detetadas

transformações ao nível dos pórticos e eixos viários (Ribeiro, 2010; Fernandes, 2018). A utilização do terreno como campo agrícola corresponde à quarta e última fase, associada a uma estrutura agrícola moderna, com orientação discrepante das restantes estruturas exumadas (Fernandes, 2018).



Figura 116. Recortes do *Mapa de Braga Primas* de André Soares (1755) e da planta topográfica realizada por Goullard (1883–1884), de modo a representar a densidade de campos agrícolas junto à rua dos Pelames, mais tarde reconhecida por rua de S. Geraldo ©UAUM

11.2 Caracterização das estruturas

11.2.1 Pórticos

Esta zona arqueológica está inserida no quadrante sudeste da cidade romana, portanto, exterior à cidade medieval, o que condicionou sua morfologia com o passar dos séculos. Foram definidas sucessivas fases ocupacionais, sendo a primeira fase alusiva ao período pré-flávio, no qual devem ter sido instalados silhares responsáveis pela projeção dos eixos viários que delimitavam o quarteirão romano. No entanto, não foram reconhecidos elementos que permitissem a caracterização desse primeiro momento, sendo assim compreendido a partir do modelo teórico do plano urbano de *Bracara Augusta*, associado aos elementos reconhecidos na 'Zona Arqueológica das Cavalariças', que possibilitaram a projeção desse plano para os setores a sul do *forum* (Martins *et al.*, 2017b; Magalhães, 2019).

As intervenções confirmaram a existência de uma habitação edificada no período flávio, que estaria integrada num quarteirão definido pelos *kardines* K5 e K4 e *decumani* D8 e D9. Relativamente aos eixos de comunicação pedonal, foram reconhecidos os silhares UEs073 e 085 que em associação ao muro 9 (UE084), define a projeção do alinhamento do *decumanus* D9 e permitiram a definição de um espaço porticado associado à habitação flávia (Fernandes, 2018; Martins *et al.*, 2017b). O silhar UE073, tinha 0.79m comprimento e 0.42m de largura assim como o silhar UE085, com largura semelhante ao primeiro silhar, de 0.46m, e comprimento máximo de 0.94m, encontram-se associados

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

ao muro UE084, com orientação E/O, representado por uma extensão de apenas 0.23m e uma largura de 0.50m. Os silhares definiriam os limites da porta de acesso ao interior da habitação, a partir do pórtico que se desenvolveria a sul do edificado, correspondendo aos embasamentos de possíveis colunas que substituiriam as ombreiras da porta, que conjuntamente com o muro UE084 formalizariam parte da fachada sul da habitação (Fernandes, 2018).

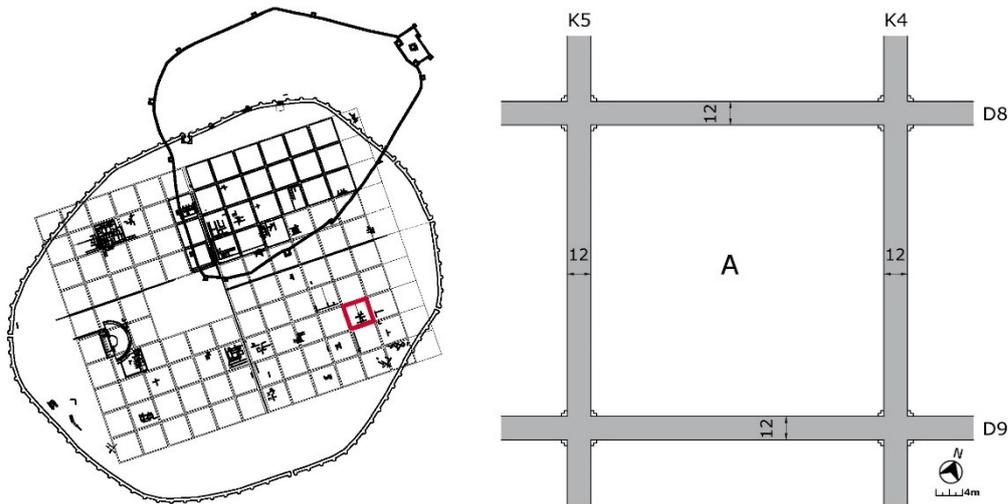


Figura 117. Localização da zona arqueológica na malha romana, sobreposta pela muralha fernandina (dir) ©UAUM; Planta interpretativa Fase I da 'Zona arqueológica da Misericórdia, Santa Casa (tabuleiro superior A)' (esq)

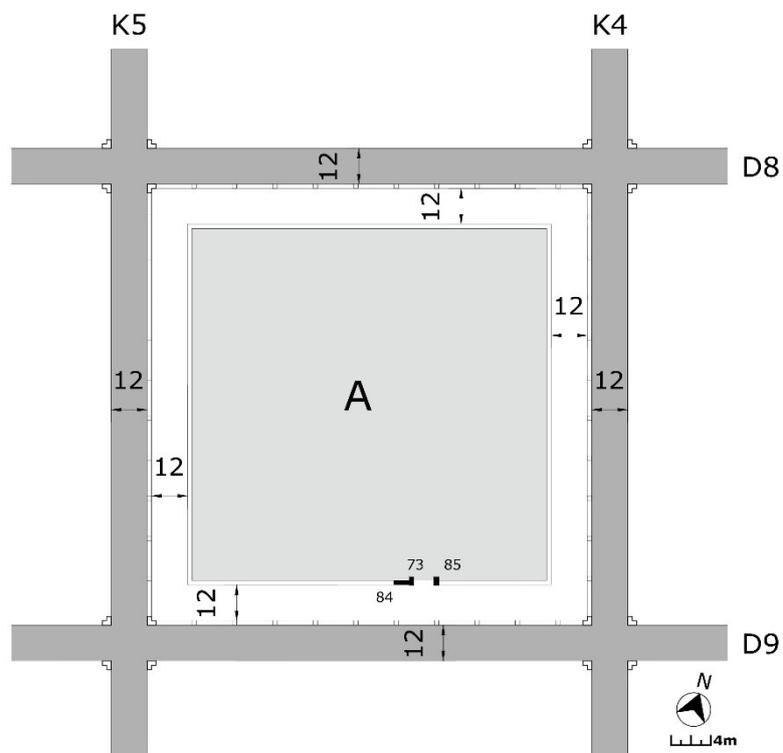


Figura 118. Ocupação flávia do quarteirão A da 'Zona arqueológica da Misericórdia, Santa Casa (tabuleiro superior A)'

As reformas ocorridas no interior da habitação nos séculos III e IV, resultando em uma compartimentação do peristilo e a provável inserção de um balneário, não devem ter acarretado modificações a nível dos eixos de comunicação (Ribeiro, 2010; Fernandes, 2018). No entanto, a última fase é representada por uma estrutura moderna, de caráter agrícola, que foge à orientação das restantes ruínas reconhecidas no decorrer das intervenções arqueológicas (Fernandes, 2018). Sabe-se que para esse período o setor correspondente a essa zona da cidade de Braga estaria ocupado por campos agrícolas, nas proximidades de a uma importante rua, que corria no sentido N/S, já densamente ocupada por habitações no século XVIII, segundo a cartografia e iconografia de Braga.

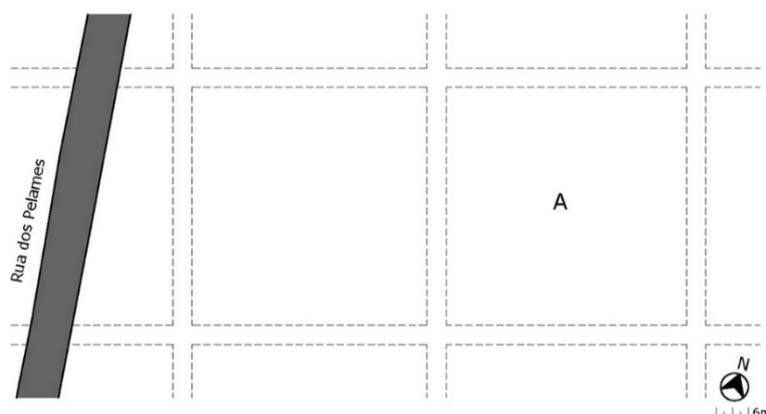


Figura 119. Proximidade do quarteirão da 'Zona arqueológica da Misericórdia, Santa Casa (tabuleiro superior A)' ao arruamento moderno (antiga rua dos Pelames)

12 Zona arqueológica do núcleo do quarteirão do antigo CTT/Túnel da Avenida da Liberdade /Interligação do túnel da Avenida da Liberdade (CTT/TAVL/ITAVL)

12.1 Descrição e historial da intervenção

Esta zona arqueológica está inserida num lote do centro da atual cidade de Braga, e é o resultado de uma integração de três campanhas arqueológicas realizadas ao longo dos anos de 2007 a 2010, que permitiram a identificação de uma necrópole relacionada a um importante eixo de comunicação. No período romano este setor da cidade estaria localizado numa zona periférica, associada à Via XVII, responsável pela ligação entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta* (Ribeiro, 2008; Delgado, 1984). Apesar da necrópole ter sido abandonada entre os séculos VI e VII, a via reconhecida nesse setor da cidade continuou a ser utilizada, no entanto, devido à reconfiguração urbana resultante da eventual construção de uma nova cerca, que reduz a área intramuros para aproximadamente 16 Ha e define novas saídas da cidade para sul, a Via XVII perde o seu estatuto de eixo estruturante a partir do século XI (Martins *et al.*, 2010).

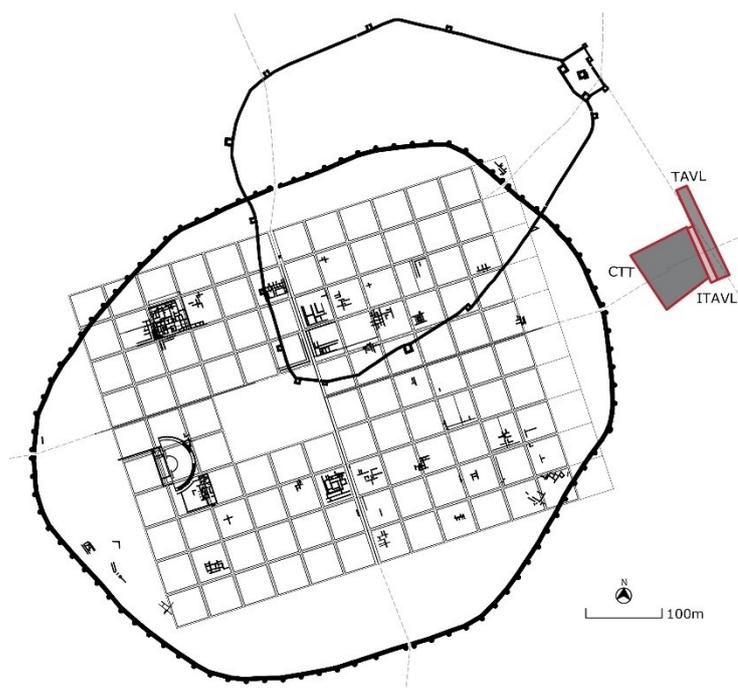


Figura 120. Localização das zonas arqueológicas no plano urbano de Bracara Augusta, sobreposto pela muralha fernandina ©UAUM

O conjunto intervencionado pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho alberga uma área com cerca de 5000m², compreendendo: 1) o quarteirão dos CTT, limitado a norte pela rua Dr. Gonçalo Sampaio, a sul pela rua do Raio, a nascente pela Avenida da Liberdade e a oeste pela rua de S. Lázaro, intervencionado entre 2007 e 2009; 2) a Avenida da Liberdade, no contexto da obra onde se previa o prolongamento do túnel da referida avenida, que foi escavada entre setembro de 2008 e maio de 2009; 3) e os trabalhos arqueológicos realizados em 2009 na obra de interligação do túnel da Avenida da Liberdade ao parque de estacionamento do quarteirão dos CTT, localizado entre a Rua Gonçalo Sampaio e a Rua do Raio, bem como as entradas do túnel situadas no eixo da rua Gonçalo Sampaio e do lado sul do edifício dos antigos CTT (Braga, 2010; Martins *et al.*, 2010; Fontes *et al.*, 2010a; 2010c).



Figura 121. Perspetiva geral dos níveis associados à Via XVII ©UAUM

Essas intervenções possibilitaram a confirmação da existência de uma necrópole romana que se estenderia por uma grande área, relacionada com a via XVII, bem como a identificação de dezoito fases ocupacionais correspondentes a uma utilização continuada desse setor, cronologicamente situadas entre a Idade do Bronze e a Época Contemporânea (Braga, 2010). Dentre essas fases destacam-se as que formalizam o traçado de um troço da Via XVII, correspondendo à demarcação de um corredor de circulação que antecedeu a construção dessa, bem como a implantação das primeiras preparações da via e posteriores repavimentações (Braga, 2010; Martins *et al.*, 2010; Fontes *et al.*, 2010a; 2010c).



Figura 122. Planta geral das estruturas identificadas no quarteirão dos CTT, com destaque para os vestígios da Via XVII (em verde) ©Braga, 2018

12.2 Caracterização das estruturas

12.2.1 Eixos viários periféricos

Com as intervenções realizadas nesta zona arqueológica foi possível identificar um troço da Via XVII, que faria a ligação da cidade romana de *Bracara Augusta*, a partir do prolongamento do setor oriental do *decumanus maximus*, a *Asturica Augusta* (Astorga), passando por *Aquae Flaviae* (Chaves) (Ribeiro, 2008; Martins *et al.*, 2017b). A instalação dessa importante via ocorreu entre a transição da era e meados do século I, tendo a sua construção sido associada à utilização dos espaços envolventes como necrópole (Martins *et al.*, 2010). Relativamente ao período anterior à instalação da Via XVII estaria associado a um grupo de valas, alinhadas paralelamente no sentido E/O, que poderiam corresponder a uma primeira demarcação do terreno, e que terá suplantado a construção daquele eixo viário, que se estrutura no interior do espaço delimitado por essas valas (Martins *et al.*, 2010; Fontes *et al.*, 2010c).



Figura 123. Perspetiva da estratigrafia de um troço da Via XVII (dir); registo em plano da via que ligava *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta* ©UAUM

Quanto à estruturação da Via XVII, foram identificados em diferentes sondagens os níveis que corresponderiam à sua formalização, compreendendo os traços habituais dos eixos viários romanos. Portanto, o primeiro nível corresponderia ao *statumen*, formalizado em sedimentos areno-limosos com a inserção de pedras graníticas de dimensões variadas, assentes nos depósitos primários. Esse primeiro nível terá sido sobreposto por depósitos de sedimentos areno-limosos alternados com níveis de areão granítico compactados e homogéneos, formalizando o *rudus*. A estrutura do eixo viário foi definida a partir da conformação dos seus níveis, que lhe proporcionaram uma morfologia abaulada, essencial para o escoamento das águas pelas valetas que se dispunham lateralmente à Via XVII, para a qual não foram identificados níveis correspondentes à calçada (Martins *et al.*, 2010; Fontes *et al.*, 2010a). É importante ressaltar a localização do *statumen*, primeiro nível identificado para a via em toda a zona arqueológica analisada, visto que nos setores correspondentes às intervenções do quarteirão dos antigos CTT e da zona de interligação do túnel da Avenida da Liberdade (CTT/ITAVL) esse nível terá sido reconhecido no centro do eixo viário, no entanto, para o setor do túnel da Avenida da Liberdade (TAVL) o *statumen* encontrava-se disposto ao longo da borda sul, de modo a compensar o declive da pendente (Fontes *et al.*, 2010a; 2010c).

Após a sua estruturação, a Via XVII foi alvo de reformas ao longo dos séculos I e XVIII. A primeira repavimentação ocorreu em meados do século I, com o aumento dos enchimentos de preparação do *rudus*, a partir da sobreposição de níveis arenosos, seguidos de uma camada resistente de saibro com aproximadamente 0.20m de espessura, para essa mesma fase a via foi ampliada a norte, com a elevação da cota, mas mantendo a morfologia abaulada do nível de circulação (Martins *et al.*, 2010; Fontes *et al.*, 2010c).

Entre a segunda metade do século I e princípios do século II, a Via XVII sofreu duas repavimentações, associadas com a introdução no limite sul de um sistema de drenagem para a

condução das águas das chuvas, o que implicou uma outra repavimentação com uma nova placa de saibro, elevando a cota de circulação (Martins *et al.*, 2010). Este eixo viário apresentaria cerca de 8m de largura, no período da sua máxima monumentalização (Martins *et al.*, 2010).

Posteriormente, entre finais do século II e meados do século III, a via avança de cerca de 2m para norte, remodelação essa representada por uma camada muito compacta de saibro, que eleva a cota de circulação, mas para a qual se desconhecem vestígios da calçada, semelhante às fases anteriores (Martins *et al.*, 2010). Essa fase coincide com o momento da desativação dos recintos funerários no setor intervencionado no quarteirão dos antigos CTT, que parecem ter se deslocado para a zona oeste da Avenida da Liberdade, bem como a implantação de uma infraestrutura de drenagem a norte da via (Martins *et al.*, 2010).



Figura 124. Registo dos níveis associados às preparações e repavimentações da Via XVII ©UAUM

Um novo nível de circulação foi identificado a partir de uma camada em saibro muito compacta, correspondente a um período de remodelações de princípios do século IV, momento associado à implantação de uma oficina de vidro, contextualizada numa fase de promoção da cidade à província da Galécia e edificação do primeiro perímetro amuralhado, que reduz o perímetro urbano e desencadeia reformas em edifícios públicos e privados (Martins, 2004; Martins *et al.*, 2010). Essa repavimentação teve expressão em diferentes troços da Via XVII, pautada por miliários distribuídos pelo seu percurso até *Asturica Augusta*, o que relativo a *Bracara Augusta* parece ter privilegiado determinados troços em relação a outros, preterindo aqueles que se encontravam mais afastados da cidade, como se evidencia a ausência de repavimentação no setor correspondente à ampliação do túnel da Avenida da Liberdade, em contraste às remodelações decorridas no quarteirão dos antigos CTT e na zona de interligação do

Túnel da Avenida da Liberdade ao parque de estacionamento no quarteirão dos antigos CTT (Martins *et al.*, 2010; Fontes *et al.*, 2010a; 2010c).

Nos inícios do século V foi realizada uma grande remodelação, na qual a via foi alargada para norte através de um robusto enchimento que colmatou estruturas que ali se dispunham, e sobre o qual foi implantada uma camada de preparação constituída por quartzos de pequenas dimensões, unidos por uma argamassa à base de argila e areia fina, resultando em um nível tanto compacto quanto elástico, possibilitando que sobre o mesmo fosse realizado o pavimento do eixo viário (Martins *et al.*, 2010; Fontes *et al.*, 2010c).

Posteriormente, uma nova reforma foi efetuada entre os séculos VI e VII, a partir de um nível compacto composto por terra, fragmentos de material de construção e elementos pétreos, quando ocorreu a desafetação da necrópole na área do quarteirão dos antigos CTT. A essa desafetação corresponde a deslocação do complexo funerário para o setor correspondente à 'Zona Arqueológica da rua Cangosta da Palha', intervencionada em 1987 pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (Martins *et al.*, 2010; Fontes *et al.*, 2010c). Portanto, os setores anteriormente ocupados por necrópoles podem ter se transformado em áreas rurais, com algumas construções de caráter pontual, que se relacionariam com o caminho que se desenvolveu sobre a antiga Via em direção à *Flavias*, bem como um eixo secundário que faria a ligação entre aquele e o eixo de ligação a Mérida, passando por *Occulis Calidarum* (Vizela), *Magnetum* (Meinedo) e *Tungobriga* (Tongobriga) (Via XVIII). Apesar das condicionantes urbanas terem se alterado ao longo dos séculos IX e XVIII, resultando na transformação da Via XVII em um eixo de comunicação secundário, essa via sofreu ainda algumas repavimentações, menos expressivas do que as realizadas nos séculos anteriores (Martins *et al.*, 2010).

12.2.2 Estruturas hidráulicas

A Via XVII foi constituída, em diferentes fases, por distintas soluções para drenagem das águas que acumulavam nos limites do eixo de comunicação. O primeiro sistema de drenagem, inserido entre a segunda metade do século I e princípios do século II, consistiu em drenos que conduziriam as águas represadas a norte da via para o *vallum* aberto no limite meridional, que depois foram constituídos em estruturas pétreas de drenagem de água, formalizadas em paredes de pedra e lajes de granito, caracterizadas também pela ausência de lastro, dessa forma, as águas corriam sobre o nível de saibro da fase anterior (Martins *et al.*, 2010). Posteriormente, entre os séculos II e III, foi introduzido um novo *vallum* que ladearia a via a norte, de mesma funcionalidade do *vallum* sul, ou seja, a condução das águas pluviais (Martins *et al.*, 2010).

No entanto, relativamente ao troço da via escavado no túnel da Avenida da Liberdade, a solução encontrada para a drenagem de água efetuou-se de maneira distinta, compreendendo assim a abertura de uma vala de secção em U, com cerca de 2.30m de largura e 0.70m de profundidade, orientada a NE/SO, preenchida por sucessivos nivelamentos arenosos, medianamente compactos (Fontes *et al.*, 2010c).

12.2.3 Arruamento medieval e moderno

Apesar das condicionantes urbanas terem se alterado ao longo dos séculos IX e XVIII, resultando na transformação da Via XVII em um eixo de comunicação secundário, essa via sofreu ainda algumas reformas, menos expressivas do que as realizadas nos séculos anteriores (Martins *et al.*, 2010). Dentre as remodelações realizadas em época medieval foi identificada uma balizada cronologicamente entre os séculos IX e X, formalizada por uma calçada de pedras de pequena e média dimensões que sobrepunham uma preparação arenosa compactada, elevando a cota de circulação do eixo viário, que seria ainda marginalizado por zonas agrícolas, localizadas perifericamente ao núcleo urbano (Fontes *et al.*, 2010a; Martins *et al.*, 2010). A partir do século XI e até o século XV a antiga Via XVII passa por um novo processo de repavimentação, no setor corresponde ao quarteirão dos antigos CTT, o que permite reconhecer que nesse período a manutenção desse eixo estaria ainda associado a uma utilização agrária dos seus espaços envolventes, com a edificação de pontuais estruturas de utilização agrícola, apesar de estar igualmente relacionada com a evolução da cidade medieval (Fontes *et al.*, 2010a; 2010c).



Figura 125. Pormenor da *Cangosta das Ágoas* na iconografia de André Soares e na planta do século XIX realizada por Garcez e Maciel ©UAUM

Ao perder sua função de eixo estruturante, transformando-se em um caminho vicinal, esse troço da antiga via romana passa a exercer uma função de ligação entre a *Rua das Ágoas* com o antigo Convento dos Remédios, passando a ser reconhecido como *Cangosta das Ágoas*, com o espaço

envolvente ocupado com áreas agrícolas, hortas e jardins (Ribeiro, 2008; Martins *et al.*, 2010; Fontes *et al.*, 2010a; 2010c). Nesse contexto, entre os séculos XVI e XVII, foi identificada uma nova repavimentação, desta vez distinguida por restos de uma calçada constituída por elementos pétreos polidos, de médias e pequenas dimensões (Martins *et al.*, 2010; Fontes *et al.*, 2010a).

Sobre essa calçada moderna sobrepôs-se uma nova, datada do século XVIII, que pode ter mantido as suas funções até finais do século XIX, visto ter sido retratada no *Mappa a Cidade de Braga Primaz*, de André Soares (1755), e no mapa elaborado por Belchior José Garcez e Miguel Baptista Maciel (século XIX), mas sem representação no levantamento topográfico elaborado por Francisco Goullard (1883-1884) (Martins *et al.*, 2010; Fontes *et al.*, 2010a; 2010c).

PARTE III: EVOLUÇÃO VIÁRIA DE BRAGA - CENTRO E PERIFERIAS

Parte III. Evolução viária de Braga – Centro e periferias

1 O sistema viário no Alto Império

No período alto imperial, o sistema viário de *Bracara Augusta*, composto por ruas e pórticos, seria de grande regularidade, em conformidade com a planta retangular, com quarteirões quadrados, formalizada a partir do cruzamento das ruas principais, a partir do eixo das quais foram marcados eixos perpendiculares e paralelos, a uma distância de 156 pés (cerca de 46.20m).

A projeção destes eixos terá sido realizada ainda no século I a.C., em época de Augusto, como testemunham os silhares que formalizavam os limites dos quarteirões, elementos reconhecidos *in situ*, a exemplo daqueles identificados na ‘Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital’, reaproveitados em estruturas posteriores, análogos aos verificados na ‘Zona Arqueológica da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168’ ou, ainda, identificados a partir dos seus negativos, como é o caso da vala de saque do silhar que definia o eixo central do *decumanus* D4, distinguida na ‘Zona Arqueológica da rua Afonso Henriques n.ºs 42-56’, bem como as valas e sapatas delimitadas na ‘Zona Arqueológica da rua Frei Caetano Brandão n.ºs 183-185/Santo António das Travessas n.ºs 20-26’ (Martins *et al.*, 2018; Magalhães, 2019).

Sob as ruas de *Bracara Augusta* existia o sistema de drenagem urbana, construído certamente ainda no período júlio-cláudio, como permitem documentar duas cloacas, uma na Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital’ e na ‘Zona arqueológica da rua Frei Caetano Brandão 183-185/S. António das Travessas 20-26’ e outra na ‘Zona Arqueológica da rua do Alcaide n.ºs 18-20’, fundamentando, assim que o adensamento ocupacional nas áreas do *forum* teria exercido uma pressão no sentido de uma preocupação pública com a condução das águas, que seriam drenadas dos lotes em direção às ruas (Lemos e Leite, 2000; Magalhães, 2019).

A cloaca exumada na ‘Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital’ corria sob todo o *kardo maximus* K9, que atravessa a cidade no sentido N/S. Por sua vez, a cloaca sob o *decumanus* D6, identificada na ‘Zona Arqueológica da rua do Alcaide n.ºs 18-20’, possibilitou levantar a hipótese de que esse *decumanus* corresponderia ao troço nascente do *decumanus maximus* que se estendia no sentido E/O (Lemos e Leite, 2000; Fontes *et al.*, 2020).

Do sistema viário faziam parte duas ruas principais, o *kardo maximus* e o *decumanus maximus*. O *kardo maximus* corresponderia a um dos principais eixos das cidades romanas, e para o presente caso de estudo corresponderia ao *kardo* K9, que fazia a ligação entre a área do *forum* e duas vias suburbanas (as vias XIX e XVI), o que pode ser associado a uma importante rede de comunicação ligada aos diferentes

eixos da sociedade romana, onde deveriam se desenvolver intensas atividades económicas e de grande trânsito de sociabilidades, que decorreriam ao longo das plataformas dos pórticos, abrigados pelas coberturas características de *Bracara Augusta* (Ribeiro, 2008; Magalhães, 2019). Acerca do *kardo maximus* de *Bracara Augusta*, reconhecido nas zonas arqueológicas da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168, do Ex Albergue Distrital e das Antigas Cavalariças, foi possível reconhecer o seu alinhamento, que cortava a cidade no sentido N/S, com uma largura aproximada de 24 pés (cerca de 7.24m), a partir da identificação de elementos que estruturavam o caminho bem como o grande aparelho de drenagem a ele associado, que seguia sob toda a via (Martins *et al.*, 2017b; Magalhães, 2019).

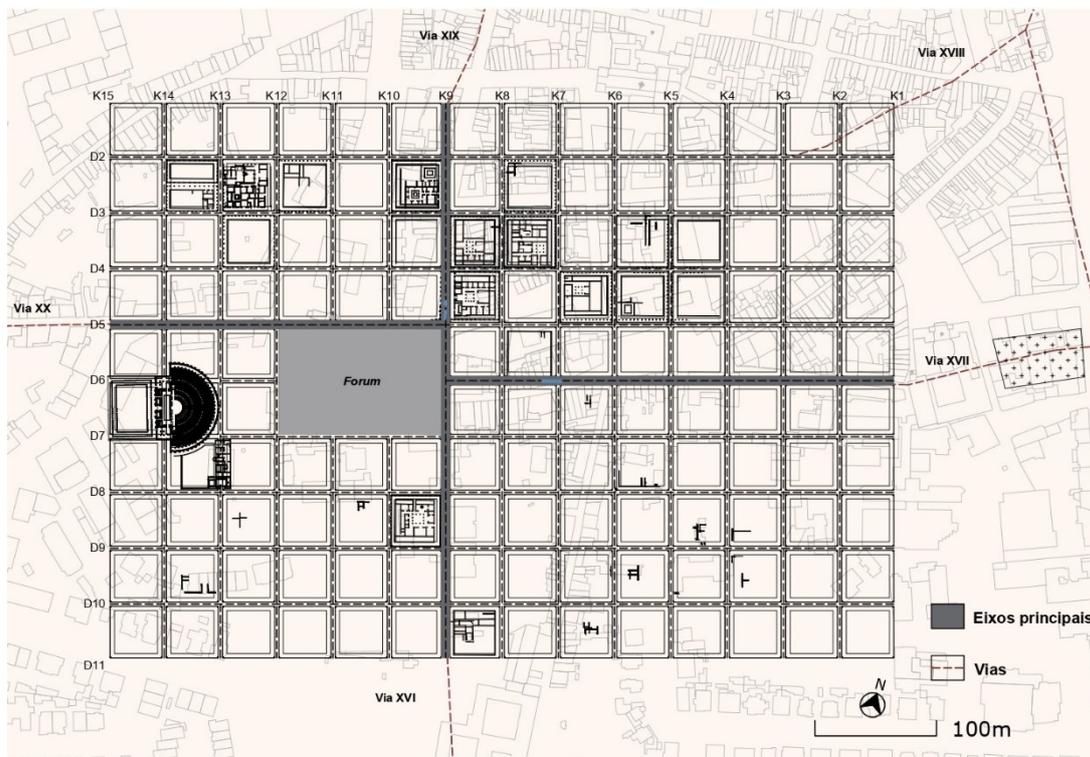


Figura 126. Planta de *Bracara Augusta* no Alto Império, com a marcação do *kardo maximus* e *decumanus maximus* ©UAUM

Relativamente ao *decumanus maximus*, e tendo em conta que a planta da cidade se desenvolvia mais no sentido E/O, é normal que o *decumanus maximus* corresponda a uma rua mais alongada do que o respetivo eixo N/S. No entanto, essa rua é ainda pouco conhecida devido aos constrangimentos decorrentes da própria história de Braga, que acompanha inúmeras transformações normalmente relacionadas às Cidades Históricas. Interpreta-se que o setor nascente do *decumanus* D6 corresponderia a um troço do *decumanus maximus*, que se dirigia para a Via XVII, responsável pela ligação entre *Bracara Augusta* e *Asturica Augusta*, passando por *Aquae Flaviae* (Ribeiro e Martins, 2016; Martins *et al.*, 2017b). Já o *decumanus* D5, com seu alinhamento em parte preservado na atual rua de S. Sebastião, pode

corresponder ao setor poente do *decumanus maximus*, um importante eixo de comunicação, com poucos vestígios, mas que servia como elo entre o *forum* e dois importantes caminhos, a via *per loca maritima* (Via XX) que se articulava com o litoral, e um caminho que se desmembrava e seguia para sul, ligando-se à Via XVI, que seguia para *Olisipo*, passando por *Cale* (Carvalho, 2008; Ribeiro e Martins, 2016; Martins *et al.*, 2017b).

O sistema viário de *Bracara Augusta* contemplava uma série de outros arruamentos, com largura idêntica, paralelos e perpendiculares as ruas principais, os *kardines* e os *decumani*, que seguem uma orientação e dimensionamento muito próximos do modelo teórico, como acontece com as quatro ruas que ladeiam a *insula* da 'Zona Arqueológica das Carvalheiras'.

Para além destes, destacam-se vários outros, que analisaremos de seguida tendo em conta os dados obtidos nas 12 intervenções analisadas. Para uma exposição mais clara e abrangentes organizámos a sua apresentação tendo em conta os quadrantes nordeste, noroeste, sudoeste e sudeste da planta de *Bracara Augusta*.

No setor correspondente ao quadrante noroeste da malha urbana alto imperial foram identificados vestígios de cinco eixos viários romanos, os *kardines* K13, K12, K9 e os *decumani* D2 e D3, nas zonas arqueológicas das Carvalheiras e da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168 (ZA1 e ZA2), sendo parte desses vestígios essenciais para a primeira elaboração de um modelo planimétrico de *Bracara Augusta* (Martins, 1997/98). Os eixos viários reconhecidos nesse quadrante seguiriam o alinhamento proposto para a malha urbana fundacional, com uma largura média de cerca de 12 pés (3.60m), estando parte dos elementos reconhecidos em um bom estado de conservação, com a manutenção de partes de lajeados de repavimentações posteriores ao século I. O mesmo se pode dizer em relação a calçada identificada na 'Zona Arqueológica das Antigas Cavalariças' (ZA9), correspondendo a um troço do *kardo maximus* K9, também identificado nas zonas arqueológicas da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168 (ZA2) e do Ex Albergue Distrital (ZA4). De modo que esse arruamento se prolongaria para sul do *forum*, como espetável, mas sem que seja possível definir, a partir de vestígios arqueológicos, a manutenção do seu dimensionamento de 24 pés de largura (7.24m), no entanto, essa estrutura contribuiu para o entendimento de uma projeção dos eixos viários no quadrante sudoeste, que seguiriam a mesma orientação das ruas a norte do *forum*.

No quadrante sudeste os vestígios viários estão limitados pelos próprios constrangimentos da Arqueologia Urbana, de forma que a interpretação referente a esse quadrante segue de maneira paralela ao setor sudoeste, ou seja, a identificação dos níveis de preparação do *kardo* K6 e do *decumanus* D7, ambos seguindo a trama romana, na 'Zona Arqueológica da rua de S. Geraldo n.ºs 27-31' (ZA10), abre

a possibilidade dos eixos viários situados a sudeste do *forum* serem interpretados como projeções das ruas identificadas em outros quadrantes, seguindo as mesmas orientações e alinhamentos (Fernandes, 2018; Fernandes e Martins, 2021). No setor a nascente do *kardo maximus*, e a norte do *decumanus maximus*, foram reconhecidos vestígios que permitiram a identificação dos alinhamentos dos eixos viários, como os *kardines* K9 e K7 e *decumani* D4 e D5 nas zonas arqueológicas do Ex Albergue Distrital (ZA4), da rua Afonso Henriques n.ºs 42-56 (ZA5) e do Seminário de Santiago (ZA6). No entanto, enquanto em sua maioria as ruas foram delimitadas a partir de estruturas como os silhares que definiriam os limites dos quarteirões, ou a partir dos alinhamentos dos edifícios alto e baixo imperiais, na ‘Zona Arqueológica do Seminário de Santiago’ (ZA6) foram postos a descoberto níveis de repavimentações do *decumanus* D4 em períodos tardios, mas que permitiram a interpretação da manutenção do alinhamento alto imperial até pelo menos o século IV (Martins *et al.*, 2017f).

Os espaços públicos destinados às circulações da população incluem igualmente as vias pedonais, que parecem denotar em *Bracara Augusta* uma imagem urbanística bastante homogênea, com a função de articular as ruas com os edifícios que ocupavam os lotes. Apesar da implantação de quarteirões quadrados com 120 pés de lado de área construída, a sua ocupação poderia corresponder a um edifício que totalizasse a área disponível para construção, como as *domus* das zonas arqueológicas das Carvalheiras e das Antigas Cavalariças, ou então ser dividida em diferentes lotes homogêneos, tal qual ocorreu nas zonas arqueológicas da rua Afonso Henriques n.ºs 42-56 e da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168 (ZA2 e ZA5) em época flávia. No entanto, essa característica do urbanismo romano não alterou a regularidade das estruturas que circundavam os lotes ocupados por unidades habitacionais, ou seja, em relação aos pórticos os vestígios são recorrentes, permitindo uma leitura a cerca da paisagem urbana da cidade romana fundada por Augusto, marcada pelo ritmo homogêneo das colunas que ladeavam as ruas (Magalhães, 2019).

Na dinastia nerva-antonina, a oeste do *forum* político e religioso, decorreram importantes transformações inseridas em um programa de monumentalização desse setor da cidade, que resultou na implantação de edifícios relacionados ao ócio e ao entretenimento, que interferiram diretamente em determinados eixos de comunicação (Martins, 2005, Martins *et al.*, 2013). De caráter público, o conjunto edilício instalado nas proximidades do *forum*, composto pelas termas e pelo teatro, inferiram de maneira direta na malha fundacional. Entende-se que o grande edifício termal manteve a orientação dos quarteirões de *Bracara Augusta*, no entanto, a instalação do teatro corta parte do plano ortogonal, rompimento esse determinado pelo encerramento de dois *decumani* e um *kardo*, imposto pelas características construtivas adotadas e, ainda, para a sua adaptação ao terreno (Martins *et al.*, 2013).

Não se difere, portanto, da construção das termas públicas da rua Afonso Henriques, que terá resultado no encerramento de um troço do *kardo* K8 para a unificação dos quarteirões reconhecidos nas zonas arqueológicas da rua Frei Caetano Brandão n.ºs 183-185/S. António das Travessas e da rua Afonso Henriques n.ºs 42-56 (ZA3 e ZA5), que estariam até então ocupados por unidades habitacionais, expropriadas em benefício do poder público (Martins, 2015). Se a perda de funcionalidade dos eixos de comunicação estaria então relacionada a um carácter público, algo de semelhante pode ter ocorrido em determinados edifícios privados que romperam eixos de comunicação pedonal para implementação de novos compartimentos destinados ao público, como acontece na ‘Zona Arqueológica das Carvalheiras’ em meados do século II com a formalização de um *balneum* que ocasionou evidentes transformações na compartimentação do edifício e nas dinâmicas desenvolvidas nesse quarteirão (Magalhães, 2019).

Na ligação de *Bracara Augusta* com outros centros urbanos da Hispânia registam-se diferentes itinerários – Vias XVI, XVII, XVIII, XIX, XX e a via *Bracara-Emerita*. Algumas dessas vias foram projetadas ainda nas primeiras décadas pós-fundacionais, como a ‘Zona Arqueológica do núcleo do quarteirão do antigo CTT/Interligação do túnel da Avenida da Liberdade (CTT/ITAV)’ (ZA12) permitiu documentar, visto que a sua implantação terá decorrido entre a transição da nossa era e meados do século I, período no qual já se verificou os primeiros enterramentos na extensa necrópole romana que se desenvolvia ao longo dessa via (Braga, 2010).

2 O sistema viário no Baixo Império

A construção do grande aparelho defensivo, cronologicamente situado entre os finais do século III e inícios do IV, vem alterar substancialmente a paisagem urbana de *Bracara Augusta* e a sua relação com a periferia, operando como um marcador físico determinante na distribuição e reorganização do espaço urbano. A sua nova forma elíptica, corta alguns quarteirões e fecha vários eixos de comunicação, nos limites da área planificada, como parecem demonstrar os vestígios recolhidos nas zonas arqueológicas da rua Visconde Pindela n.ºs 1 e 3 e do Fujacal, ocasionando o rompimento de quarteirões possivelmente ocupados por edifícios habitacionais alto imperiais, que podem ter sido completamente arrasados e abandonados, ou apenas parcialmente, como ocorre em *Lucus Augusti* na *domus* do *Mitreo* (Ribeiro, 2008; Rodríguez Cao, 2011; Martins *et al.*, 2017c; Pereira, 2018).

Assim, a cidade romana enclausura-se no interior de uma potente cerca, com a sua comunicação com os arredores limitada a partir de apenas algumas saídas e caminhos extramuros, condicionando assim o próprio crescimento da periferia imediata, resultando igualmente numa subsequente hierarquização de determinados eixos viários intramuros, que com o avançar da Antiguidade Tardia

passam a ser paulatinamente ocupados pelo avanço das construções (Martins *et al.*, 2016). No âmbito privado, a ‘Zona Arqueológica das Carvalheiras’ configura-se como um exemplo das alterações morfológicas e utilitárias dos elementos responsáveis pela circulação da população, visto que no período de transição dos séculos III e IV a unidade habitacional do quarteirão A avançou sobre o *kardo* K12, inutilizando essa rua e os pórticos que a ladeavam, como resultado da união dos dois lotes (Magalhães, 2019). Analogamente, é possível identificarmos uma série de zonas arqueológicas da cidade de Braga que sofreram semelhantes processos de encerramento de pórticos que ladeavam *kardines* e *decumani*, como os caso de estudo que incidiram sobre as zonas arqueológicas do Ex Albergue Distrital, do Largo de S. Paulo, do Seminário de Santiago, assim como o avanço dos edificadas sobre os eixos de comunicação pedonais podem ter constrangido arruamentos, como o observado com o encerramento do *kardo* K6 identificado na ‘Zona Arqueológica de São Geraldo n.ºs 27-31’ (Martins *et al.*, 2017f; Fernandes, 2018; Magalhães, 2019). Apesar da hierarquização dos arruamentos bracaraugustanos, na Zona Arqueológica da Escola Velha da Sé/rua Frei Caetano Brandão n.ºs 166-168’ registou-se o encerramento do espaço porticado que ladearia o *kardo maximus* K9 a ponte, em uma fase de remodelação que acabou por unir as duas habitações que ocupavam o lote, desta forma que a privatização do eixo de comunicação pedonal estaria associada a uma fase de remodelação e ampliação da área construída (Magalhães, 2019).

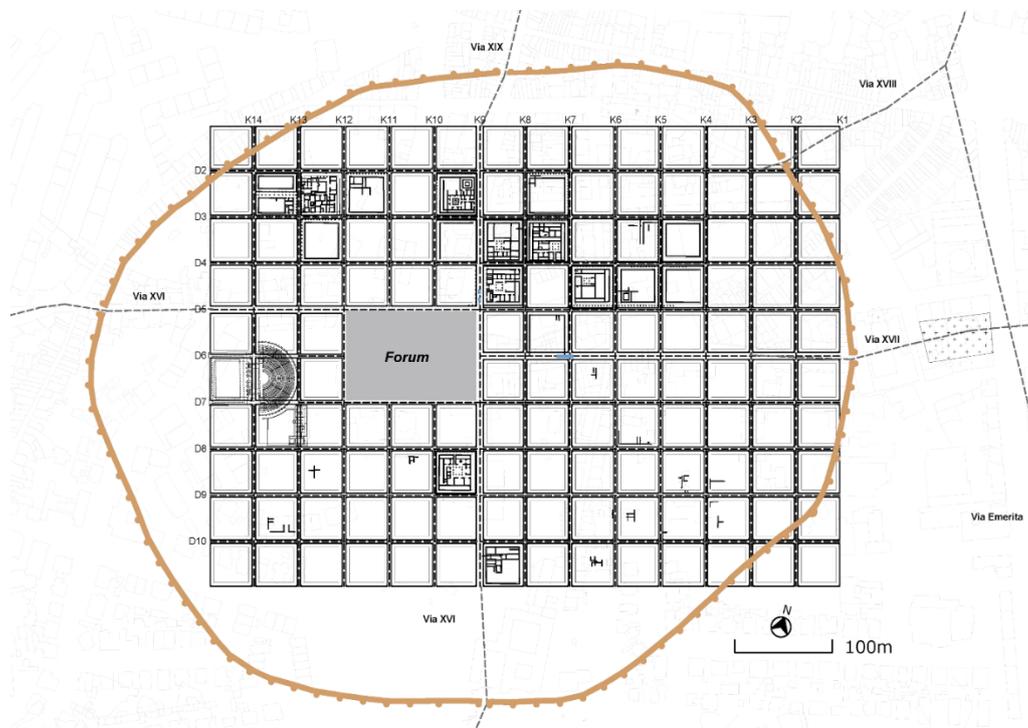


Figura 127. Transformações topográficas com a introdução da muralha baixo imperial ©UAUM

Logo, a paulatina ocupação dos eixos de comunicação pelas unidades construídas começou a fazer-se sentir de forma mais acentuada nesse período, o que de fato já havia ocorrido no século II, com o encerramento de ruas e pórticos para a instalação de grandes equipamentos destinados à utilização pública, como o teatro e as termas do Alto da Cidade e da rua Afonso Henriques n.ºs 42-56 (Martins, 2005; 2015; Martins *et al.*, 2013; Ribeiro *et al.*, 2014). No entanto, se na dinastia nerva-antonina essas apropriações terão sido realizadas através do interesse *pro populum*, a partir de uma resolução política do *ordo decurionum*, no século IV essa dinâmica viu-se alterada, sendo assim, a apropriação de espaços públicos passou a ser realizada para o benefício privado (Machado *et al.*, 2020).

3 O sistema viário na Antiguidade Tardia

A partir do século VII deu-se o início a uma concentração populacional no quadrante nordeste da trama romana, nos arredores da basílica cristã, fator que será bastante evidenciado durante a Alta Idade Média bracarense, patente em uma progressiva ruralização dos restantes setores, como é possível evidenciar na 'Zona Arqueológica das Antigas Cavalariças', que após o seu abandono na sétima centúria permaneceu sem novas edificações. Por outro lado, a ortogonalidade característica de *Bracara Augusta* manteve-se enraizada no quadrante sudoeste da cidade medieval (Fontes *et al.*, 2010; Martins e Fontes, 2010).

Esse novo contexto urbano refletiu-se diretamente nas vias públicas, assistindo-se a uma maior hierarquização dos eixos de comunicação, que passam a ser apropriados para uso privado, de modo a aumentar a área construída dos quarteirões, ocasionando o encerramento de pórticos e o estreitamento viário, evidente na 'Zona Arqueológica das Carvalheiras, com o encerramento de um *kardo* para uma reforma construtiva que une o edificado com o quarteirão imediatamente a nascente (Magalhães, 2019).

A população urbana foi, aos poucos, fixando-se no quadrante nordeste da malha romana, em torno do novo centro religioso, ao mesmo tempo em que também foram evidenciados processos de deslocação para as periferias, centrando-se junto aos novos locais de culto, como os templos paleocristão de S. Vicente, localizado no eixo na antiga via XVIII, de S. Pedro de Maximinos, nas imediações do anfiteatro romano, bem como o templo de S. Victor, nas proximidades da Via XVII (Costa, 1997-2000; Ribeiro, 2008; Martins *et al.*, 2015).

4 A configuração viária na Alta Idade Média (séc. VIII-X)

As transformações documentadas na cidade de *Bracara* demonstram como o sistema viário romano foi pouco a pouco perdendo a sua regularidade, fruto do encerramento de eixos viários, e do avançar das

construções sobre os mesmos, em processos de reparcelamento contínuos. Igualmente, com o progressivo deslocamento da centralidade da *urbs*, que deixa de estar associada à área do *forum* e passa a se aproximar da basílica paleocristã, que até à edificação da muralha fernandina esteve no limite norte da cidade medieval (Ribeiro, 2008).

A reconstituição da paisagem urbana entre os séculos VIII e X é dificultada devido ao diminuto número de evidências, mas, ainda assim, é possível tecer alguns comentários sobre a topografia de *Bracara* nesse período. A paisagem urbana inicia nesse período a sua construção em uma área diminuta, com a desafetação de grande parte da antiga cidade fundada por Augusto no século I a.C., transformando-se em um pequeno núcleo urbano, que manteve grande parte dos alinhamentos viários romanos, aos poucos constrangidos ou mesmo encerrados, com as modificações urbanas características da cidade medieval, resultando assim na diminuição do número de ruas, com destaque para os eixos de comunicação que percorriam a cidade no sentido O/E. Portanto, essas dinâmicas vão dar origem ao traçado medieval, no qual o surgimento de novas vias representa uma descaracterização do antigo plano romano, com traçados orgânicos originados da deformação dos antigos quarteirões de *Bracara Augusta*, que passam a se organizar a partir de uma ocupação espontânea (Ribeiro, 2008; Ribeiro e Martins, 2018).



Figura 128. Modelo planimétrico da cidade de Braga entre os séculos VIII e XI ©UAUM

Outro fator que atua como marcador do rompimento entre a cidade clássica e a cidade medieval corresponde à instalação da cerca que delimita um perímetro amuralhado com cerca de 7 hectares, contrapondo aos 48 hectares estimados de área intramuros da antiga cidade romana. Da mesma forma que a muralha tardia rompeu determinados quarteirões e resultou no encerramento de eixos viários, a partir de uma maior hierarquização da malha, a primeira cerca medieval efetivou a rutura com a forma romana, desde o corte das *insulae* até ao desmonte de edifícios para obtenção de matéria-prima.

A definição de um novo perímetro amuralhado pode ter alterado as saídas da cidade a sul e a nascente, no entanto, uma nova fase de remodelação da via XVII que ocorreu entre os séculos IX e X, identificado na 'Zona Arqueológica do núcleo do quarteirão do antigo CTT/Interligação do túnel da Avenida da Liberdade (CTT/ITAV)' (ZA12), já em um período em que as transformações urbanas são evidenciadas a partir da edificação da nova cerca, ocasionando uma reconfiguração de parte das vias de acesso à área intramuros. Dessa forma, visto que os acessos a sul e sudeste da cidade são reconfigurados, a via XVII vai perdendo aos poucos a sua característica de eixo estruturante, processo que será mais fortemente evidenciado a partir da introdução da muralha do século XIV.

O que contribuiu para a manutenção das vias suburbanas centrou-se na deslocação da população para os arredores dos centros religiosos que se desenvolviam nas proximidades das antigas necrópoles e vias romanas, sendo assim primordiais para a ligação entre o centro e as paróquias suburbanas, da mesma forma que continuaram a atuar como elos de comunicação entre *Bracara* e o território envolvente (Ribeiro e Martins, 2016). O crescimento dos subúrbios verificou-se, então, nas imediações de marcadores religiosos (S. Vitor, S. Vicente e S. Pedro de Maximinos) que atuaram como polos de atração, distanciados a cerca de 1 km da Sé Catedral (Ribeiro, 2008; Ribeiro e Melo, 2014). Junto à necrópole da Via XVIII, normalmente reconhecida por Geira, foi construído o templo paleocristão que deu origem à atual igreja de S. Vicente, com referências epigráficas, ainda no século VII, e documentais a partir do século IX, que passará a estar ligada à cidade intramuros a partir da rua dos Chãos, seguindo o alinhamento do caminho que ligava *Bracara Augusta* a *Asturica Augusta* (Ribeiro, 2008; Costa, 1997 citado por Ribeiro e Melo, 2014).

Na periferia mais afastada de *Bracara* desenvolveram-se dois núcleos populacionais originados da edificação de dois complexos religiosos nas imediações da via XIX, a basílica paleocristã de Dume, edificada no século VI junto a uma antiga *villa* romana, e o complexo religioso de S. Frutuoso, datado do século VII (Ribeiro, 2008). As ocupações nos arredores desses espaços de culto eram ligadas ao perímetro amuralhado pela rua Nova, originada a partir do troço inicial da via XIX, que ligava *Bracara Augusta* a *Lucus Augusti* (Ribeiro, 2008; Ribeiro e Melo, 2014; Ribeiro e Martins, 2018).



Figura 129. Plano da cidade alto medieval, sobrepondo a muralha baixo imperial, e os centros religiosos que se desenvolveram nos arredores da *urbs* ©UAUM

5 O sistema viário na Baixa Idade Média

A construção da nova cerca medieval permitiu abarcar no seu interior as novas ruas e edificado decorrentes da expansão urbana ao longo dos séculos XII e XIII, a partir do crescimento da cidade para a periferia da muralha alto medieval. A nova muralha vem colocar a Catedral em posição central relativamente à área amuralhada e condicionou a formação da nova paisagem urbana, encontrando-se ainda algum dos seus traços viários sobreviventes ou fossilizados na paisagem da atualidade (Ribeiro, 2018) (Ribeiro, 2018). Em associação direta às muralhas se constituíam as portas, elementos primordiais na estruturação do espaço urbano, como forças gravitacionais de edifícios e atividades comerciais. Essas saídas do centro urbano bracarense foram se adaptando à reorganização das sucessivas ampliações da cidade, tendo sido identificadas pelo menos sete entradas para o perímetro

(via XVI) (Ribeiro, 2008). Outro importante eixo viário extramuros corresponderia à rua de Maximinos, estendendo-se pelo alinhamento do setor noroeste da muralha romana, e que já com o avançar da cidade medieval constituiu-se como a ligação entre a periferia a poente, que se desenvolvia nos arredores da Igreja de S. Pedro de Maximinos, e a porta de Nossa Senhora da Ajuda/de Maximinos, possibilitando o acesso direto à Sé Catedral, pela rua dos Burgueses, que já no século XV era reconhecida por rua de Maximinos (Ribeiro, 2008).

Com a construção da muralha fernandina, entre os séculos XIII e XIV, alguns caminhos, que anteriormente estariam relacionados com os arredores da cerca alto medieval, passaram a compor o sistema viário intramuros, temos como exemplo as ruas do Souto, de Janes e a rua Nova (Ribeiro, 2008). A rua das Oussias, futura N. Sra. do Leite, contornava a fachada nascente da Sé Catedral e foi ao longo dos séculos sofrendo alterações devido aos avanços desse importante edificado religioso e das transformações da cerca, também ocasionando alterações sobre a rua que contornava a norte a cerca edificada entre os séculos IX e X, a rua do Souto, com sinais de uma concentração ocupacional já a partir do século XIV devido a relevância do seu traçado, que interligava a porta do Souto com a Sé Catedral, o que contrasta com a sua origem rural. No entanto, apesar da sua relevância para o núcleo urbano, o seu traçado seria mais irregular, explicado devido à sua génese e progressiva ocupação em parcelas estreitas e alongadas, típicas do urbanismo medieval (Marques, 1986; Ribeiro, 2008). Ao seguir a rua do Souto para oeste deparamos com a rua Nova, citada pela primeira vez no século XII, correspondendo a um caminho que percorria igualmente o perímetro exterior à muralha, sobrepondo o início do alinhamento da via XIX (*Bracara Augusta a Lucus Augusti*) e interligava Braga a Dume e S. Frutuoso, no entanto, foi absorvida pela trama baixo medieval, de forma que passou a estar relacionada à porta de S. Francisco a norte e a sul com a rua da Sapataria, arruamento esse limitado no seu perímetro meridional pela rua dos Burgueses (Ribeiro, 2008). Por fim, a rua de Janes, com um traçado irregular e sinuoso, representa igualmente as transformações decorridas a norte da cidade medieval, visto que até pelo menos o século XIII esteve relacionada com a ligação entre o centro urbano medieval e as ruas dos Chãos e da Corredoira, mas com a ampliação da área cercada passou a fazer parte da topografia intramuros, sendo assim, com novas funcionalidades, de forma que o seu traçado passou a ligar internamente as portas do Souto e de S. João (Ribeiro, 2008).

O plano urbano no interior do sistema defensivo compunha duas imagens diferentes, uma a norte da Sé, com o desenvolvimento de ruas que acompanhavam o sistema defensivo, formalizando arruamentos irregulares e sinuosos, resultado da adaptação espontânea dos caminhos pretéritos, e outra paisagem a sul, sobrepondo o alinhamento dos *kardines* e *decumani* que resistiu devido à longa

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

ocupação desenvolvida nesse setor, originando assim ruas regulares (Ribeiro, 2008; Martins e Ribeiro, 2013). Com a concentração da cidade no quadrante nordeste da malha romana, após o progressivo abandono dos outros setores e a implantação da primeira cerca medieval, com o posterior avanço para norte, novos eixos viários passaram a integrar a topografia urbana, com um progressivo adensamento do sistema viário, mas mantendo a baixa hierarquização dos seus componentes (Ribeiro, 2008; Martins e Ribeiro, 2013).



Figura 131. Plano da cidade medieval sobre a malha romana, em destaque o bairro das Travessas ©UAUM

O Bairro das Travessas, que se sobrepõe ao plano romano, evidencia uma regularidade do sistema viário medieval, numa clara demonstração da influência do urbanismo ortogonal que o precedeu. Apesar da redução do número de *decumani*, que corriam no sentido O/E, dos quais apenas a rua das Travessas se manteve, cortada pelos *cardini* que seguiam no sentido N/S. A interpretação a cerca do plano urbano medieval, realizado a partir da conjugação das fontes iconográficas, documentais e arqueológicas, em uma análise regressiva, possibilitaram o reconhecimento dos eixos que seguiam no sentido N/S. De poente para nascente os arruamentos do Bairro das Travessas incluem as ruas Verde, da Triparia, de D. Gualdim Pais, da Erva e dos Cegos (Ribeiro e Martins, 2018).

A rua Verde sobrepõe parte da traça do *kardo maximus* como verificado na 'Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital', e manteve o seu delineado medieval até à segunda metade do século XIX, daquela segue-se a rua da Triparia, desenvolvida paralelamente, rompendo com os quarteirões romanos identificados nas zonas arqueológicas da rua Frei Caetano Brandão n.ºs 183-185/Santo António das

(Ribeiro, 2008; Martins *et al.*, 2017f; Magalhães, 2019). Da mesma forma, a rua Paio Manta, posteriormente subdividida em rua Paio Manta e Cruz da Carrapata, corria no sentido E/O e depois alterava o seu percurso no sentido N/S, de forma a ligar a rua das Travessas à Albergaria do Rocamador, onde já no século XIV desembocava a rua de Janes (Ribeiro, 2008). Esse arruamento também se encontrava totalmente desvinculado da antiga malha romana e, apesar das alterações toponímicas, o seu traçado irregular apresentar-se-ia pouco alterado até finais do século XIX, o mesmo parece ocorrer com a rua Pequena, um diminuto eixo responsável pela ligação entre o largo junto à fachada sul da Sé Catedral (rua da Olaria) e a rua das Travessas, que mantém a sua fisionomia medieval até às grandes transformações decorridas no século XX (Ribeiro, 2008).

6 O sistema viário na Idade Moderna

O principal agente urbanístico nas transformações renascentistas de Braga foi o arcebispo D. Diogo de Sousa, atuando na renovação da cidade a partir de um contexto propício a essas renovações, associado a um crescimento populacional que influiu igualmente nas atividades de produção e comércio, associadas ao próprio quadro nacional e à perda de funcionalidade da muralha fernandina (Bandeira, 2000; Marques, 1983; Ribeiro, 2008). Assim, as ações de D. Diogo de Sousa refletiram na remodelação de anteriores estruturas de comunicação e na formalização de novos arruamentos, praças e infraestruturas de abastecimento de água, bem como atuaram de maneira imperativa nos edifícios que deram forma à topografia de Braga, ou seja, o Castelo, o Paço dos Arcebispos e à Sé Catedral, transformações registadas graficamente no *Mapa de Braunio*, de 1594 (Ribeiro e Martins, 2012; 2018).

As principais ruas alvo das ampliações no século XVI foram as ruas de Maximinos, anteriormente reconhecida por rua dos Burgueses, do Souto e a rua Nova, que passa a ser reconhecida por rua do Campo (Ribeiro, 2008). A remodelação da rua Nova por D. Diogo de Sousa resultou na desarticulação da sua fisionomia e do seu parcelamento, semelhante ao decorrido na rua do Souto, tendo em vista que o troço que corria no sentido E/O daquela via passou a integrar, conjuntamente à rua do Souto, a rua Nova de Sousa, estendendo-se naturalmente para a porta aberta no século XVI, com o traçado mais amplo e regular no interior da muralha, evidente já na primeira representação iconográfica de Braga, sendo assim possível relacionar esse imponente eixo viário com uma das principais características do urbanismo renascentista, ou seja, a regularidade da rua principal (Morris, 1992; Ribeiro, 2008). O troço intramuros da rua de Maximinos, até o século XV reconhecida por rua dos Burgueses, foi amplamente remodelado por ação do arcebispo, de forma a alargar o estreito eixo que passou a comunicar o exterior da muralha à praça do Pão, organizada por ordem de D. Diogo de Sousa em frente à fachada principal

da Sé, entre as ruas Gualdim Pais, do Poço (antiga rua da Erva), de Maximinos e dos Açougues Velhos, de implantação quinhentista (Ribeiro, 2008). A abertura da rua dos Açougues Velhos por D. Diogo de Sousa deve ter tido como principal objetivo a ligação da área que se dispunha à frente da Sé com a rua Nova de Sousa, duas importantes áreas da cidade que começam a se desenvolver entre os séculos XV e XVI (Ribeiro, 2008).

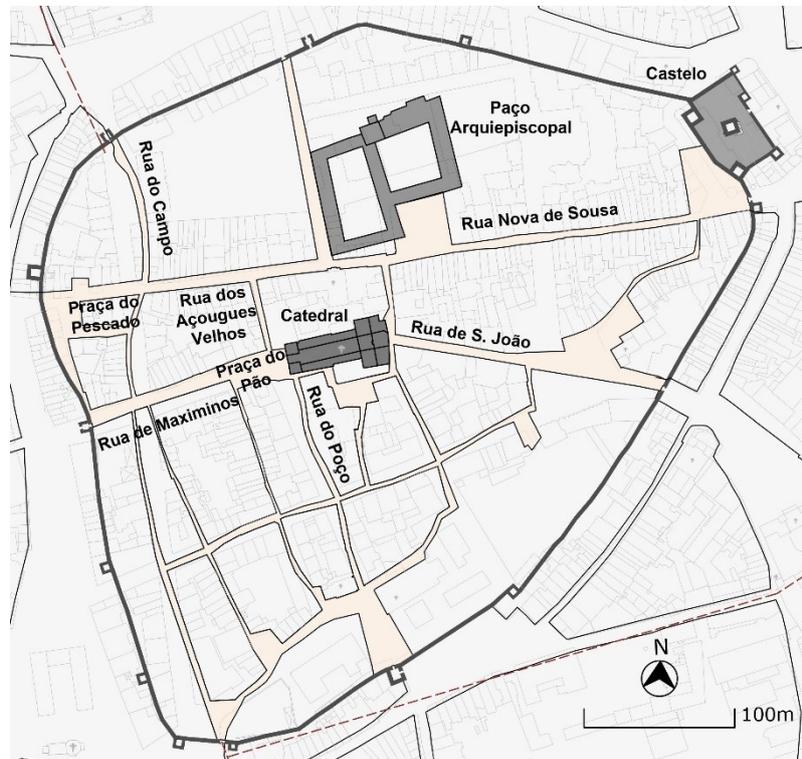


Figura 133. Transformações topográficas intramuros no século XVI ©UAUM

Outro elemento urbano que passa a se destacar com os ideais renascentistas é a praça, espaço urbanizado para onde confluíam as ruas, elemento estruturante da trama viária e palco de atividades relacionadas às vivências da cidade, como o comércio, onde se instalavam edifícios particulares, com composições que passavam a formar a imagem da cidade (Oliveira *et al.*, 2006; Ribeiro, 2008; Capel, 2002). As praças abertas no interior da zona amuralhada, entre os séculos XVI e XIX, inclui a já referenciada Praça do Pão, anteriormente reconhecida por praça da Cidade, na qual foi edificada a nova câmara municipal, fazendo desse elemento da trama urbana uma expressão do urbanismo moderno, visto que o espaço entre a Sé e a Porta de Maximinos irá ser novamente ampliado, com a deleção das construções a sul da praça (Oliveira, 1993; Ribeiro, 2008). Outro exemplo da intervenção urbanística dos arcebispos a partir do século XVI corresponde à praça do Pescado, junto ao Arco da Porta Nova, onde foi igualmente construído um mercado para a venda do peixe, o que indica as funções mercantis realizadas nesse espaço, associado a uma das saídas da cidade amuralhada – essa praça está identificada no *Mapa de Braunio* como *forum piscarium* (Ribeiro, 2008). Percebe-se, assim, que as

praças no centro do urbanismo bracarense devem ter seguido o racionalismo de ampliação e regularização da trama viária, como forma de responder às necessidades advindas do crescimento populacional e desenvolvimento económico, intensificando as vivências na cidade, que passam a exigir melhorias nas questões relativas à mobilidade e acessos, tudo isso alinhado com os novos conceitos humanísticos que começam a ganhar maior força em Braga a partir do século XVI, abrindo espaço para o urbanismo barroco que pouco a pouco irá caracterizar a cidade até à atualidade

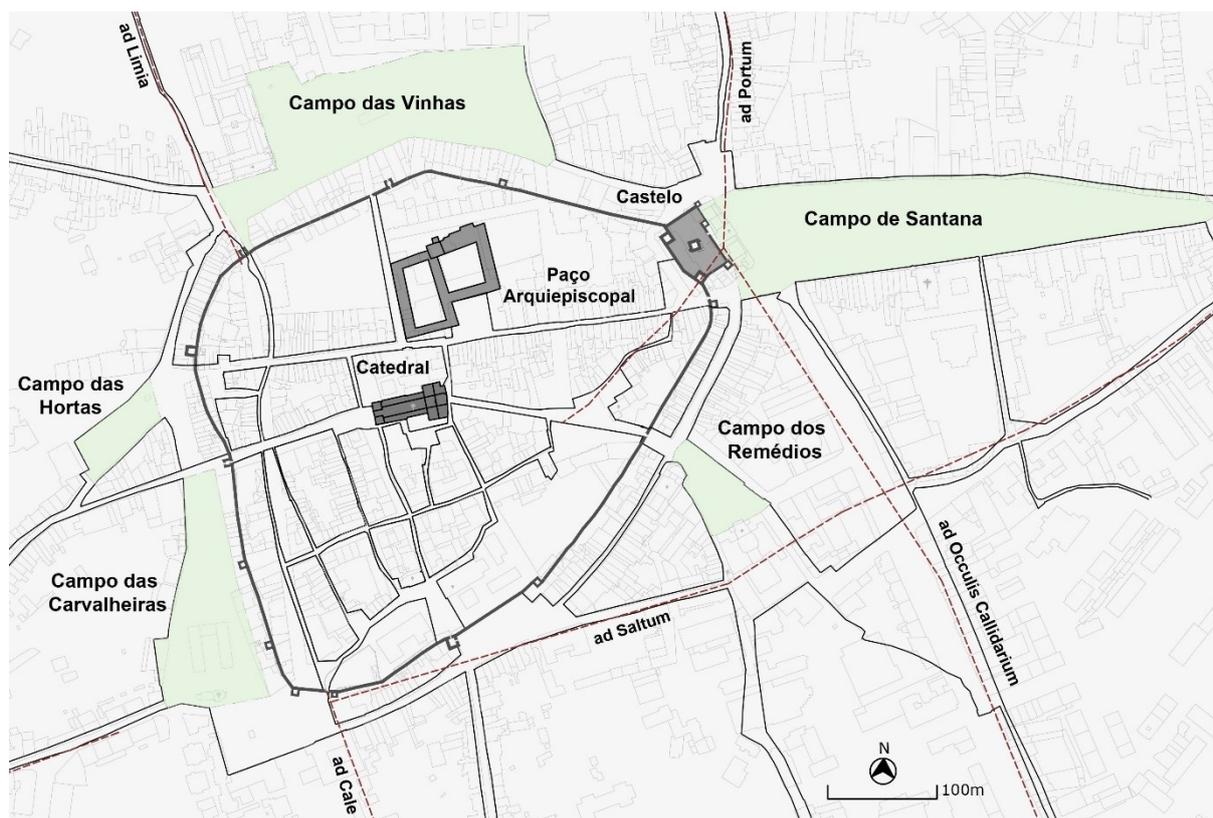


Figura 134. Intervenções nos arredores da muralha fernandina (século XVI) ©UAUM

No entanto, no século XVI não foi apenas o centro de Braga que foi palco das intervenções arcebispaís, visto que nos terrenos compreendidos nos arredores das portas da muralha fernandina, já em desuso, foram realizadas intervenções de modo a regularizar e configurá-los como novos espaços urbanos. Os principais campos abertos nos arrabaldes das portas de Braga foram o campo de Santana, o campo dos Remédios, o campo das Carvalheiras, o campo das Hortas e o campo da Vinha, que foram muito importantes para a dinamização do crescimento da cidade de Braga, originando novos arruamentos e polos urbanizados, bem como possibilitaram a formalização de uma nova fisionomia radial para a topografia urbana, permitindo assim uma maior articulação com os novos centros originados nos arredores das basílicas paleocristãs, constituídas já no século IV a partir das vias suburbanas romanas (Ribeiro, 2008).



Figura 135. Restituição da periferia de Braga após as intervenções de D. Diogo de Sousa ©UAUM¹

6.1 As ruas e os caminhos periféricos

A partir do século XVI, vê-se, em Braga, uma paulatina desarticulação do seu sistema defensivo com o avanço das construções e com a abertura de novos arruamentos e espaços urbanos, refletindo as conceções associadas às novas formas de representação de poder, com intervenções sistemáticas na cidade moderna pela sua elite religiosa. No entanto, apesar da urbanização ter sido um processo que se prolongou entre os séculos XVI e XIX, a verdade é que a sua conceção e formalização parecem ter adotado diferentes dinâmicas, por um lado temos os processos desenvolvidos pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, que inaugura a abertura de ruas, portas, campos e praças, de modo a delinear uma nova imagem urbana e criar vias de acesso ao interior do centro amuralhado e aos centros religiosos que se desenvolveram nas periferias da cidade. Por outro lado, as intervenções urbanísticas no século XVIII resultaram em processos diferentes, de modo que a abertura de espaços nas zonas periféricas parece ter tido como objetivo a instalação de edifícios habitacionais (Ribeiro, 2008).

Foi, então, a perda de função militar da muralha fernandina que possibilitou a intensificação da urbanização na sua periferia imediata, ocasionando a abertura de novos eixos viários, que seguem o alinhamento desse importante marcador topográfico da cidade de Braga, desde a baixa idade média até ao avançar da contemporaneidade (Ribeiro, 2008). A nascente da muralha desenvolveu-se a rua de S. Marcos, a partir do alinhamento da muralha medieval e associada ao antigo traçado da via XVIII, que

¹ Imagem extraída da produção ‘As heranças da Braga de André Soares’, realizada pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM) em colaboração com a Universidade Rovira i Virgili (Tarragona), no âmbito da exposição ‘Braga no Tempo de André Soares: três séculos do nascimento do arquiteto riscador (1720–2020)’, coordenada por Manuela Martins e Ricardo Mar. Essa exposição esteve enquadrada no programa ‘André Soares (1720-1769) Comemorações Centenárias’, promovido pela Câmara Municipal de Braga.

A evolução do sistema viário em Braga: desde a cidade romana à cidade moderna

terá permanecido durante uma longa cronologia como um espaço rural periférico, mas como consequência da abertura dos campos de Santana e dos Remédios, esse caminho será urbanizado, fazendo assim a ligação entre esses dois campos, bem como entre as portas de S. João e do Souto (Oliveira, 1993; Ribeiro, 2008). Essa rua configurar-se-ia como uma importante via, justificada pela relação entre o castelo, os campos e as portas, o que pode fundamentar a sua crescente urbanização a partir do século XVI, processo intensificado no século XVIII, como é possível visualizar no *Mapa da Cidade de Braga Primas*, elaborado pelas mãos de André Soares, e no *Mapa das Ruas de Braga*, que representam os edifícios instalados nas fachadas nascente e poente da rua de S. Marcos, definindo assim a sua fisionomia e a sua densidade ocupacional (Oliveira, 1993; Ribeiro, 2008).



Figura 136. Proposta de restituição 3D da urbanização extramuros – Braga no século XVIII ©UAUM²

O desenvolvimento da rua de S. Marcos para sudeste, acompanhando o traçado da cerca fernandina, deu origem à rua do Anjo, responsável por interligar os campos dos Remédios e de S. Sebastião, de forma a garantir o trânsito extramuros entre as portas de S. João e de Santiago, representando assim como as muralhas atuam na morfologia urbana, regulando a forma das ruas (Ribeiro, 2008). A sua urbanização já estava representada na iconografia quinhentista, demonstrando a precoce ocupação junto ao alçado da muralha, de modo que com o progressivo adensamento urbano essa artéria estaria largamente urbanizada com edifícios heterogêneos, ou seja, a tipologia das habitações faria referência tanto a casas pequenas, típicas das ruas periféricas da cidade, quanto

² Planta elaborada pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM), em colaboração com o Seminário de Topografia Antiga da Universidade Rovira i Virgili, para a produção 'Braga no Tempo de André Soares: três séculos do nascimento do arquiteto riscador (1720–2020)', coordenada por Manuela Martins (Universidade do Minho) e Ricardo Mar (Universidade Rovira i Virgili).

edificados arquitetonicamente mais elaborados, situados cronologicamente a partir do século XVII e XVIII, com especificidades muito próximas das construções inseridas no interior do perímetro amuralhado, edificadas entre os séculos XVI e XVII (Oliveira, 1993; Ribeiro, 2008).

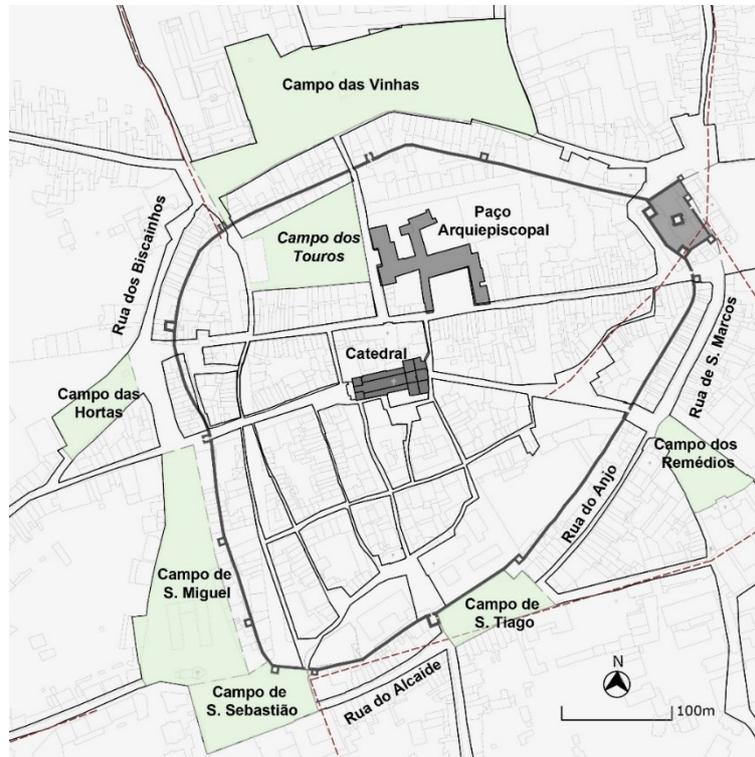


Figura 137. Urbanização da periferia imediata na cidade barroca ©UAUM

A rua extramuros que ligava o campo de S. Tiago ao campo de S. Sebastião, desenvolveu-se junto à face sul da muralha fernandina no sentido O/E, parece ter se originado a partir do alinhamento do troço nascente do *decumanus maximus*, mas que teve o seu traçado desmembrado da trama viária romana devido às transformações decorrentes da introdução do setor sul da muralha medieval, de forma a condicionar as construções que se desenvolveram nessa área da cidade (Ribeiro, 2008). A referência a essa estrutura viária é relevante pois sinaliza, mesmo que de forma indireta, as influências da planta romana sobre as formas que lhe sucederam, atendendo ao fato de resistir e condicionar partes da trama medieval e moderna, ao mesmo tempo em que demonstra as transformações a nível da paisagem arquitetónica e dos parcelamentos na periferia imediata de Braga. No século XVI, ambas as fachadas da rua do Alcaide já estavam ocupadas por edifícios de elevado interesse arquitetónico, distribuídos em parcelas maiores do que aquelas comumente identificadas nesse período, indicando que poderia ser uma área da cidade extramuros onde se instalaram cidadãos com um elevado poder económico (Oliveira, 1993).

As saídas a ponte estavam ligadas extramuros pela rua dos Biscainhos, localizada junto à fachada noroeste da cerca do século XIV, entre o campo de S. Miguel e o campo da Vinha,

acompanhando o alinhamento da face externa da muralha, de modo a confirmar a perda de funcionalidade defensiva dessa imponente estrutura, que terá tido o seu entorno urbanizado entre os séculos XVI e XVIII, com parcelas edificadas junto às ruas, mas que se alongavam para o interior do quarteirão, formalizando um espaço dedicado aos quintais (Ribeiro, 2008). Ademais, pode-se entender essa progressiva urbanização como uma resposta ao crescimento populacional a partir da continuidade das dinâmicas urbanas inauguradas pelo arcebispo D. Diogo de Sousa, que se prolongam pelos caminhos periféricos que durante a Idade Média comunicaram o restrito núcleo amuralhado com os centros religiosos desenvolvidos junto aos caminhos que, desde a cidade romana, permitiram a ligação da cidade de Braga com outras regiões, como a rua dos Chãos, já pontualmente ocupada no século XIV, tendo em vista que o 1º Livro do Tombo do Cabido refere a destruição de dezenas de casas nessa rua pela invasão das tropas castelhanas, mas no século XVI já estaria densamente urbanizada, como demonstrado no *Mapa de Braunio*, até à igreja de S. Vicente. No entanto, esse arruamento de traçado irregular, originado a partir do caminho romano que se desenvolvia em direção à *Asturica Augusta*, foi subdividido em dois troços com a abertura de novas estruturas viárias a partir do século XVIII, rua dos Chãos de Baixo e rua dos Chãos de Cima, no entanto, essa passou a ser designada por rua de S. Vicente a partir de finais do século XIX (Oliveira, 1993; Ribeiro, 2008).

A artéria desenvolvida entre o campo de Santana e a ponte que dava acesso ao caminho que seguia para Guimarães, era composta pela rua das Águas, rua de S. Lázaro e rua da Ponte de Guimarães, todas tendo sido alvo de uma maior urbanização entre os séculos XVII e XVIII, como é possível visualizar na iconografia oitocentista (Ribeiro, 2008). No entanto, a introdução de edifícios junto às fachadas destas ruas não terá sido a tradução de uma ocupação homogênea ao longo de todo seu alinhamento, essa heterogeneidade é comprovada ao analisar a tipologia dos edifícios no troço norte da rua das Águas, composto por uma série de casas com górgias, varandas e com espaços no primeiro piso para o desenvolvimento de comércio, em contraste com a rua da Ponte de Guimarães, com uma ocupação mais simples, intercalando edifícios térreos, habitações com dois pisos ou mesmo apenas zonas com muros que davam acesso às áreas verdes (Oliveira, 1993).

A atual rua de S. Geraldo teve a sua génese na antiga rua dos Pelames, aberta a mando do arcebispo D. Henrique no segundo quartel do século XVI. Esse componente do plano urbano já estaria ocupado nas fachadas nascente e poente edifícios que iam se simplificando à medida que avançavam para sul, ou seja, quanto mais afastados do centro da cidade moderna, menos complexas pareciam ser as habitações (Ribeiro, 2008). A rua dos Pelames rompe completamente com a antiga trama viária romana, entendendo-se assim que por ter sido um setor da cidade desocupado por um longo período,

transformado em uma área rural, a sua urbanização moderna traduziu os ideais da sua época, no entanto, o caminho que corta a rua dos Pelames junto ao Convento da Conceição, no sentido E/O, parece ter se desenvolvido junto ao traçado da antiga muralha baixo imperial, gravando na topografia moderna o seu antigo alinhamento (Ribeiro, 2008).

A ponte desenvolveu-se outra grande artéria periférica ao centro amuralhado, composta pela rua de S. Miguel-o-Anjo, rua da Cruz de Pedra e rua Direita, que se originou a partir do caminho suburbano reconhecido na Idade Média por rua de Maximinos. De forma semelhante a outros caminhos periféricos, esse conjunto de vias marcava uma das saídas da cidade medieval, a porta de Maximinos, seguindo para oeste, mas depois corria junto ao que se entende pelo alinhamento da antiga muralha romana, para sul até a rua de S. Sebastião, a partir de onde a rua da Cruz de Pedra se bifurcava em dois caminhos, a rua Direita que prosseguia para sul, possivelmente seguindo o antigo caminho para *Olisipo* via *Cale*, e a rua que permitia o acesso à igreja de S. Pedro de Maximinos (Ribeiro, 2008). A urbanização dessa artéria no século XVIII se aproximava das dinâmicas vistas na rua dos Pelames e o grande eixo viário definido pelas ruas S. Lázaro e da Ponte de Guimarães, ou seja, a medida que os terrenos se afastavam o centro urbano as casas passavam a adotar características típicas das casas suburbanas, no entanto, é preciso ressaltar que parte desse caminho estaria urbanizado anteriormente às invasões castelhanas do século XIV, pois a destruição de habitações nessa conjuntura está registada no 1º Livro do Tombo do Cabido (Ribeiro, 2008).

O caminho que ligava a cidade amuralhada à igreja de S. Vitor, correspondente ao campo de Santana, calçada da Senhora-a-Branca e rua da Régua, pode ter sido despontado como uma das vias de maior expressão urbana da cidade moderna, devido às instalações de edifícios barrocos de grande expressividade, tanto religiosa com a Igreja dos Congregados, quanto privada com o edifício tardiamente reconhecido por Casa Rolão, representando igualmente os ideais de cenografia e perspectiva da paisagem definidos entre a Arcada e o santuário do Bom Jesus de Braga (Ribeiro, 2008). Essa grande via de comunicação estaria, no século XVIII, ocupada por edifícios junto aos limites norte e sul, no entanto, as áreas desenvolvidas no interior dos quarteirões parecem ter se mantido como quintais com espaços verdes, em alguns casos como campos de cultivo e, mais raramente, como jardins. De igual forma, a rua das Cónegas desenvolveu-se a partir do caminho que atravessava a periferia da cidade de Braga em direção à antiga Capela de S. Frutuoso, onde foram erguidos a Igreja e Convento de S. Francisco, assim, o caminho predominantemente rural passou a ser urbanizado a partir do século XVI, originando assim uma importante rua suburbana da cidade setecentista, com parcelamento góticos, em semelhança às ruas dos Chãos, das Águas, da Régua e da Cruz de Pedra (Ribeiro, 2008).

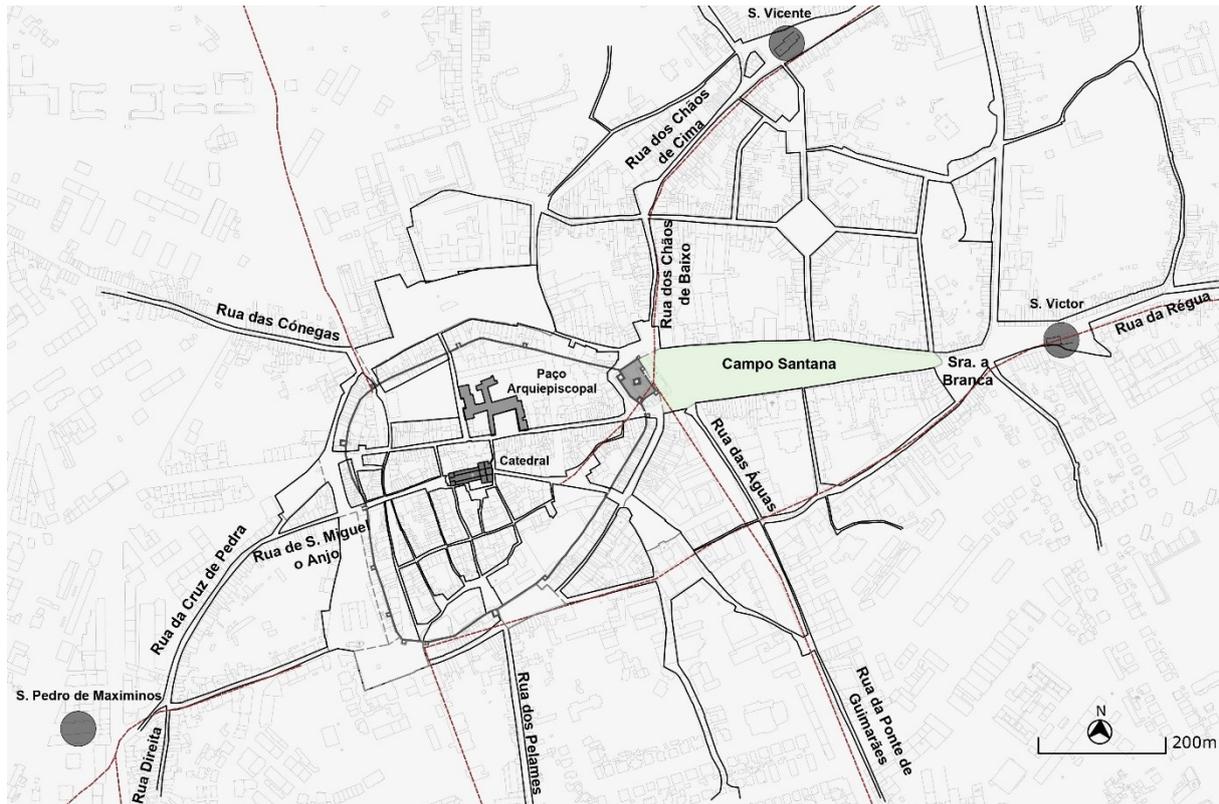


Figura 138. O desenvolvimento urbano para os arredores do centro de Braga na Idade Moderna ©UAUM

Portanto, vê-se assim que a dinâmica da urbanização das vias periféricas esteve, até então, relacionada com a interação entre as necessidades da cidade moderna com marcadores topográficos das cidades pretéritas, como as cercas que definiram um perímetro de circulação intra e extramuros, ou então a continuidade de utilização de caminhos periféricos que seriam responsáveis por ligar o centro urbano de Braga com os aglomerados desenvolvidos nos arredores de novos centros religiosos, instalados na proximidade das antigas vias romanas que permitiam a comunicação de *Bracara Augusta* com outras regiões, caminhos esses que continuaram a ser utilizados, mesmo que parcialmente. No entanto, no primeiro quartel do século XVIII inicia-se em Braga o que podemos entender como uma continuidade da expansão urbana para as áreas periféricas, mas a partir de expressões que se afastam das anteriores formas de urbanização dos espaços suburbanos, consolidando o plano radiocêntrico representado na cartografia do século XIX. Logo, a abertura do Campo Novo por ação do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, representa as novas ações urbanísticas patentes no século XVIII, em um contexto de deslocação da centralidade para a Arcada e o campo de Santana e da expansão urbana a partir de um plano de ordenamento, destinado a uma área de caráter habitacional, a partir da instalação de um espaço com vias de urbanização relacionado com elementos de relevância para a paisagem urbana religiosa, a Igreja de S. Vicente, o Convento do Carmo, a Capela de N. Senhora de Guadalupe e

o Convento das Convertidas de Santa Maria Madalena, irradiando assim quatro ruas que se uniam em um ponto central, o Campo Novo (Oliveira *et al.*, 2006).

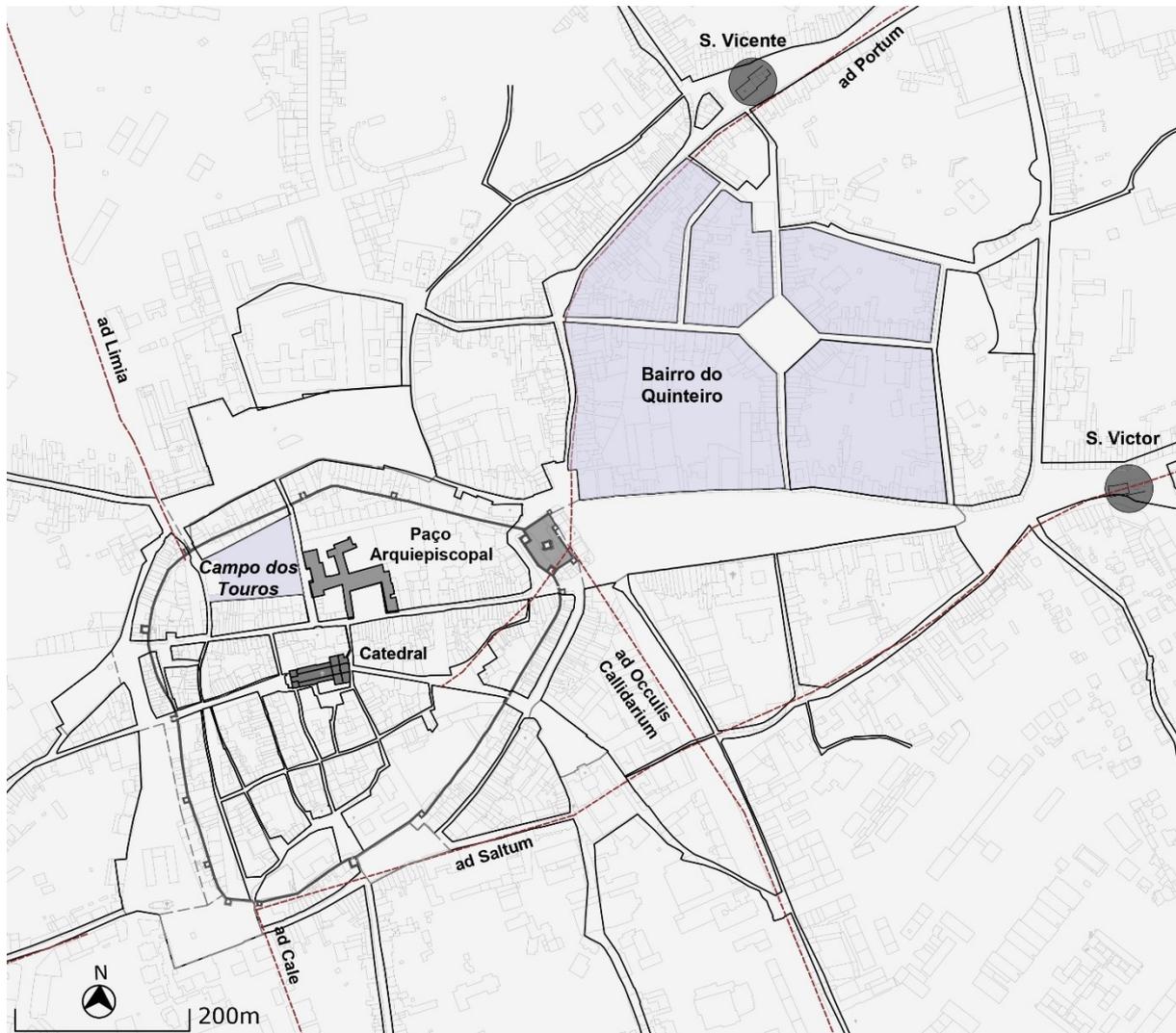


Figura 139. As transformações urbanísticas a partir da abertura do Bairro do Quinteiro e da remodelação do Campo dos Touros ©UAUM

As ações dos arcebispos D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728) e D. José de Bragança (1741-1756) acarretaram na superação da composição urbana medieval, com o apoio de Manuel Pinto Vilalobos e do grande arquiteto riscador André Soares, de modo a rasgar o horizonte da cidade amuralhada, processo iniciado por D. Diogo de Sousa. Nesse contexto é possível identificar algumas das intervenções decorridas em Braga ao longo do século XVIII que representam fortemente a formalização de uma nova ideia de cidade, como a abertura do Campo Novo, anteriormente reconhecido por bairro do Quinteiro, conjugando a necessidade de novos espaços para habitações com a instalação de formas representativas dos princípios de perspetiva e linearidade, a reestruturação do campo dos Touros na Praça do Município, onde a arquitetura de representação do poder político e religioso se embatem frente

a frente, bem como a construção do Bom Jesus do Monte, que compôs a paisagem infinita entre esse conjunto e a nova centralidade urbana deslocada para o edifício da Arcada (Oliveira, 1993; Ribeiro e Martins, 2012; 2018).

A paisagem barroca constituída no século XVIII condicionou o desenvolvimento urbano da cidade de Braga até o século XX, momento em que são abertas grandes artérias que rompem com a anterior morfologia urbana, como a rua Frei Caetano Brandão e a avenida da Liberdade, abertas nos séculos XIX e XX respetivamente. No entanto, apesar das transformações decorridas terem resultado igualmente na completa desarticulação da antiga muralha baixo medieval, como consequências das novas exigências urbanas destes séculos, é importante referenciar que a manutenção de parte do tecido urbano moderno e medieval são ainda bastante palpáveis na constituição do atual plano urbano, o que possibilitou inclusive a realização desse estudo, em conjunto com a cartografia e vestígios arqueológicos (Ribeiro, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais

A rua entendida como mais que um meio de circulação, é responsável pelo transporte dos habitantes e visitantes, pois também é através desse meio que circulam as informações e onde se refletem os ideais políticos, religiosos e culturais de cada época, como é possível compreender ao analisar a cidade de Braga, desde a racionalidade, hierarquia e planeamento da cidade fundada *ex novo* por Augusto, às mudanças de centralidade ocasionadas pelo cristianismo, até às influências do urbanismo moderno, confluindo os ideais renascentistas na projeção de um novo urbanismo barroco, que parece finalmente romper com o pensamento medievalista predominante até então.

A linearidade das ruas em *Bracara Augusta* conformou uma planta retangular, organizada em ruas perpendiculares que formalizavam quarteirões quadrados, seguindo uma hierarquização pautada em *kardines* e *decumani maximi*, desembocando no *forum*, com larguras superiores às restantes estruturas viárias da cidade (Martins *et al.*, 2017b). Essa retilineidade permanece na morfologia urbana desde a sua fundação, em finais do século I a.C., até as transformações medievais, que resultaram em arruamentos orgânicos e irregulares, fruto de um crescimento espontâneo, da contínua desarticulação de grande parte da antiga cidade romana e do enclausuramento da cidade em uma área diminuta circundada por uma cerca.

A paisagem urbana romana foi profundamente alterada, de modo que o urbanismo baixo medieval se concentrou no quadrante noroeste da antiga planta romana, aproveitando a princípio um setor da muralha tardia, mas que com o avanço da cidade para norte terá sido desmantelada e o perímetro urbano medieval redimensionado, centralizando a Sé de Braga, para a qual confluíam grande parte dos eixos viários (Ribeiro, 2008). Apesar dos elementos que nos permitam interpretar a morfologia urbana medieval de Braga sejam escassos, como os vestígios identificados na ‘Zona Arqueológica do Ex Albergue Distrital’ e na ‘Zona Arqueológica do Seminário de Santiago’, o contributo da cartografia produzida entre os séculos XVI e XVIII, em conjugação com as fontes documentais produzidas no âmbito da administração da arquidiocese de Braga, permitiram a restituição do traçado viário da cidade medieval, que parece ter mantido suas características principais até o avançar da modernidade. Assim, foi possível identificar a presença de algumas estruturas viárias que mantiveram parte do alinhamento romano, como a rua Verde, a rua das Travessas e a rua de D. Gualdim Pais, no entanto, o estreitamento e irregularidade da forma viária alteraram a paisagem, de modo que o urbanismo medieval compôs as suas próprias características, refletindo as dinâmicas que se desenvolveram ao longo dos séculos X e XI.

Contudo, a partir do século XVI, por ação do arcebispo D. Diogo de Sousa, a morfologia urbana da cidade de Braga começa a retomar alguns conceitos clássicos com a abertura de artérias lineares, podendo estar relacionada com a generalização do tráfego rodado e a recuperação demográfica como a rua do Souto, rua Nova e rua de Maximinos, bem como de praças e campos com distintas funcionalidades, como as praças do Pão e do Pescado, de funções mercantis, e nos arrabaldes da cidade os campos de Santana, dos Remédios, das Carvalheiras, das Hortas, da Vinha e, mais tardiamente, o campo Novo, por ação do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (Bandeira, 2000; Ribeiro, 2008; Ribeiro e Martins, 2018). Para além da formalização de novas estruturas de comunicação também foram realizadas reformas em antigas vias, que aos poucos iniciaram um processo de transformação urbana, onde a topografia passa a constituir uma nova paisagem, que se afasta da antiga estrutura medieval até à sua constituição em uma cidade barroca, na qual a ação de arcebispos, arquitetos e agentes privados implementaram os novos ideais no plano urbano de Braga, onde persistiram a linearidade, a perspetiva, a diagonal e o apreço na composição de fachadas cuidadosamente ornamentadas em edifícios públicos, religiosos e privados (Oliveira, 1993; Bandeira, 2000; Ribeiro, 2008).

Portanto, como o núcleo urbano medieval se centrou no quadrante noroeste da antiga *Bracara Augusta*, é bastante evidente que parte dos alinhamentos dos antigos eixos de comunicação romanos permanecem fossilizados a sul da Sé Catedral, apesar da subtração de um maior número de ruas que corriam no sentido E/O, resultando em quarteirões maiores. Portanto, levanta-se o questionamento entre a preservação de vestígios e a manutenção da topografia romana, ou seja, como os vestígios dos arruamentos romanos melhor conservados parecem estar situados maioritariamente nas zonas periféricas da cidade medieval, que se constituíram com uma morfologia completamente dispare da topografia de *Bracara Augusta*, esse resultado poderia estar relacionado com o facto dessas áreas terem permanecido por um longo período como áreas agrícolas, sem a organização urbana que se manteve no centro de Braga, em permanente ocupação.

Por outro lado, a espacialização de locais em Braga voltados para as atividades comerciais terá sido alvo de diferentes dinâmicas ao longo dos séculos, de modo que a análise das suas transformações a nível urbano parece refletir determinados planos urbanísticos. Assim, o projeto urbanístico da cidade fundada no século I a.C. constituiu uma paisagem definida por arruamentos ladeados por espaços porticados, aparentemente projetados com o objetivo de abrigar as atividades económicas realizadas nas *tabernae*, abertas nas fachadas dos edifícios habitacionais (Fontes *et al.*, 1997-98; Martins, *et al.*, 2017b; Magalhães, 2019).

No entanto, com o paulatino desenvolvimento de um urbanismo caracteristicamente medieval, as atividades relacionadas com a produção e trocas comerciais distribuíam-se ao longo das artérias que permitiam a ligação entre os espaços centrais e as saídas da cidade, acompanhando o crescimento urbano (Ribeiro e Melo, 2012b).

Em contrapartida, como parte das transformações urbanísticas iniciadas no século XVI, foram abertos espaços na topografia urbana destinados às atividades mercantis, como as praças destinadas à venda de mercadorias, ocupando algumas áreas que já seriam habitualmente relacionadas a essa dinâmica (Oliveira, 1994; Bandeira, 2000).

Analisou-se, ainda, os aspetos que se relacionavam entre as dinâmicas da morfologia urbana com determinados marcadores topográficos, que parecem ter influenciado o desenvolvimento do urbanismo na cidade de Braga. Assim, não foi apenas a arquitetura religiosa que formalizou o desenvolvimento da cidade, pois o sistema defensivo também influenciou diretamente a forma urbana, condicionando a evolução do sistema viário.

Com a evolução para a cidade que se começou a constituir a partir do século XVI alguns equipamentos edificados ainda em época medieval continuaram a exercer um importante papel na organização da cidade moderna, como a muralha fernandina, o Castelo e o Paço dos Arcebispos. Assim, as reformas protagonizadas entre os séculos XVI e XVII foram concebidas sem o rompimento total com as formas anteriores, definindo novos arruamentos ou reformando antigas artérias que seguiriam parte da antiga topografia, como os caminhos de ronda da muralha ou as saídas da cidade.

Se no século XVIII a muralha fernandina começa a perder relevância, é verdade que a sua marca na cidade de Braga não desapareceu, permanecendo até a atualidade com alguns dos seus troços preservados no interior de construções urbanas públicas e privadas, bem como a morfologia do Centro Histórico que imprime o seu alinhamento na topografia do século XXI. O Castelo, edificado e no âmbito da reforma das estruturas de defesa do reino, teve um importante papel na formalização da morfologia urbana, importância atestada pelas ações de D. Diogo de Sousa, que transforma esse setor da cidade em uma das principais entradas para o interior do perímetro amuralhado, com a abertura do campo de Santana e da rua de S. Marcos, bem como o rompimento da cerca e a constituição de uma cidade aberta para nascente com o urbanismo barroco (Ribeiro, 2008).

Este trabalho tentou colocar algumas questões analíticas, relacionadas com a morfologia das estruturas viárias de Braga, contando com o apoio das fontes arqueológicas, cartográficas e documentais, que permitiram a estruturação de plantas e modelos planimétricos que conjugaram os dados e lançaram interpretações. No entanto, é preciso também considerar que a análise efetuada teve por base os dados

fornecidos pelos trabalhos realizados numa cidade com séculos de história e transformações, que condicionam e por vezes limitam a sua restituição, constrangimentos impostos, assim, pelo próprio desenvolvimento urbano da cidade de Braga, como pela Arqueologia Urbana.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia

- Alba Calzado, M. (2002). Datos para la reconstrucción diacrónica del paisaje urbano de Emerita: Las calles porticadas desde la etapa romana a la visigoda. *Memoria*, 6, 371–396.
- Amaral, L. C. e Duarte, L. M. (1985). Os homens que pagaram a Rua Nova: fiscalização, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista. *Revista de História*, Vol 6, 7–96. <https://hdl.handle.net/10216/9468>
- Alarcão, J. (1994). Lisboa romana e visigótica. *Lisboa subterrânea*, MNA, 58–63.
- Alarcão, J. (1987). *Portugal Romano*. Editorial Verbo.
- Bandeira, M. (2000). D. Diogo de Sousa, o urbanista. Leituras e texturas de uma cidade refundada, *Bracara Augusta*, Câmara Municipal de Braga.
- Bandeira, M. S. M. (2011). A complexa relação entre as primeiras operações cadastrais e a cartografia urbana de meados do século XVIII: desde o caso do “Mappa das Ruas de Braga” de 1750. *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica – passado e presente nos velhos mapas: conhecimento e poder*, Paraty.
- Benevolo, L. (1984). *A cidade e o arquiteto*. Edições 70.
- Bentley, J. (1994). *Fort Towns of France: The Bastides of the Dordogne and Aquitaine*. Tauris Parke.
- Botica, N. (2017). Contributo do sistema de informação 2ArchIS para o conhecimento das cidades romanas de Braga e Lugo. in *Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat. A cidade romana no noroeste: novas perspectivas. Philtate. Studia et acta antiquae Callaeciae*, Vol. 2, (pp. 387–397). Serviço de Publicações da Deputación de Lugo. <https://hdl.handle.net/1822/55138>
- Botica, N., Magalhães, F., Machado, D., Fontes, L. (2020). Del sistema de información 2ArchIS al DataRepositoriUM: el estudio de caso de hallazgos arqueológicos, in *Cuadernos de Arqueología de la Universidad de Navarra*, 29, 381–396. <https://hdl.handle.net/1822/65953>
- Braga, C. (2010). *Rituais funerários em Bracara Augusta: o novo núcleo de necrópole da Via XVII* [Tese de Mestrado, Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/13913>
- Braga, C. (2018). *Morte, memória e identidade: uma análise das práticas funerárias de Bracara Augusta* [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho].
- Capel, H. (2002). *La morfología de las ciudades: I. sociedad, cultura y paisaje urbano*. Ediciones del Serbal.
- Carvalho, H. (2008). *O povoamento romano na fachada ocidental do Coventus Bracarensis* [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/8755>
- Choay, F. (1970). *El urbanismo utopías y realidades*. Editorial Lumen. Chueca Goitia, F. (1996). *Breve História do Urbanismo*. Editorial Presença
- Costa Amat, A. (2007). *La Historia y sus ciudades*. Departamento Publicaciones Escola d'Arquitectura La Salle.

- Correia, V. N. H. (2010). *A Arquitectura doméstica de Conímbriga e as estruturas económicas e sociais da cidade romana* [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra].
- Cunha, A., Martins, M., Magalhães, F., Braga, C., Martínez Peñin, R., Ribeiro, J., Fernández, A. e Mendes, D. (2014). Salvamento de Bracara Augusta. Rua D. Afonso Henriques, 42-56 (Braga), *Relatório dos Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M./Memória*, Volume I(48). <https://hdl.handle.net/1822/32419>
- Delgado, M. (1984). Sepultura romana encontrada junto ao Largo Carlos Amarante, Homenagem a D. Domingos de Pinho Brandão, *Lucerna*, 179–201.
- Delgado, M. (1987). Notícia preliminar sobre o Salvamento no quarteirão da Rua Gualdim Pais, *Cadernos de Arqueologia*, Série II(4), 187–199.
- Delgado, M. e Gaspar, A. (1986). Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, Série II(3), 151–167.
- Delgado, M. e Lemos, F. (1985). Zona das Carvalheiras. Notícia das campanhas de escavação de 1984 e 1985, *Cadernos de Arqueologia*, Série II(2), 159–176. <https://hdl.handle.net/1822/10347>
- Delgado, M. e Martins, M. (1988). Intervenção arqueológica na Zona P1 (Antigas Cavalariças do Regimento de Infantaria de Braga), *Cadernos de Arqueologia*, Série II(5), 79–93. <https://hdl.handle.net/1822/10267>
- Delgado, M., Dias, L., Lemos, F. e Pascoal, A. (1984). Intervenções na área urbana de Bracara Augusta. 1983, *Cadernos de Arqueologia*, Série II(1), 95–106.
- Delgado, M., Martins, M., Lemos, F. (1989). Dossier: Salvamento de Bracara Augusta (1976-1989), *Forum*, nº6, 3–41. <https://hdl.handle.net/1822/13335>
- Dopico Cainzos., M. (1986). Los conventus iuridici. Origen, cronologia y naturaleza historica, *Gerion* 4, 265–283
- Duby, Georges (1982). *As três ordens ou o imaginário do feudalismo*, Ed. Estampa.
- Fafiães, M. L. C. (2015). *Evolução Urbana de Braga na Época Moderna. Espaços públicos e periferias*. [Relatório de Estágio, Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/40793>
- Fernandes, L. (2018). *Urbanismo e arquitetura do quadrante sudeste da cidade romana de Bracara Augusta entre a época fundacional e a Antiguidade Tardia*. [Tese de Mestrado, Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/59503>
- Fernandes, L. e Martins, M. (2021). Alterações urbanísticas no quadrante sudeste da cidade de Bracara Augusta do século I ao IV. In Parra-Pérez, S., Díaz-Navarro, S., Fernández-Lozano, J. e Jiménez Gadea, J. (Eds.), *The archaeology of "Underdog Sites" in the Douro Valley. From Prehistory to the Modern Age* (pp. 174–186). Archaeopress.
- Fontes, L., (2011). Braga e o norte de Portugal em torno de 711, *Zona Arqueológica*, 15, 313–334.
- Fontes, L., Lemos, F. S., e Cruz, M. (1997/1998). “Mais Velho” que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar. *Cadernos de Arqueologia*, Série II(14-15), 137–164. <https://hdl.handle.net/1822/10299>

- Fontes, L., Martins, M., Andrade, F. (2010a). Salvamento de Bracara Augusta. Quarteirão dos CTT/Interligação Túnel Avenida da Liberdade (BRA 09 CTT-ITAVL). Relatório Final. *Trabalhos arqueológicos da U.A.U.M/Memórias*, Volume I(2). <https://hdl.handle.net/1822/10143>
- Fontes, L., Martins, M., Ribeiro, M. e Carvalho, H. (2010b). A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII. In García, A., Izquierdo, R., Olmo, L., Peris, D. (Eds.), *Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo (siglos VI-VIII)* (pp. 255–262). Toletum Visigodo. <https://hdl.handle.net/1822/13377>
- Fontes, L., Martins, M., Sendas, J., Catalão, S. (2010c). Salvamento de Bracara Augusta. Ampliação do Túnel da Avenida da Liberdade (BRA 08-09 TAVL). Relatório Final. in *Trabalhos arqueológicos da U.A.U.M/Memórias*, Volume I(7). <https://hdl.handle.net/1822/11048>
- Fontes, L., Magalhães, F., Machado, D., Silva, L., Alves, A., Catalão, S. e Fernandes, L. (2020). Salvamento de Bracara Augusta. Projeto de remodelação e ampliação de edifício na Rua do Alcaide, nº 18-20, Braga. Relatório final. *Trabalhos arqueológicos da U.A.U.M/Memórias*, Volume I(97). <https://hdl.handle.net/1822/49820>
- Gaspar, A. (1985). Escavações arqueológicas na rua de Nossa Senhora do Leite, em Braga, *Cadernos de Arqueologia*, Série II(2), 51–126.
- Gaspar, J. (1969). A morfologia urbana de padrão geométrico na Idade Média, *Finisterra*, 4 (8), 198-215. <https://doi.org/10.18055/Finis2483>
- Halsall, G. (2017). Barbarian Migrations and the Birth of Medieval Europe From Unity to Diversity. In López Quiroga, J., *In Tempore sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585)* (pp. 15–22). Deputación Provincial de Ourense.
- Hartnett, J. (2017). *The Roman Street: Urban Life and Society in Pompeii, Herculaneum, and Rome*. Cambridge University Press.
- Hespanha, Manuel (2006). A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime, *Tempo*, 11(21), 121–143.
- Humfress, Caroline (2013). Laws' Empire: Roman Universalism and Legal Practice, In Plessis, Paul (Ed.), *New frontiers. Law and Society in the Roman World* (pp. 73–101). Edinburgh University Press.
- Lefebvre, H. (2002). *A Revolução Urbana*. Editora UFMG.
- Lemos, F. (1996). Entre 1976 e 1996: breve evocação de duas décadas de actividade arqueológica em Braga, *Forum*, nº 19, 49–56.
- Lemos, F., (1999). O contexto geográfico da fundação de Bracara Augusta, *Forum*, nº 25, 81–94.
- Lemos, F., Leite, M. (2000). Trabalhos Arqueológicos no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas (ex Albergue Distrital): notícia preliminar, *Forum*, nº 27, 15–38.
- Lemos, F., Martins, M., Fontes, L., Leite, M., Cunha, A. (2002). A muralha romana de Bracara Augusta. In Morillo Cerdán, A. (coord.), *Arqueologia militar romana em Hispania*. GLADIUS, Anejos 5, pp. 609–624
- Magalhães, F. (2010). *Arquitetura doméstica em Bracara Augusta*. [Tese de Mestrado, Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/13619>

- Magalhães, F. (2019). *A domus romana no NO Peninsular. Arquitetura, construção e sociabilidades*. [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. <https://hdl.handle.net/1822/64109>
- Magalhães, F. (2020). *Plantas interpretadas da análise das unidades domésticas de Braga*, <https://doi.org/10.34622/datarepositorium/PKGZIN> Repositório de dados da Universidade do Minho, V1.
- Magalhães, F., Ribeiro, J. e Martins, M. (2015). Entre o público e o privado. Cenários do quotidiano na domus das Carvalheiras, *Romanitas. Revista de Estudos Grecolatinos*, 6, 88–106. <https://hdl.handle.net/1822/41242>
- Magalhães, F., Fontes, L., Martins, M. e Braga, C. (2017). Salvamento de Bracara Augusta. Remodelação e ampliação de edifício. Relatório final. *Trabalhos arqueológicos da U.A.U.M /Memórias*, Volume I(65)
- Marques, J. (1983). *Braga Medieval*. Braga.
- Marques, J. (1986). O castelo de Braga, *Mínia*, 8, 5–34.
- Martins, M. (1990). O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho].
- Martins, M. (1997/98). A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto, *Cadernos de Arqueologia*, Série II(14/15), 23–24. <https://hdl.handle.net/1822/10409>
- Martins, M. (2000). *Bracara Augusta: a casa romana das Carvalheiras*, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho (UAUM). <https://hdl.handle.net/1822/41258>
- Martins, M. (2004). Urbanismo e arquitectura em Bracara Augusta. Balanço dos contributos da Arqueologia Urbana, in *Simulacra Romae. Roma y las Capitales Provinciales del Occidente Europeo. Estudios Arqueológicos*, 149–173.
- Martins, M. (2009). Bracara Augusta. Panorama e estado da questão sobre o seu urbanismo, In Dopico Cainzos, M., Vilanueva Acuña, M., Cuba Rodríguez, X., Rodríguez Álvarez, P. (eds.), *Do Castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea* (pp. 181–211). Deputación de Lugo.
- Martins, M. (2015). Entre o ócio e a sociabilidade: o papel das termas públicas na vida social de Bracara Augusta, in Silva, G., Leite, L., Silva, E., Neto, B. (Orgs), *Cotidiano e Sociabilidades no Império Romano* (pp. 13–30). GM Editora. <https://hdl.handle.net/1822/37720>
- Martins, M. e Delgado, M. (1989/90). História e arqueologia de uma cidade em devir: Bracara Augusta, *Cadernos de Arqueologia*, Série II(6/7), 11–39.
- Martins, M. e Fontes, L. (2010). Bracara Augusta. Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia Romana, In *Simulacra Romae II. Rome, les capitales de province (capita provinciarum) et la création d'un espace commum européen. Une approche archéologique*, *Bulletin de la Société archéologique champenoise*, 111–124.
- Martins, M. Lemos, F. S. (1998). Projecto de Salvamento e Estudo de Bracara Augusta, *Forum*, 23, 117–143.
- Martins, M., Ribeiro, M. C. (2009/2010). A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades, *Forum*, 44-45, 149–177. <https://hdl.handle.net/1822/13351>

- Martins, M., Ribeiro, M. C. (2012). Gestão e uso da água em Bracara Augusta. Uma abordagem preliminar. In Martins, M., Vaz de Freitas, I. e del Val Valdivieso, M. (Eds.), *Caminhos da água: –paisagens e usos na longa duração* (pp. 9–52). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». <https://hdl.handle.net/1822/19872>
- Martins, M., Ribeiro, M. C. (2013). Em torno da Rua Verde: a evolução urbana de Braga na longa duração, In Ribeiro, M., Melo, A. (Eds.), *Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos* (pp. 11–44). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». <https://hdl.handle.net/1822/23983>
- Martins, M., Fontes, L. e Cunha, A. (2013). Arqueologia urbana em Braga: balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas, In Arnaud, J., Martins, A. e Neves, C. (Eds.), *Arqueologia em Portugal - 150 Anos* (pp. 81–88). Associação dos Arqueólogos Portugueses. <https://hdl.handle.net/1822/26824>
- Martins, M., Magalhães, F., Botica, N. (2018). O urbanismo fundacional de Bracara Augusta e Lucus Augusti. In Dopico Caínzos, M. e Villanueva Acuña, M (Eds.), *Sine iniuria in pace vivatur: a construción do Imperio durante os xulio-claudios, Philtáte, Studia et acta antiquae Callaeciae, Volume 3* (pp. 345–374). Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo. <https://hdl.handle.net/1822/64361>
- Martins, M., Mar, R., Ribeiro, M. (2021). *O antigo Paço dos Arcebispos de Braga*, Uminho Editora.
- Martins, M., Ribeiro, M. C. e Meireles, J. (2011). As termas públicas de Bracara Augusta e o abastecimento de água da cidade romana. In Costa Solé, A., Palahi Grimal, L. e Vivó I Codina, D. (Coords.), *Aquae Sacrae. Agua y sacralidad en época antigua* (pp. 69–102). Universitat de Girona, Institut de la Recerca Histórica. <https://hdl.handle.net/1822/16168>
- Martins, M., Magalhães, F., Martínez Peñín, R., Ribeiro, J. (2016). The house evolution of Braga between Late Antiquity and the Early Middle Ages, *Arqueologia Medieval*, VIII, 35–52. <https://hdl.handle.net/1822/41476>
- Martins, M., Mar, R., Ribeiro, J., Magalhães, F. (2013). A construção do teatro romano de Bracara Augusta. In Melo, A., Ribeiro, M. (Eds.), *História da Construção, Arquitetura e Técnicas Construtivas* (pp. 41–74). CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». <https://hdl.handle.net/1822/27274>
- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., Braga, C. (2012). Urbanismo e arquitetura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer. In Ribeiro, M., Melo, A. (Eds.), *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia* (pp. 29–68). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». <https://hdl.handle.net/1822/19522>
- Martins, M., Ribeiro, J., Martínéz Peñín, R., Magalhães, F. (2017a). A ocupação tardo antiga da área do teatro de Bracara Augusta. In López Quiroga, J. (Ed.), *In tempore sueboru m. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585)* (pp. 241–246). Deputación Provincial de Ourense. <https://hdl.handle.net/1822/64766>
- Martins, M., Ribeiro, M. C., Ribeiro, J., Mar, R. (2017b). Topografia e urbanismo fundacional de Bracara Augusta. In Dopico Caínzos, M. e Villanueva Acuña, M. (Eds.), *Roma nata, per Italiam fusa, in provincias manat. A cidade romana no noroeste: novas perspectivas, Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae* (pp. 203–226). Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo.

- Martins, M., Magalhães, F., Silva, J., Torres, A., Peñin, R. (2017c). Salvamento de Bracara Augusta. Remodelação e ampliação de edifício (Rua Visconde Pindela, nº 1 e 3 / Braga). Relatório Final. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M./MEMÓRIAS*, Volume I(66).
- Martins, M., Meireles, J., Ribeiro, M. C., Magalhães, F., e Braga, C. (2017d). O abastecimento de água à cidade de Bracara Augusta: os dados e os problemas. In M. Dopico Cainzos & M. Villanueva Acuña (Eds.), *Roma nata, per Italian fusa, in provincias manat. A cidade romana no noroeste: novas perspectivas, Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae* (pp. 227–249). Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo.
- Martins, M., Ribeiro, J., Magalhães, F., Braga, C., e Ribeiro, M. C. (2017e). O espaço construído de Bracara Augusta no Alto Império. In M. Dopico Cainzos & M. Villanueva Acuña (Eds.), *Roma nata, per Italian fusa, in provincias manat. A cidade romana no noroeste: novas perspectivas, Philtáte. Studia et acta antiquae Callaeciae* (pp. 251–274). Servizo de Publicacións da Deputación de Lugo.
- Martins, M., Cunha, A., Magalhães, F., Ribeiro, J., Braga, C. e Peñin, R. (2014). Metamorfoses de um espaço urbano: a zona arqueológica da R. Afonso Henriques n.ºs 42 a 56, em Braga. *Oppidum*, Ano 8(7), 111–128. <http://hdl.handle.net/1822/36553>
- Martins, M., Fontes, L., Braga, C., Braga, J., Magalhães, F., Sendas, J. (2010). Salvamento de Bracara Augusta. Quarteirão dos CTT/Avenida da Liberdade (BRA08-09 CTT). Relatório Final, in *Trabalhos arqueológicos da UAUM/Memórias*, Volume I(1). <https://hdl.handle.net/1822/10141>
- Martins, M., Fontes, L., Magalhães, F., Ribeiro, J., Braga, C., Peñin, R. e Silva, J. (2017f). Salvamento de Bracara Augusta. Projeto de reabilitação do Claustro e da Domus Romana do Seminário Conciliar de S. Pedro e S. Paulo. Relatório Final in *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M / Memórias*, Volume I(62). <https://hdl.handle.net/1822/49811>
- Mendes, N. M. (2010). A região sul da Lusitânia: uma percepção arqueológica da mudança. In A. P. Campos, G. V. da Silva, M. B. Nader, S. P. Franco, & S. A. Fieldman (Eds.), *A cidade à prova do tempo. Vida cotidiana e relações de poder ns ambientes urbanos* (pp 63–80). GM Editora; Université de Paris-Est.
- Mendonça, A. J. S. (2019). *Urbanismo e arquitetura de Braga (séculos I a XV). Análise evolutiva da zona arqueológica da Escola Velha da Sé/Frei Caetano Brandão nº166/168*. [Tese de Mestrado, Universidade do Minho]. <http://hdl.handle.net/1822/60158>
- Morais, R. (2001). Breve ensaio sobre o anfiteatro de Bracara Augusta, *Forum*, 30, 55–76.
- Morris, A. E. J. (1992). *Historia de la forma urbana: desde sus orígenes hasta la Revolución Industrial*. Collección Arquitectura/Perspectivas. Editorial Gustavo Gili S. A.
- Mumford, L. (2004). *A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*, Martins Fontes.
- Oliveira, E. P. O. (1993). *Estudos sobre o século XVIII em Braga*. Edições APPACDM Distrital de Braga.
- Oliveira, M., Silva, A., Castro, M., Sousa, J., Nunes, P., Ramos, S. (2006). O Campo Novo de Braga. O plano, a praça e a capela de Nossa Senhora da Guadalupe. In Faria, M. (Coord), *Praças reais. Passado, presente e futuro* (271–2936). Livros Horizonte.
- Panerai, P. (2006). *Análise Urbana*. Universidade de Brasília

- Pelletier, A. (1982). *L'urbanisme romain sous l'Empire*. Picard.
- Ribeiro, J., Fernández, A., Martins, M., Magalhães, F., Braga, C. (2015). A cerâmica romana do balneário da rua D. Afonso Henriques: estudo preliminar da sequenciação cronológica e ocupacional do edifício. In Morais, R., Fernández, A., Sousa, M. J., *As produções de cerâmicas de imitação na Hispania* (pp. 483–505). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Ribeiro, M. C. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. [Tese de doutoramento, Universidade do Minho].
- Ribeiro, M. C. (2009/2010). A evolução da paisagem urbana de Braga desde a época romana até à Idade Moderna. Síntese de resultados, *Forum*, 44-45, 179–201.
- Ribeiro, M. C. (2017a). A (re)construção da paisagem urbana medieval de Braga: espaços, arquitetura e memória. In Cavero Domínguez, G. (Coord.), *Construir la memoria de la ciudad: espacios poderes e identidades en la Edad Media (XII-XV)*. III. *La Ciudad y su discurso* (pp. 9–40). Universidad de León, Área de Publicaciones
- Ribeiro, M. C. (2017b). População e espaço urbano. Braga em finais do século XIV. In *Atas do II Congresso Internacional. As Cidades na História: Sociedade, Volume IV - Cidade Medieval* (pp. 179–217). Câmara Municipal de Guimarães. <https://hdl.handle.net/1822/64453>
- Ribeiro, M. C. (2018). O poder de fabricar a paisagem urbana medieval. Materialidades e discursos na cidade medieval de Braga. In Andrade, A. A., Tente, C., da Silva, G. M., Prata, S. (Eds), *Espaços e poderes na europa urbana medieval* (pp. 359–380). IEM. <https://hdl.handle.net/1822/57092>
- Ribeiro, M. C., Fontes, L. (2015) The Urban Morphology of Braga between Late Antiquity and the Fourteenth-Fifteenth centuries, In Martínez Peñin, R. (Ed.). *Braga and its territory between the fifth and the fifteenth centuries, Espai / Temps* (pp. 29–45.). Unidade de Arqueologia Universidade do Minho e Universitat de Lleida. <https://hdl.handle.net/1822/39013>
- Ribeiro, M. C., Martins, M. (2012). Contributo para o estudo do abastecimento de água à cidade de Braga na Idade Moderna. O Livro da Cidade de Braga (1737). In Martins, M., Vaz de Freitas, I. e del Val Valdivieso, M. (Eds), *Caminhos da água: paisagens e usos na longa duração* (pp. 179–222). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». <https://hdl.handle.net/1822/19871>
- Ribeiro, M. C., Martins, M. (2016). O papel das vias romanas na formação e desenvolvimento periférico da cidade de Braga, desde a época romana até à atualidade. In Correia, J. e Bandeira, M. (Eds.), *Os Espaços da Morfologia Urbana, Atas da 5a Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, PNUM 2016* (pp. 27–38). Guimarães: Escola de Arquitetura da Universidade do Minho, Lab2PT Laboratório de Paisagens, Património e Território.
- Ribeiro, M. C., Martins, M. (2018). A cidade nas encruzilhadas da história. Evolução urbana de uma cidade com 2000 mil anos: Braga (Noroeste de Portugal). *Dimensões - Revista de História da UFES*, Vol. 40, jan. - jun, 11–38.
- Ribeiro, M. C., Melo, A. (2012a). A mobilidade dos artistas biscainhos nas construções medievais portuguesas: estudo preliminar, *I Congresso Histórico Internacional. As Cidades na História: População,*

Volume II - Cidade Antiga / Cidade Medieval (pp. 149–176). Câmara Municipal de Guimarães. <http://hdl.handle.net/1822/26910>

Ribeiro, M. C., Melo, A. (2012b). A influência das atividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa. In Ribeiro, M. C. e Melo, A. (Coord.), *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia* (pp. 145–171). Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM) <https://hdl.handle.net/1822/19500>

Ribeiro, M.C, Melo, A. (2013). O papel dos sistemas defensivos na formação dos tecidos urbanos (séculos XIII – XVIII), In Ribeiro, M., Melo, A. (Coord.), *Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos* (pp. 183–222). CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». <https://hdl.handle.net/1822/23984>

Ribeiro, M., Melo, D. (2014). O crescimento periférico das cidades medievais portuguesas (séculos XIII–XVI): a influência dos mesteres e das instituições religiosas. In Ribeiro, M., Melo, A. (Coord.), *Evolução da paisagem urbana: cidade e periferia* (pp. 79–116). CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». <https://hdl.handle.net/1822/32445>

Ribeiro, M., Martins, M., Magalhães, F., Botica, N. (2018). The urban morphology of Braga in the fourteenth and fifteenth centuries: an analysis methodology, In Sabaté, F., Brufal, J. (Eds.), *Medieval Territories* (pp. 351–381). Cambridge Scholars Publishing. <https://hdl.handle.net/1822/55449>

Sevillano Fuertes, F., Vidal Encinas, J. (2002). *Urbs Magnífica. Una aproximación a la Arqueología de Asturica Augusta (Astorga, León)*, Museo Romano (Guia-Catálogo), Ayuntamiento de Astorga

Silva, G. V. da. (2010). A apropriação do território urbano pelos cristãos no fim do Império Romano. In A. P. Campos, G. V. da Silva, M. B. Nader, S. P. Franco, & S. A. Fieldman (Eds.), *A cidade à prova do tempo. Vida cotidiana e relações de poder ns ambientes urbanos* (pp. 63–80). GM Editora, Université de Paris-Est.

Silva, J. F. da. (2013). *A domus da Zona Arqueológica das Antigas Cavalariças de Braga. Contrinuto para o estudo da arquitetura doméstica de Bracara Augusta*. [Tese de Mestrado, Universidade do Minho]. <http://hdl.handle.net/1822/28943>

Silva, J. R.C. (2000). *A insula das Carvalheiras. Estudo de um exemplo de arquitetura privada em Bracara Augusta*. [Tese de Mestrado, Universidade do Minho].

Silva, L. (2017). Monarquia e Igreja na Gallaecia na segunda metade do século VI. In López Quiroga, J., *In Tempore sueborum. El tiempo de los suevos en la Gallaecia (411-585)* (pp. 135–137). Deputación Provincial de Ourense.

Sousa, A. J. F. R. (2012). As termas públicas e privadas de Bracara Augusta: os casos de estudo da R. D. Afonso Henriques e da R. Gualdim Pais. [Relatório de Estágio, Universidade do Minho].

Teixeira, H. (2012). *Sistemas de abastecimento e drenagem de água a Bracara Augusta: aquedutos, canalizações e cloacas*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. <http://hdl.handle.net/1822/23261>

Torres, A. (2014). *Sequência de ocupação da Zona Arqueológica do Ex. Albergue Distrital. Contributo para a análise evolutiva e funcional de uma unidade doméstica em Bracara Augusta*. [Tese de Mestrado, Universidade do Minho]. <http://hdl.handle.net/1822/33817>

Tranoy, A. (1981). *La Galice Romaine: Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité*. Diffusion Bocard.

Veblen, Thorstein (2018). *A Teoria da Classe do Lazer*. Editora Atual.

Vidal Encinas, J., González Fernández, M. (2018), Asturica Augusta; actualización de su urbanismo a la luz de las excavaciones recientes, In Martínez Caballero, S., Santos Yanguas, J e Muncio González, L. (Eds), *Anejos de Segovia Histórica 2. El urbanismo de las ciudades romanas del Valle del Duero. Actas de la I reunión de Ciudades Romanas del Valle del Duero* (pp. 273–327). Asociación de Amigos del Museo de Segovia.